

MÚLTIPLOS TEMPOS E CONTEXTOS

História, Memória e
Representações sociais

LÊDA RODRIGUES VIEIRA
ERASMO CARLOS AMORIM MORAIS
Organizadores



EdUESPI

MÚLTIPLOS TEMPOS E CONTEXTOS

História, Memória e
Representações sociais

LÊDA RODRIGUES VIEIRA
ERASMO CARLOS AMORIM MORAIS
Organizadores



EdUESPI

LÊDA RODRIGUES VIEIRA
ERASMO CARLOS AMORIM MORAIS
Organizadores

MÚLTIPLOS TEMPOS E CONTEXTOS
História, Memória e Representações sociais



EdUESPI



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

Evandro Alberto de Sousa
Reitor

Jesus Antônio de Carvalho Abreu
Vice-Reitor

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Josiane Silva Araújo
Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação

Raurys Alencar de Oliveira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires
Pró-Reitora de Administração

Rosineide Candeia de Araújo
Pró-Reitora Adj. de Administração

Lucídio Beserra Primo
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

Ivoneide Pereira de Alencar
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

Marcelo de Sousa Neto
Editor da Universidade Estadual do Piauí



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI



Rafael Tajra Fonteles **Governador do Estado**
Themístocles de Sampaio Pereira Filho **Vice-Governador do Estado**
Evandro Alberto de Sousa **Reitor**
Jesus Antônio de Carvalho Abreu **Vice-Reitor**

Conselho Editorial EdUESPI

Marcelo de Sousa Neto **Presidente**
Algemira de Macedo Mendes **Universidade Estadual do Piauí**
Antonia Valtéria Melo Alvarenga **Academia de Ciências do Piauí**
Antonio Luiz Martins Maia Filho **Universidade Estadual do Piauí**
Artemária Coêlho de Andrade **Universidade Estadual do Piauí**
Cláudia Cristina da Silva Fontineles **Universidade Federal do Piauí**
Fábio José Vieira **Universidade Estadual do Piauí**
Hermógenes Almeida de Santana Junior **Universidade Estadual do Piauí**
Laécio Santos Cavalcante **Universidade Estadual do Piauí**
Maria do Socorro Rios Magalhães **Academia Piauiense de Letras**
Nelson Nery Costa **Conselho Estadual de Cultura do Piauí**
Orlando Maurício de Carvalho Berti **Universidade Estadual do Piauí**
Paula Guerra Tavares **Universidade do Porto - Portugal**
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro **Universidade Estadual do Piauí**

Marcelo de Sousa Neto **Editor**

Autores **Revisão**

Lêda Rodrigues Vieira **Capa, Revisão e Diagramação**
Editora e Gráfica UESPI **E-book**

Endereço eletrônico da publicação: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/book/151>

M954 **Múltiplos tempos e contextos: história, memória e representações sociais / Lêda Rodrigues Vieira, Erasmoo Carlos Amorim Moraes, organização. – Teresina: EdUESPI, 2023. 321 p. : il.**

ISBN versão digital: 978-65-81376-07-9

1. História. 2. Memória. 3. Representações Sociais.
I. Vieira, Lêda Rodrigues. II. Moraes, Erasmoo Carlos Amorim.
III. Título.

CDD: 981.066

Ficha Catalográfica elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Nayla Kedma de Carvalho Santos (Bibliotecária) CRB 3a Região / 1188

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO	11
CASAMENTO, FAMÍLIA E HONRA EM PARNAÍBA/PI (1960)	13
<i>Ana Beatriz Araújo de Freitas</i> <i>Erasmoo Carlos Amorim Moraes</i>	
O LADO ESQUECIDO DA CIDADE: PARNAÍBA E A REPRESENTAÇÃO DA VIDA NA BEIRA DO CAIS (1930-1970)	43
<i>Erasmoo Carlos Amorim Moraes</i> <i>Ana Beatriz Araújo de Freitas</i>	
DO ROÇADO AO GANHO DE RUA: MULHERES NEGRAS E O MUNDO DO TRABALHO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX NO PIAUÍ	77
<i>Débora Laianny Cardoso Soares</i> <i>Michelle Araújo Dias</i>	
A ESCOLA PROFISSIONAL DO ALECRIM: ENSINANDO AOS JOVENS NATALENSES “UM MEIO ÚTIL DE GANHAR A VIDA”	103
<i>Andressa Barbosa de Farias Leandro</i> <i>Iranilson Buriti de Oliveira</i> <i>Jean Carlo de Carvalho Costa</i>	

FEMINISMO EM DEBATE: HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA	137
<i>Iracélli da Cruz Alves</i>	
PATRIMÔNIO QUASE INVISÍVEL: EDIFÍCIOS COM APLICAÇÕES AZULEJARES NO CENTRO HISTÓRICO DE PARNAÍBA-PI	177
<i>Irma Cristina Diniz de Assunção</i>	
O “APPELLIDO QUE LHES DÃO DE PIPIRAS”: MULHERES OPERÁRIAS EM FÁBRICAS TÊXTEIS NOS ESTADOS DO PIAUÍ E MARANHÃO	207
<i>Nara Maria Rodrigues Araújo Felipe Augusto dos Santos Ribeiro</i>	
VIAÇÃO FÉRREA PIAUIENSE: ÂNSIAS E INÉRCIAS DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO NO PIAUÍ	243
<i>Lêda Rodrigues Vieira</i>	
“GOIÁS, COMPARTIMENTO FECHADO POR TODOS OS LADOS”: DIFERENCIAÇÃO E RACISMO ATRAVÉS DO TEMPO	283
<i>Paulo Brito do Prado</i>	
SOBRE OS ORGANIZADORES, O PREFACIADOR E OS(AS) AUTORE(A)S	315

APRESENTAÇÃO

A coletânea “Múltiplos tempos e contextos: História, Memória e Representações sociais” lança o seu primeiro volume composto por capítulos produzidos por pesquisadores de diversas partes do país com diferentes temáticas de pesquisa, abordando questões sociais e culturais do passado e da atualidade.

A ideia da coletânea surgiu a partir do interesse de socializar a produção historiográfica acerca da História, Memória e Representações Sociais entre os mais diversos pesquisadores das áreas das Ciências Humanas e Sociais. Portanto, entendemos que estreitar os laços acadêmicos é uma forma de fortalecer a construção do conhecimento histórico em suas variadas perspectivas, bem como potencializar a relação entre os historiadores, tornando sua presença no mundo acadêmico mais pulsante e viva, ao tempo em que se mostra como uma forma de resistência frente ao momento sombrio que o país viveu nos últimos anos.

Outra vertente que atravessa esta coletânea é seu formato digital. Acreditamos que, desta forma, é possível romper as fronteiras financeiras, chegando às mãos de muitos estudantes, professores e simpatizantes das pesquisas que envolvem o campo da História. É verdade que conectividade não é uma realidade presente em todos os espaços do país, mas a opção por este formato assegura que qualquer pessoa interessada nas temáticas presentes na obra, possa, a um só click, conhecer as múltiplas e variadas maneiras de se pensar a escrita da História.

Lêda Rodrigues Vieira
Erasmoo Carlos Amorim Morais

PREFÁCIO

Se é verdade, como diziam os antigos, que a História tem um pai, o historiador grego Heródoto de Halicarnasso, também deve ser verdade que ela tem uma mãe, a bela Sherazade das “Mil e uma Noites”. O que une Heródoto a Sherazade não é apenas a capacidade que ambos possuíam de contar histórias, mas como contavam e como fisgavam o interesse da audiência, escapando assim da morte e do esquecimento. E eis aqui, neste livro organizado pelos historiadores piauienses Erasmo Carlos Amorim Moraes e Lêda Rodrigues Vieira, nosso Heródoto e nossa Sherazade repaginados, um apanhado de nove histórias que merecem ser lidas, relidas e difundidas aos quatro ventos.

“Múltiplos Tempos e Contextos: História, Memória e Representações Sociais” é uma obra coletiva, resultado de pesquisas desenvolvidas tanto em programas de pós-graduação como cursos de graduação, e que reflete bem a novíssima produção historiográfica brasileira. Assim, o leitor terá em mãos um rico cardápio de temas, que embora sejam múltiplos no tempo e no espaço, como indica o próprio título da obra, abordam o passado com as angústias do presente. Cada tema desta coletânea expressa em alguma medida as questões sociais e políticas que ora enfrentamos, o que faz valer a máxima de Lucien Febvre de que a História é filha do seu tempo.

Numa leitura atenta do livro pode-se observar que há um fio perpassando cada texto, como se um habilidoso encadernador costurasse a mão, ponto-a-ponto, um capítulo a outro urdindo uma unidade de sentido. Esse ponto de costura, ou de vista, traduz a perspectiva de abordagem histórica de cada objeto, que se evidencia ora nas relações de gênero presentes em mais de um texto, ora

nas relações de classe ou étnicas. Não escapam dessa perspectiva o olhar sobre o patrimônio material urbano, a educação das massas, ou mesmo os contínuos e descontínuos projetos de modernização capitalista. Múltiplos tempos e contextos, múltiplas vozes e formas de historiografar o passado.

O resultado final do trabalho é uma discussão que se desdobra em questões que nos fazem pensar o lugar dos sujeitos na história, sejam as ganhadeiras, as operárias, os ferroviários, os alunos pobres, as vítimas do racismo estrutural e estruturante, as “desquitadas”, as feministas, ou os que podiam dispor de faianças e azulejos para seu pequeno luxo e também aqueles outros, sem nome ou sobrenome, que viviam nas beiradas do rio. Como as “Mil e uma Noites” viraram outras tantas histórias sem fim, tenho certeza que esta coletânea de textos servirá de inspiração e fonte para mais levadas de estudantes e pesquisadores que um dia também se debruçarão sobre nosso passado. Afinal, a História não tem fim.

Josenias dos Santos Silva

Mestre em História do Brasil – UFPI

Parnaíba (PI), 14 de julho de 2023.

CASAMENTO, FAMÍLIA E HONRA EM PARNAÍBA/PI (1960)

Ana Beatriz Araújo de Freitas
Erasmus Carlos Amorim Morais

Introdução

A proposta deste artigo é de discutir, em contexto amplo, o processo de conquista das mulheres por direitos. Discutindo o processo de emancipação feminina no Brasil, a partir da chamada “revolução sexual” dos anos 1960, visamos debater a partir de processos judiciais de desquite ajuizados na cidade de Parnaíba, os papéis de gênero elaborados pelos operadores do direito.

A preocupação da pesquisa é de analisar como, na década de 1960, se comportavam casais desquitando em Parnaíba/PI. A fim de exemplificar, analisamos dois processos judiciais de desquite, com o recorte temático de análise da *honra*. Levantamos as seguintes problemáticas: os casais aderiram às estratégias jurídicas apresentadas por seus advogados com a finalidade de facilitar o correr do processo? Quais são os papéis esperados para o homem e a mulher dentro da hierarquia familiar? Quais são os discursos e os litígios que permeiam os processos judiciais em análise?

Levando em consideração as perguntas norteadoras, neste trabalho discutiu-se acerca de parte da trajetória das mulheres na luta por direitos sociais e reprodutivos, enfim, por direitos humanos. Enfatizamos em tópico específico a análise histórica a partir de processos judiciais, nos amparando na metodologia ensinada por Keila Grinberg.

A “revolução sexual” da segunda metade do século XX

Os anos de 1960 se encerravam com a certeza de que, diante de tantas insurreições, ao menos uma seria irreversível. As palavras das mulheres não seriam mais tragadas pelo silêncio (MÉNDEZ, 2018, p.146).

Que os anos de 1960 são tidos como “revolucionários” não é segredo. No contexto da América Latina, temos, na segunda metade do século, o surgimento de governos autoritários (ditatoriais), tais como no Brasil, Argentina e Chile. De acordo com Eva Alternan Blay e Lúcia Avelar, “durante o período ditatorial, Brasil, Argentina e Chile priorizaram a luta democrática feminista (BLAY; AVELAR, 2019, p.10)”.

Na obra *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*, organizada pelas duas pesquisadoras supracitadas, encontramos diversos artigos que discutem o feminismo nos três países, nações que “atravessaram etapas sociopolíticas paralelas e que iniciaram o século XXI elegendo mulheres para a presidência da República (BLAY; AVELAR, 2019, p. 10).

É possível assinalar algumas mudanças quanto aos papéis de gênero com a virada do século XIX para o XX. Evidentemente que os papéis de gênero permaneceram rígidos até pelo menos a segunda metade do século passado. Apesar disso, considera-se que

Alguns sinais de mudança foram sentidos entre as mulheres da elite e das classes médias urbanas. No início do século XX, mulheres profissionais foram aos poucos ocupando espaços, algumas atuando na área da Física, do Direito, da

Farmácia e da Arquitetura (HAHNER, 1990). Entretanto, até 1930, a representação feminina nos cursos superiores foi bastante escassa, concentrando-se sobretudo nas faculdades de Farmácia e em segundo lugar, nas de Medicina e Odontologia. A maior concentração feminina nesses ramos do ensino, notadamente no ramo farmacêutico, pode ser explicada pelo processo de desvalorização social sofrido pela profissão de farmacêutico (SAMARA, 2002, p.35).

Como nos alerta Samara (2002), esse aumento da participação feminina no mercado de trabalho formal foi um processo realizado no Brasil ao decorrer do século XX, mas destaque-se que é necessário olhar também para o trabalho domiciliar e também dos setores tidos como informais:

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho formal é um processo que, ao longo do século XX vai se acentuando, mas há que se considerar sempre a inserção nos setores informais e a importância do trabalho domiciliar que contribui para o orçamento familiar, mas que não aparece contabilizado. Esse fato reflete-se estatisticamente quando analisamos os dados gerais referentes às profissões nos censos brasileiros, onde a maioria do sexo feminino, por estar no mercado informal ou domiciliar, aparece sem profissão (SAMARA, 2002, p.36).

A inserção feminina em postos de trabalho formais foi um processo acompanhado pela precarização destes, escancarados, por exemplo, por fatores como os baixos salários quando comparados com os salários dos homens, a debilidade nas leis trabalhistas e, por fim, com a conseqüente feminilização de determinadas profissões acabou-se por baratear a mão de obra, exemplo nítido disso têm-se a docência, que seria por excelência a extensão do papel materno.

[...] a mulher/mãe que, a partir da década de 1960, passou a reivindicar com mais intensidade seu direito a exercer uma função fora do lar, no espaço público ocupado prioritariamente pelos homens e que, na década de 1970, já ocupava boa parte dos postos de trabalho, embora frequentemente em situações de desigualdade, diga-se, continuou a ser cobrada quanto ao sentimento de maternidade, entendido como “natural” e desejado por todas as mulheres, pelas instâncias detentoras de saber e de poder, representado pelas visões de mundo construídas pelo universo masculino, entre eles o saber jurídico, atravessado pelos outros saberes (médicos, eclesiásticos, sociológicos, psiquiátricos etc.) (FÁVERI; TANAKA, 2010, p.376).

Na década de 1960, sobretudo na segunda metade, algumas transformações sociais eram visíveis no que se refere aos comportamentos e modelos de homem e mulher. No Brasil, chamados de “anos rebeldes”, eles marcam “o início da era que chega aos dias de hoje com fronteiras borradas, polarizações desfeitas e

identidades reconhecidamente cada vez mais plurais” (PINSKY, 2018, p. 513).

A urbanização das cidades favoreceu maior oferta de trabalho e mesmo de consumo. Nesse sentido, as mulheres passam a ter acesso a empregos remunerados e qualificados, o que certamente proporcionou maior independência econômica. Ao passo que isso acontecia, “tal processo seria acompanhado pelo desenvolvimento de uma consciência crítica das desigualdades sociais com base no sexo e pela vontade de voar mais alto” (PINSKY, 2018, p. 514).

Nesse contexto, pode-se destacar a chegada da pílula anti-concepcional em 1961, bem como mudanças curriculares que permitiam mais oportunidades do público feminino de acessar a universidade (mesmo que isso ficasse restrito a determinadas camadas sociais). Ademais, destaque-se que “o desabrochar do feminismo, também dessa época efervescente, completava o quadro das influências que contribuiriam para minar as imagens tradicionais de mulher, ampliando perspectivas e multiplicando os destinos individuais” (PINSKY, 2018, p.515).

As décadas de 1960 e 1970 são marcadas pela “liberação sexual”, onde:

O acesso à contracepção e o direito de interromper voluntariamente a gravidez eram reivindicações decorrentes do feminismo que propunha a dissolução da hierarquia entre masculino e feminino e a transformação do caráter dos relacionamentos entre homens e mulheres num sentido mais igualitário. Eram projetos verdadeiramente revolucionários que, se não obtiveram naquele momento o sucesso desejado,

ajudaram a abalar os tradicionais modelos de mulher (PINSKY, 2018, p.520).

Essa dissolução de uma hierarquia entre os gêneros deveria acontecer também no casamento. Marlene de Fáveri, preocupando-se em demonstrar como a imprensa catarinense fez repercutir os debates acerca da dissolução do matrimônio, afirma que as discussões a respeito da lei do divórcio e, sobretudo, sua aprovação, em 26 de dezembro de 1977, “provocou embates acirrados entre aqueles que eram a favor da legalização e os que eram ferrenhamente contra, estes capitaneados pelo clero e conservadores” (FÁVERI, 2007, p.336). Até 1977, ano da aprovação da Lei do Divórcio (Lei Nº 6.515, de dezembro de 1977), a forma jurídica autorizada quanto à separação judicial era o chamado “desquite”.

Segundo Del Piori, a imposta moral sexual assegurada pelo binômio mulher passiva e homem ativo começa a sofrer uma flexibilização nos anos de 1960, onde os casais não casados já não sofreriam tanta discriminação quanto nas décadas anteriores. A livre sexualidade, embora considerada ainda um pecado, apresentava-se como uma alternativa de que “amor e prazer podiam andar juntos” (DEL PRIORI, 2005, p.301).

De acordo com Eduardo Tomasevicius Filho (2016), três grandes abalos atingiram a estrutura do Direito de Família no Brasil. O primeiro deles ocorre na década de 1960, e diz respeito ao Estatuto da Mulher Casada, que, ao alterar o Código Civil em vigência, retirou a mulher casada da posição de incapaz dentro do casamento, dando a essas mulheres maior autonomia diante do matrimônio, uma vez que já não precisariam de permissão para mover ação judicial contra seus maridos, abolindo também “a necessidade de autorização do marido para exercício de profissão, ao

ter definido que os frutos civis do trabalho ou indústria de cada cônjuge não entravam mais na comunhão de bens do casal” (TOMASEVICIUS FILHO, 2016, p.95).

O segundo abalo diz respeito à Emenda Constitucional n.9 de 1977, proposta por Nelson Carneiro, e que acabou com a indissolubilidade do casamento. Logo em seguida, a Lei do Divórcio foi aprovada. O divórcio suprimiu o desquite e “inseriu a figura da separação judicial como estágio preparatório para o divórcio, além de ter alterado o regime legal, de comunhão universal de bens para comunhão parcial de bens” (TOMASEVICIUS FILHO, 2016, p.96).

O terceiro e último abalo ocorreu com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que “no art. 226, aboliu a distinção entre filhos legítimos e ilegítimos. Reconheceu-se a união estável e a família monoparental como entidades familiares dignas de proteção do Estado e ampliaram as hipóteses de divórcio” (TOMASEVICIUS FILHO, 2016, p.96).

É válido lembrar que o Código Civil de 1916 estabelecia que o matrimônio só poderia ser dissolvido por quatro razões. O Estatuto da Mulher Casada iria mudar esse fato. Em realidade, o Estatuto alterou alguns incisos do Código. Antes de adentarmos em seus meandros, se pensará a respeito da construção de normativas na sociedade a fim de entendermos o contexto em que o Estatuto foi criado.

Normas de conduta são criadas para assegurar que a convivência em sociedade se torne senão pacífica, mais palatável. Essa organização é feita através de ordenamentos que podem ser leis e portarias, e que comumente chamamos de legislação. A fim de tratar de condutas no geral ou temáticas específicas, a legislação permite que o ser humano se oriente no tempo em que vive: este deve entender seus direitos e deveres na conjuntura em que se encontra.

Não obstante a compreensão de cidadania que se tem atualmente, nem sempre as pessoas foram tratadas enquanto seres sociais que detêm direitos. Se hoje qualquer mulher no Brasil pode votar, por exemplo, é graças a movimentos femininos de luta em prol dos direitos das mulheres: “a maioria das legislações, incluindo a brasileira, principalmente no que diz respeito à família, tradicionalmente primou por colocar mulheres e homens em patamares desiguais, atribuindo a elas menos e menores direitos” (CORTÊS, 2018, p.261).

Estabelecendo e ordenando o Estado e o governo, a Constituição – ou Carta Magna, é a responsável por instituir as competências dos poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), sendo responsável também por estabelecer as relações diplomáticas, bem como a vida mais íntima dos indivíduos, uma vez que define “a forma aceita de família, os direitos e deveres individuais e coletivos” (CORTÊS, 2018, p.261). Assim, a Constituição funciona como um grande “guarda-chuva”, que abarca e guarda todas as normas do Direito (seja ele penal, civil, trabalhista etc.).

A primeira constituição brasileira, que data de 1824, forjada numa sociedade que recém decretara independência, tinha de forma clara o tipo de “cidadão” que era resguardado pelo Estado: homens com propriedades. Encontravam-se excluídos dessa cidadania, portanto, mulheres, escravizados e pessoas livres pobres. As mulheres, destarte, não podiam exercer cargos públicos, tampouco votar ou serem votadas.

A constituição seguinte, de 1891, foi tecida em um contexto mais adverso:

O Brasil havia, em apenas um ano e meio, abolido a escravatura e a monarquia. Ampliando

os direitos dos cidadãos, reconheceu o casamento civil como o único válido e determinou sua gratuidade. Não admitiu privilégios de nascimento, desconheceu foros de nobreza e extinguiu ordens honoríficas e suas regalias. Afirmou que todos são iguais perante a lei, entretanto, mesmo tendo sido inspirada por princípios de igualdade, liberdade e fraternidade, nesses “todos”, as mulheres não estavam incluídas (CORTÊS, 2018, p.261).

A Constituição de 1934, por seu turno, apresentava artigo específico que tornava o casamento civil indissolúvel, estabelecendo que, “se celebrado perante autoridade competente, o casamento religioso teria os efeitos do civil e definiu que a lei civil determinaria os casos de desquite e anulação do casamento” (CORTÊS, 2018, p.262).

O direito feminino ao voto no Brasil data do ano de 1932, resultado de uma luta que se iniciou no século XIX pelas sufragistas. Incluso na Constituição de 1934, este direito chega com reservas, visto que o voto era obrigatório, àquele momento, somente quando as mulheres estavam em função pública remunerada.

Com a ascensão de Getúlio Vargas e o endurecimento do regime varguista, a Constituição de 1937, no âmbito político, extinguiu os partidos políticos. Não obstante seu autoritarismo, a legislação garantia assistência a famílias com muitas pessoas, assegurava a educação integral de crianças, reconhecendo também os filhos naturais, que deteriam os mesmos direitos que os filhos legítimos. Ela preservou o voto feminino, eliminando as reservas impostas pela Constituição anterior (CORTÊS, 2018).

Segundo Cortês, a Constituição seguinte, de 1946, acabou por trazer um retrocesso para as mulheres, uma vez que traz a expressão “*todos são iguais perante a lei*” sem o complemento “*sem distinção de sexo*”. Afinal, questiona-se: *todos* quem? Em que medida *todos* são realmente iguais? Por outro lado, essa Carta Magna também acaba por inovar ao:

[...] estabelecer a assistência à maternidade, à infância e à adolescência como obrigatória em todo o território nacional; ao acrescentar aos motivos que proibiam diferença de salário para um mesmo trabalho, a idade, a nacionalidade e o estado civil; ao tornar o não pagamento de pensão alimentar (*inadimplemento*) razão para a prisão civil do devedor (CORTÊS, 2018, p.262).

A Constituição de 1967, por sua vez, “*não representou grandes modificações. Fruto de um governo militar, trouxe como único avanço para as mulheres a redução do prazo para a aposentadoria de 35 para 30 anos de serviço*” (CORTÊS, 2018, 262). Basta lembrar que ela não foi discutida no Poder Legislativo, uma vez que o regime civil-militar se encontrava em pleno vigor e assim, “*incorporou os dezessete Atos Institucionais (AI) baixados desde 1964, ano da tomada do governo pelos militares. A edição de Atos Institucionais havia sido a forma que os militares encontraram para desarticular a democracia brasileira*” (CORTÊS, 2018, p.263).

Na Constituição Cidadã, de 1988, segundo Cortês (2018), no quesito “*Família*” houve mudanças consideradas importantes. A primeira é que a posição superior antes conferida aos homens foi abolida, assim, mulheres e homens dentro da sociedade conjugal passaram a ter os mesmos direitos e deveres. A segunda se refere

ao tipo de família, quer fosse pelo casamento, por união estável e por qualquer um (marido ou esposa) mais a presença dos filhos. Quanto ao divórcio, permitido desde fins da década de 1970, “tomou forma de preceito constitucional, mas ainda com restrições (só em 2010 alcançaria a plenitude)” (CORTÊS, 2018, p.264).

O Estatuto da Mulher Casada (Lei n.4121/1962) “mudou radicalmente a vida das esposas no Brasil. Suprimiu o artigo que dizia que as mulheres casadas eram “relativamente incapazes” para praticar certos atos, necessitando da assistência do marido” (CORTÊS, 2018, p.267), estabelecendo também que a mulher ao contrair novas núpcias passaria a ter o *pátrio poder* sobre os filhos do casamento anterior, sem quaisquer interferências do marido atual.

Processos judiciais na análise histórica

A partir do segundo decênio do século XX, na França, um movimento conhecido como *Annales* irá revolucionar a disciplina de História. Introduzindo novos conceitos e métodos no seio da História,

A Escola dos *Annales* notabilizou-se por incorporar elementos metodológicos e conceituais da Sociologia, Economia, Linguística, abandonando a narrativa dos eventos e problematizando o objeto de estudo histórico como social, antropológico, econômico, ou seja, o movimento dos *Annales* buscou dotar o estudo histórico da complexidade escondida por trás das grandes sínteses narrativas da historiografia tradicional (MACIEL, 2011, p.23).

O movimento foi encabeçado por Marc Bloch e Lucian Febvre, responsáveis por iniciar as complexas discussões que se estenderiam por décadas. A segunda fase dos *Annales* teve o historiador Fernand Braudel como maior expoente. Já em fins da década de 1960 e início de 1970, passam a justificar a ideia de movimento frente a ideia de uma escola. A partir de então, não apresentam líderes, mas vários autores com diversas concepções acerca do fazer historiográfico (MACIEL, 2011). A partir dessa virada historiográfica os objetos de estudo e até mesmo as fontes utilizadas passam a receber novos olhares pelos historiadores.

Como afirma Keila Grinberg (2009, p.122), “para trabalhar com qualquer documentação, é preciso saber ao certo do que ele trata, qual é a sua lógica de constituição, bem como as regras que lhe são próprias”. No caso de processos criminais, documentos que a historiadora se detém, considera que podem ser tomados como fontes que ajudam a “compreender melhor as relações entre os agentes sociais em outra época ou sociedade, seja para estudar a própria Justiça e seus agentes em diversas temporalidades” (GRINBERG, 2009, p. 121).

A historiadora assinala que para compreender a linguagem jurídica desse tipo de fonte é necessário o(a) historiador(a) ter em mente o que é dito como crime naquela sociedade onde o processo correu, pensando de forma geral como em diferentes temporalidades o olhar da sociedade mudou a respeito desse crime, além de considerar também o próprio andamento da investigação.

Acrescenta que:

[...] para estudar processos criminais, um dos pontos de partida é justamente conhecer a legislação em vigor no período, que nem sempre,

como vimos, está separada em diferentes *corpus* legislativos. Sem ela, não se entende a lógica do andamento do processo, as sentenças proferidas, as argumentações de advogados e as interpretações de juízes (GRINBERG, 2009, p.124).

Para além dos processos crimes, entendemos que quaisquer processos judiciais detêm uma natureza própria, uma estrutura, e “além de apontarem à presença de desvios de condutas de homens e mulheres, também são fontes reveladoras de indícios da complexidade dos valores e dos comportamentos sociais” (LANGE; IOTTI, 2013, p.146). De acordo com Grinberg (2009), a respeito de análises acerca de processos judiciais pode-se destacar na historiografia brasileira¹ a influência de Carlo Ginzburg, Natalie Zemon Davis, Michelle Perrot e Edward Palmer Thompson.

No caso dos processos de desquite, estes eram iniciados por uma petição, onde o autor ou a autora apresentava, por meio de seus advogados, suas queixas quanto ao outro cônjuge, todas pautadas no Código Civil de 1916. Logo em seguida, vinham as contrarrazões, ou seja, a contestação do cônjuge intimado à justiça. Se o processo não corresse “à revelia” deste, ou seja, do cônjuge intimado deixar de se apresentar ao juiz, esposo e esposa eram alertados sobre as consequências do desquite pelo magistrado.

A partir disso, três caminhos descortinavam-se para os envolvidos: uma reconciliação, negando o desquite e dando cabo ao processo, o que estava assegurado pela Lei nº 968, de 10 de dezembro de 1949; a procedência do mesmo, onde nesse caso,

¹ A autora destaca *O queijo e os vermes* (Ginzburg), *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros* (Perrot), *O retorno de Martin Guerre* (Davis) e *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra* (Thompson).

testemunhas e quaisquer outras provas poderiam aparecer nesse percurso; e por fim, a reconversão do desquite litigioso em um desquite amigável, onde as partes concordavam em se desquitar.

Em termos jurídicos, o litígio significa que a ação foi iniciada a partir de alguma rusga. No caso do desquite, o litígio poderia ser o adultério, o abandono do lar conjugal, a tentativa de morte ou sevícias (maus tratos). Em contraposição ao desquite litigioso, o amigável poderia ser movido por ambos os cônjuges, ou mesmo poderia iniciar como um processo de desquite litigioso e se tornar amigável no correr da ação judicial.

Considerando esse processo inteiro, é possível afirmar que por meio dos processos de desquite podemos nos aproximar do cotidiano das famílias envolvidas nos litígios. Isso porque a vida e os problemas mais íntimos da família vão sendo expostos, deixando de ser puramente privados: adentram o poder judiciário. Analisar tudo isso pressupõe um olhar cuidadoso e atento. Portanto, pretende-se “desfiar a teia de relações cotidianas e suas diferentes dimensões de experiência, fugindo dos dualismos e polaridades e questionando as dicotomias” (MATOS, 2002, p.26).

Apesar de se estar trabalhando com uma documentação judicial, é imperativo que fiquemos atentos, como indica Ginzburg, para a diferença entre juízes e historiadores. Pois, apesar de estarem vinculados por uma busca de provas e verdades, “os juízes dão sentenças, os historiadores não; os juízes se ocupam apenas de eventos que implicam responsabilidades individuais, os historiadores não conhecem essa limitação” (GINZBURG, 2002, p. 62).

Ao fugirmos do “binarismo” – muito frequente em trabalhos sobre papéis de gênero, entendemos que um esforço deve ser feito para considerar que as relações familiares que se estabelecem cotidianamente entre marido, esposa e filhos (enfim, a família), “são

complexas e nem sempre estão inseridas em sistemas ideológicos e de moral que servem de controle da ordem social estabelecida” (SAMARA, 1993 p.41).

Consideramos que os processos de desquite podem ser compreendidos enquanto força modeladora do pensamento jurídico e social, além de preciosas peças na compreensão do cotidiano dos sujeitos envolvidos nas tramas judiciais. O universo dos desquites se revela importante ferramenta na compreensão do imaginário social de uma época acerca da instituição casamento, das relações familiares, da manutenção da sociedade conjugal e das relações de gênero.

Afinal,

As relações entre um casal, embora legalmente prescritas, somente serão transformadas de privadas em públicas no momento em que o descumprimento de algum direito ou dever for também tornado público, levando o Estado, como força reguladora, a intervir através dos aparatos policial e jurídico (CORRÊA, 1983, p. 24).

Prenhe de inúmeras e inimagináveis histórias, os processos trazem discursos de advogados, juízes e escrivães, que julgam, articulam e delimitam os papéis dos atores envolvidos em cada situação: esposas, maridos, filhos, filhas, amantes, médicos e testemunhas. A maneira como o discurso é produzido e reproduzido demonstra que esse processo não é desordenado, pelo contrário:

[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e

redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2014, p.8).

Partindo do legado da psicanálise, tal como demonstrado por Freud, o discurso não é somente aquilo que evidencia ou oculta um desejo, ele próprio se constitui objeto de desejo, e como assevera Foucault, os discursos não são “simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2014, p. 10).

Ao analisar os processos de desquite, buscamos colocar em miúdos os elementos que foram utilizados pelos atores jurídicos para a tessitura da ação judicial, além de percebermos em quais momentos suas narrativas se adequaram com as normas jurídicas da época. Refletindo a respeito do lugar dos discursos jurídicos, entendemos que:

Em suma, pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de des-nivelamento entre os discursos: os discursos que "se dizem" no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer. Nós os conhecemos em nosso sistema de cultura: são os textos

religiosos ou jurídicos, são também esses textos curiosos, quando se considera o seu estatuto, e que chamamos de "literários"; em certa medida textos científicos (FOUCAULT, 2014, p.21).

Foucault nos auxilia na compreensão dos discursos jurídicos presentes nos processos. Olhar para as ações judiciais sem se questionar como a argumentação de advogados foi construída é mera inocência, afinal, “o discurso é esse conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro” (FOUCAULT, 2013, p.19).

Ao analisar as investigações de Foucault, Judith Bluter afirma que:

Foucault observa que os sistemas jurídicos de poder *produzem* os sujeitos que subsequentemente passam a representar. As noções jurídicas de poder parecem regular a vida política em termos puramente negativos – isto é, por meio da limitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo “proteção” dos indivíduos relacionados àquela estrutura política, mediante uma ação contingente e retratável de escolha (BUTLER, 2020, p.19).

Dessa forma, para esse autor, as práticas judiciárias, construídas no contexto ocidental, acabaram definindo tipos de subjetividades que instauram relações controversas entre o “homem” e a verdade. Portanto, entendemos que os operadores do direito possuem valores éticos e morais e que se apresentam não só na

construção da narrativa do pedido de separação, mas também nas sentenças proferidas.

A partir desse entendimento, ficará mais fácil observar que inúmeros são os discursos e os litígios que permeiam os processos judiciais aqui analisados. Incontáveis dramas e dissabores nos são apresentados a cada nova página dos autos processuais. Revelações, conchavos, mentiras e decepções amorosas emergem das páginas desgastadas dos processos. As intrigas familiares vão ganhando contorno a cada testemunha que aparece e endossa o depoimento de outras testemunhas.

Decidimos por contar e analisar as histórias nos processos. Destacamos que foram preservados os nomes das pessoas envolvidas, optando-se por utilizar somente suas iniciais.

As agitações na 2ª Vara da Família da Comarca de Parnaíba

De acordo com Pedro Vagner Silva Oliveira (2017), em 1970, Parnaíba era a segunda maior cidade do Piauí, perdendo apenas para a cidade de Teresina, a capital do Estado. De acordo com esse historiador, a partir da década mencionada passa-se a criar na imprensa local um sentimento de que a cidade retomaria o crescimento econômico pelo qual passara nas décadas iniciais do século XX.

A partir de sua pesquisa foi possível constatar que em nosso recorte temporal Parnaíba era dividida basicamente em duas áreas: centro e subúrbio. Já no início da década de 1970, alguns periódicos assinalavam que a cidade crescia concomitantemente ao Estado e ao país, e “se no passado ela fora importante, embora tivesse perdido o fôlego econômico com a crise das exportações

ocorrida nos anos 1950, a partir da década de 1970, tornaria a crescer (OLIVEIRA, 2017, p.25).

Mesmo com todo o desenvolvimento social e econômico pelo qual Parnaíba passou na primeira metade do século XX, proveniente das exportações, a partir do Porto Salgado, fato notório na historiografia local, nos anos de 1970 ainda era possível ver “movimentação e desembarque de trabalhadores vindos do outro lado do Igaracu” (OLIVEIRA, 2017, p.30).

Num contexto mais amplo, esse período é marcado por transformações a nível estadual, onde o Piauí passa a ser visto como próspero e em constante progresso, ao passo em que a capital se tornava grande prova desse fato. Apesar disso, esse desenvolvimento acabou se concentrando apenas em Parnaíba, Teresina, Picos e Floriano (OLIVEIRA, 2017).

Parnaíba acaba ganhando destaque no Estado, uma vez mais, como grande atrativo turístico no Piauí, sendo indicada enquanto “base e ponto de apoio para o desenvolvimento da atividade turística no litoral piauiense” (OLIVEIRA, 2017, p.37). Se antes, por conta de sua vocação comercial, a cidade possuía papel importante na economia do Estado, enquanto polo turístico confirmaria, enfim, seu *status* de Princesa do Igaracu.

Não foi possível perceber as mudanças com relação a vocação comercial/turística da cidade a partir dos processos judiciais de desquite. Mas podemos destacar que muitas pessoas que trabalhavam no mundo do comércio ou na Estrada de Ferro buscaram a Justiça com o intuito de se desquitarem. A 2ª Vara da Família na Comarca de Parnaíba no Piauí foi mais visitada por casais na década de 1960 do que na seguinte. Constatamos, a partir dos processos judiciais, que os homens foram os que mais procuraram a Justiça buscando o desquite:

Relação de pedidos de desquite por década

Década	Amigável	Mulheres	Homens	Total
1960	1	7	22	30
1970	4	3	11	18

O primeiro processo da década de 1960 iniciou em 21 de dezembro desse ano e diz respeito a um processo amigável. Os demais processos foram movidos a partir do ano de 1960, transcorrendo, no geral, entre 1 e 6 anos. Constatou-se que da data do casamento (a grande maioria dos enlaces matrimoniais ocorriam no civil²) à autuação do processo de desquite no Fórum, os matrimônios duraram entre 4 e 26 anos.

Enquanto nos anos 1960 houve apenas uma ação amigável, a década de 1970 conta com 4 ações. As mulheres, por seu turno, procuraram desquitarse mais nos anos de 1960. Esses dados foram organizados em tabelas, que indicam o tipo de ação, as iniciais dos requerentes, o ano em que a ação foi movida e o ano de arquivamento do processo, apresentando também as profissões e os locais onde viviam os requerentes.

Observa-se a partir dos dados apresentados, que as motivações mais frequentes eram de adultério e abandono do lar. A maioria dos processos foi movida por pessoas que moravam em Parnaíba, apesar de algumas estarem fora da cidade e até mesmo do Estado do Piauí. Os requerentes moravam tanto no centro da cidade quanto no considerado “subúrbio” (bairros considerados pobres à época, tais como Bebedouro e Bairro São José). Notamos que

² Notou-se que muitos casais se dirigiam ao município de Luís Correia para obter o casamento civil, o que é justificado pelo fato de ser um distrito judiciário da comarca de Parnaíba no período em estudo.

“doméstica”, “prendas domésticas” etc. permanecem sendo as maiores incidências quando se tratam das profissões para as mulheres.

O Estatuto da Mulher Casada (1962) permitiu que a mulher casada passasse a ser considerada “colaboradora” de seu marido “e, só quando exercesse profissão lucrativa, tinha o direito de ‘praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e a sua defesa’” (COR-TÊS, 2018, p.267). A partir das tramas presentes nos processos, percebemos que as mulheres casadas desenvolviam atividades de sustento do lar, pois quando abandonadas por seus maridos tinham que manter a casa, o que, em teoria, deveria ser realizado pelo provedor do lar – o marido.

Segundo Samara (2002, p.37):

a atuação das mulheres no mercado de trabalho, durante o século XX, caracteriza-se sobretudo, pela sua inserção em atividades que não apareciam nos séculos anteriores. Nesse rol encontra-se, então, a prestação de serviços (médicas, advogadas, dentistas, empregadas públicas, entre outras) e várias ocupações em diferentes ramos da indústria. Nos séculos anteriores, a maioria das mulheres trabalhadoras apareciam nas chamadas atividades femininas tradicionais, marginais ao processo de produção e sendo remuneradas abaixo do padrão de pagamento masculino, na mesma função.

Para o contexto da cidade de Parnaíba, na primeira metade do século XX, encontramos mulheres desenvolvendo atividades no mundo do comércio. Nas décadas de 1960 e 1970, em Parnaíba,

a realidade nos parece bastante diferente. Como analisado, as mulheres desquitandas exerciam, oficialmente, poucas profissões. Sua grande maioria indicava uma vida doméstica, embora pudessem realizar trabalhos de costura, vendas etc, o que estava assegurado pelo Estatuto da Mulher Casada, que preceituava que “a mulher que exercer profissão lucrativa, distinta da do marido terá direito de praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e a sua defesa”³, onde o produto de seu labor se constituía em patrimônio/bens que poderia dispor livremente.

A base sólida de toda família e sociedade: o discurso de honra nos processos de adultério

Neste tópico propomos a discussão acerca do discurso jurídico tecido nas argumentações dos advogados a respeito do adultério. A intenção principal é de perceber as diferenças presentes no discurso a respeito do papel feminino e masculino dentro do lar. Quais contestações foram utilizadas para dar fim à sociedade conjugal nos autos processuais?

O título diz respeito ao fato de termos identificado que a honra está diretamente atrelada ao adultério. As abordagens a respeito da construção da honra a partir de processos crime ficaram bastante conhecidas através dos trabalhos de pesquisa de Martha

³ BRASIL. LEI Nº 4.121, DE 27 DE AGOSTO DE 1962. Estatuto da Mulher Casada. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em 15.10.2020.

Abreu⁴ e Sueann Caufield⁵, que analisaram historicamente o conceito de *honra* ao passo em que discutiram “os encaminhamentos desses processos no âmbito da história do direito e das idéias jurídicas” (GRINBERG, 2009, p.127).

É evidente que não estamos a tratar de processos crime, que em seu cerne trazem a quebra da integridade física e psicológica das pessoas violentadas, acometidas por situações extremas. Buscamos, entretanto, tão somente compreender como os operadores técnicos, nas palavras de Mariza Côrrea, constroem a narrativa a respeito da quebra do inciso I do Código Civil de 1916 no que tange à separação conjugal.

Iniciemos pelo seguinte caso, cuja prerrogativa utilizada pelo advogado se encontra no título desta seção:

B.P., brasileiro e marítimo, morando em Parnaíba, ingressou na Justiça com ação judicial de desquite contra L.V., brasileira, doméstica, residente no Bairro São José, na Rua Barão do Rio Branco. Na petição inicial consta que se casaram no regime de comunhão de bens no dia 11 de junho de 1948. Segundo a justificativa do advogado, com poucos meses de convívio, B.P descobriu que sua esposa estava faltando com o “dever de fidelidade” ao possuir “relações sexuais fora do trato conjugal, fato que motivou a separação do casal” (PODER JUDICIÁRIO. 2ª Vara Civil. Fórum Salmon Lustosa, Comarca de Parnaíba, Piauí, Processo de Desquite Litigioso s/n, 05/06/1959).

⁴ ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989.

⁵ CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). São Paulo, Editora da Unicamp, 2000.

Nas justificativas para o pedido de desquite, o advogado afirma que após a separação, L. teria passado a ter “vida pública, passando a frequentar cabarés e mantendo amantes, vida que continuava levando, acontecimento público e notório na cidade de Parnaíba” (PODER JUDICIÁRIO. 2ª Vara Civil. Fórum Salmon Lustosa, Comarca de Parnaíba, Piauí, Processo de Desquite Litigioso s/n, 05/06/1959). O operador do direito afirma, ainda, que de acordo com o Código Civil, o casal tinha o dever de manter mutuamente a fidelidade, preservando a moral, “conceito que deve reinar no seio da família, e, por conseguinte, em toda a sociedade. Quebrar esse dever seria abalar, substancialmente, a base sólida de toda família e sociedade” ((PODER JUDICIÁRIO. 2ª Vara Civil. Fórum Salmon Lustosa, Comarca de Parnaíba, Piauí, Processo de Desquite Litigioso s/n, 05/06/1959).

Baseado nesse preceito, o autor propôs o desquite alegando que a ré seria a única culpada e que o casal não possuía bens nem patrimônio. A ré não compareceu a audiência, e portanto, o processo correu à revelia. O juiz entendeu, pela ausência de L., que esta era a parte culpada do processo, visto que ela foi citada conforme a legislação vigente, e assim, o magistrado compreendeu que as alegações apresentadas pelo autor eram verídicas.

*Rapazinho de boa fé e a mulher adúltera*⁶

A.S., brasileiro, lavrador, residente no povoado “Coroa de São Remigio”, situado em Buriti dos Lopes, moveu ação de desquite contra sua esposa, T.C, brasileira, *mulher adúltera*, residente em Parnaíba, na Avenida Álvaro Mendes e próximo à Vila Militar.

⁶ PODER JUDICIÁRIO. 2ª Vara Civil. Fórum Salmon Lustosa, Comarca de Parnaíba, Piauí, Processo de Desquite Litigioso s/n, 16/02/1966.

A ré residia naquele povoado “Coroa de São Remigio”, em companhia do amante, de quem tinha 2 filhos. Mantinha ela, ali, um estabelecimento comercial na mesma casa de residência. Tinha o autor, apesar 18 anos de idade e a ré mais de 30 anos, quando se tornou empregado do estabelecimento comercial a convite dela. De empregado passou a sócio.

Inexperiente e rapazinho de boa fé, o jovem teria sido convencido de residir na casa da ré e de com ela casar-se. O casamento realizou-se no dia 11 de julho de 1962, ele com 19 anos, e ela com 32 anos. Diante disso, ela deveria procurar *viver honestamente*, o que, entretanto, não ocorreu.

Passados três meses de casados, o autor viajou para o interior do Maranhão, em visita a parentes. Na sua ausência, a ré vendeu a casa comercial e mudou-se para esta cidade, “voltando à antiga existência marginal e dissoluta” (PODER JUDICIÁRIO. 2ª Vara Civil. Fórum Salmon Lustosa, Comarca de Parnaíba, Piauí, Processo de Desquite Litigioso s/n, 16/02/1966) fazia cerca de três anos que vivia em concubinato com seu amante, de quem se encontrava grávida.

De acordo com o advogado, era esperado dela que após o matrimônio buscasse *honrar* o nome do esposo, esquecendo o seu passado e admitindo uma nova vida – agora baseada na honestidade conjugal e trabalho produtivo, com o marido. A ação foi fundamentada no art. 317 – item I do Código Civil Brasileiro.

O processo correu à revelia da ré, de acordo com a decisão do juiz, pois não apresentou defesa (contrarrazões) dentro do prazo legal estipulado de 10 dias. Foi declarada culpada uma vez que, tendo participado da audiência de conciliação promovida pelo juiz, não teria se “interessado” em defender-se da acusação de seu marido. Assim, para o magistrado estava claro que essa

preferiu permanecer com o amante, motivo mais do que justificável para que fosse dado fim à sociedade conjugal com o instrumento do desquite.

Conclusão

Como os processos judiciais dizem respeito a disputas travadas no âmbito da Justiça, acreditamos que os nubentes, ao procurarem pelos operadores do direito, acabavam por aderir às estratégias jurídicas com a finalidade de se adequarem aos papéis normativos estabelecidos pela lei.

Compreendemos que, apesar do número de mulheres que adentraram a seara judicial em Parnaíba ser bastante significativo, ainda se viam obrigadas a se enquadrar em um papel tido como adequado para a formação da família – o que também acontecia para os homens, afinal, o discurso jurídico presente nos autos acaba por estabelecer um padrão de homem/marido único: homem trabalhador e responsável pelo bem-estar financeiro do lar. Acreditamos, portanto, que as cobranças quanto ao ser “esposa” e “marido” simplesmente funcionam como uma espécie de reprodução do *status quo* que acaba por funcionar tal qual “uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação simbólica” (BOURDIEU, 2020, p.224).

Apesar de não podermos traçar precisamente as classes sociais nas quais os casais estavam inseridos, é possível observar que muitos adentravam a justiça com atestado de pobreza, a fim de que as custas e honorários advocatícios fossem pagos pelo Estado. Identificamos que a ideia de *família* na argumentação construída nos autos processuais, principalmente nas petições iniciais, embora pautadas na legislação, eram em grande medida fruto de

convenções sociais, como a honra da mulher sendo a responsável pela honra da própria família.

REFERÊNCIAS

BLAY, Eva Alternan; AVELAR, Lúcia (Orgs.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: a construção das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos**. 1. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 19ª ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BRASIL. **LEI Nº 4.121, DE 27 DE AGOSTO DE 1962**. Estatuto da Mulher Casada. Artigo 246. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4121.htm. Acesso em 15.10.2020.

CORRÊA, Marisa. **Morte em família: as representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

DEL PRIORI, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

FÁVERI, Marlene de. Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa. **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, n. 01, jan./jul. 2007.

FÁVERI, Marlene de; TANAKA, Teresa Adami. Divorciados, na forma da lei: discursos jurídicos nas ações judiciais de divórcio em Florianópolis (1977 a 1985). **Estudos Feministas**, Florianópolis, 18(2): 359-383, maio-ago/2010.

FILHO, Eduardo Tomasevicius. **O legado do Código Civil de 1916**. R. Fac. Univ. São Paulo, v. 111, p. 85-100, jan./dez., 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/ Michel Foucault; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla B.; DE LUCA, Tania R. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

LANGE, Daysi; IOTTI, Luiza Horn. Processos judiciais e práticas de gênero no Judiciário: estudo de caso a partir de um Processo de Danos, Caxias do Sul, 1942. **MÉTIS: história & cultura**, v. 12, n. 23, p. 139-153, jan./jun. 2013.

MACIEL, José Fabio Rodrigues. **História do direito.** / José Fabio Rodrigues Maciel, Renan Aguiar; coordenador José Fabio Rodrigues Maciel. 5 ed. Coleção roteiros jurídicos. São Paulo: Saraiva, 2011.

MATOS, Maria Izilda. **Cotidiano e cultura:** história, cidade e trabalho. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Intelectuais feministas no Brasil dos anos 1960:** Carmen da Silva, Heleieth Saffioti e Rose Marie Muraro. 1.ed. Jundiaí, São Paulo: Paco, 2018.

OLIVEIRA, Pedro Vagner Silva. **Mar à venda:** pescadores e turismo no Piauí Novo (anos 1970). Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi. A Era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SAMARA, Eni de Mesquita. A mulher e a família na historiografia latino-americana recente. **Revista de Pós Graduação Em História da Ufrgs,** Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 23-48, 1993.

_____. O que mudou na família brasileira? (da colônia à atualidade). **Psicologia USP,** v. 13, n. 2, p. 27-48, 2002.

Fontes

PODER JUDICIÁRIO. 2ª Vara Civil. Fórum Salmon Lustosa, Comarca de Parnaíba, Piauí, Processo de Desquite Litigioso s/n, 05/06/1959.

PODER JUDICIÁRIO. 2ª Vara Civil. Fórum Salmon Lustosa, Comarca de Parnaíba, Piauí, Processo de Desquite Litigioso s/n, 16/02/1966.

O LADO ESQUECIDO DA CIDADE: PARNAÍBA E A REPRESENTAÇÃO DA VIDA NA BEIRA DO CAIS (1930-1970)

Erasmus Carlos Amorim Morais
Ana Beatriz Araújo de Freitas

Introdução

Nos anos 1930, a cidade de Parnaíba era considerada um dos maiores centros econômicos do Norte do Piauí. O lucro oriundo do comércio exterior (movimentado pelo fluxo de importação e exportação) era perceptível em vários aspectos do cotidiano da cidade. Tanto na infraestrutura, representada pelo processo de remodelamento que a cidade passava, quanto nos hábitos da população. Todos esses sinais de progresso e modernidade ficavam restritos à classe burguesa, enquanto a outra parcela da sociedade ficava à margem de tudo isso, embora fossem esses sujeitos, tidos como marginais, que assegurassem, através da força de seu trabalho, as condições de existência.

Diante desta realidade de desigualdade social e das evidências presentes nos processos judiciais de desquite, decidimos conhecer a história de alguns personagens que sobreviveram na margem do rio. Beirando o rio, beirando a vida. Tendo na labuta realizada no Porto o meio de garantir sua existência. Tanto homens quanto mulheres trabalhavam nos mais variados tipos de atividade laboral, seja na carga e descarga de mercadorias, nos escritórios das firmas de representação, ou mesmo como atravessadores de pessoas e mercadorias de um lado ao outro do rio. Os sujeitos

mais comuns encontrados pelo cais de Parnaíba eram: canoieiros, estivadores, embarcadiços, vareiros, carregadores – os homens do cais.

Os sujeitos do cais e o movimento pela sobrevivência

Os espaços de sociabilidades, onde tramas e práticas eram construídas cotidianamente pelas pessoas de vida simples, eram as encostas do rio e seu entorno. Sendo assim, três lugares podiam ser apontados como os principais espaços que concentravam a presença dos homens ribeirinhos, eram eles: o cais, o botequim e o cabaré.

Nesses lugares, iam imprimindo seu modo de viver e sobreviver no cais (trabalho); desenvolvendo práticas de sociabilidades no botequim (bebida, jogo e alguns dedos de prosa, além de baderna); a diversão mais íntima e a iniciação sexual dos rapazes eram feitas no cabaré (forró, sexo e confusão).

As mulheres ficavam com outros ofícios: quituteiras, lava-deiras, doceiras, vendedoras. Esse tipo de trabalho, quando não era a única renda da família, surgia como um complemento do orçamento familiar. Garantia as condições, quase sempre mínimas, de existência.

Os desquites demonstram a vida de mulheres que trabalhavam para auxiliar com as despesas de casa, com a permissão do marido. A vida era dura, existir, ou seria resistir? Existir no cais era um desafio diário, era mostrar que as condições materiais de existência não sufocariam o desejo da sobrevivência, porque, diante de todas as adversidades, ainda fazia sentido voltar para casa. É no espaço doméstico, onde a intimidade ganha jeito, que a diferença social não tem espaço, e viver faz todo sentido.

Quando a gente chegava em casa era mesmo que uma festa, limpar os bichos, ferver a água, fazer o pirão, era mesmo que uma festa. A gente nem reparava que comia só uma vez por dia. Era até bom ficar naquela luta, as horas passando sem muita preocupação. Você até se admirava quando via, em algum café do cais, aqueles homens comendo feijão com farinha às dez horas do dia – o pedaço de rapadura ao lado para sobremesa, ou um pedaço de bolo de puba – outros preferiam a rapadura raspada com farinha (BRASIL, 2008, p. 22).

A correria do dia a dia não permitia que as dificuldades fossem pensadas. A alimentação, para os moradores da beira do rio, era um artigo de luxo. Variar o cardápio era uma situação que causava espanto, conforme podemos extrair da citação acima.

Esse, enquanto personagem, passa como coadjuvante, embora possa ser considerado um dos principais sujeitos. Assim, afirma Renato Castelo Branco:

Em frente à cidade fica o rio, onde ele termina com seu cais de pedra, bem alto, e uma fileira de grandes armazéns de propriedade dos grandes exportadores. O cais era pitoresco e movimentado, cheio de enormes barcaças, ora descarregando as mercadorias que vinham do interior, ora recarregando-as para o transporte até Tutóia ou Amarração, os portos marítimos por onde processavam as exportações do Estado. Subindo ou descendo o rio, passavam constantemente os “gaiolas”, rebocadores de

todos os tipos, grandes e pequenos, arrastando atrás de si uma procissão de barcas, lotadas ao máximo, as águas do rio lambendo as bordas da coxia (CASTELO BRANCO, 1981, p. 19).

A ideia passada pelo autor é a de que o rio não faz parte da geografia da cidade. No entanto, sua estreita ligação com a margem, o movimento das embarcações e pessoas em seu curso permitem acrescentá-lo à paisagem urbana. Afinal, foi a navegação fluvial que motivou e deu ensejo à construção da urbe. O mesmo memorialista continua a relatar o cotidiano do cais:

No cais, quando os armazéns estavam abarrotados de mercadorias esperando navio para embarque, empilhavam-se, às vezes, ao ar livre, sacas de babaçu ou carnaúba, fardos de algodão ou jaborandi, ou peles de boi, cobertos com enormes encerados, como proteção contra as chuvas. (CASTELO BRANCO, 1981, p. 19).

O cais, esse lugar de práticas, esse lugar do viver da gente simples está intimamente ligado ao rio, que tanto se materializa nos discursos, seja por meio das representações, do ativo e intenso comércio de produtos dos mais variados gêneros, ou através das pessoas que, na lida diária, movimentam seu cotidiano. Diante de uma carência imagética se impõe a necessidade de uma representação física e, entre as poucas registradas, compartilhamos uma que data da primeira metade do século XX.

Figura 01: Cais do Porto, Parnaíba, primeira metade do século XX



Fonte: Acervo pessoal de Helder Fontenele.

Raimundo Souza Lima¹ descreve bem a imagem acima quando fala do cais, sem perder de vista as barcas mais módicas, presentes na geografia física do porto quando estavam ausentes outros transportes fluviais de maior porte.

Também nos intervalos ou espaços vazios entre os dois cais tomavam lugar as barcas de madeira, palhoças flutuantes que aos poucos iam afundando o calado sob o peso do

¹ Segundo Silva: nasceu em Parnaíba – Piauí, em 1911. Faleceu em 1976. De origem negra, começou a trabalhar ainda criança para ajudar a família nas despesas domésticas. Foi operário, vendedor de bolo de goma, ferroviário, comerciante, contabilista, despachante, dentre tantas outras ocupações. Como jornalista, colaborou com diversos jornais, inclusive, como editor do Jornal Folha do Litoral. Sua consagração veio como escritor (SILVA, 2012, p.58).

carregamento de sal grosso e de caixotes de mercadorias diversas. Destinavam-se à outra extremidade do rio Parnaíba, em cujo percurso se dava a troca de manufaturados e sal por matérias-primas, daí originando-se o empório comercial parnaibano da maior expressão já constatada em tempos que já vão distantes, em função da penetração e pujança regionais de uma época (LIMA, 1988, p. 15).

Existe uma imagem que representa a narrativa de Renato Castelo Branco. Ela demonstra o movimento de homens no processo de carga e descarga das mercadorias no Porto das Barcas.

Figura 02: Os trabalhadores, Porto das Barcas, Parnaíba, segunda metade do século XX



Fonte: Acervo Pessoal de Helder Fontenele.

A imagem é uma representação do cotidiano dos trabalhadores do Porto das Barcas. A carga e descarga de mercadorias fazia parte da rotina destes homens do cais. Homens simples, desempenhando funções diferentes. Uns em movimento, outros parados, todos envolvidos com o transporte das mercadorias que chegavam e partiam, algumas em direção ao interior do país; outras seguiam para portos internacionais.

Dentro ou fora das embarcações, entre pilhas e armazéns estavam todos eles, estivadores, embarcadiços, vareiros, pés descalços e, para se proteger do sol, um chapéu de couro ou palha na cabeça.

As camisas, item presente no vestuário masculino, também não obedeciam a uma padronização, da direita para a esquerda percebemos, inicialmente, um estivador com calça comprida e camisa sem manga; ao seu lado, outro trabalhador que aparenta ser um pouco mais velho, trajando uma calça longa, combinando a camisa de manga longa e um chapéu; um pouco mais afastado deste está outro homem aparentemente mais jovem, usando uma peça, na parte inferior do corpo, que se assemelha a uma bermuda, sem deixar de lado o velho e bom chapéu.

Outras figuras que compõem a imagem seguem o padrão do primeiro estivador descrito. Não podemos afirmar se o tamanho das mangas, a ausência delas ou o não uso de calça longa definem a ocupação de cada trabalhador. No entanto, pelo que podemos inferir, acreditamos que sejam pessoas encarregadas de outras atividades, ou foram convocadas para um auxílio extra.

Renato Castelo Branco, em seu livro memorialístico, descreve estes homens que movimentavam o cotidiano da cidade de Parnaíba, especificamente, na região do cais.

[...] entre as sacas e os armazéns, fervilhavam os estivadores, a catraia, os vareiros, os embarcadiços, só de tanga, pés descalços, tronco nu, uma faca marinheira pendurada na cintura, ou um grande punhal, o “espin”, que é sua arma, seu companheiro, seu tudo. À cabeça levavam um saco de estopa, ora em carapuça para proteger do sol e da chuva, ora em “rodia” para amortecero peso das cargas. E entre esta população inquieta, brincalhona, debochada, passavam em manga de camisa os empregados de escritório, lápis atrás da orelha, caderninho na mão, contando as mercadorias, controlando as sacas transportadas pelos estivadores, das barcas para os armazéns, dos armazéns para as barcas (CASTELO BRANCO, 1981, p. 20).

Desta forma, notamos que mesmo entre os trabalhadores do cais pode existir, entre os mais módicos ofícios, uma hierarquização na realização de tarefas braçais. A presença de funcionários fazendo uso de um lápis e um caderno para registrar o volume das exportações denota a divisão do trabalho e a posição que cada um ocupa nas firmas e nos portos, principalmente.

Viver no cais de Parnaíba é lutar diariamente pela sobrevivência, pois as condições de vida materiais são difíceis, agravadas pela falta de oportunidades de trabalho, pela quase total ausência de escolaridade, esquecidos pelo governo, os habitantes recorrem, geralmente, à informalidade. São homens e mulheres realizando os mais diversos tipos de trabalho com o intuito de garantir sua existência.

Nesse movimento intenso do viver e na luta travada no cotidiano, devido à ausência de condições materiais mínimas de

existência, o cotidiano vai sendo marcado a partir das relações de forças feitas entre aquele que sobrevive e os donos dos meios de produção.

É essa relação desigual e hierarquizada que marca a posição dos sujeitos dentro das relações de trabalho. Dentro desse desejo de capturar as vidas, em seu movimento cotidiano, conseguimos perceber que o trabalho ocupa sistematicamente parcela significativa do dia dos agentes sociais. Nesta perspectiva, entendemos que:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda a sua intensidade (HELLER, 2014, p. 32).

Dentre os aspectos que atravessam a vida cotidiana dos moradores do cais, iremos nos ater às relações sociais construídas entre os sujeitos que se misturam com a pobreza. Tanto ela quanto o trabalho são presença constante no dia a dia dos habitantes da margem. Para R.Souza Lima:

[...] o progresso foi baseado principalmente no oportunismo do esforço alheio. Na energia daqueles que morejando de sol a sol numa cruenta batalha pela própria sobrevivência, atolados na completa ignorância em que viviam, cedo desapareceram, sem deixarem um marco sequer na caminhada empreendida pela prosperidade material da região, da qual nunca participaram. Desapareceram para sempre em menos de meio século de laborioso e proveitoso, só restando da classe numerosa que era, vagas e imprecisas referências como subsídio que se quis prestar à verdadeira história (LIMA, 1988, p. 16).

São inúmeros os sujeitos históricos que viveram às margens do Igarapé e ajudaram, com o suor do próprio rosto, a produzir o luxo e a riqueza presentes na primeira metade do século XX, na “Princesa do Igarapé”. A região portuária era um lugar de intensa movimentação. Durante o dia, a rotina é marcada pela agitação do mundo do trabalho. Seja no processo de carga e descarga, seja na prática do comércio realizada no atacado ou varejo, a cidade vai se desenvolvendo e a vida acontecendo.

No entanto, não é somente o trabalho o único responsável por deixar marcas relevantes no cotidiano de Parnaíba. Um espaço que ganha outra conotação é o próprio Porto, durante a noite ele passa a ter outro uso, seria consumido por seus personagens habituais de outra forma, na verdade:

O porto Salgado, em Parnaíba, é um dos pontos mais movimentados e alegres da cidade. Ao espectador, mesmo o mais simples e indiferente,

não podem escapar certos detalhes da sua vida afanosa e divertida. Mal a cidade se desfaz do frio e pardacento véo que a envolveu durante à noite, já aqui e ali, se avistam pequenos grupos de homens, como se tivessem pernoitado ali, ao relento, no cumprimento de uma outra obrigação que não a dos seus trabalhos diários (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1938, p. 69).

Nota-se que o cais, no período noturno, era consumido por seus sujeitos de outra forma. A maioria dos trabalhadores passava a usá-lo de forma diferente, durante o dia, ele era destinado para a realização do comércio de importação e exportação. À noite, esse mesmo lugar cedia passagem para o desenvolvimento de atividades ligadas às sociabilidades, proporcionando maneiras outras de se relacionar. O amanhecer dava sinais desse tipo de consumo.

À medida que a claridade solar vae-se alastrando por sobre o casario de fachadas vistosas e bem cuidadas, também os inúmeros trabalhadores que se acham agrupados: - uns agachados, friorentos, olhos semi-cerrados, cabeça apoiada, indolentemente sobre o ombro; outros, ao contrário, olhos bem vivos, inquietos, cigarro preso a um canto da boca, de longe em longe soltando grossas baforadas de fumaça, invariavelmente secundadas por um ‘chuvisco’ de chalaças vão se locomovendo rumo aos seus vários misteres (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1938, p. 69).

Dentre tantos personagens que fizeram história no cotidiano da beira do cais, a memória de Souza Lima conseguiu preservar as representações que caracterizaram os sujeitos com os quais teve a oportunidade de privar da sua intimidade, guardando na memória situações peculiares que marcaram a vida destes homens ribeirinhos.

[...] Manoel Umbigo, vareiro que resolveu deixar a profissão “pela do comércio de macacos e papagaio” para evitar encrencas que costumava meter-se enquanto viajante do rio Parnaíba; João Ventura, caboclo inteligente, embora analfabeto, “indivíduo de índole sarcástica impecável” que escolhia sempre o Porto Salgado “como palco de suas diabrites”; a mulata “Mãe de Paca” ou Zefinha “que a mais leve menção àquele idioso apelido descarregava verdadeira saraivada de nomes acompanhados de gestos indecorosos”; a prostituta Maria Camila, também conhecida por Maria Picinê, por causa dos óculos que lhe aliviavam a miopia, mulher capaz de involuntariamente levar ao túmulo o rival do amante (LIMA, 1988, p. 10).

A prostituta era um personagem que fazia parte da paisagem periférica da cidade. Sua presença constante na região do cais assegurava aos vareiros, canoeiros, estivadores e demais trabalhadores que, após um dia pesado de labor, encontrariam em sua cama um pouco de prazer, pois a prostituta não engana ninguém, todos sabem que o prazer por ela oferecido é comprado.

Entre as inúmeras prostitutas existentes à beira do cais, podemos ter como exemplo Maria Camila, também conhecida por

Nenem Pinicê. O apelido está associado a um problema de visão, Maria tinha miopia em um grau bem elevado, no entanto, havia perdido os óculos com lentes especiais. Essa situação vinha lhe trazendo alguns problemas, pois ficava difícil reconhecer os clientes embriagados e que com frequência se envolviam em confusão. Por conta disso, era comum encontrá-la:

Recostada a um poste de luz amarelada do cais, pede para lhe acenderem o cigarro ordinário pela segunda vez, que ela logo apaga, de propósito. - Era aquela a única maneira de olhar de perto, quase cheirar a cara dos homens com quem tinha de dançar e beber pela noite a dentro. Antes não precisava daquela cavilação, que outra coisa não senão prevenir-se contra um ou outro vareiro bêbado que a princípio prometia mundos e fundos para dali há pouco só sair pancadaria e “chumbo” (LIMA, 1988, p. 43).

Foi após o terceiro pedido de acender o cigarro que Maria Camila decidiu prolongar o diálogo com o homem que havia realizado o pedido solicitado. Pedro Simão tinha chegado há pouco tempo do Amazonas, passeando pela região ribeirinha de Parnaíba, depara-se com a moça recostada a um poste; de maneira gentil, acende o cigarro dela e, em seguida:

O homem toma-lhe pelo braço, fazendo-a entrar no botequim próximo, sentando-se ambos a um canto. Ele pede “sisi” para ela, “zinera” para ele. Admirada com a atitude diferente do estranho, estendeu-lhe o copo para queimar o refrigerante. As doses vão se repetindo à

medida em que ela vai desfiando sua história de mulher do cais. Mais da vida do que cais, quando abandonou a casa, bem nova ainda. Foi no momento exato em que era enxotada pela madrasta, rameira velha, acesa e briguenta, logo que dera pelo crescimento de sua barriga de moçota de treze anos (LIMA, 1988, p. 43).

A história de Maria Camila assemelha-se à de muitas outras meninas que viviam na beira do cais. Geralmente, no primeiro relacionamento, com homem de mais idade, acabam por envolver-se sexualmente com eles. Inicialmente, são agraciadas com presentes variados, depois cedem aos prazeres carnavais, e como não é comum o uso de métodos contraceptivos, acabam engravidando. A gravidez, após descoberta, tem como implicação o abandono por parte do namorado. O caso da personagem em questão foi um pouco diferente porque só foi abandonada mesmo depois do parto.

Antônio Piau, o namorado – lembrava-se bem como se fosse naquele instante, prosseguia animada – dera-lhe voltas de miçangas, latinhas de pó de arroz e uma capa de dente dourada trazida do inglês, para encobrir o preto da pressa furada. Sim, ganhara também, um espelinho de seio com retrato de Santo Antônio e um frasquinho de cheiro de oriza, perfume bom que nunca mais se esqueceu. Isso não ia esconder de ninguém, porque gostava era de Antônio Piau, por isso entregara-se a ele, de corpo e alma. Mas depois do parto, desamparada e sem futuro, decidiu ganhar a vida

noutro lugar, já queo filho nascera morto e de repente foi convidada por uma família para morar no Amazonas (LIMA, 1988, p. 43-45).

Assim como Maria Camila, Luíza, personagem de Assis Brasil, fora abandonada por Nuno. Seria essa a sina das mulheres do cais, serem desejadas enquanto meninas, possuídas depois de alguns encontros, engravidarem e, posteriormente, serem abandonadas por eles?

Tivera as primeiras ilusões, entusiasmos – estranho como podia partilhar da vida daqueles desconhecidos – de repente estavam na maior intimidade, os corpos nus sem nenhum receio, sem nenhuma vergonha – o carinho passageiro em seus rostos, as palavras forjadas para nunca mais voltar a ver as mesma feições – outras caras, outros dentes, outros cheiros, outros queixos, lisos e barbados, as promessas ingênuas – tiro você daqui dessa miséria, dou casa, uma vida melhor, você não merece isso, essa vida à toa – tão nova e já desgraçada. Qual deles teria sido sincero? As promessas faziam parte dos atos medidos, nunca se esqueciam que tinham que pagar no fim – estiravam as cédulas lisas ou amassadas, se despediam certos de que haviam liquidado um negócio, ou satisfeito um desejo que se compra por um preço razoável (BRASIL, 2008, p. 104).

Luíza teve o mesmo destino de sua bisavó, avó e sua mãe, Cremilda. Todas trilharam muito cedo o universo da prostituição.

Envolveram-se tanto com os homens fluviais quanto com os ricos da cidade, mas o destino acabava sendo o mesmo, tornavam-se prostitutas e, depois, eram abandonadas. Contudo, Luíza resolveu quebrar esse ciclo vicioso, afirmando que sua filha:

Mundoca era diferente, nunca teria um marinho nos braços, uma filhinha, aquela maldição findaria ali. Que vida mais esquisita. Às vezes se alegrava – a filha não vadiaria pelo cais de barriga grande olhando a curva do rio, não desceria as escadas dos gaiolas à procura de seu homem, não corria à cidade para que alguém ajudasse a parir (BRASIL, 2008, p. 52).

Luzia estava certa, “tudo teria um fim com Mundoca, aquela dinastia do cais. Aquele destino do cais” (BRASIL, 2008, p. 53). A filha não seguiu o mesmo caminho percorrido por ela e suas predecessoras. Pelo menos na sua família o comércio do corpo foi interrompido.

Outras figuras, não menos importantes, somam-se às já mencionadas para demonstrar diversidade de sujeitos que viviam e marcaram presença no cais, fosse na realização de tarefas pesadas ou nos espaços de sociabilidade, entre elas se destaca a lavadeira, figura comum entre os diversos atores sociais que viveram nas encostas do rio.

Geralmente, o ato de lavar roupa é feito em espaço próprio, ou seja, um lavadouro. Parnaíba não dispunha, à época, de um espaço dessa natureza construído por iniciativa do governo municipal para auxiliar as lavadeiras no desempenho de sua atividade.

O lavadouro não é visto apenas como um lugar onde se realiza o ofício de lavagem de roupa, mas também como espaço de

sociabilidade, onde as mulheres podem, entre elas, compartilhar algumas situações que atravessavam o seu cotidiano.

É que o lavadouro é para elas muito mais do que um lugar funcional onde se lava a roupa: um centro de encontro onde se trocam as novidades do bairro, os bons endereços, receitas e remédios, informações de todos os tipos. Cadinho do empirismo popular, os lavadouros são também uma sociedade aberta de assistência mútua: se uma mulher está em um “atoleiro”, acolhem-na, fazem uma coleta para ela. A mulher abandonada pelo seu homem recebe no lavadouro, onde a presença masculina se reduz a meninos importunos, de uma simpatia especial (PERROT, 2010, p. 202-203).

No caso específico da beira do cais de Parnaíba, o lavadouro é a própria margem do rio. Em espaço improvisado, situado entre o cais e a água do rio. Era ali, entre um e outro, que comumente encontravam-se, por toda sua extensão, as lavadeiras. Uma ao lado da outra desempenhando sua tarefa, lavando a roupa. Não usavam nenhum recipiente para acumular água. Ela está logo ali, ao alcance da mão.

Figura 03: Lavadeiras na beira do cais na década de 1940



Fonte: Acervo pessoal de Helder Fontenele.

Era comum encontrar as lavadeiras na beira do rio. Sozinhas ou em coletivo, com uma bacia ou trouxa na cabeça, filhos ao lado, elas chegavam junto com os primeiros raios de sol. De longe os trabalhadores das fábricas ouviam o sinal da presença delas. Eram as vozes, ou sorrisos altos que chamavam a atenção dos passantes; esses sons, que mais pareciam música, rasgavam o vento sem nenhum pudor, pois ali, entre elas, o padrão comportamental burguês era subvertido.

Casadas, solteiras, altas, baixas, gordas, magras, brancas, negras. Mulheres! São elas responsáveis por agitar a vida na beira do cais, geralmente acompanhadas dos filhos, pois não tinham com quem deixá-los. Logo após a chegada, buscam pela melhor posição, colocam as trouxas no chão, tocam a água e avaliam se está fria ou na temperatura ideal. Em seguida, passam a separar as peças, uma a uma, em uma criteriosa avaliação. Roupa branca não

podese misturar com colorida, roupa nova para um lado, velha para outro, e assim seguem em seu ofício.

Engana-se quem pensa que esse cotidiano é marcado somente pelo desempenho da lavagem de roupa. Vez por outra a rotina é interrompida, o ofício é suspenso por uma briga. Algumas mulheres são rivais – por vários motivos – então, coincidência ou não, elas se encontram no lavadouro. Uma ofensa daqui, uma defesa de lá, ânimos exaltados e não demoramuito para a discussão chegar às vias de fato. As companheiras correm para separar as personagens da confusão.

Passando alguns minutos, os ânimos se acalmam e aos poucos o dia vai seguindo à sua ordem habitual. As companheiras voltam aos seus postos, geralmente repreendendo a condutadas envolvidas.

Essa rotina acontece uma, duas, três ou mais vezes por semana, “as lavadeiras, que são encontradas a todas as horas do dia ao longo das margens” (MAGALHÃES, 1983, p. 41). A frequência dessas mulheres no cais se dá devido ao volume de roupas que elas têm para lavar. Não são apenas as peças da família. Na maioria das vezes, é um serviço extra que elas desenvolvem para ajudar na renda familiar.

Essas mulheres pobres da beira do rio, em alguns casos, responsáveis pelo sustento da própria casa. Abandonadas pelo marido, desquitadas, viúvas, são elas que ocupam a beira do cais, estabelecendo relações sociais, movimentando o cotidiano, dando vida ao lugar.

Outro personagem comum é o Vareiro² ou Porco d'água, também conhecido por sua valentia, lealdade e disciplina. É descrito por Souza Lima:

O vareiro típico quando, se achava de folga em terra, vestia calça de mescla ou de riscado grosso com camisa de meia listrinha azul e branco circulando- lhe o tronco desenvolvido, em que sobressaia o peito largo e maciço, guardado com dois braços poderosos, cheios de tatuagens. Para a cabeça e os pés, o gosto variava; chapéu branco de abas curtas viradas para cima e tamancos pesados, com rosto de sola ou pele de bode curtida. Às vezes não usava nem uma coisa nem outra, mas o cintão de sola grossa com fivela de latão era indispensável. Aí fiava a faca marinheira embainhada com estrela de cinco pontas no cabo, para rebater mandinga de inimigos em caso de briga. Era o reverenciado cinco-salomão, que podia ser gravado também no cacete de jucá, arma deixada na barca e apanhada só quando ameaçado pela soldadesca (LIMA, 1988, p. 19).

Além das características alinhadas ao vestuário do vareiro, que irão ajudar na composição de sua representação social frente a tantos outros personagens, acrescenta-se:

² Também conhecido como homem do rio foi, segundo R. Souza Lima, a pedra angular na formação comercial da região.

[...] que se alimentam de paneladas de feijão, preparado toscamente dentro da própria canoa. Este feijão, depois de engrossado com farinha bruta de mandioca, é ingerido em largas porções, acompanhado de fartos goles d'água, recolhida ali mesmo com todas as contaminações possíveis e bebida numa lata, quase sempre enferrujada. Quando terminam a "refeição", os seus ventres ficam inchados e dobram sobre o cinto da calça. Estes indivíduos vivem por ali, nas canoas, e dormem em redes penduradas na própria embarcação (MAGALHÃES, 1983, p. 42-43).

Tanto o vestuário quanto a alimentação são particularidades que devem ser evidenciadas e tomadas como relevantes para compreendermos a construção das representações que permeiam a estruturação de uma memória e identidade que envolve os homens do cais.

Soma-se a isso o fato de o vareiro, junto com os embarcadiços, construir nas encostas do rio um espaço próprio e adequado aos seus divertimentos quando estavam ausentes das viagens e dos serviços costumeiros de carga, descarga de mercadorias; de desencalhar as embarcações que emperravam em bancos de areia espalhados ao longo do curso do rio Parnaíba e seus afluentes.

Este trabalho de liberação das embarcações presas em bancos de areia produzia no corpo do vareiro uma marca que o distinguia de todos os demais homens do rio, ela era o símbolo do esforço empreendido para liberar as barcas e também representava o perigo que esse tipo de atividade trazia para a vida do homem.

Foi-lhes abonada, sim, a suposta condecoração que ostentavam com orgulho no peito estufado e maciço, representada por aquelas duas “medalhas” ou manchas enegrecidas, marcadas pelo uso diário do varejão. Era o “sinal” do machismo que levava a peito por uma vida de sacrifícios que ele mesmo muitas vezes desprezava, ao ser lançado no ar pelo açoite do varejão. Era precisamente no momento do tira-teima, se se partir a vara no apoio do finca-pé contra a correnteza violenta: vai-se um homem atirado de catapulta do convés, podendo estrepar-se na própria vara ou, no mínimo, tomar um banho de trampolim (LIMA, 1988, p. 16).

Após livrar-se dos riscos que o trabalho trazia, o velho e bom homem do rio corria para a terra firme, colocava a roupa que lhe caracterizava, seguia em direção ao botequim ou cabaré e, nesses lugares, iniciava outras histórias. Geralmente, marcadas por violência, pois o excesso de bebida o deixava mais corajoso do que o habitual, e isso era o suficiente para provocar desordem nos espaços que frequentava e, diante disso, o confronto com a polícia era inevitável.

As lutas constantes entre embarcações e policiais na então florescente cidade de Parnaíba, o único centro exportador do Piauí. Não existia, pode-se dizer, razão profunda para a continuidade da guerra acirrada entre essas duas classes, quando a causa principal das rusgas se assentava unicamente no desforço que cada lado se julgava no direito de tomar. Era a honra que

precisava ser lavada, às custas do facão “comblain”, por um lado, e por outro, a troco de pau e da faca marinha, para tirar o ranço do “canela preta féa da puta” (LIMA, 1988, p. 19).

A criminalidade é uma questão que não pode passar despercebida. Através dela, é possível dimensionar as implicações sociais de uma cidade, geralmente, os tipos de delitos cometidos por determinada parcela da sociedade sinalizam alguns problemas mais emergentes, requerendo do poder público a tomada de medidas que venham a coibir a reincidência, bem como o desenvolvimento de ações paralelas que visam à implantação de ações preventivas com o intuito de promover a ordem e a harmonia.

Parnaíba, em meados da década de 1940, era uma cidade com um significativo crescimento econômico. Figurava entre as cidades mais prósperas desta primeira metade de século; no entanto, um aspecto chama nossa atenção: a baixa taxa de criminalidade. Outra particularidade soma-se à anterior, a maioria dos crimes são de baixo teor ofensivo.

É diminuto o coeficiente dos criminosos habituais ou por índole em nosso meio. Em sua quase generalidade, o que temos são criminosos ocasionais, levados ao delito pelo ímpeto, com suas determinantes bem conhecidas nos juízos criminais: o álcool que gera valentões e desordeiros, dando-nos o maior número de causas-crimes; a ignorância e, além destas e outras genetrizes de menos importância das infrações penais, podemos enumerar, ainda, o temperamento amoroso de nossa gente, demasiado tropical, que também nos fornece apreciável

contingente de delitos (CORREIA; LIMA, 1944, p. 237).

Depreende-se da citação que as questões econômicas não colaboram de maneira direta com as condutas delituosas, essas estão associadas a fatores de ordem social, como deixa vero consumo de álcool e a desordem, liderando as causas-crimes.

Segue, abaixo, a relação dos sentenciados até 1945. As tabelas permitem conhecer os principais delitos, e também a quantidade de ocorrências.

Tabela 01: Relação dos sentenciados de Justiça da Comarca de Parnaíba (reclusos) – 1944

Reclusos	
Homicídio	8
Lesões Corporais	6
Sedução	2
Furto	6
Rapto	1
Falsificação de documento	1
Inviolabilidade de domicílio	1
Total	25

Fonte: Correia e Lima (1945, p. 237-238).

Tabela 02: Relação dos sentenciados de Justiça da Comarca de Parnaíba (liberados) – 1944

Liberados	
Homicídio	2
Lesão Corporal	1

Total	03
-------	----

Fonte: Correia e Lima (1945, p. 238).

Tabela 03: Relação dos sentenciados de Justiça da Comarca de Parnaíba (sursis) – 1944

Em gozo de Sursis	
Furto	3
Lesões Corporais	14
Curandeirismo	1
Falso testemunho	1
Abuso de autoridade	1
Total	20

Fonte: Correia e Lima (1945, p. 238).

Tabela 04: Relação dos sentenciados de Justiça da Comarca de Parnaíba (revéis) – 1944

Revéis	
Homicídio	2
Lesões Corporais	29
Furtos	5
Roubos	10
Seduções	16
Curandeirismo	1
Prevaricação	1
Rapto	1
Injúria	1
Total	66

Fonte: Correia e Lima (1945, p. 238).

Na edição de 1945, referente ao ano de 1944, o Almanaque da Parnaíba faz um levantamento acerca do sistema prisional em Parnaíba. Segue, abaixo, um demonstrativo, em forma de tabela, descrevendo os principais delitos e a condição dos apenados. Na matéria veiculada pelo periódico, não fica claro se os atos comissivos foram praticados por homens e mulheres, só por homens, ou só por mulheres. Acrescente-se, ainda, a inexistência física dos processos crimes³ desse período, eles não existem mais.

Essa ausência impede o enquadramento social dos delinquentes. Se tal dado estivesse disponível, ficaria mais fácil conhecer o bairro, a condição financeira, o sexo dos meliantes, as condições em que os delitos ocorreram, quem foram as vítimas, ou seja, seria possível reconstituir, parcialmente, este cotidiano violento da cidade e, posteriormente, traçar um perfil, apresentando a realidade criminal de Parnaíba no final da primeira metade do século XX.

Mesmo com essa lacuna, é possível visualizar que a criminalidade não tinha um número elevado, uma vez que o percentual envolvendo a prática de crimes, no início da década de 1940, é relativamente baixo, isso se levarmos em consideração o número de habitantes apresentados pelo censo na mesma década.

³ Carlos Bacellar fala sobre a relevância das fontes judiciais para a construção do conhecimento em história, afirmando: “os processos crimes e cíveis são fontes igualmente abundantes e dão voz a todos os segmentos sociais, do escravo ao senhor. São fontes preciosas para o entendimento das atividades mercantis, já que são recorrentes os autos de cobranças judiciais de dívidas e os papéis de contabilidade de negócios de grande e pequeno porte. A convocação de testemunhas, sobretudo nos casos dos crimes de morte, de agressões físicas e devassas, permite recuperar as relações de vizinhança, as redes de sociabilidade e de solidariedade, as rixas, enfim, os pequenos atos cotidianos das populações do passado.” (BACELLAR, 2008, p. 37)

O capítulo X do Almanaque traz um estudo sobre a situação da Segurança Pública e a criminalidade de Parnaíba até 1945. Seguindo a ordem, temos: a) sistema correcional, b) vagabundos, mendigos e menores desamparados, c) criminalidade, d) curandeirismo e baixo espiritismo e e) relação dos sentenciados da justiça.

Com relação ao sistema correcional, o estudo começa fazendo uma abordagem sobre a condição das penitenciárias em âmbito nacional, informando que elas, sendo analisadas por um viés científico, demonstram carecer de alguns ajustes. Cita que durante o Estado Novo, comandado por Getúlio Vargas, as Penitenciárias implantadas em Neves, Minas Gerais, Itamaracá, Pernambuco e as de São Paulo e Rio poderiam ser apontadas como o modelo a ser adotado pelos demais entes federativos. Sobre a condição desse sistema em Parnaíba, assim relata o artigo:

O sistema correcional de Parnaíba é, assim, o existente na generalidade das comarcas do interior e quiçá em algumas capitais. O prédio onde funciona a Cadeia Pública é, depois do de Teresina, o melhor do Estado, reconstruído, para esse fim, na administração Mirócles Veras. Colocado afastado do centro urbano, em subúrbio da cidade, possui amplas salas-presídios, sendo servido por sistema sanitário e água canalizada (CORREIA, 1945, p. 235-236).

Fica evidente que Parnaíba tem a segunda melhor estrutura penitenciária do Estado no final da primeira metade do século XX. Levando em consideração os tipos de crimes apresentados nas tabelas, deduzimos que, nesse período, a criminalidade não era

muito elevada, tendo em vista que a população do município, à época, era de um pouco mais de 42 mil habitantes.

A tabela abaixo, criada a partir de dados extraídos do Almanaque da Parnaíba de 1944, demonstra a quantidade de habitantes presentes na cidade, levando em consideração os que residem tanto na área urbana quanto na zona rural. As informações presentes no periódico foram feitas com base no censo nacional realizado em 1940.

Tabela 05: Censo demográfico de Parnaíba na década de 1940

Quadro urbano	5.175	habs.
Idem suburbano	17.396	“
Idem rural	20.034	“
Total	42.605	habs.
População da cidade	22.571	habs.
População rural	20.034	“
População do município	42.605	habs.

Fonte: Correia e Lima (1945, p. 61).

Além do contingente populacional, outro dado que chama atenção é o número de habitantes concentrados na zona suburbana. Pelo que pode ser constatado, o número de pessoas residentes nessa área é três vezes superior ao número de habitantes que moram no espaço urbano. Isso demonstra que a periferia era o lugar mais habitado da cidade, são mais de 17 mil pessoas vivendo na margem, um número significativo, pois corresponde a 42,6% do total de habitantes.

Tendo, portanto, um cotidiano agitado, repleto de sujeitos diversos, carregados de história. Não podemos esquecer que essa

região da cidade é um lugar esquecido, conhecido pelas práticas diárias marcadas por sociabilidades diversas e personagens estigmatizados. O próprio Poder Público reconhece sua deficiência em relação a essa parcela pobre da sociedade:

Uma lacuna, porém, falta ser preenchida em nosso meio. É a necessidade que temos de um asilo, abrigo ou patronato para amparar e soerguer o menos desamparado ou o vagabundo. A proteção e assistência dos menores estão intimamente unidas à prevenção da delinquência, de tal modo que é difícil, às vezes estabelecer uma separação entre os meios repressivos e preventivos. Daí, um tal regime tutelar para esses menores que vivem a perambular pelas ruas de nossa cidade (CORREIA, 1945, p. 236).

Os sujeitos considerados vagabundos e menores desamparados eram uma realidade em Parnaíba. Entretanto, a pouca experiência do poder público no trato com parcela da sociedade dificultava a aplicação de medidas preventivas, pois ele mesmo reconhecia que o seu modo de agir não conseguia diferenciar a postura repressiva da preventiva.

Porém, no tocante à mendicância, a situação aparenta menos embaraço porque havia um grupo, liderado por mulheres, que cuidava da assistência aos pobres: “A mendicância, porém, encontra em nosso meio relativo amparo por parte da Sociedade Feminina de Assistência aos Pobres de Parnaíba, instituição benemerita, a primeira do gênero criada no Estado com o fim de amparar os pobres e mendigos” (CORREIA, 1945, p. 236).

Um das causas que podem ser apontadas como responsáveis pelo surgimento de um número expressivo de mendigos e pobres era o gradativo processo de assoreamento do rio, que anualmente mostrava sua ação demolidora, aumento dos bancos de areia, dificultando a navegação. Com o intuito de amenizar essa questão de ordem geográfica, o Poder Público canalizava, em caráter emergencial, valores pecuniários, visando a dirimir tal problema. Contudo, o mau uso do recurso inviabilizava a solução do problema, que ano após ano se mostrava cada vez maior.

Era certo que a fase de assoreamento do rio continuava o seu trabalho demolidor de todos os anos, não obstante a injeção daquela verba-zinhachorada dada pelo governo para contentar parte das necessidades carentes de emergência e o restante para o atendimento do “livre e independente eleitorado de nossa terra”. A verba vinha, sim, para o fim destinado à rubrica consignada no orçamento anual, mas sempre sujeita às manobras ardilosas da famigerada “devolução de verba por exercício findo” (LIMA, 1988, p.23).

Ficou notório que o problema não era resolvido, apenas uma medida paliativa era tomada, porém, a mesma situação repetia-se no ano seguinte e, desta forma, continuava a se perpetuar, dificultando a vida do homem fluvial e dos demais moradores da região ribeirinha, comprometendo a navegação ao provocar estragos nas embarcações, que se acumulavam aos montes na frente da cidade.

Enquanto isso, o problema que antevia o desastre iminente, marcava o seu fim trágico, liquidando tudo duma só cajadada: - aqui, ladeando as duas margens do calmo rio Igarapu, em frente à cidade, erguiam-se verdadeiras montanhas de vapores e barcas imprestáveis transformados em verdadeiros cemitérios de sucata; ali, eis o mais funesto da tragédia! - estava o home do rio atingido bem no coração (LIMA, 1988, p. 23).

A ineficácia do Poder Público em resolver a questão do assoareamento afastou os empresários, gerou desemprego; consequentemente, o cais e sua redondeza passaram a abrigar mais pessoas ociosas, propícias, portanto, a enveredar pelo universo da marginalidade e da mendicância.

Essa realidade da beira do cais de Parnaíba não sofrerá muitas alterações, pois a produção da riqueza gerada no Porto continua concentrada nas mãos de um pequeno grupo que fica no centro da cidade, enquanto a maior parte da população, habitante da periferia, fica sem participar diretamente dos lucros que ajuda a conquistar.

Dessa forma, segue a vida no cais, com seus sujeitos diversos, preenchendo as ruas ao amanhecer do dia, com o cotidiano marcado pelo trabalho no Porto, ou mesmo pelo simples movimento das pessoas, nos botecos e armazéns, revelando a existência de vida na beira.

Considerações finais

Após análise do almanaque, e outras fontes que falam sobre Parnaíba entre os anos de 1930 a 1945, é possível concluir que a cidade era a segunda mais populosa do Estado. Concentrando a maior parte da população urbana na região periférica da cidade, segundo dados do censo nacional, da década de 1940, em termos percentuais, perfazia um total de 42,6% dos habitantes.

Essa população era majoritariamente marginalizada, habitando a região portuária da cidade, servindo de mão obra para o comércio fluvial desenvolvido no Porto das Barcas, gerando renda e lucro para a elite.

Evidenciou-se, também, que o espaço urbano da beira do cais era composto por gente simples, onde foi possível identificar a presença de alguns sujeitos dentre eles: vareiro, porco d'água, marinheiro, prostituta, lavadeira, quitutera, que de maneira peculiar desenvolviam formas diversas de usar as encostas do rio, inventavam seu cotidiano, imprimindo sobre ele peculiaridades que permite reconhecê-las como uma produção identitária própria da região do cais.

Tal afirmação se sustenta pela maneira como a população usava o espaço urbano tanto durante o dia quanto à noite. O primeiro, servindo para o comércio tradicional feito nos armazéns e no movimento de carga e descarga do Porto, além de outros sujeitos que transitavam pelo cais desenvolvendo a venda de outros produtos em seus tabuleiros ou lavando roupas na margem do rio.

Na parte da noite o trabalho ficava por conta dos bares e das festas oferecidas pelos espaços de prazer proporcionado pelos cabarés espalhados ao longo do cais. São essas peculiaridades que fazem da região portuária de Parnaíba um lugar repleto de

subjetividade e que marcou os anos iniciais da segunda metade do século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. **Parnaíba**: Ranulpho Torres Raposo, 1938.

BRASIL, Assis. **Beira Rio Beira Vida**. Tetralogia piauiense. Teresina: FUNDAPI, 2008.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Use abusos da História Oral**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CASTELO BRANCO, Renato Castelo. **Tomei um Ita no Norte**: memórias. São Paulo: LREditores, 1981.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. 9. ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 1994. v. 1.

CORREIA, Bendito Jonas; LIMA, Benedito dos Santos (Orgs.). **O livro do centenário da Parnaíba**. Parnaíba: Editora Gráfica Americana, 1944.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

LIMA, R. Souza. **Vareiros do rio Parnaíba e outras histórias**. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1988.

MAGALHÃES, Joaquim Carlos. **Vá pro Piauí!** – crônicas, memórias, curiosidades sobre o Estado. Editora Bel-Ami, 1983.

SILVA, Josenias dos Santos. **Parnaíba e o avesso da belle époque: cotidiano e pobreza (1930-1950)**. 2012. 150f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

DO ROÇADO AO GANHO DE RUA: MULHERES NEGRAS E O MUNDO DO TRABALHO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX NO PIAUÍ

Débora Laianny Cardoso Soares
Michelle Araújo Dias

[...] Levanta, preta, que o Sol tá na janela
Leva a gamela pro xaréu do pescador
A alforria se conquista com o ganho
E o balaio é do tamanho do suor do seu amor
Mainha, esses velhos areais
Onde nossas ancestrais acordavam as manhãs
Pra luta sentem cheiro de anjelim
E a doçura do quindim
Da bica de Itapuã
Camará ganhou a cidade
O erê herdou liberdade
Canto das Marias, baixa do dendê
Chama a freguesia pro batuquejê [...]
São elas, dos anjos e das marés
Crioulas do balangandã, ô iaiá
Ciranda de roda, na beira do mar
Ganhadeira que benze, vai pro terreiro sambar
Nas escadas da fé
É a voz da mulher!

A escola de samba Viradouro, que desfila no Rio de Janeiro, escolheu entrar na avenida no carnaval de 2020 com o samba enredo que c(o)ntava a história das mulheres negras que no fim do século XIX saíam pelas ruas, principalmente dos centros urbanos,

para vender sua mão de obra e/ou seus produtos. Relembrando e homenageando-as a partir das lavanderias de Itapuã que com suas cantigas resistiam e reproduziam sua cultura, seu cotidiano e principalmente seu labor. O contexto desse período foi marcado principalmente pelo trabalho escravo, que figurava como traço marcante e essencial daquela sociedade. De importância vital, fosse no campo ou na cidade, toda e qualquer atividade manual era destinada prioritariamente aos indivíduos de cor – livres ou libertos – pois a população livre e branca nutria um desprezo por essas práticas. É nesse cenário que podemos enxergar com bastante nitidez as vicissitudes que o suor desses indivíduos proporcionara para construção da identidade brasileira, sobretudo ao que concerne o papel de agentes da cultura.

Portanto, faz-se necessário um estudo que consiga analisar a importância das mulheres negras e das atividades desempenhadas por elas no Piauí. A historiografia piauiense nos seus primórdios¹ não conseguiu desenvolver pesquisas que abrangessem e aprofundassem a diversidade de objetos que norteiam o panorama dos debates historiográficos, assim discussões sobre a história das mulheres, mentalidades, família, criança etc. eram mantidos às margens das pesquisas desenvolvidas. A produção historiográfica desse período estava extremamente ligada a questões econômico-culturais influenciadas pela situação do país naquele momento, consequentemente isso reverberava na escrita dos historiadores piauienses da época.

¹ O período de grande efervescência de produção e assim podemos chamar de primórdios localiza-se entre 1950-60, onde há uma maior produção intelectual e a abertura de várias instituições culturais como Centro de Estudos Piauienses, Movimentos de Renovação Cultural, Faculdade Católica de Filosofia e outros.

Suas produções se atentavam mais para compreensão do momento econômico, que não era favorável devido à queda do ciclo de extrativismo vegetal, bem como focavam na elaboração de projetos que pudessem dar novas alternativas socioeconômicas para o Estado. (MOURA, 2015) A produção historiográfica piauiense foi influenciada pelos detentores do poder² que escolhiam, construíam e legitimavam quais memórias eram relevantes para a sociedade piauiense. Assim, sujeitos e temas foram silenciados, ou melhor, esquecidos.

Permitir ouvir esses sujeitos é de dever do historiador para com a sociedade que ainda não conhece a fundo as raízes que fizeram do Piauí um lugar marcado pela ideia de fragilidade racial, pela negação da escravidão e pelo desconhecimento dos papéis desenvolvidos pelas mulheres, em especial as de classes menos abastadas. O século XIX é escolhido por ser um momento susceptível de pesquisas, devido às mudanças apresentarem-se mais forte, os acessos aos documentos mais possíveis e, sobretudo, por ter uma grande lacuna acerca da história desses sujeitos. Como base para esse estudo, utilizo obras que tomam como referência o Estado do Piauí, pois o desejo de uma análise mais específica e singular é presente nesta pesquisa.

O século XIX, por ser repleto de minúcias ainda não analisadas, que deixa a margem personagens tão importantes quanto os que já foram desvelados, faz-se pertinente as análises para despertar do denso anonimato e da invisibilidade, a história das mulheres negras e mestiças, escravas e libertas e realçar as relações sociais mantidas por tais sujeitos. A priori explicitarei as análises e as

² Principalmente os dirigentes das máquinas estatais e municipais, que faziam editais de incentivo de produção da história de Teresina, em razão de seu centenário, e consequentemente do Piauí.

observações realizadas por outros pesquisadores, obras que tocam nessas vivências e experiências que transversalmente retratam o papel que elas desenvolviam no mundo dos trabalhos. Fazendo um breve panorama sobre o tema, como foi estudado e que pontos que foram negligenciados pela historiografia piauiense. Para então, discutir também através de fontes judiciais, especialmente através das perícias médicas; e fontes jornalísticas qual é a imagem da mulher negra e mestiça construída nesses lócus.

A introdução das mulheres nos espaços públicos, caracterizados como legitimador do papel social masculino, iniciou-se mais fortemente no final do século XIX. (PERROT, 2001) Novos papéis surgiram e muitas mulheres, fossem elas: negras, mestiças ou brancas, tornaram-se provedoras mor de alguns lares, como mães solteiras ou não, lutavam por um “lugar ao sol” que até então não permitia a sua presença de forma independente e autônoma. Precedendo, de certa forma, o declínio da sociedade patriarcal que conservava os padrões tradicionais de diferenciação: sexo, tonalidade da tez e condição jurídica, a condição feminina foi principalmente usada para simbolizar a subordinação hierárquica que era imposta no comando da sociedade até aquele período.

E é nesses jogos de poderes construídos a partir dessas mulheres, que percorreram caminhos desconhecidos para nós até recentemente, que permitiram as vivências que formularam novos modelos de posturas sociais. Portanto, analisar as bases possíveis para essas diversas e significativas mudanças é de fundamental importância para compreendermos os momentos experienciados na sociedade, principalmente ao que concerne a experiência negra no fim do século XIX.

O sistema escravista tende a ser generalizado homogeneamente pela historiografia brasileira. As especificidades regionais

são minimizadas e essa percepção por vezes atinge também, em múltiplos aspectos o papel desenvolvido pelas mulheres na sociedade piauiense. O surgimento de estudos, a partir da década de 80, quem contrapõem as primeiras pesquisas e análises piauienses mostram outras facetas femininas dentro do sistema escravista que anteriormente pareciam ser impossíveis frente a esse regime econômico marcado pela violência e opressão.

A formação de famílias estáveis e constituídas com rendas e bens próprios, a imposição sutil dos desejos das mulheres negras/escravas frente às vontades de seus senhores e a resistência através da lei e do poder público contra os abusos sofridos, é o outro viés dessa história inovadora e desmistificadora. (SLENES, 2011)

Os estudos da história das mulheres e posteriormente os de gênero, fazem surgir outro olhar historiográfico acerca do cotidiano das mulheres. Dentro da historiografia brasileira esses campos de pesquisas já foram consolidados, principalmente desde as transformações ocorridas no fazer historiográfico a partir do século XX³, onde surge uma preocupação em compreender o sistema escravista e as classes trabalhadoras de forma geral. Isso possibilitou novos questionamentos e abordagens que trouxeram a tona as vivências e as experiências femininas em suas diferentes temporalidades. Não sendo obstante, trouxe principalmente através dos processos crimes, a análise da história das mulheres negras,

³ Somente no século XX, com o advento da nova corrente historiográfica, denominada Escola de Annales e, posteriormente com o movimento feminista, as mulheres passam a ter voz e a escrever a sua própria história. Esses movimentos garantiram uma releitura do passado, proporcionando novas interpretações dos fatos históricos, assegurando o constante desvendamento de mulheres como sujeitos históricos em diferentes setores da sociedade.

mestiças, escravas, libertas e livres. (ALGRANT,1988) Apesar dos muitos documentos serem construções de uma sociedade comandada pelo patriarcalismo, escritos através de uma idealização imaginária do que deveria ser o papel feminino e que condicionavam o seu lugar nessa sociedade no século XIX, não desvaloriza e não anula a fala, por mais que silenciada, dessas ganhadeiras, costureiras, cozinheiras, lavadeiras, quituteiras e escravizadas.

Análises historiográficas piauiense sobre as experiências femininas negras

Mesmo levando em consideração que o sistema escravista, durante longos séculos, marcou toda nossa formação identitária, as temáticas sobre esse assunto permaneceram sendo pouquíssimo estudadas no Piauí. No entanto, temos alguns pesquisadores que buscaram realizar esse exercício inicial de abordar a história da população negra, como: Solimar Lima (2005), Tânia Brandão (1999), Miridan Falci (1995) que realizaram análises voltadas para os escravos no sertão brasileiro especificando o desempenho dos mesmos no mundo dos trabalhos. Outros escritores clássicos como Odilon Nunes (1996) e Luiz Mott (2010), que ressaltam pontos tocantes ao sistema escravista e a mão de obra escravizada no Piauí.

A partir dessa revolução dos campos de pesquisas no final da década de 80, tornou-se ainda mais importante entender a constituição da nossa identidade, e de perceber nela a presença da cultura africana e afrodescentes que tanto contribuíram para a consolidação do que hoje é o Piauí. Portanto, dar prosseguimento ao estudo de um tema que apesar de contar com uma considerável variedade de trabalhos já realizados em algumas regiões do Brasil,

destacando-se o Sudeste, ainda carece de maiores investigações pela historiografia piauiense.

A respeito do cotidiano da mulher negra na Província do Piauí sob o signo da escravidão, ainda não há estudos que focalizem o tema de forma concentrada, sistemática e mais aprofundada, existe sim referências parciais em obras que tratam de temas mais amplos e que tenham como foco a produção realizada pelo trabalho humano cativo, porém a presença feminina é timidamente versada. Nesta perspectiva, menciono os estudos de Odilon Nunes (2005). Em um debate mais específico sobre o Piauí encontramos nas obras de Odilon Nunes, o cenário escravista da Província piauiense. Sua obra, uma das pioneiras a destacar a participação do escravo na economia, afirmando que a utilização desse tipo de mão de obra era secundária na produção e por isso o trabalho reservado ao escravo era ameno e tal era tratado como se fosse da família.

O modelo patriarcal até então base da sociedade brasileira, consideravam os que viviam nessas dependências familiares como parcela dessa comunidade, assim o escravizado se inseria nessa formação, alcançando certo status social. Para grande parte dos cativos que viviam no Piauí, era reservado o trabalho doméstico, sendo assim o número de homens com idade, capacidade viril e força física ativa na Província menor em relação às mulheres, crianças e idosos. Pois as atividades requeriam desses escravos menos força física e menor contingente. Outro fator para essa amenização da escravidão aqui, era a pouca presença dos senhores nas fazendas, e no caso das fazendas públicas, a gestão mais rígida e produtiva.

No Piauí o trabalho servil não era uma condição da economia. Os senhores não

brutalizavam seus escravos ao peso de excessivo trabalho, e, se por vezes, por vingança ou baixos instintos descambavam na truculência, essa atitude não era da generalidade.

O trabalho doméstico absorvia em grande parte a escravaria. Dessa forma era o escravo um apenso da família. Não tinha direitos, mas era quase sempre estimado. Sabia retribuir com lealdade o afeto do senhor. Dessa forma, o negro do Piauí tinha vida de folgazão, especialmente o das Fazendas Nacionais. (NUNES, 1996, p.141)

A presença da mulher negra, mestiça, liberta ou livre nas obras de Odilon Nunes, fica fada ao “não dito”, pois o pesquisador se debruça na compreensão do povoamento do Piauí. E nisso destaca a presença escravizada a partir do comércio do gado – como ajudantes deste ofício- ou do próprio tráfico de cativos, que tornava o Piauí um grande “corredor de migrações no continente sul-americano”. Deixando subentendido sua presença quando ressalta que serviriam como ajuda “nos serviços domésticos, na incipiente lavra da terra e na exibição de poder e riqueza, sobretudo, na senzala, procriando e assim também aumentando a opulência dos senhores.” (NUNES, 2014, p.103) Assim, a inferiorização por sua condição feminina, racial e servil é reforçada desde o imaginário colonial. Mulheres de “cor” trazia riqueza com sua mão de obra em lavouras, serviços domésticos e principalmente com a sua reprodução.

Inovando as pesquisas sobre Piauí, Luiz Mott (2010) em suas vastas e ricas pesquisas pelo Arquivo Pública do Piauí obtém uma grande descoberta, encontra uma carta escrita pela escrava de

nome Esperança Garcia⁴. Uma descoberta raríssima, onde o feminino é destacado de forma específica e ativa, minimizando a intervenção direta masculina no seu ato de escrita e de reivindicação. Uma atitude protagonista e subversiva daquilo que era imposto na sociedade colonial, quanto mais para posição subordinada que as mulheres ocupavam dentro dessa sociedade estamental. O feito de Garcia é a vértice do papel feminino que iria se desenhando na sociedade piauiense durante todo o sistema escravista. Seria então a demonstração de que os jogos de poderes nem sempre tiveram resultados negativos para as mulheres negras.

Por mais que na sociedade do século XIX, o número de mulheres fosse maior que o de homens o contexto de dominação continuava sendo masculino. Para acessar as diversas movimentações públicas como: ofícios, requerimentos e petições, necessitavam de uma conduta formal e, portanto, muitas vezes dos homens como esse elo com essa sociedade burocrática. Os modelos que estavam fixados pela sociedade escravista, patriarcal excluía a participação direta das mulheres, mesmo quando as envolvidas e interessadas nos processos eram elas. Porém, diante desse rude quadro, muitas mulheres escravizadas conseguiram acessar esses organismos públicos.

Esperança Garcia mostrou que para adentrar esses espaços deveria entrar nesses jogos de poderes e soube usar de seus privilégios, pois numa sociedade machista, segregacionista e desigual, ela teve a oportunidade de aprender as primeiras letras e não hesitou em se favorecer desse conhecimento. Acreditou numa justiça, não sabemos bem o que a levou acreditar que seria atendida, que

⁴ Esperança Garcia recebeu o título simbólico de primeira advogada do Piauí, depois de 247 anos da escrita de sua carta (petição). Título solicitado pela da Comissão da Verdade da Escravidão Negra da OAB-PI.

tipo de acesso ao conhecimento ela teve que não se limitava as letras. No entanto, pelas leis que conhecia se sentiu amparada por mais que fosse escravizada e pediu ao Governado que olhasse por ela e seus entes queridos.

Numa sociedade em que o domínio da escrita restringia-se via de regra a pequena parcela da população masculina e secundariamente a certas representantes das camadas mais abastadas, em número muito reduzido (basta confrontar, em qualquer capitania o número de escolas de primeiras letras para meninos e para as donzelas para se constatar quão diminutas eram as mulheres que cursavam as instituições de ensino), nesta sociedade predominantemente iletrada e fortemente marcada pelo machismo, existência de uma mulher escrava alfabetizada sugere-nos quem sabe um aspecto peculiar que assumiu a escravidão na zona pecuarista do sertão do Piauí. (MOTT, 2010, p. 139-140.)

O pesquisador Luiz Mott (2010), inova com a descoberta de muitos documentos que comprovavam a independência financeira dos escravos que aqui viveram, documentos que devem ter uma análise mais específica, para entendermos melhor aspectos culturais e sociais que não se tem ideia da importância para o Piauí e para a história das mulheres “de cor”. Perceber que viver e trabalhar nas áreas rurais e sertanejas não necessariamente significava menor conhecimento dos jogos de poderes, das leis ou menor mobilidade que nas áreas urbanas. Esperança Garcia proporcionou-nos uma possibilidade palpável de certo destaque para os papéis

femininos desempenhados nesse cenário de indivíduos de “brutiza inenarrável”.

Não podemos negar a contribuição historiográfica e documental dos autores positivista como Monsenhor Chaves (2013) e Odilon Nunes (2005) e o quão valoroso são seus trabalhos para as pesquisas posteriores, uns dos trabalhos que acentua a importância das fontes dos pesquisadores já citados é obra *Escravos do Sertão* escrita por Miridan Falci (1995). Influenciada pela historiografia demográfica e estatística, comprovou por tabelas como se deu o desenvolvimento da população que iniciou o povoamento da Província. Enfocando a população escrava, a decadência da produção de gado, as relações entre cativos e a experiência de maneira ampla sobre o que era ser escravo no Piauí. Reserva no seu livro alguns parágrafos em poucas páginas para falar sobre o papel da mulher nesse sistema escravista vivenciado no Piauí, por focar em compreender a vivência dos sujeitos escravizados, os temas como o crescimento demográfico e a divisão sexual do trabalho são viés de análise do cotidiano piauiense escravista onde são reforçados, em certa medida, um simbolismo feminino servil e objetificado, apontados. A pesquisa traz dados relevantes com relação às cartas de alforrias, revelando-nos uma disparidade com relação pesquisa realizada em Salvador.

As análises demográficas revelam-nos um percentual elevado de mulheres sendo alforriadas em relação aos homens. Basta dizer que 73,2% das alforrias foram concedidas a mulheres. Mas essa grande distorção se dar mais na idade adulta pois a maioria das alforrias concedida as crianças se deu com meninos e não com meninas. Essa situação apresentou diferenciações

das encontradas por Mattoso, na Bahia, onde as mulheres, desde crianças eram as mais alforriadas. (FALCI, 1995; p. 222)

A autora não esclarece o motivo dessas diferenciações, abrindo espaço para a possibilidade de entendermos essas conquistas de alforrias como movimentos de resistência e de destaque para essas mulheres, mas esquece de reconsiderar o papel dessa mulher na sociedade sertaneja. Ressalta a diversidade de trabalhos que os meninos teriam naquele momento, que seria de pajem, moleques de recado, cobaia de exercício médicos etc. As meninas quando crianças, por volta de 5-6 anos eram menos diversificados, podem ser pequenas rendeiras, mas o seu braço era o mais usado na subsistência dos seus descendentes e de seus senhores.

Por ser bom escravo tinha gado e até escravo e, ainda, por esse mesmo motivo, seus filhos puderam ficar com metade dos bens deixados. Com essa atitude o senhor estava induzindo não apenas só familiares do cativo falecido a seguir-lhe exemplo, ainda como humanitário entre os escravos de sua propriedade e senhores de outras fazendas. (BRANDÃO, 1999; p. 167)

O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII, Trabalho da Tânia Brandão (1999) partilha de ideias em comum com a pesquisa de Falci (1995), com relação ao crescimento demográfico a divisão de trabalho, mas aborda de forma mais forte um aspecto que Mott colocará em seu trabalho, a “liberdade” que os escravos lhe davam com os bens de seus senhores e as atividades que realizavam para lucro próprio. Reproduz os discursos

feitos por diferentes Presidentes de Província, que qualifica como desnecessária a mão de obra escrava, por possuir um sistema econômico que exigiam o pequeno número de trabalhadores e que fossem livres.

O fato de o escravo permanecer boa parte de seu tempo em espaços domésticos fez com que a formação da família escrava fosse facilitada e com algumas acumulações de bens. O espírito escravista era difundido entre os menos favorecidos economicamente, pois fazia parte da sociedade a ostentação da denominação “senhor de escravo” mesmo que esse fosse o seu único bem. Para a autora a argumentação da não importância do escravo era inválida já que esse mesmo desenvolvia funções diversas, na produção agrícola principalmente. Notasse algumas contradições com a relação à importância dada a pequena agricultura, desenvolvida em sítios e fazendas de menor porte, desmerecendo o suporte que essa deu a produção de gado. (BARICKMAN, 2003)

Brandão (1999) não toma uma posição definitiva sobre a violência e a repressão contra os cativos aqui, mas imagina que a capacidade do cativo fosse menos explorada. Havendo dois espaços e dois tipos de tratamento, devido a diferenciação das fazendas do fisco e as privadas, onde o tratamento destinado ao escravo do fisco se daria de forma menos violenta do que aos escravos das fazendas particulares onde o senhor estaria mais presente e fiscalizando rigidamente. Solimar Lima se aterá a essa afirmativa para construir um objeto de estudo, que será a desmistificação dessa ideia de escravidão branda e amena nas Fazendas Públicas. Reconstitui um cenário oposto a escravidão ditada pelos interesses dos cativos, colocando a multiplicidades das atividades e a presença do feitor como mantenedores da escravaria sob forte tensão produtiva. Trabalho realizado em sua maioria por mulheres, crianças

e idosos por ocorrer à grande saída dos escravos homens para o interior do país, com o fim do tráfico da África para o Brasil, como também para trabalhos dentro da província como tropeiros e acompanhantes de viajantes.

Desde meninas, as jovens destinavam-se à fiação de algodão e aos duros trabalhos na roça. Porém, a assinalada despatriação de cativos determinavam que as mulheres interviessem também em atividades criatórias, como a construção de benfeitorias, amansamento das bestas, o trato de animais nos campos e currais. As meninas começavam a trabalhar como fiandeiras aos quatro anos de idade, o que, segundo parece, também servia para economizar gastos de vigilância como as crianças pequenas. (LIMA, 2005; p. 11)

Colocar um ponto final ao mito do patrão ausente é o fim da obra *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da Nação no Piauí - (1822-1871)*. A emancipação dos escravos da nação não retirou as diferenças salariais entre homens e mulheres, apesar do trabalho duro destinado a elas não nivelou o pagamento igualitário entre os sexos. Ao lado dos homens nas roças e abrindo caminhos nas matas e nas caatingas para que o gado obtivesse um bom pasto e como amansadoras de animais de pequeno porte.

O autor propõe um olhar sobre os núcleos familiares escravos, sem levarmos o conceito de família tradicional para entendermos essas formações, pois em geral essas famílias não nutriam expectativas de proteção e manutenção das relações, como a proteção do pai e da mãe frente a exploração dos filhos, muitos pais não

viam seus filhos crescerem, não tinha a oportunidade de educá-los e de alimentá-los. (LIMA, 2005)

Braços que movem a sociedade: as experiências das ganhadeiras.

São poucos os trabalhos que recortam de forma mais específica as vivências e experiências dessas mulheres fiandeiras, roceiras, amansadoras, cozinheiras, mãe e esposa. Construir novos sentidos, novas representações a essas palavras, vai nos permitir explorar um passado desconhecido dessas mulheres anônimas, desprovidas da liberdade. Essas lacunas fornecem-nos uma inquietação sobre esses personagens que viveram na sociedade piauiense, que compuseram, sim, parte importante na construção social da Província. Que abriram não só caminhos pelas matas e caatingas selvagens do Piauí, mas que permitiram também, a abertura de novos comportamentos, de novas atitudes e de novos modelos femininos. Que Apesar dos impasses do *poder* público, constituíram vários *poderes*⁵ tiveram forças para lutar pelos seus interesses, como Garcia e outras mulheres que ficaram omitidas pela força masculina nos documentos escritos.

Os surgimentos de estudos quem contrapõem às pesquisas e análises tradicionais mostram outras facetas da escravidão que anteriormente pareciam ser impossíveis frente ao regime da escravidão, as formações de famílias estáveis e constituídas com rendas e bens próprios vão se tornando possíveis a partir de estudos como

⁵ Michelle Perrot, no primeiro capítulo dos *Os excluídos da história*. Coloca as múltiplas facetas dos poderes e das “influências” sobre o poder, no singular e masculino, onde a mulher contribui com uma grande parcela. Emergir esses elementos tem como dívida dos historiadores para com a sociedade que talvez não fosse tão patriarcal como se supõem.

a da Mestra em Economia Heloísa Maria Texeira e Robert Slennes, que comprovaram a existência de famílias escravas na região Sul do País. Em a obra *Caetana diz não: história de mulheres da sociedade escravista brasileira*, mostra o a história de uma escrava que se recusa obstinadamente a não se casar, forçando a mudança das vontades do seu padrinho e do seu senhor. Fazendo com que seu dono peça a anulação, junto a Santa Igreja, de seu casamento repugnado. Capricho ou não, é interessante observa o “poder” que ela teve, e como se constituíam essas relações e os traços culturais que permitiram, que ela saísse de sua margem subjugada e fosse atendida.

Essas histórias lançam mão de diversas reflexões e análises possíveis sobre os papéis desempenhados pelas mulheres negras nessa sociedade. Dentro dos espaços privados ou públicos, permitem que pensemos essas experiências de diversos ângulos. E para as mulheres negra piauiense, fosse escrava, livre ou liberta, pode-se também perceber a participação delas em quase todos os setores sociais e do mundo do trabalho, criando mecanismos para a sobrevivência nas diversidades refletindo no modo de ganhar a vida e de viver, dentro ou fora da escravidão.

Na sociedade oitocentista as ganhadeiras libertas ou escravizadas, negras e pobres que saíram as ruas atrás de trabalho como lavadeiras, costureiras, criadas, chapeleiras e quituteiras. E em alguns casos transformavam suas humildes casas no local de sustento de suas famílias, ou alugavam os espaços para terceiros. Que nas festividades saíam pelos interiores vendendo comida barata, transformando os cenários, mulheres nômades e comércio festeiro. Prestadoras de serviços que contribuíram para o desenvolvimento local. (FILHO, 2003)

A sociedade oitocentista conotava um desprezo pelo trabalho manual, e consideravam inferior toda a camada social, que por

sinal era bastante numerosa, uma responsabilidade de desenvolver funções cruciais para o desenvolvimento das cidades como a circulação de serviços e mercadorias. Assim, essas ganhadeiras ganhavam uma posição diferenciada dentro do sistema escravista e do mundo do trabalho. Pois havia uma necessidade de livre circulação, e mesmo permanecendo nas condições de escravizadas, ou seja, um elemento de propriedade de outrem, tornavam peculiar o direito de receber parte do fruto do seu trabalho. O acúmulo de riquezas e bens fossem extremamente difíceis, pois a formação de pecúlio era praticamente impossível, porém existem casos raros de compra de alforria nessa dinâmica.

Digo eu (?) Francisco do Espírito Santo que sou senhor e possuidor de hum escravo crioulo de nome Joaquim (?) (?) de idade de sessenta e dois anos, cujo escravo além de me ter prestado bons serviços, agora me apresenta trezentos mil réis em moeda corrente, além do que acima fica dito, e atendendo sua avançada idade lhe passo sua carta de liberdade podendo gozar de sua liberdade de hoje para sempre como de ventre livre fosse nascido (LIVRO DE NOTAS. NÚMERO 02. ANO: 1855-1856).

O exemplo acima, demonstra-nos essa dura realidade do cotidiano escravista no Piauí, de idade avançada e para obter a liberdade ainda houve a necessidade dessa compensação ao seu senhor em espécie, com o pagamento de uma quantia significativa. Podemos supor que esse escravizado, para obter essa quantia necessitou exercer alguma atividade que permitisse o acúmulo desse pecúlio provavelmente com alguma atividade de ganho.

Assim, mesmo o cotidiano das ganhadeiras e dos ganhadores permitindo uma maior autonomia, tendo em vista que podiam se locomover e percorrer os meandros, os becos e vielas das cidades, não podemos esquecer que a realidade dessas trabalhadoras de ganho continuava sendo extremamente difícil, sobretudo devido às quantias exacerbadas que os senhores exigiam como pagamento. E a exaustiva atividade que ocasionava aos corpos um grande desgaste, pois requeria que percorressem longas distâncias carregando cestos, tabuleiros, roupas e ferramentas. Definitivamente, não era fácil a vida dos escravizados e escravizadas de ganho. (KARASCH, 2000)

De forma alguma o sistema de ganho representava uma escravidão afável, suave ou amena, pois os senhores não perdiam a oportunidade de cobrar ao máximo os lucros possíveis de serem obtidos com essa mão de obra. A mulher negra escravizada, negras livres ou libertas lutavam nesse ambiente, prioritariamente urbano, ocupava lugar de destaque no pequeno comércio urbano. Destaca-se que o trabalho masculino era mais bem valorizado e conseqüentemente mais bem pago que o ofício feminino, conseqüentemente o acúmulo de qualquer pecúlio pela mulher se tornava algo mais complicado de ocorrer. Para as mulheres negras libertas ou livres, o lucro lhes pertencia por total. Esse tipo de atividade pode ser considerada uma experiência transplantada, pois muitas africanas vindas da costa Ocidental da África já praticavam o comércio ambulante.

Para a região da África Central Ocidental as quitadeiras são exemplo de como atuava essa rede comercial de gêneros de primeira necessidade, registrando-se, também, como as migrações transatlânticas trouxeram para as cidades

coloniais brasileiras essas comerciantes. As feiras e mercados são dados constantes nos relatos dos primeiros europeus que tiveram contatos com as terras africanas na região da África Central Ocidental. Um cronista que viveu no século XVII, em Luanda, diz que chamam de quitanda as feiras onde se vende de tudo. [...] Este mesmo cronista – Cardonega testemunhou a presença de muitas feiras pelo sertão africano quando da dramática travessia dos portugueses, neste litoral, tiveram que fazer ao fugirem dos holandeses. Um século depois, Silva Correa define quitanda como mercado de fazendas, quinquilharias, fubás, fruta, verdura, peixe, óleo de dendê, ginguba (pimenta) fritadas e quizados ao uso do país. As figuras das quitadeiras povoaram, durante esses séculos (XVII ao XIX), as ruas de Luanda. (PANTOJA, 2004, s.p.online)

Muitas sociedades africanas tinham uma perspectiva matriarcal, sendo assim, as mulheres tinham importante tarefa de subsistência que se originava principalmente nos espaços domésticos e ganhavam contornos públicos quando era de responsabilidade das mesmas a negociação de alimentos e itens de primeira necessidade para prover sua família.

No Brasil muitas ganhadeiras eram provenientes da costa Ocidental da África, onde esse tipo de comércio era tarefa essencialmente desempenhado por mulheres, tornando bastante relevante esses papéis econômicos femininos. Essas mulheres dominaram aqui e na África o comércio varejista, criando com bastante habilidade uma forma de subsistência econômica. Vendiam quase

de tudo equilibrando os seus produtos em grandes gamelas, cestas e tabuleiros, deslocando-se por feiras com suas barracas levando a tira colo seus filhos, preso às costas no pano da Costa - ou segurado em suas barras de saias e quando maiores desempenhavam a mesma função dando continuidade ao ciclo. (TORRES, 2004)

É importante entender a presença da prole na labuta diária dessas mulheres, pois compreender essa dinâmica mostra-nos os contornos de uma luta pela sobrevivência como uma ação que se dava, entre muitos aspectos, de maneira solitária. Resistindo e existindo, sozinhas e marginalizadas, tinham que trabalhar para manter a si e a sua família e cuidar dos filhos, que quando ainda muito pequenos precisavam ir preso aos seus corpos requerendo ainda mais força e energia para conseguirem uma vida digna dentro da sociedade escravocrata, opressora e patriarcal. Essas mulheres conseguiram dominar o comércio varejista de pequeno porte, e por muito tempo permaneceu sendo atividade exclusiva das mulheres de cor, livres, libertas ou escravizadas como formas de res(ex)istência.

As atividades realizadas pelas ganhadeiras deixavam as autoridades em alerta, por ter se intensificado na segunda metade do século XIX, um período transitório do trabalho escravo para o trabalho livre, surge-se a necessidade de controlar esse processo e disciplinar os trabalhadores desse novo setor, assim, muitas autoridades começaram a associar a força dessa nova categoria à vagabundagem e a vadiagem. (AZEVEDO, 2004) E nesse processo, apesar da indiscutível relevância dessas atividades de distribuição de bens essenciais a vida urbana, intensifica-se o controle e a punição dessa massa de trabalhadores autônomos, utilizando-se a justificativa de que eram essas mulheres negras que serviam de elo de incorporação da população considerada perigosa pelas elites.

Acusando-as de articularem motins e receptação de produtos de furto e roubo, pois tinham livre circulação e se instalavam em pontos estratégicos da cidade.

O controle dessa categoria nos ambientes urbanos tornou-se objetivo principal na segunda metade do século XIX e início da Primeira República, criando-se muitos embates entre as autoridades policiais e surgimento de normas nos códigos de posturas que limitavam a circulação desses indivíduos principalmente nos grandes centros. Portanto, podemos perceber que o setor em que se inseriram as ganhadeiras era bastante problemático, que necessitava uma grande desenvoltura para conseguir superar as medidas de controle e vigilâncias sociais e as flutuações de mercado. E entre esses diversos percalços, ainda corriam risco de raptos, violência sexual e de reescravização. (COSTA, 2017) Mostrando-nos o quanto estavam vulneráveis dentro dessa sociedade.

Considerações Finais

Ao analisarmos a historiografia piauiense observamos os diversos silenciamentos acerca desses sujeitos históricos. Os papéis femininos negros desempenhado no Piauí ainda requerem uma análise aprofundada, tendo em vista que as mulheres, notadamente, foram um grupo social de extrema importância para o desenvolvimento econômico em todos os âmbitos, fosse na zona rural ou zona urbana, fosse nos espaços privados ou nos espaços públicos, a força de trabalho feminina esteve presente.

As mulheres negras de ganho, em especial, tornaram-se representantes peculiares desse grupo social que permaneceu oculta, silenciada e discriminada na História. Mas, que conseguiram construir um universo que subvertia a ordem, que incomodava a elite

e as autoridade, e que principalmente, fugia do lugar social que a elas era destinada dentro da sociedade escravista.

Produzir esse lugar e conseguir algum espaço na sociedade do século XIX, não foi de fácil pois as ruas tornavam-nas extremamente vulneráveis as intemperes, sobretudo ao que se refere aos seus corpos. Além disso, dependiam também dos interesses dos senhores, das flutuações de oportunidades oferecidas nos mercados e principalmente de ousadia de conquistar algum espaço de sobrevivência dentro dessa sociedade patriarcal, escravista e discriminadora.

REFERÊNCIAS

a) Livros:

ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor Ausente**: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822. Petrópolis: Vozes, 1988.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco**: O negro no imaginário das Elites - Século XIX. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2004.

BARICKMAN. B.J. **Um contra ponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo 1780- 1860. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 2003. p. 305-326.

BRANDÃO, Tânia Maria Pires. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

FALCI, Miridan B. K. **Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FILHO, Alberto Heráclito Ferreira. **Quem Pariu e Bateu Que Balance! mundos femininos, maternidade e pobreza: salvador, 1890-1940**. Salvador: EDUFBA, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa- Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. 51 ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos de no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIMA, Solimar Oliveira. **Braço Forte: trabalho escravo das fazendas da nação do Piauí: 1822-1871**. Passo Fundo: UPF, 2005.

MONSENHOR CHAVES, **Obra Completa**; Prefácio de Teresinha Queiroz. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013.

MOTT, Luís. R.B. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. 2 ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

MOURA, I. C. G. de M. **Historiografia Piauiense: relações entre escrita histórica e instituições político-culturais**. 1. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2015.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. 2 ed. Teresina: Artenova. 1996. v. 4.

SLENES, Robert Wayne. **Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. 2 ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SOARES, Cecília C. Moreira. **Mulher negra na Bahia no século XIX**. Salvador: EDUNEB, 2006.

b) Capítulo de Livro:

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

DEL PRIORE, M. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: Freitas, M. C. (Org.). **Historiografia a brasileira em perspectiva**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

LIMA, Solimar Oliveira. A morada da solidão: família escrava nas fazendas publica de pastoreio no Piauí (1711-1871). In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar, NASCIMENTO, Francisco Alcides

do, PINHEIRO, Áurea Paz (Orgs.). **História: cultural, sociedade, cidade**. Recife: Bagaço, 2005.

c) Artigo de periódico:

TORRES, Heloisa Alberto. Alguns aspectos da indumentária da crioula baiana. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 23, p. 413-467, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/BWn36FWrSP6t5nL7z5TQL9w/?lang=pt> . Acesso em: 24 jan. 2022.

PANTOJA, S. **Conexões e identidades de gênero no caso Brasil e Angola, sécs. XVIII-XIX**. 2004. Disponível em: <http://www.casa-dasafricas.org.br/wp/wpcontent/uploads/2011/08/Conexoes-e-identidades-de-genero-no-caso-Brasil-e-Angola-secs.-XVIII-XIX.pdf>. Acessado em: 03/04/2022

d) Fonte Cartorial:

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO PIAUÍ- APEPI. Teresina. **Livro de Escritura e Notas. Número 02**. Cartório do primeiro Ofício. Ano: 1855-1856.

e) Letra de música:

LEMOS, Anderson; FIONDA, Carlinhos; RUSSO Cláudio Russo; NICOLAU, Diego; ALVES, Júlio, FEITAL, Paulo César; SEIXAS, Rildo. **Viradouro de alma lavada**. GRES Unidos da Viradouro. RJ. 2020 Disponível em: <https://www.letras.mus.br/unidos-do->

viradouro-rj/samba-enredo-2020-viradouro-de-alma-lavada/
Acessado em: 05/04/2022.

f) Tese de Doutorado:

COSTA, Francisca Raquel. **Escravidão de Liberdade no Piauí Oitocentista:** Alforrias, (re)escravização e escravidão ilegal de pessoas livres (1850-1888). Tese (História Social) Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

A ESCOLA PROFISSIONAL DO ALECRIM: ENSINANDO AOS JOVENS NATALENSES “UM MEIO ÚTIL DE GANHAR A VIDA”

Andressa Barbosa de Farias Leandro
Iranilson Buriti de Oliveira
Jean Carlo de Carvalho Costa

Introdução

Fruto “da incansável perseverança e [...] absoluta dedicação” (RIO GRANDE DO NORTE, 1923, p. 15) do professor Luiz Correia Soares de Araújo, a Escola Profissional do Alecrim, fundada no ano de 1922, representou um investimento do Estado no ensino profissional do Rio Grande do Norte. Entretanto, a referida escola destinava o seu ensino, apenas, aos alunos do Grupo Escolar Frei Miguelinho e aos escoteiros da Associação de Escoteiros do Alecrim, garotos que, em sua maioria, eram oriundos de famílias pobres, residentes do bairro humilde do Alecrim:

Este grupo, como se sabe, está situado num dos bairros mais pobres da cidade. Os que o frequentam são na sua quasi totalidade filhos de operários, de vendedores ambulantes, de lenhadores e até de mendigos. A situação dessas pobres creanças já foi objecto de um minucioso commentario nesta mesma columna, que seria demasia reproduzir. O que há agora de interessante no facto é a nítida compreensão que delle teve o professor Luiz Soares e o modo

como procurou remediar as precárias condições econômicas de seus alunos [sic] (PEQUENOS ECHOS, 1917, p. 10).

Era no Alecrim que funcionavam o Grupo Escolar Frei Miguelinho, criado pelo Decreto nº 277 -B, no ano de 1912, e a Associação de Escoteiros do Alecrim (A. E. A), fundada em 1919 pelo professor Luiz Soares, que exercia a função de diretor em ambas as instituições. Defensor e propagador do escotismo no estado norte-rio-grandense, o professor Luiz Soares endossava o discurso do seu fundador Baden-Powell e defendia que a educação deveria se preocupar não só com a formação puramente escolar, mas também com o caráter, a habilidade técnica e a saúde do corpo do aluno.

Ferreira (2009) ressalta que o educador norte-rio-grandense via a sua função de professor por um ponto de vista quase messiânico e que a sua obstinação para mudar a realidade das crianças pobres do Alecrim, que muitas vezes faltavam as comemorações escolares e até as aulas por não terem calçados nem vestuários adequados, o teria levado a encabeçar algumas medidas pioneiras na cidade do Natal, tais como a criação de uma biblioteca infantil, localizada no Grupo Escolar Frei Miguelinho, que também podia ser frequentada por outras crianças moradoras do bairro; a criação de um jornal denominado Boletim de Instrução, publicado mensalmente com instruções de práticas de higiene, moral e civismo, que era distribuído gratuitamente para as crianças do bairro do Alecrim; a caixa Escola e a Associação de Escoteiros do Alecrim.

Nesse sentido, a instalação da Escola Profissional do Alecrim no ano de 1922 pode ser percebida como umas das medidas implementadas pelo professor Luiz Soares para mudar a realidade dos

seus alunos, visto que ele argumentava que era preciso assistir esses garotos e principalmente ensiná-los a ter “um meio útil de ganhar a vida”, para que assim eles pudessem ter um ofício e se tornarem trabalhadores produtivos.

O presente trabalho aborda a instalação da Escola Profissional do Alecrim, problematizando os esforços empreendidos pelo professor Luiz Soares para a implementação do ensino profissional no bairro do Alecrim, na cidade do Natal-RN. Interessa-nos compreender em que contexto ela foi instalada, como se deu a articulação entre o professor Luiz Soares e o Estado para a criação e manutenção dessa escola profissional. Para responder as indagações as quais se propõe, o trabalho se ancora em leis e decretos, mensagens de governadores, fotografias, reportagens publicadas nos jornais circulantes na capital potiguar nesse período (*A República* e *A Ordem*). O trabalho é balizado ainda, pelas discussões teóricas sobre o cotidiano e as “maneiras de fazer” dos homens comuns e pela análise da bibliografia que versa sobre o ensino profissional. Ao privilegiar a Escola Profissional do Alecrim como objeto de estudo, este artigo fomenta as discussões sobre o ensino profissional na cidade do Natal, contribuindo assim para a historiografia da educação no Brasil.

O educador e entusiasta Luiz Soares

É a partir das “maneiras de fazer”, as quais “constituem as mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural”, que Certeau (1994, p. 41) busca compreender as práticas cotidianas, interrogando as operações dos usuários, que supostamente encontram-se entregues à passividade e disciplina. Para o autor, esses usuários

são os homens comuns, ou seja, o sujeito praticante do dia a dia, que vai criando, (re)inventando o cotidiano com as astúcias anônimas/artes ou maneiras de fazer, escapando silenciosamente do lugar que lhe é atribuído, transgredindo assim a ordem estabelecida. Posto isso, partimos do princípio que, assim como o sujeito praticante descrito por Certeau (1994), o professor Luiz Soares, no dia a dia do seu *métier* de educador, criou formas para alterar a ordem imposta e inovou a realidade educacional do bairro do Alecrim, entendido nesse trabalho como um “lugar praticado”.

Filho de Pedro Soares de Araújo e de Ana Senhorinha Soares de Araújo, ambos membros de famílias tradicionais no estado norte-rio-grandense, Luiz Correia Soares de Araújo nasceu em 18 de janeiro de 1888, na cidade de Assú. Diplomado pela Escola Normal de Natal em 04 de dezembro de 1910, foi nomeado em 20 março de 1911 para dirigir o Grupo Escolar Almino Afonso, localizado na cidade de Martins. Todavia, logo, foi transferido para Assú, onde criou, em 07 de setembro de 1911, o Grupo Escolar Coronel José Correia. Em 1912, atendendo ao convite do então governador, Alberto Maranhão, o professor retorna a Natal para assumir a direção do Grupo Escolar Frei Miguelinho. Empenhado na luta contra o analfabetismo, fez parte da criação da Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN), fundada no ano de 1920, cujo objetivo era propagandear o ensino leigo, combater o analfabetismo e a defesa da classe professoral (PINTO, 2015).

Em 1917, se articula ao poeta, político e educador Henrique Castriciano e ao comandante Monteiro Chaves, diretor da Escola de Aprendizes Marinheiros, e juntos implantam o escotismo no estado potiguar, fundando a Associação de Escoteiros do Rio Grande do Norte. Contudo, no ano de 1919, devido ao afastamento de Henrique Castriciano e do comandante Monteiro Chaves, a

referida Associação encerrou as suas atividades e “coube a Luiz Soares prosseguir na obra educativa e patriótica” (MELO, 1977, p. 118). Ele reuniu alunos do Grupo Escolar Frei Miguelinho e fundou em 14 de julho de 1919, a Associação de Escoteiros do Alecrim. Foi responsável também por implementar, no ano de 1945, o Jardim de Infância, no Grupo Escolar Frei Miguelinho, possibilitando assim, uma “educação para todas as idades dentro do bairro do Alecrim, que diante de uma Natal que seguia os passos do ‘progresso’, era tido como um dos bairros mais pobres e desassistidos da cidade” (LIMA, 2011, p. 4).

Para Souza (2008, p. 571), “ninguém pode falar do Alecrim das décadas de 30, 40 e 50 sem referir-se ao professor primário Luiz Soares de Araújo”, pois além de educador, ele era um líder altruísta, abnegado, que se preocupava com os problemas de assistência médica do bairro, haja vista que, enquanto presidente da A.E.A, doou no ano de 1939, parte do terreno da Associação, onde ficava o campo de futebol dos escoteiros, para a construção de um centro de saúde, a Policlínica do Alecrim. Destarte, entendemos que o bairro do Alecrim foi alterado pelas práticas sociais do professor Luiz Soares, a exemplo da instalação da Escola Profissional do Alecrim, no ano de 1922.

A instalação da Escola Profissional do Alecrim

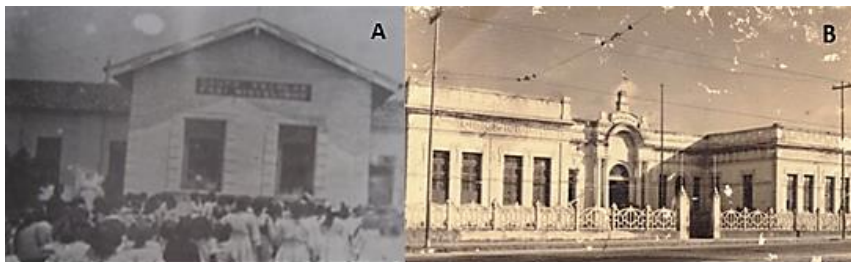
Mesmo antes dos ideais do ativismo serem amplamente divulgados na cidade do Natal, no ano de 1930, pelo professor Eliseu Viana por meio de sua obra *A escola activa: pela sua propaganda*, o professor Luiz Soares advogava por uma educação que não se limitasse apenas a ensinar o ABC, conforme evidenciou Pinto (2015). Por isso, defendia que era preciso ensinar aos alunos os valores

morais, cívicos e físicos, como também habilidades manuais, pois assim como o professor Eliseu Viana acreditava que por meio do trabalho ativo, os alunos formariam hábitos e se habilitariam para a prática e o exercício das funções de cidadão. Entusiasta do ativismo, o professor Luiz Soares foi o maior propagador do escotismo na capital potiguar. Ele argumentava que:

O escotismo é a mais perfeita escola ativa para a formação moral e cívica da juventude; e, mais do que isso, é a verdadeira escola vocacional de que tanto carecemos no nosso aparelho escolar. Agora que no Brasil se fala tanto da escola ativa não seria fora de propósito que os interessados na educação da juventude estudassem mais de perto a aplicação do método escotista, onde encontrariam a essência dessa nova escola, cuja vantagem está sendo discutida na imprensa local pela inteligência robusta do professor Eliseu Vianna (SOARES, 1929, p. 4).

Reconhecida de utilidade pública no estado norte-rio-grandense, pela Lei Estadual nº 491 de 1º de dezembro de 1920, a Associação de Escoteiros do Alecrim cumpria o papel de complementar a educação ministrada no Grupo Escolar Frei Miguelinho. A sede da A. E. A foi construída no mesmo quarteirão em que estava situado o Grupo Escolar Frei Miguelinho, sendo que a sua fachada era na Rua Fonseca e Silva e a do referido Grupo era voltada para a Rua Coronel Estevam.

Fachada do Grupo Escolar Frei Miguelinho(A); Fachada da A. E. A (B)



Fonte: Museu do Escoteiro do Rio Grande do Norte (s/d)

O prédio que abrigava as instalações do Grupo Escolar Frei Miguelinho (A) era modesto comparado ao prédio imponente da sede da A. E. A (B), que chamava a atenção dos moradores e transeuntes que transitavam pelo Alecrim. Para o professor Luiz Soares, a sede da A. E. A, com suas salas amplas e várias janelas, era o espaço ideal para abrigar as oficinas da futura escola profissional que ele almejava instalar.

Como parte de uma elite intelectual, o professor Luiz Soares, certamente, endossava o discurso propagado na época, que pregava que era preciso formar cidadãos úteis a nação e para isso, fazia-se necessário habilitar os filhos dos “desfavorecidos da fortuna” com o preparo técnico e intelectual, fazendo-os adquirir hábitos de trabalho profícuo, para assim afastá-los da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime” (BRASIL, 1909).

Com o intuito de instalar uma escola profissional na A. E. A, o professor Luiz Soares, ainda no ano de 1920, enviou uma carta endereçada a Aprígio de Almeida Gonzaga, diretor da Escola Profissional Masculina, situada na cidade de São Paulo, indagando sobre a possibilidade de implantação de cursos profissionais para os

escoteiros do Alecrim. Não tivemos acesso a essa carta, contudo a resposta enviada por Aprígio Gonzaga ao professor Luiz Soares é elucidativa a esse respeito:

[...] Há dias já recebi e respondi a sua carta consultando sobre a instalação e oportunidade de cursos profissionais para os escoteiros do “Alecrim”. Seria longo demasiadamente explicar tudo. Mas, como tenho um livro a propósito, remeti-o e peço lê-lo com vagar, porque ele responde as suas questões, dá-lhe orçamento e sugere ideias. Hoje recebi nova carta. Creio que não recebeu a que lhe mandei [...]. À primeira vista, devo-lhe informar que não me parece bom o ensino de sapataria, nem tampouco o de serralheiros separado do de mecânica. Não conheço as condições de vida do seu Estado, sua indústria, suas fontes de renda, tendências do povo e matéria prima. Creio que a marcenaria, a funilaria e a fiação e tecelagem e a mecânica iriam bem, apesar de só me ser possível dar um plano definitivo depois da sua resposta, com as informações que peço. A marcenaria, arte universal, fácil e barata, [...] é por si mesma indicada. A funilaria, atendendo as necessidades da indústria dos doces em lata e o consumo do interior ou sertão vae bem aliada a instalações elétricas e ao estudo de encanamentos e instalações para água, formando tudo isso um bom curso. A mecânica, que é a mais cara, poderia ser instalada aos poucos, com uma pequena forja, um pequeno forno de fundição, tudo feito na própria escola, 4 ou 5 tornos mecânicos,

machina de furar e plaina [sic] (GONZAGA, 1920).

A correspondência trocada entre os professores Luiz Soares e Aprígio de Almeida Gonzaga evidência que há cerca de pelo menos dois anos antes da fundação da Escola Profissional do Alecrim, o educador potiguar já se articulava para alcançar seu objetivo, pedindo orientações sobre quais cursos implantar, orçamentos e viabilidade ao professor paulista. Esclarecida as dúvidas, o professor Luiz Soares começa a tomar as providências para implementar o ensino profissional na A.E.A. Assim, decide viajar para a capital do país e pleitear a verba necessária para a instalação das oficinas junto ao então Presidente da República, Epitácio Pessoa. Assim,

A Associação de Escoteiros do Alecrim obteve do Congresso Nacional uma subvenção, especialmente destinada à compra de material preciso para oficinas de profissões manuaes para que seus membros aprendessem um meio útil de ganhar a vida. Como porém a o total da subvenção, 12:000\$, não fosse bastante para a aquisição do material completo, que importou em mais de 17:000\$, nem pudesse a Associação de Escoteiros do Alecrim custear o ensino por falta de meios próprios, pareceu à administração do Estado que o melhor alvitre, a fim de ser aproveitado eficazmente o auxílio da União, estimulando ao mesmo tempo a boa vontade da Associação, seria crear uma Escola Profissional naquele bairro, instalando-a provisoriamente no prédio do grupo escolar respectivo, onde havia os cômodos necessários para isso. Com

esse intuito foi criada pelo decreto de 24 de Abril último a Escola Profissional do Alecrim (RIO GRANDE DO NORTE, 1922, p. 22-23).

Com o apoio dos Poderes Federal e Estadual, é criada pelo decreto nº 176 de 24 de abril de 1922, a Escola Profissional do Alecrim, tornando realidade o desejo do professor Luiz Soares de implantar o ensino profissional para os seus pupilos.

A Escola Profissional do Alecrim e a “invenção” do seu cotidiano

Segundo Certeau (1994), “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”. É no cotidiano que “[...] os praticantes desenvolvem ações, fabricam formas alternativas de uso, tornando-se produtores/autores, disseminando alternativas, manipulando, ao seu modo, os produtos e as regras, mesmo que de modo invisível e marginal” (OLIVEIRA, 2002, p. 46). A Escola Profissional do Alecrim se tornou um lugar praticado graças as ações do professor Luiz Soares, cujas “maneiras de fazer” inventaram o cotidiano desse estabelecimento de ensino profissional.

Conforme determinava o decreto nº 176, a Escola Profissional do Alecrim era mantida pela A. E. A em cooperação com o Estado. Assim, a sua administração ficou a cargo do professor Luiz Soares que, a partir de então, passava a dirigir os três estabelecimentos educativos do bairro do Alecrim: o Grupo Escolar Frei Miguelinho, a A. E. A e a Escola Profissional do Alecrim, cujas oficinas foram distribuídas em cinco salas da A. E. A (ESCOTEIROS..., 1982, p.12). Já o governo se encarregou da instalação das máquinas, como também do pagamento dos respectivos mestres, “que por força da Lei são funcionários públicos” (NA MARINHA...,

1944, p. 4), com as vantagens que a Lei reserva aos professores.

Responsável pela organização do horário de ensino, a A. E. A estabeleceu dois turnos: matutino e vespertino, com duração de quatro horas cada, sem prejuízo do horário do Grupo Escolar Frei Miguelinho. Dessa forma, os alunos que estudavam no turno da manhã no referido Grupo poderiam no turno da tarde aprender um ofício na Escola Profissional e vice-versa.

Vale destacar que nesse período, já funcionava na cidade do Natal a Escola de Aprendizes Artífices, instituição cuja finalidade era oferecer o ensino profissional aos “menores desvalidos”, que disponibilizava os cursos de sapataria, funilaria, marcenaria e serralheria, os mesmos cursos oferecidos pela Escola Profissional do Alecrim, o que as diferenciavam era o público a que se destinava. Enquanto a Escola de Aprendizes abria as suas vagas aos indivíduos que atendessem aos requisitos para o seu ingresso, a Escola profissional do Alecrim reservava as suas vagas aos alunos do Grupo Escolar Frei Miguelinho e aos escoteiros do Alecrim. Essa peculiaridade era uma característica da Escola Profissional do Alecrim que a acompanhou ao longo dos anos.

De acordo com a mensagem do governador Antônio José de Melo e Souza apresentada na abertura da terceira sessão da undécima legislatura, em 1º de novembro de 1923, após um ano de sua instalação, a Escola Profissional do Alecrim ia “produzindo excelentes resultados, certificados pela assiduidade da frequência e pelo trabalho dos aprendizes” (RIO GRANDE DO NORTE, 1923, p. 14). Nesse ano, foram matriculados 55 alunos, contudo a frequência foi de 48 alunos, distribuídos nos cursos de marcenaria (18), serralheria e funilaria (16) e sapataria (14).

Se compararmos o número de alunos matriculados na Escola Profissional do Alecrim com o número de escoteiros da A. E. A

podemos afirmar que, praticamente, todos os escoteiros com idade igual ou superior a 13 anos integravam o corpo discente da referida escola profissional, uma vez que nesse mesmo período, a A. E. A contava com três grupos, com 25 escoteiros cada. Sendo que um desses grupos era formado por lobinhos, crianças na faixa etária dos 7 aos 10 anos, já os demais eram constituídos por garotos com idades que variavam dos 11 aos 19 anos. Cabe ressaltar que os escoteiros também eram alunos do Grupo Escolar Frei Miguelinho:

Os escoteiros fazem o seu preparo intelectual no grupo escolar “Frei Miguelinho” e frequentam a “Escola Profissional do Alecrim” para a aprendizagem de um officio a que são obrigados a fim de fazerem jús a Caderneta de Escoteiros Licenciados [sic] (RIO GRANDE DO NORTE, 1929, p. 59).

Com a instalação da Escola Profissional do Alecrim os alunos/escoteiros do Grupo Escolar Frei Miguelinho podiam, ao mesmo tempo, adquirir as habilidades manuais recomendadas pelo método escoteiro e aprender um ofício para assim poderem remediar as precárias condições econômicas em que viviam. Inicialmente, a Escola Profissional do Alecrim direcionou o seu ensino para atender apenas aos alunos do sexo masculino. Entretanto, já no ano de 1923, o professor Luiz Soares manifestava o desejo de criar uma seção feminina, como também expandir as oficinas, instalando um curso de alfaiataria (RIO GRANDE DO NORTE, 1923).

Contudo, a Escola Profissional do Alecrim passava por sérias dificuldades em seu funcionamento devido à falta de recursos para a aquisição de matéria prima utilizada nas oficinas, pois “as

subvenções federais, com que contava para esse fim, não puderam ser recebidas em 1923 e 1924 e o Estado não possuía verbas autorizadas para supri-las oportunamente” (RIO GRANDE DO NORTE, 1925, p. 20). Por isso, a seção feminina só pode ser instalada no ano de 1926. Contando com subvenções do governo estadual, a Escola Profissional do Alecrim passa, partir de então, a oferecer o curso de bordados e costuras as alunas e escoteiras do Grupo escolar Frei Miguelinho (RIO GRANDE DO NORTE, 1927). Mas, após os primeiros anos de funcionamento, o governador Juvenal Lamartine, sem qualquer explicação, por meio do decreto nº 436, de 14 de julho de 1929, “suprime como medida provisória o curso de bordados e costuras e o lugar de escrevente da Escola Profissional do Alecrim” (RIO GRANDE DO NORTE, 1929, p. 48). Parece-nos que as dificuldades financeiras eram uma constante no cotidiano do estabelecimento de ensino profissional do Alecrim:

[...] Consignação de uma outra verba destinada à compra de matéria-prima, para a Escola Profissional do Alecrim, que será entregue parcialmente, mediante uma prestação de contas da quantia anteriormente recebida, sendo o produto dos trabalhos confeccionados pelas diversas oficinas recolhido aos cofres do Departamento do Tesouro, deduzida a percentagem dos alumnos e dos mestres de cada officina; [sic] (RIO GRANDE DO NORTE, 1929, p. 57).

As verbas concedidas pelo Poder Estadual, às vezes, mostravam-se insuficiente precisando o governo da autorização da Assembleia Legislativa para liberar verbas especiais:

Não tendo a Assembleia Legislativa, na Lei Orçamentaria vigente, votado uma verba especial, para a aquisição de matéria prima, destinada à Escola Profissional do Alecrim, o Departamento de Educação resolveu fazer compra de material, por conta da verba “Aquisição de móveis”, de modo a poderem todas as oficinas trabalhar, ficando, destarte, em movimento o capital empregado em taes compras, sempre integralizado, e proporcionando aos alunos e mestres a sua quota nos lucros verificados (RIO GRANDE DO NORTE, 1930, p. 56).

Semelhante ao que ocorria na Escola de Aprendizes Artífices, o decreto nº 176 determinava que o lucro obtido com a venda dos produtos das oficinas da Escola Profissional do Alecrim, após deduzidas as despesas com os materiais usados na produção dos artefatos, fosse dividido em quinze quotas, distribuídas entre os mestres, alunos e o diretor da Escola, na proporção respectiva de 1, 4 e 10 (RIO GRANDE DO NORTE, 1922). Todavia, de acordo com a citação acima, isso não acontecia, visto que o lucro era repartido entre o diretor da escola, os mestres das oficinas, os aprendizes e o Estado, cuja quota era recolhida aos cofres do Departamento do Tesouro.

Não encontramos nas fontes o número de quotas que eram destinadas ao Estado, como também se esse valor era utilizado para a manutenção da própria escola. No entanto, o que ficou perceptível é que o lucro obtido não era suficiente para suprir as demandas de materiais das oficinas, já que, às vezes, o governo tinha que incluir na Lei Orçamentária uma verba especial para a aquisição de matérias primas, recorrendo até mesmo a subterfúgios, tais

como o uso da verba de “Aquisição de Móveis” quando não conseguia a aprovação da Assembleia Legislativa.

Na mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 1º de outubro de 1930, o governador Juvenal Lamartine justifica o uso da utilização da referida verba de “Aquisição de Móveis” e sugere que seja concedida uma “consignação, também no orçamento vindouro, de uma outra verba destinada à compra de matéria prima, para a Escola Profissional do Alecrim” (RIO GRANDE DO NORTE, 1930, p. 62). Tal fato, demonstra que o estabelecimento de ensino profissional do Alecrim dependia das subvenções estaduais para manter suas oficinas funcionando.

As oficinas da Escola Profissional do Alecrim e a defesa do ensino profissional

A oficina de marcenaria era a “menina dos olhos” da Escola Profissional do Alecrim. Sob a direção do mestre José Bulhões, a referida oficina apresentou, durante a exposição de trabalhos no encerramento do ano letivo de 1938, cerca de 81 trabalhos, “que foram muito apreciados, principalmente os trabalhos de torno e uso doméstico, [...] no valor de 1.422\$500” (GRUPO ESCOLAR..., 1938, p. 1).

Exposição dos trabalhos da oficina de marcenaria



Fonte: Álbum de Fotografias do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: “Escola Normal” (s/d)

É possível visualizar na fotografia mesas, armários e espelhos, contudo, os aprendizes produziam outras peças, tais como pilões, réguas, porta-chapéus, brinquedos (carrinhos, aviões), porta-copos, quadros com vidros, dentre outros. Por determinação do Decreto nº 176, o Departamento de Educação tinha a preferência dos móveis produzidos nas oficinas de marcenaria. É bem provável que o Estado destinasse os móveis adquiridos aos grupos escolares e repartições públicas. A oficina de marcenaria era responsável também pela confecção dos materiais utilizados nas atividades da A.E.A, a exemplo dos novos bastões dos escoteiros, produzidos no ano de 1939 (O DIA DA BANDEIRA, 1939, p. 4). Mas não era só a oficina de marcenaria que produzia peças para o uso dos escoteiros, constatamos que as oficinas da Escola Profissional do Alecrim produziam todo o material necessário para os

escoteiros, desde os bastões e pás, produzidos respectivamente, pelas oficinas de marcenaria e de serralharia e funilaria, até os uniformes escoteiros, que passaram a ser confeccionados na oficina de costuras e bordados e, posteriormente, na oficina de alfaiataria.

A exposição de trabalhos da Escola Profissional do Alecrim ocorria no final do ano letivo concomitantemente ao encerramento das atividades do Grupo Escolar Frei Miguelinho e da A.E.A. Assim, o diretor de ambos estabelecimentos, o professor Luiz Soares, aproveitava a ocasião para organizar uma grande exposição com as peças produzidas nas oficinas e com os trabalhos escolares dos seus alunos.

Exposição de trabalhos da oficina de costuras e bordados



Fonte: Álbum de Fotografias do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte: “Escola Normal” (s/d)

Os trabalhos produzidos pelos aprendizes e alunos eram expostos nos salões da A.E.A. As peças produzidas eram

organizadas de modo a representar as oficinas, conforme evidenciava a figura acima, a qual expõe os trabalhos produzidos na oficina de bordados e costuras. Os produtos expostos, confeccionados pelas oficinas, podiam ser comprados pelos convidados se esses assim os desejassem.

A exposição tinha duração de três dias e ocorria comumente no mês de novembro, mais precisamente entre os dias 18 e 20, entretanto a festa de encerramento do ano letivo dos dois estabelecimentos educativos do bairro do Alecrim era realizada no dia 19, não por acaso na data em que era comemorado o Dia da Bandeira, pois na conjuntura do Estado Novo, a Bandeira Nacional assumia a função de conectivo, que, segundo Parada (2009), integraria o cidadão à comunidade política, transformando-a em uma só unidade. O Brasil passava a ser “uma só Pátria, um só Deus, uma só bandeira, um só regime, um só governo” (O DIA DA BANDEIRA, 1939, p. 4).

Essa festa se convertia em um grande acontecimento, com direito a visitas ilustres como a do interventor do estado Rafael Fernandes, que participou diretamente da cerimônia realizada em homenagem ao Pavilhão Nacional, nas festividades de encerramento do ano de 1941: “No pátio do estabelecimento, ao som do Hino Nacional, executado pela banda de música dos escoteiros do Alecrim, o interventor Federal hasteou a Bandeira Nacional, sendo prestada pelos escoteiros a continência de estilo” (AS FESTIVIDADES..., 1941, p. 1).

Além da presença da autoridade maior do estado, as festividades de encerramento do ano letivo do Grupo Escolar Frei Miguelinho e da Escola Profissional do Alecrim foram prestigiadas pelo “bispo diocesano, secretário geral do Estado, prefeito da cidade, diretor interino do Departamento de Educação, diretor do

DEIP, outras autoridades, oficiais da Força Policial, representantes da imprensa, famílias, cavalheiros, professores e alunos do referido educandário” (AS FESTIVIDADES...,1941, p. 1). Apesar da exposição ficar aberta ao público durante três dias, o recorde de visitantes era registrado no dia 19 de Novembro, data em que as autoridades políticas, religiosas, militares assim como a imprensa e familiares se faziam presentes, encenando, assim, a representação de uma comunidade harmoniosa e coesa que comungava com o ideário do novo regime, que ao fixar “os postulados pedagógicos fundamentais à educação dos brasileiros, tinha em vista uma série de valores dentre os quais o culto à nacionalidade, à disciplina, à moral e também ao trabalho” (GOMES, 1999, p. 63).

Mesmo antes da Constituição de 1937 definir o ensino profissional como “o primeiro dever do Estado”, a educação técnico-profissional foi percebida pelos “homens públicos” como o instrumento que transformaria em riqueza coletiva os abundantes recursos naturais inexplorados. Assim, “o fascínio pelo progresso técnico provocou um entusiasmo pela formação profissional e pelas escolas que ministravam esse tipo de ensino (NAGLE, 2009, p. 191). Nesse sentido, a instalação da Escola Profissional do Alecrim representou uma das ações do Estado para o desenvolvimento do ensino profissional do Rio Grande do Norte (LUCAS e SILVA, 2019).

Os antecessores do interventor Rafael Fernandes já argumentavam em prol desse tipo de educação, a exemplo do governador José Augusto Bezerra de Medeiros. Para ele, era preciso “proceder a uma revisão no regimento interno, programas e mais princípios orgânicos das escolas profissionais, para o fim de estendê-las ao interior do Estado criando ou subvencionando outras consoantes as finanças permitirem” [sic] (RIO GRANDE DO NORTE,

1925, p. 20). Adotando em seu discurso o mesmo tom de seu antecessor no tocante à defesa do ensino profissional, Juvenal Lamartine defendia que:

É necessário, portanto, que, ao passo que se alfabeticizam as massas se lhes dê educação econômica, positiva, ministrando-lhes conhecimentos práticos, com os quaes ellas possam triumphar na vida. O paiz necessita justamente de preparar as classes dos technicos, operários capacitados, do profissional agrícola, do pequeno industrial, dos artífices, de todos quantos são responsáveis pela bôa marcha dos serviços de uma collectividade moderna [sic] (RIO GRANDE DO NORTE, 1928, p. 26).

Para o supracitado governador, a formação desses elementos competia aos estabelecimentos de ensino profissional, por isso, “no intuito, sobretudo, de prestigiar esse tipo de ensino no Estado”, Juvenal Lamartine, na mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, cogita “dar melhor organização técnica a Escola Profissional do Alecrim, fundando estabelecimentos congêneres em outros pontos do Estado” (RIO GRANDE DO NORTE, 1928, p. 26).

As constantes referências à Escola Profissional do Alecrim nas mensagens dos governadores do estado norte-rio-grandense refletem bem o entusiasmo pelo ensino profissional e sugerem, conforme apontou Silva (2017), que este servia como um elemento de propaganda para o Estado. O ensino profissional figurava na lista de serviços considerados essenciais para o progresso do estado norte-rio-grandense, conforme argumentou o governador

José Augusto Bezerra de Medeiros:

[...] assinalai o quanto era urgente cuidar do combate às secas, das estradas de ferro e de rodagens, açudes e barragens, poços tubulares, portos, credito agrícola, ensino profissional, propaganda dos nossos produtos, etc., uma serie considerável de serviços, de cuja execução estão dependendo, inquestionavelmente, os surtos do nosso progresso econômico (RIO GRANDE DO NORTE, 1925, p. 43).

Destarte, a instalação da Escola Profissional do Alecrim foi percebida como um esforço do Estado que, seguindo o exemplo das “nações cultas e adiantadas”, preocupou-se “em preparar o homem econômico com capacidade para crear e elaborar riquezas exercendo a sua função eminentemente creadora no meio onde deve desenvolver a sua atividade [sic] (RIO GRANDE DO NORTE, 1929, p. 26).

Todavia, cabe destacar que a industrialização no estado potiguar progredia a passos lentos. Nos anos de 1920, as indústrias estavam concentradas basicamente no setor de alimentos e na indústria têxtil, as quais apresentavam baixo desenvolvimento tecnológico, ou seja, muitas delas eram de natureza artesanal e com limitado número de funcionários (SOUSA, 2015). Diante da situação da incipiente indústria norte-rio-grandense, parece-nos que a Escola Profissional do Alecrim cumpria o papel assistencialista, ensinando os garotos humildes do Alecrim um ofício que os habilitassem a ganhar a vida, pois “o ensino profissional presta a população pobre o inestimável serviço de preparar muitos dos seus

filhos para uma vida nobre e útil” (RIO GRANDE DO NORTE, 1923, p. 56).

Embora esses aprendizes não pudessem ser absorvidos como mão de obra nas poucas indústrias do estado, a Escola Profissional do Alecrim era vista pelas autoridades locais como um meio de progresso, graças à sua natureza disciplinadora e, por conseguinte, mantenedora da ordem, uma vez que, através dela, o Estado mantinha sobre controle os chamados “menores desvalidos”. Por isso, o Poder Estadual tinha a pretensão de expandir a esfera da atuação do ensino profissional para o interior do estado, contudo, a situação financeira não permitia a realização de tal empreendimento:

O ensino profissional necessita de ser introduzido em todos os grupos escolares do interior do Estado com uma aplicação particularizada ao meio em que vive a criança, de maneira a, de par com a educação intelectual, torna-la apta ao exercício de uma profissão qualquer. Infelizmente, a situação financeira que está atravessando o Estado não permite encarar o problema do ensino profissional, ao lado do ensino primário, como ele realmente merece. Dahi a obrigação que temos de preservar aquilo que já possuímos, e nessas condições se encontra a Escola Profissional do Alecrim, que tão boas meses já nos há proporcionado [sic] (RIO GRANDE DO NORTE, 1930, p. 56).

A Escola Profissional do Alecrim ocupava um lugar de relevo na pauta dos assuntos educacionais do Estado. A mensagem

do governador Juvenal Lamartine, apresentada à Assembleia Legislativa em 1º de outubro de 1928, é esclarecedora a esse respeito. Na referida mensagem, a autoridade maior do Estado propõe aos congressistas uma série de medidas necessárias “para o constante melhoramento e aparelhamento dos trabalhos de caráter educativo” (RIO GRANDE DO NORTE, 1928, p. 27), entre as quais figurava a ampliação da Escola Profissional do Alecrim.

Essa ampliação não foi concretizada. Todavia, mesmo atravessando dificuldades financeiras e dependendo das benesses concedidas pelo Estado, a Escola Profissional do Alecrim continuou funcionando regularmente, conforme observamos no seu quadro de matrículas:

Quadro de matrículas da escola Profissional do Alecrim (1924-1930)

ANO	MATRÍCULA	FREQUÊNCIA
1924	68	Não informado
1925	56	Não informado
1926	57	40
1927	62	46
1928	78	70
1929	67	Não informado
1930	92	78

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de informações contidas nas mensagens de governadores do Rio Grande do Norte (2019)

Analisando o quadro acima, constatamos que o número de matrículas se manteve estável nos primeiros anos de funcionamento do estabelecimento de educação profissional do Alecrim, com exceção do ano de 1930, quando se observa um aumento no

número de alunos matriculados. Cabe ressaltar, conforme a mensagem do governador Juvenal Lamartine, proferida no ano de 1930, que, nesse mesmo período, a Escola de Aprendizes Artífices também registrou um aumento no número de alunos matriculados. Silva (2017) atribui esse aumento ao fortalecimento do ensino industrial decorrente da aliança entre Getúlio Vargas, a burguesia industrial e a classe trabalhadora. Entretanto, Vargas só assume o poder em 03 de novembro de 1930, após o triunfo da Revolução de 1930. Então, como creditar esse aumento do número de matrículas a essa suposta aliança?

É válido ressaltar que mesmo antes de ruir a “Velha República” e Getúlio Vargas assumir o poder, o ensino profissional, como citado anteriormente, era visto pelos “homens públicos” como instrumento de transformação e prosperidade da nação. Vargas também compartilhava desse pensamento, visto que para ele “o ensino profissional tinha absoluta primazia, prioridade que sempre defendeu e pela qual lutou” (CUNHA, 1981, p. 118), provavelmente, devido às suas articulações com a burguesia industrial e a classe trabalhadora, conforme destacou Silva (2017), que vinham sendo tecidas mesmo antes da sua ascensão ao poder. Portanto, acreditamos que o aumento no número de alunos matriculados nas escolas profissionais do estado potiguar tenha sido motivado por essa conjuntura, pois a exemplo de outros estados brasileiros a década de 1930 iniciou-se no Rio Grande do Norte sob expectativa de mudanças. “Afim, a denominada Revolução de 1930 elegera o combate às oligarquias - símbolo do atraso - como tarefa primordial” (SOUSA, 2015, p. 78).

Destarte, além de um aumento do número de matrículas na Escola Profissional do Alecrim, constatamos ainda que, no ano de 1930, o então governador Juvenal Lamartine determinou que

fossem restaurados os trabalhos femininos, suspensos no ano anterior. O número de alunas matriculadas na oficina de bordados e costuras foi de 30 alunas, maior que o número de matrículas da oficina de marcenaria, a mais concorrida da Escola Profissional do Alecrim, que apresentou um total de 28 alunos. Já a oficina de sapataria registrou um total de 12 alunos matriculados. Diante do grande incentivo a participação feminina e dos resultados positivos, “a escola foi desmembrada em mais uma outra, a Escola Profissional Feminina, que passou a ter uma oferta maior do que a Escola Profissional do Alecrim” (LUCAS e SILVA, 2019, p.10).

A chamada seção feminina da Escola Profissional do Alecrim permaneceu disponibilizando o curso de bordados e costuras apenas para as escoteiras e alunas do Grupo Escolar Frei Miguelinho, o que justifica o vultoso número de matrículas na Escola Profissional Feminina. De modo geral, a Escola Profissional do Alecrim, salvo algumas exceções, permaneceu ofertando os mesmos cursos:

Cursos ofertados pela Escola Profissional do Alecrim (1922-1930)

1922	Marcenaria	Serralharia e Funilaria	Sapataria	
1923	Marcenaria	Serralharia e Funilaria	Sapataria	
1924	Marcenaria	Serralharia e Funilaria	Sapataria	Confecções
1925	Marcenaria	Serralharia e Funilaria	Sapataria	
1926	Marcenaria	Serralharia e Funilaria	Sapataria	Bordados e Costuras

1927	Marcenaria	Serralharia e Funilaria	Sapataria	Bordados e Costuras
1928	Marcenaria	Serralharia e Funilaria	Sapataria	Bordados e Costuras
1929	Marcenaria	Serralharia e Funilaria	Sapataria	suspensão
1930	Marcenaria	Serralharia e Funilaria	Sapataria	Bordados e Costuras

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações contidas nas Mensagens dos governadores do Rio Grande do Norte (2019)

Observamos que não houve um investimento para ampliação da Escola Profissional do Alecrim, conforme sugeriu o governador José Augusto Bezerra de Medeiros no ano de 1928. Com exceção do curso de confecções que foi ofertado apenas no ano de 1924 e o curso de bordados e costuras, que passou a ser oferecido a partir do ano de 1926, não foi instalada nenhuma oficina durante os primeiros oito anos de funcionamento do estabelecimento de educação profissional do Alecrim. Quanto à oficina de alfaiataria, a qual a direção da escola tinha a pretensão de instalar ainda no ano de 1923, só foi instalada na década de 1940. Nesse mesmo ano, foram organizadas a oficina de música e a oficina de tipografia, posteriormente denominada de Oficina de Artes Gráficas. Entretanto, cabe ressaltar que o funcionamento dessas oficinas dependia das necessidades dos escolares e recursos do Estado, por isso, elas não funcionavam regularmente como as oficinas de marcenaria, sapataria, serralharia e funilaria.

Considerações finais

No intuito de melhorar a qualidade de vida dos seus alunos

e também escoteiros, garotos humildes moradores do bairro do Alecrim, o professor Luiz Soares idealizou a criação de uma Escola Profissional na Associação de Escoteiros do Alecrim. Utilizando-se de diversas “maneiras de fazer” para concretizar o seu objetivo, ele consegue uma verba federal e se articula ao Governo Estadual, que por meio do Decreto 176 de 24 de abril de 1922 cria a Escola Profissional do Alecrim.

A fundação da referida escola representou um marco no ensino profissional custeado pelo poder estadual norte-rio-grandense e ao mesmo tempo reforçou a dualidade da educação, visto que seu ensino era destinado apenas aos alunos do Grupo Escolar Frei Miguelinho e escoteiros da Associação de Escoteiros do Alecrim. Dispondo de oficinas de sapataria, marcenaria, serralharia e funilaria, a referida escola de ensino profissional cumpria a função assistencialista para ajudar os “menores desvalidos”, já que o estado apresentava uma industrialização incipiente.

Apesar disso, a Escola Profissional do Alecrim e o ensino profissional eram percebidos pelas autoridades políticas locais como medidas essenciais para o desenvolvimento do progresso do estado, por isso, elas argumentavam que era preciso assistir financeiramente ao estabelecimento educativo do Alecrim, garantindo assim a assiduidade do seu ensino e expandir o ensino profissional, tomando como modelo a Escola Profissional do Alecrim, para todos os grupos Escolares do interior do Rio Grande do Norte.

Mesmo com todo o entusiasmo das autoridades políticas, a Escola Profissional do Alecrim atravessou severas dificuldades financeiras, pois as verbas concedidas pelo poder estadual, às vezes, eram insuficientes para manter a escola. Como dependia das benesses do estado não foi possível, pelo menos nos primeiros anos, expandir as oficinas, conforme desejava o professor Luiz Soares. A

oficina de costuras e bordados só foi instalada no ano de 1926, inaugurando assim a seção feminina na Escola Profissional do Alecrim, que inicialmente destinava o seu ensino exclusivamente ao sexo masculino. Já as oficinas de alfaiataria, música e tipografia só foram instaladas na década de 1940. Idealizada pelo professor Luiz Soares para assistir aos seus alunos/escoteiros e ensiná-los a ter “um meio útil de ganhar a vida”, a Escola Profissional do Alecrim mudou a realidade educacional daquele bairro e representou um marco no ensino profissional do Estado.

REFERÊNCIAS

As festividades que estão se realizando nesta capital em comemoração ao “Dia da Bandeira”. **A Ordem**, Natal, 19 nov. 1939, p. 1.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 dez. 2018.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

ESCOTEIROS comemoram 65 anos com muito entusiasmo. **O Poti**, Natal, 18 jul. 1982, p. 12.

FEREIRA, Yuma. **A criança e a cidade**: as transformações da infância numa Natal Moderna (1890-1929). 2009, 195f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 53-72.

GONZAGA, Aprígio de Almeida [**Correspondência**]. Destinatário Professor Luiz Soares. São Paulo, 12 fev. 1920. 1 Carta.

GRUPO Escolar frei Miguelinho e Escola Profissional do Alecrim-Exposições de trabalhos, festa da Bandeira, encerramento dos trabalhos letivos. **A Ordem**, Natal, 23 nov. 1938, p. 1.

LIMA, Douglas Albert de Souza. Luiz Soares Correia de Araújo: traços de uma biografia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. 1 *Online*.

LUCAS, Marcelly Kathleen Pereira; SILVA, Karla Katielle Oliveira da. A ESCOLA PROFISSIONAL DO ALECRIM (Década de 1920). **Revista Brasileira de Iniciação Científica (RBIC)**, Itapetininga, v. 6, n.1, p. 3-12, jan./mar. 2019.

MELO, Veríssimo de. Pioneiros do Escotismo. **Revista do Instituto**

Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal, v. 69, p. 117-120, 1977.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

Na Marinha, no Exército, no sacerdócio e em todos os setores da vida sei que existem corações que aqui se formaram e continuam bendizendo a sua antiga escola. **A República**, Natal, 14 jul. 1944, p.4.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Certeau e as artes de fazer: as noções de uso, tática e trajetória na pesquisa em educação. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de. ALVES, Nilda (Orgs.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

O DIA da Bandeira. **A República**. Natal, 26 nov. 1939, p. 4.

PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Apicuri, 2009.

PEQUENOS ECHOS. **Revista de Ensino**, Natal, ano 1, n. 3, p. 9-11, jun. 1917.

PINTO, Amanda Thaise Emerenciano. **A presença do professor Luiz Correia Soares de Araújo no Grupo Escolar Frei Miguelinho (1912-1967)**. 2015, 92f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do

Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

RIO GRANDE DO NORTE. Governador do Estado (1921-1924: Souza). Mensagem lida perante o Congresso Legislativo na abertura da segunda undécima legislatura em 1º de novembro de 1922 pelo governador Antônio José de Melo e Souza. Natal: **Imprensa Oficial**, 1922.

RIO GRANDE DO NORTE. Governador do Estado (1921-1924: Souza) Mensagem lida perante o Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão da undécima legislatura em 1º de novembro de 1923 pelo governador Antônio José de Melo e Souza. Natal: **Imprensa Oficial**, 1923.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente do Estado (1924-1927: Medeiros). Mensagem lida perante o Congresso Legislativo na abertura da segunda sessão da 12ª Legislatura em 1º de novembro de 1925, pelo governador José Augusto Bezerra de Medeiros. Natal: **Imprensa Oficial**, 1925.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente do Estado (1924-1927: Medeiros). Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa na abertura da 14ª Legislatura em 1º de outubro de 1927, pelo Presidente José Augusto Bezerra de Medeiros. Natal: **Imprensa Oficial**, 1927.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente do Estado (1928-1930: Lamartine). Mensagem apresentada pelo presidente do Estado do Rio Grande do Norte à Assembleia Legislativa e lida na abertura 14ª legislatura em 1º de outubro de 1928, pelo presidente Juvenal Lamartine. Natal: **Imprensa Oficial**, 1928.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente do Estado (1928-1930: Lamartine). Mensagem apresentada pelo presidente do Rio Grande Norte Juvenal Lamartine à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da 3ª sessão da 13ª Legislatura. Natal: **Imprensa Oficial**, 1929.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente do Estado (1928-1930: Lamartine). Mensagem apresentada pelo presidente do Rio Grande Norte Juvenal Lamartine à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da 1ª sessão da 14ª Legislatura. Natal: **Imprensa Oficial**, 1930.

SILVA, Karla Katielle oliveira da. **O ensino profissional do Rio Grande do Norte: indícios da ação do Estado de 1908 a 1957**. 2017, 88f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) -Programa de Pós-graduação em Educação Profissional, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2017.

SILVA, Maria da Guia de Sousa. **Escola para os filhos dos outros: trajetória histórica da escola industrial de Natal (1942-1968)**. 2012. 227f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

SOARES, Luiz. O escotismo escola do dever. **A República**, Natal, p. 2, 01 jun. 1929.

SOUSA, Francisco Carlos Oliveira de. **Em nome da ordem e do progresso: a formação profissional no percurso da Escola de Aprendizes Artífices à Escola técnica Federal do Rio Grande do**

Norte (1909-1971). 2015. 275f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

SOUZA, Itamar de. **Nova História de Natal**. Editora: EDUFRN, Natal, 2008.

FEMINISMO EM DEBATE: HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Iracélli da Cruz Alves

O matrimônio, o grande sacramento que abençoa os filhos e assegura a felicidade dos cônjuges era apenas uma mistificação, uma prostituição santificada, selada com orações e gestos ridículos, onde a mulher se comprometia diante de um altar a entregar seu corpo, em troca de casa, de comida e de roupa, a um homem que não a entendia e que a considerava apenas como uma fêmea. A mulher seria uma arrumadeira, uma cozinheira, trabalhando da manhã à noite, sem merecer consideração alguma, e, na cama, deveria prestar-se à satisfação dos desejos do **senhor** que gozaria sem se preocupar em saber se aquilo agradava-a, trazia-lhe prazer, ou causava-lhe repugnância. Esse casamento era apenas uma escravidão reconhecida pela religião e pelas leis (Negrito no original) (PAIM, 1944, p. 140)

O trecho que abre o artigo compõe o enredo do romance *Estrada da Liberdade*, escrito por Alina Paim (1919-2011)¹ e

¹ Natural de Estância, interior de Sergipe, Alina Andrade Leite – Leite Paim após o casamento – nasceu em 10 de outubro de 1919. Era uma mulher branca, filha de um caixeiro viajante e de uma dona de casa. Parte de sua infância e juventude foi vivida em Salvador, para onde se mudou aos dez anos de idade para estudar

publicado em 1944 pela editora Leitura (RJ). A crítica ácida ao modelo de casamento em que à mulher cabia “prestar-se à satisfação dos desejos” do marido (convertido em seu senhor) parece antecipar um debate que se tornaria forte a partir da década de 1970, momento em que se convencionou chamar de segunda onda feminista. A autora estaria à frente do seu tempo?

“À frente do tempo” frase recorrente em narrativas biográficas que atribuem às personagens históricas o lugar da excepcionalidade, perspectiva que destoa da complexidade da vida concreta. Alina Paim não foi uma voz isolada. Nem seria possível. As pessoas sempre estão, de maneira complexa, mergulhadas em suas temporalidades, afetando e sendo afetadas por elas. Sendo assim, a escritora imprimiu em seu romance um debate que estava colocado no tempo da escrita, contribuindo com a sua sensibilidade de romancista. No contexto em que o romance foi publicado, no apagar das luzes do ano de 1944, o Brasil atravessava mudanças importantes. Caminhava-se para o final da Segunda Guerra Mundial, acelerando mudanças na ordem social, política e cultural que vinham se processando no país desde o final do século XIX. Na conjuntura, o País passou, do ponto de vista econômico, por uma fase de aceleração do desenvolvimento, marcado pelo avanço do processo de urbanização e industrialização. A economia e a sociedade brasileira tornaram-se mais complexas com o crescimento dos

em um internato católico de onde saiu formada em magistério em 1939. Em 1943, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde desenvolveu grande parte de suas atividades políticas e intelectuais, experiências interconectadas em sua trajetória. Foi no Rio de Janeiro que, em 1945, se filiou ao PCB, após iniciar sua militância anos antes. Como escritora, publicou dez romances, entre os quais uma trilogia e diversos contos em vários periódicos do Brasil; além de escrever literatura infantil (ALVES, 2020).

setores de finanças e de serviços em geral e mudanças nos padrões de consumo. Embora o *boom* econômico não tenha resultado na distribuição de renda e na diminuição das diferenças estrondosas entre os mais ricos e os mais pobres, nos centros urbanos, o salário-mínimo proporcionou aos setores médios acesso aos produtos industrializados e a construção de novos espaços de sociabilidade (PINSKY, 2014).

Essas transformações refletiram significativamente no status socioeconômico das mulheres das camadas médias dos centros urbanos. O incremento do setor secundário e as mudanças na produção eliminaram muitas das ocupações artesanais ou domésticas; ao mesmo tempo em que surgia para elas novas oportunidades de emprego no setor terciário. No período, cresceu a demanda dos trabalhos considerados “femininos”. As mudanças impactaram nas expectativas dessas mulheres, que começaram a construir suas carreiras profissionais. Se antes era comum abandonarem a profissão depois do casamento, o hábito paulatinamente deixava de ser regra, não sem resistência daqueles que se autodeclaravam defensores da “família tradicional”. As mulheres das camadas médias – que no Brasil têm sido majoritariamente brancas – precisaram constantemente disputar politicamente o direito à esfera pública, incluindo o mundo do trabalho (PINSKY, 2014). A literatura de Alina Paim, uma mulher branca das camadas médias, dialoga com as expectativas do seu contexto e grupo social, além de trazer debates que atravessaram a política do período. Sua escrita estava conectada, mais especificamente, ao movimento feminista de orientação comunista.²

² Chamo de movimento feminista de orientação comunista e não simplesmente feminista-comunista ou comunofeminista, porque embora tenha se desenvolvido com fortes conexões com o PCB, contou com a participação orgânica de

O trecho que escolhi como epígrafe representa uma amostra dos temas que agitaram as discussões feministas antes dos famosos anos 1970. Portanto, individualizar em Alina Paim a capacidade de enxergar os problemas do seu tempo seria injusto com suas contemporâneas, mulheres que como ela e/ou com ela escolheram dedicar parte importante de suas vidas ao movimento feminista. O romance tem *uma* autoria, mas tem as marcas de um movimento coletivo do qual a autora fez parte: o movimento de mulheres de orientação comunista que se estruturou em meados da década de 1940 e manteve-se organizado até o final dos anos 50. Um feminismo que por muito tempo foi esquecido tanto pela memória quanto pela historiografia acerca dos movimentos feministas no Brasil.

No artigo, meu objetivo é problematizar esses apagamentos com base em uma pesquisa que desenvolvi no doutorado, cujos resultados, além da tese, foram divulgados em artigos científicos. Alguns deles serão retomados ao longo do texto. O debate será atravessado por elementos que nos ajudam a pensar histórias feministas para além das ondas. Antes, é fundamental uma reflexão conceitual preliminar sobre feminismo.

Feminismo em debate

Atualmente há um relativo consenso no entendimento sobre o que significa feminismo. Para Luiza Bairros, é um instrumento

mulheres de outras organizações e partidos políticos, a exemplo de Nuta Bartlete Lygia Maria de Lessa Bastos, ambas vinculadas ao partido liberal União Democrática Nacional (UDN). Além disso, a relação com o partido não aconteceu sem tensões e contradições, que analiso mais detidamente na tese *Feminismo entre ondas: Mulheres, PCB e política no Brasil* (ALVES, 2020).

teórico capaz de demonstrar como a construção de gênero é uma fonte de poder e hierarquia que impacta mais negativamente a vida das mulheres. “É a lente através da qual as diferentes experiências das mulheres podem ser analisadas criticamente com vistas à reinvenção de mulheres e de homens fora dos padrões que estabelecem a inferioridade de um em relação ao outro” (BAIRROS, 1995, p. 462).

Como destacou Margareth Rago, feminismo não se restringe aos movimentos organizados que assim se denominam. Se refere às práticas sociais, culturais, políticas e linguísticas que atuam com o objetivo de liberar as mulheres de uma cultura misógina e da imposição de um modo de ser construído pela lógica masculina nos marcos da heterossexualidade (RAGO, 2013, p. 28). Implica, portanto, problematizar as naturalizações que legitimam hierarquias nas relações entre os gêneros, deixando as diversas mulheres em desvantagem, sobretudo, as negras, pobres, não-heterossexuais e/ou transgênero, que experimentam o sexismo imbricado a outros demarcadores de desigualdades. Na perspectiva de bell hooks, o feminismo se define como “um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão” (HOOKS, 2019 [2018], p. 13). Ou, como prefere Ochy Curiel (2009), seria toda luta de mulheres que se opõe ao patriarcado. Retomando hooks, não tem nada a ver com ser anti-homem. O inimigo é o sexismo. “E essa clareza nos ajuda a lembrar que todos nós, mulheres e homens, temos sido socializados desde o nascimento para aceitar pensamentos e ações sexistas” (HOOKS, 2019 [2018], p. 13).

O entendimento de que o feminismo é qualquer movimento – coletivo ou individual – em defesa da igualdade de direitos políticos, civis e existenciais para todas as mulheres é relativamente

recente³. A história do feminismo é marcada por disputas e tensões. Como destacou Maira Abreu (2010), apesar do termo ser largamente utilizado como se o seu significado fosse autoevidente, seu sentido não é unívoco e varia conforme os diferentes contextos. As variações estão relacionadas às disputas políticas em jogo.

Devido à carga pejorativa que por vezes se imprimiu ao termo, as expressões feminismo/feminista foram evitadas por alguns indivíduos e grupos que lutaram por emancipação e/ou libertação das mulheres. No Brasil, até os anos 1960, pelo menos, a rejeição foi particularmente forte entre as mulheres próximas ao PCB. Antes da década de 1970, especialmente antes do golpe de 1964, como apontou Dulce Pandolfi (1995, p. 35), existia uma “cultura comunista”, leia-se, uma identificação com o modelo de sociedade implantado na URSS após a Revolução Russa de 1917. Este é um dos elementos que ajuda a explicar a recusa. Era difícil assumir outro pertencimento político. Sentir-se parte de um partido comunista tornava secundária, desnecessária ou politicamente equivocada, a identificação com outros grupos. Era forte a ideia de que isso provocaria o temido divisionismo e o conseqüente enfraquecimento da luta de classes, central para os comunistas.

Ao mesmo tempo, o feminismo era entendido como um movimento político liberal – no sentido político-econômico.⁴ Não por

³ Igualdade aqui assume um caráter político. Não tem a ver com ser igual ao homem e/ou se igualar ao que se convencionou chamar de masculino. Igualdade tem a ver com respeito às diferenças. Está relacionada à garantia à vida, saúde, segurança, educação, dignidade e liberdade para todas as pessoas. Reivindicar igualdade implica questionar a inferiorização de pessoas que se distanciam do padrão de humanidade considerado superior: homem *cis*, branco, heterossexual.

⁴ O feminismo de orientação liberal, de acordo com Joana Maria Pedro, se constitui como um movimento que defende a promoção de valores individuais e a

acaso, na primeira metade do século XX o grupo assumidamente feminista de maior visibilidade no Brasil – A FBPF – era ideologicamente alinhado ao liberalismo, portanto, adversário das comunistas. Havia, ainda, os estereótipos atribuídos às feministas que ora eram representadas como mulheres insatisfeitas com seu gênero, ora como mulheres “histéricas” e “feias”; ora como anti-homens. Até mesmo circulava rótulos relacionados à sexualidade. Com frequência eram chamadas pejorativamente de “sapatão”, adjetivo que muitas delas não queriam se ver associadas em função dos valores heteronormativos que definiam como anormalidade e/ou imoralidade sexualidades dissidentes. Esse pensamento atravessava a sociedade e era naturalizada inclusive por feministas e progressistas. Em entrevista publicada em 1992, Martha Suplicy afirmou que na década de 1970 sentia dificuldade em se assumir feminista porque “era uma coisa que pegava muito mal, sapatona, coisa de mal-amada. Mas eu dizia, sem justificar direito” (TOSCANO; GOLDEMBERG, 1992, p. 51). Rachel Soihet analisou os estereótipos, inclusive ligados à sexualidade lésbica, forjados pelos “libertários” do jornal *O Pasquim* entre as décadas de 1960-70. Seguindo a autora:

As mulheres em *O Pasquim* fica[vam] à mercê dos misóginos de plantão, que, sob o rótulo do humorismo, terminavam por ridicularizar as atitudes daquelas que lutavam por demarcar seus direitos. Aqueles, na verdade, com essas atitudes visavam reconstruir os estereótipos da

igualdade entre homens e mulheres no campo social, político e jurídico (PEDRO, 2006, p. 271). Esta foi a característica central do movimento feminista da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

subordinação e da domesticidade feminina. [...] Em que pese o reiterado posicionamento contrário ao autoritarismo no âmbito da política institucional e da crítica aos costumes, afirmando sua oposição ao moralismo hipócrita dos segmentos médios com relação às minorias, em relação às mulheres que ousavam propor mudanças nas relações de gênero, era particularmente implacável a mordacidade da maioria dos membros desse jornal (SOIHET, 2013, p.184).

Os rótulos pejorativos já circulavam na primeira metade do século XX e foram mais um ingrediente para que parte das mulheres que defendiam a emancipação não se assumissem feministas. Algumas delas chegaram a endossar muitos dos estereótipos atribuídos às feministas como forma de legitimar o próprio movimento como a “verdadeira luta” por emancipação das mulheres – que não deveria ser um movimento contra homens, nem “espalhafatoso”, tampouco comprometer a “feminilidade”. Esses discursos não necessariamente as blindavam dos ataques antifeministas. Em 1935, a União Feminina do Brasil (UFB), uma organização de inspiração comunista, não foi poupada de ataques antifeministas, ainda que não se intitulasse feminista. O Capitão Filinto Müller, então chefe de polícia, assim descreveu as mulheres da organização:

Quem eram as ilustres matronas ou gentis senhoritas que compunham a malograda União? Não sabemos. Mas é lícito supor-se que não deveriam ser excessivas as preocupações domésticas, os trabalhos com os filhos, maridos,

irmãos e noivos, dessas paladinas do credo rubro de Moscou. Porque a mulher, seja ela mãe, esposa, ou apenas noiva, se quiser preencher ampla e conscientemente a sua missão social, não tem nem jeito para ler Karl Marx, que é xaroposo como todos os demagogos, nem para se exercitar no lançamento de granadas de mão, ou no simples manejo do porrete ou da “pernambucana”. Todas essas representantes do sexo fraco, da “esquerda”, estão certamente iludidas com o feminismo que lhe inculcavam. Pensam que tornando-se energúmenas, violentas, sanguinárias, ferozes, enfim conseguirão impor o seu império aos companheiros de planeta, impondo-lhes a sua vontade e fazendo prevalecer as próprias opiniões. Fatal engano o destas amazonas de novo gênero! A mulher quanto mais se parece com o homem tanto menos o impressiona. E tanto menos o domina. Frágil, gentil, com um palminho de rosto, falando fino, olhando manso, sim! (MÜLLER, 1935, p. 1).

Como dito, a UFB não se autodeclarava feminista. Mas as palavras de Müller sugerem que qualquer movimento de mulheres que desafiava a ordem de gênero estava passível de ser assim denominado (no caso em tela, em tom pejorativo). A defesa da emancipação das mulheres presente no programa da UFB assanhou a fúria do capitão que não poupou adjetivos misóginos e, como era de costume, supervalorizou a importância dos homens quando disse que as feministas, no final das contas, pretendiam mesmo era chamar sua atenção ou dominá-los. Inflacionando a importância

masculina, julgava que todos os comportamentos das mulheres, inclusive no campo da política, tinham como finalidade última seduzir o sexo oposto.

Müller não foi o único a descrever o movimento como uma pilhéria inconsequente e a destacar que as mulheres não deveriam desviar das suas supostas características naturais. Anos antes, a seção “Bric-Á-Brac” do *Diário de Notícias* carioca, sob a rubrica de W.B., destacou que “o feminismo que se pratica no Brasil é a maior das ‘blagues’, porque sejam quais forem as vitórias que uma mulher tenha logrado, não abre mão ela nunca de suas prerrogativas de sexo” (W.B, 1931, p. 15). Em seguida, em tom debochado, descreveu as feministas como “cavalheiras” que resolveram “não obedecer ao recente decreto que proíbe as acumulações. Ela acumula os direitos masculinos e femininos. Quanto aos deveres respectivos nem é bom falar... A criatura possui memória muito fraca” (W.B, 1931, p. 15).

Considerando as variações do conceito e os estigmas que as feministas –autodeclaras ou não – carregavam, questiono se o fato de até a década de 1970 o movimento de mulheres de orientação comunista não se assumir feminista inviabiliza compreendê-lo com tal. A resposta vai depender do olhar. Se nos restringirmos apenas à ação das mulheres junto aos movimentos populares que não problematizaram as relações de gênero – sem investigar se a experiência contribuiu ou não para a percepção das desigualdades; – sim, talvez se torne inviável. O fato de as mulheres estarem fazendo política pública, por si só, embora fosse, na prática, um rompimento com os padrões de gênero culturalmente compartilhados, não fazia com que elas julgassem necessária a igualdade política e social entre homens e mulheres. Não por acaso, ainda há movimentos políticos antifeministas com participação ativa de

mulheres. Por outro lado, quando levamos em consideração todo o movimento daquelas que não se percebiam feministas, mas agiram efetivamente e de forma direta em defesa da quebra das hierarquias entre os gêneros, defendo que é possível e viável pensá-las como feministas.

Estou de acordo com Gláucia Fraccaro (2018) quando ela diz que a delimitação do feminismo não está restrita às teorias sociológicas e filosóficas, mas se constrói e se define a partir dos embates travados pelas mulheres em diferentes conjunturas e em relação com diversos grupos políticos. Além dos grupos específicos, o movimento compôs até mesmo as organizações com a presença de homens, como partidos e sindicatos. As demandas feministas foram levantadas junto a outras bandeiras e sonhos de liberdade. Neste sentido, a história do feminismo se constrói e pode ser contada através das lutas – diversas e heterogêneas – das próprias mulheres.

Ao mesmo tempo não perco de vista que muitas dessas mulheres dispensavam o adjetivo de feminista, e como bem lembrou João Pinto Furtado (2001, p. 359), “um pensamento historicamente construído precisa ser historicamente explicado”. Para se tornarem inteligíveis, os acontecimentos precisam ser explicados a partir do “conhecimento mais amplo de todo o complexo histórico que os engendrou, tanto no que respeita aos seus aspectos mais propriamente objetivos, quanto até mesmo no que respeita à sintaxe e à semântica dos termos empregados” (FURTADO, 2001, p. 359). O que não significa dizer, ainda como propõe Furtado, que não possam ser associadas e utilizadas como elementos de investigação e demonstração analógica.

As variações no conceito de feminismo estão imbricadas à história do próprio movimento. Concordo com Reinhart Koselleck

(2006) quando afirma que as palavras podem até permanecer as mesmas, mas não indicam necessariamente a permanência do mesmo conteúdo ou significado. A maneira como os grupos se apropriam delas e os significados que lhes são atribuídos em diferentes contextos temporais e espaciais são importantes para compreendermos tanto a história do conceito quanto os movimentos da sociedade. Explicando melhor, os usos e significados do conceito são resultado da forma como pessoas e grupos se apropriam dele. As alterações de sentido pelas quais passam são reflexos de conflitos sociais e políticos. Por isso é que os nomes não devem ser enjaulados em significados estáticos e categorias rígidas e abstratas. Como sugeriu Sérgio Buarque de Holanda (2011[1973], p. 422-423), é inevitável “a contingência em que nos vemos de ter de lidar sempre com vocábulos de sentido equívoco ou sujeito a variações, mormente quando destacamos do seu contexto originário”. Este é o caso do conceito de feminismo.

Todavia, para Susan Faludi (2001), desde que a palavra apareceu pela primeira vez em 1895 nas páginas de uma revista inglesa não houve mudanças. A partir daquele momento a palavra foi definida como a defesa da independência das mulheres. Seria a proposta básica feita por Nora, personagem da Casa de Bonecas:⁵ “antes de mais nada, eu sou ser humano”. É simplesmente o cartaz que uma mocinha segurava em 1970 durante a Greve das Mulheres pela Igualdade: Eu não sou uma boneca Barbie” (FALUDI, 2001, p. 22).

O feminismo pede que o mundo finalmente reconheça que as mulheres não são elementos

⁵ Casa de Bonecas se refere a uma peça teatral escrita em entre 1878-79 pelo dramaturgo norueguês Henrik Ibsen.

decorativos, biscuits preciosos, membros de um ‘grupo de particular interesse’. Elas são merecedoras de direitos e oportunidades, tão capazes de participar dos acontecimentos mundiais quanto os homens. O programa feminista é muito simples: pede que as mulheres não sejam forçadas a ‘escolher’ entre justiça pública e felicidade privada. Pede que as mulheres sejam livres para definir a si mesmas – em lugar de terem a sua identidade definida pela cultura e pelos homens que as cercam (FALUDI, 2001, p. 22)

Os princípios citados por Faludi informam sobre experiências de mulheres privilegiadas em termos de classe e raça. Para elas fazia sentido a reivindicação de que “o mundo finalmente reconheça que as mulheres não são elementos decorativos, biscuits preciosos, membros de um ‘grupo de particular interesse’”. Ao mesmo tempo que na década de 1970 a recusa em ser tratada/vista como uma boneca Barbie estava coerente apenas com as vivências de mulheres brancas das camadas abastadas. As mulheres pobres, sobretudo quando não brancas, não se encaixam nessas narrativas. A elas não era reservado o lugar de “biscuits precisos”, “elementos decorativos”, tampouco de “bonecas Barbie”.

As mulheres não brancas não eram (e continuam não sendo) pensadas dentro dos estereótipos culturalmente atribuídos ao gênero feminino como características naturais de todas as mulheres: frágeis, com menor força física, por isso inapropriadas para trabalhos pesados; quando mães, inseparáveis de seus filhos. Como demonstrou María Lugones (2014), a partir da modernidade colonial foi retirado delas o *status* de humanas, por isso tratadas como

“fêmeas”, animalizadas. A autora chamou atenção para o fato de que existe o que chamou de colonialidade do gênero, o que implica em reconhecer que aos homens e às mulheres não brancas não são atribuídos os sentidos de gênero construídos pelos colonizadores. Mas esses sujeitos se apropriam deles mediante ressignificações. Em outras palavras, reconstróem sentidos de feminilidade e masculinidade a partir de suas próprias experiências sem deixar de estar enredados nos valores culturalmente compartilhados.

Ao afirmar que o significado do feminismo sempre foi o mesmo, Faludi se esbarra justamente na colonialidade de gênero apontada por Lugones, pois generaliza experiências localizadas como se fizessem sentido para todas as mulheres. Silencia muitas experiências e releituras do conceito elaboradas por mulheres que nunca puderam ocupar o lugar de “elementos decorativos” nem de “bonecas Barbeis”, também carregado de violências sexistas. Entre elas o feminismo ganhou novas roupagens. Os feminismos não hegemônicos (negro, pós-colonial, indígena, lésbico, decolonial etc.) são exemplos emblemáticos. O feminismo negro denunciou que a subordinação das mulheres negras é marcada por opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade e nação. Se constituiu “como resposta ativista a essa opressão” (COLLINS, 2019, p. 63). Já feminismo indígena, como demonstrou Ochy Curiel (2007), questionou as relações patriarcais, racistas e sexistas das sociedades latino-americanas, ao mesmo tempo em que problematizou os usos e costumes de suas próprias comunidades e povos que mantêm as mulheres subordinadas. O pensamento feminista decolonial, de acordo com Yuderkys Espinosa Miñoso (2017), recuperou correntes críticas dos feminismos não hegemônicos, ao mesmo tempo em que tem avançado no questionamento da unidade das mulheres. Sua proposta emerge do encontro entre

a perspectiva da interseccionalidade e as investigações da modernidade/colonialidade. Neste sentido, vem questionando a maneira como a modernidade organiza o mundo em categorias homogêneas, atômicas e separáveis. Assim, as opressões interseccionais não devem ser pensadas como categoriais atomizadas (LOUGONES, 2014). Isso implica refletir, por exemplo, sobre os problemas do machismo e lgbtfobia presentes em movimentos antirracistas e do racismo e lgbtfobia em grupos feministas. Como enfatizou Curiel (2007), descolonizar o feminismo implica entender a complexidade das relações e subordinações que se exercem sobre aquelas e aqueles posicionados como “outros”.

Atualmente, o processo de revisão crítica do feminismo enquanto movimento social continua atravessando os debates políticos e a produção acadêmica. Mas as disputas em torno de uma elaboração conceitual acerca da expressão não fizeram parte da preocupação do movimento que investigo, o que não significa dizer que não havia um complexo debate sobre as desigualdades entre as mulheres. O significado que suas protagonistas atribuíram ao feminismo, bem como a resistência em se perceberem feministas tem a ver com essas problematizações.

História, memória e historiografia

A maioria das narrativas historiográficas sobre os movimentos feministas aponta para uma perspectiva linear dividida em três ou quatro ondas que pouco ou nada dialogam. No caso do Brasil, mais especificamente, a primeira teria começado no final do século XIX, se estendendo até aproximadamente o início da década de 1940; a segunda, nos anos 1970 – após um intervalo de duas décadas; a terceira, na década de 1990, sofisticando o debate da

segunda; e a última teria começado por volta de 2012-2013, inovando radicalmente a predecessora. A emergência das ondas geralmente é lida com o signo da ruptura. A “nova” viria sempre propondo mudanças radicais (TOSCANO; GOLDEMBERG, 1992; ABREU, 2010; BACK, 2013; RIBEIRO, 2015; BLAY; AVELAR, 2017; KREUZ, 2018).

Um olhar sobre as temporalidades comumente negligenciadas pode revelar outras histórias. Entre as supostas duas primeiras ondas, houve um movimento expressivo: o movimento feminista de orientação comunista que, em 1946 fundou o Instituto Feminino de Serviço Construtivo (IFSC) com o objetivo de criar uma organização que conseguisse articular um movimento de mulheres nacional e unificado. No ano seguinte colocou em circulação o jornal *Momento Feminino*, importante meio de articulação do projeto político (ALVES, 2022a). Em 1949 nasceu a Federação de Mulheres do Brasil (FMB), que atuou com visibilidade pública até 1957. Mas, o enfraquecimento institucional do final da década de 1950 não implicou encerramento dos movimentos feministas. Projetos feministas de sociedade continuaram em circulação durante as décadas de 1960-70 (ALVES, 2020).

O movimento em tela foi articulado por mulheres cisgênero e se relacionou com o Partido Comunista do Brasil (PCB). Antes da emergência do pós-estruturalismo, ele desafiou – não sem contradições – a naturalização do que significava ser mulher ou homem em um momento em que o gênero ainda não tinha sido forjado enquanto conceito (ALVES, 2022a; ALVES, 2021a). Partindo dessas experiências, acredito que é mais adequado narrar a história do feminismo no Brasil como *movimento*. O esforço em dividir essa história em fases esquemáticas produz apagamentos que sombreiam a complexidade dos feminismos, cuja história não é marcada por

uma temporalidade conectada a uma linha evolucionista e diacrônica. A perspectiva da linearidade talvez aumente o risco de respostas fáceis: rotular de excepcionais casos que fogem às características atribuídas às fases.

Ao analisar a história acadêmica produzida, sobretudo, na Europa e nos Estados Unidos sobre a segunda onda feminista ocidental, Clare Hemmings chamou a atenção para o fato de que a abordagem dominante “simplifica a complexa história dos feminismos ocidentais, fixa autoras e perspectivas dentro de uma década específica e, repetida e, erroneamente, posiciona feministas pós-estruturalistas como as ‘primeiras’ a desafiar a categoria ‘mulher’ como sujeito e objeto do conhecimento feminista” (HEMMINGS, 2009, p. 215).

Essa estória [produção de sentidos sobre o passado] divide o passado recente em décadas definidas para fornecer uma narrativa de progresso incansável ou de perda, proliferação ou homogeneização. A teoria feminista ocidental conta sua própria estória como uma narrativa em desenvolvimento, onde nos movemos de uma preocupação com unidade e semelhança, passando pela identidade e diversidade, em direção à diferença e à fragmentação. Tais mudanças são geralmente concebidas em correspondência com as décadas de 70, 80 e 90, respectivamente, e como um movimento partindo do pensamento feminista radical, socialista e liberal em direção a uma teoria pós-moderna do gênero. Contudo, seja como for sua inflexão, a cronologia permanece a mesma, as décadas sobrecarregadas, mas curiosamente

estereotipadas, e o pós-estruturalismo desempenhando o papel de ator principal no questionamento da “mulher” como ponto de partida para a política feminista e a produção de conhecimento (HEMMINGS, 2009, p. 215).

No Brasil, a narrativa majoritária seguiu exatamente essa cronologia, sempre tomando como referência a evolução do feminismo europeu, sobretudo francês, e norte-americano, que funcionam como uma espécie de métrica para avaliar o quanto e como o feminismo evolui no país. O livro da filósofa francesa Simone de Beauvoir geralmente aparece como um divisor de águas. Entre as décadas de 1960-70, as feministas brasileiras teriam descoberto *O Segundo Sexo* e logo depois novas teóricas feministas europeias e norte-americanas. As leituras teriam sofisticado o debate feminista no país. A partir daquele momento, as feministas brasileiras teriam compreendido que o “ser mulher” não era meramente um dado biológico, mas uma construção cultural.

Os estudos sobre a suposta renovação do feminismo na década de 1970 que consideram apenas o pensamento de Beauvoir e outras teóricas do Norte Global como marcos do aprimoramento do debate feminista local silenciam muitas vozes. Em se tratando da epistemologia feminista, seguindo as sugestões de Hemmings, uma forma de pluralizar/democratizar o debate é optar por abordagens que enfatizem as relações no lugar das descontinuidades, o que contribui tanto para repensar a linearidade e o “evolucionismo” entre as ondas, quanto para descobrir outros sujeitos que atuaram entre e para além delas (HEMMINGS, 2009, p. 215-216).

Antes da emergência do pós-estruturalismo, o feminismo de orientação comunista desafiou – não sem contradições – a naturalização do que significava ser mulher ou homem e das diferenças

de classe/raça presentes na construção do gênero, em um momento em que o gênero ainda não tinha sido forjado enquanto conceito (ALVES, 2019; ALVES, 2021a; ALVES, 2021b; ALVES, 2022a; ALVES, 2022b). Entretanto, ele não compõe as narrativas historiográficas sobre os movimentos feministas. No geral, há uma supervalorização da suposta segunda onda em detrimento da primeira, vista como menos ousada.⁶ Já o movimento que emergiu entre elas é genericamente chamado de “movimento de mulheres” ou “movimento feminino”. Na década de 1980, Elisabeth Souza Lobo já chamava a atenção para o problema. De acordo com ela, naquele contexto, as pesquisas sobre os “movimentos de mulheres” e os “movimentos feministas” estabeleciam divisões problemáticas quando os separavam, problema ainda recorrente. Ademais, os estudos sobre os movimentos populares – que tiveram ampla participação de mulheres – frequentemente não se preocupavam em estabelecer recortes de gênero, comprometendo reflexões mais profundas sobre o processo de construção do feminismo enquanto *movimento* (LOBO, 2011, p. 241).

No Brasil, o relativo consenso em torno do que significa feminismo, ao que tudo indica, começou a se consolidar na década de 1970, sobretudo a partir de 1975, ano eleito pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher (AIM) e ponto de partida da Década da Mulher. Aproveitando o

⁶ O livro *50 anos de Feminismo*, publicado em 2017, carrega no próprio título a supervalorização da chamada segunda onda. Ao datar o feminismo na América Latina, o título subestima ou secundariza as experiências que vieram antes dos cinquenta anos que celebra. A coletânea pontua a existência de movimentos anteriores, mas confere aos últimos cinquenta anos um caráter mais inovador e consequente dos feminismos. Ou seja: o verdadeiro feminismo estaria completando meia década (BLAY, 2017).

ensejo, mulheres realizaram um evento feminista intitulado “O papel e o comportamento da mulher na sociedade brasileira” que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro. A reunião foi patrocinada pelo Centro de Informação da ONU e organizada, sobretudo, por mulheres de esquerda (PEDRO, 2006). No período, o país vivia uma Ditadura Militar implementada em 1964. Em 1975 o regime começava o processo de distensão facilitando o início do retorno de militantes exiladas, bem como a realização do evento.

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) também construiu uma programação relacionada ao marco estabelecido pela ONU. Fundada em 1922 e dirigida por Bertha Lutz a maior parte do tempo, entre as décadas de 1960-70 atuou alinhada à ditadura (ALVES, 2020).⁷ Em janeiro de 1975 solicitou “a adesão oficial do Governo ao Ano Internacional da Mulher e a concretização prática desta mesma adesão”;⁸ e em 27 de novembro realizou, também no Rio de Janeiro, um “Encontro com Associações

⁷ Ao longo de sua trajetória a FBPF se engajou na defesa dos direitos civis e políticos das mulheres. Organização de nível nacional, alcançou uma institucionalização significativa. Nas primeiras décadas de existência, instalou filiais em vários Estados brasileiros, como São Paulo, Bahia e Pernambuco, assim como outras associações assistenciais e profissionais se uniram à entidade. Além da articulação nacional, internacionalmente, a FBPF estava vinculada a organização feminista norte-americana *International Alliance of Women* (Aliança Internacional de Mulheres) e participou de vários eventos promovidos pela entidade (PINTO, 2003; SOIHET, 2013).

⁸ Programa para a celebração do Ano Internacional da Mulher, 10º Boletim Periódico, jan., 1975. Arquivo Nacional, Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Código de Referência: BR RJANRIO Q0.ADM, EVE.CNF, TXT.33, v. 2.

Femininas” no Salão de Leitura do Palácio Itamaraty que, segundo suas associadas, era parte da programação do AIM.⁹

Mas o evento promovido pela federação de Bertha Lutz não compõe a memória que se consolidou a respeito da repercussão do Ano Internacional da Mulher no Brasil. A partir de 1975 iniciou-se a constituição do vínculo estreito entre feminismo e esquerda. Neste momento as mulheres de esquerda passaram a se apropriar do termo, impondo uma virada. Se até então o feminismo era associado ao liberalismo, a partir da década de 1970 passou a ser visto como um movimento alinhado aos projetos socialistas ou comunistas de sociedade, pensamento muito presente no senso comum atualmente. Essa percepção não me parece casual. Arrisco a hipótese de que a hegemonia das mulheres de esquerda no movimento feminista começou a ser forjada a partir da década de 1950. Entre as décadas de 1920 e 1930 o movimento feminista de maior visibilidade no Brasil era o da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, de orientação liberal. Mas a partir de meados da década de 1940 a federação de Bertha Lutz perdeu espaço para o movimento feminista de orientação comunista. As razões para a perda ainda não foram suficientemente investigadas. Se observarmos, grande parte da historiografia sobre o “movimento de mulheres” entre as décadas de 1940 e 1950 se debruça sobre as mulheres do PCB. Na década de 1970, novamente são as mulheres de esquerda, agora organizadas em diversas siglas que emergiram depois do golpe de 1964, que se sobressaem. O movimento passa a ser descrito como hegemonicamente de esquerda, ainda que se enfatize que muitas mulheres optaram por romper com partidos ou grupos

⁹ Ano Internacional da Mulher. Arquivo Nacional, Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Código de Referência: BR RJANRIO Q0.ADM, EVE.CNF,TXT.33, v. 3.

de hegemonia masculina. Mais do que isso: o feminismo em si passa a ser lido como “naturalmente” de esquerda. Por vezes, não se considera a história do processo. Quando e por que efetivamente os movimentos feministas passaram a ser hegemonicamente de esquerda? A precisão das respostas depende de novas investigações.

O fato é que tanto a memória como as narrativas históricas sobre os movimentos feministas estão impregnados da ideia de que o feminismo é quase que naturalmente um movimento social de esquerda. Grande parte dessas narrativas foi elaborada com base em depoimentos e documentos produzidos por mulheres que resistiram à ditadura e se descobriram feministas na década de 1970, quando viveram a experiência do exílio. Elas se tornaram referências para generalizações historiográficas que, frequentemente, partem da luta contra a Ditadura Militar, da atuação das brasileiras no exílio, especialmente na França, da explosão dos movimentos contraculturais e do estabelecimento do AIM como marcos fundadores, seja do feminismo como um movimento efetivamente organizado, seja de uma nova onda feminista que supostamente trouxe a novidade de debater publicamente temas espinhosos, como a liberdade sexual e o aborto.

Parte dessas narrativas foi elaborada no período imediatamente posterior ao fim da Ditadura Civil-Militar em 1985. Conectadas ao seu tempo, se preocuparam em evidenciar as resistências contra o autoritarismo, especialmente, a luta das mulheres e a emergência do feminismo, geralmente invisibilizadas pelas histórias masculinas. Quando proponho retomar o debate não o faço com o objetivo de corrigir interpretações equivocadas. Minha intenção é sinalizar para como a história do feminismo vem sendo

contada no Brasil, evidenciando os marcos estabelecidos – e consequentemente os silenciados – no processo de disputa de narrativas.

O intenso debate que se desenvolveu entre as décadas de 1940 e 1970 tem ficado escondido nas sombras das supostas duas primeiras ondas. Levando em consideração os não-ditos, concordo com Joana Maria Pedro (2007) quando diz que a narrativa que situa o ano de 1975 como marco fundador de um feminismo mais consequente é resultado de “disputas de poderes entre diversos grupos feministas e entre estes e os diversos personagens envolvidos na luta contra a ditadura militar, instalada no país entre 1964 e 1985” (PEDRO, 2007, p. 249). Ainda de acordo com a autora, a dicotomia entre “lutas gerais” e “lutas específicas” e entre movimentos “verdadeiramente feministas” e “não feministas” falam de poderes e conflitos.

Diante das evidências que tenho encontrado ao longo da pesquisa, é inegável que antes do Ano Internacional da Mulher o debate feminista já estava colocado na política brasileira. As demandas foram diversas. Além das reivindicações próprias ao mundo do trabalho, o movimento lutou por espaços no mundo da política pública ciente de que não bastava a instituição legal do direito. Defendeu a igualdade política, jurídica e social para o gênero feminino, sem perder de vista que enquanto houvesse desigualdade de classe/raça era necessária uma legislação diferenciada para as mulheres trabalhadoras (menor carga-horária, limitação do trabalho noturno e menor tempo de contribuição para a aposentaria); questionou a cultura que demarcava lugares sociais de acordo ao gênero, mobilizando inclusive as experiências de mulheres pobres que, na prática, contrariavam os ideais de feminilidade normatizados; defendeu o direito ao prazer sexual, dentro e fora do casamento; problematizou a ideia de que as mulheres deveriam ser

sexualmente recatadas; reivindicou direitos e condições dignas de trabalho, principalmente para as trabalhadoras pobres; denunciaram o machismo que as trabalhadoras enfrentavam, fossem elas pobres ou das camadas médias; e elaborou análises que fundiam as opressões: gênero, classe e raça (ALVES, 2020; ALVES, 2019; ALVES, 2021; ALVES 2022a; ALVES, 2022b; ALVES 2022c).

Apesar desse vasto movimento, o ano de 1975 se tornou marco de um suposto renascimento do feminismo no Brasil após algumas décadas de completa ou quase inatividade. O renascer seria consequência do “despertar” feminista de mulheres que estiveram exiladas durante a Ditadura Civil-Militar, e no exterior, sobretudo na França, descobriram-se feministas. Contudo, feministas que começaram a problematizar a inferiorização das mulheres nas décadas precedentes reivindicaram outra narrativa. Ana Montenegro (1915-2006)¹⁰, que começou a militar na década de 1940 sugeriu, em sintonia com a sua trajetória no movimento em defesa da liberdade das mulheres, que a consagração do ano de 1975 como Ano Internacional da Mulher e todos os frutos colhidos naquele momento resultaram do “amadurecimento do fruto” das lutas travadas a partir da década de 1940 por ela e suas companheiras do PCB (MONTENEGRO, 1981, p. 63).

Mas as narrativas historiográficas têm se debruçado com maior intensidade sobre o movimento desenvolvido a partir da

¹⁰ Natural de Quixeramobim, Ceará, Ana Montenegro atuou como jornalista. Na década de 1940 tornou-se militante do PCB, filiando-se oficialmente ao partido em 1945. No contexto, exerceu sua militância entre a Bahia e o Rio de Janeiro. Em Salvador, atuou na União Democrática Feminina da Bahia e foi candidata a deputada estadual em 1947. No Rio de Janeiro, participou dos movimentos populares e do movimento de mulheres, tornando-se colaboradora do jornal *Momento Feminino* (FLORES, 2017).

década de 1970. O fato está relacionado a um fenômeno mais amplo. Como observou Antonio Mauricio Brito (2008), a historiografia contemporânea do Brasil tem supervalorizado a década de 1960-70 em função de vários eventos internacionais que, de fato, sacudiram a história mundial, a exemplo dos movimentos de libertação nacional na Ásia e África, da Revolução Cubana, das guerrilhas na América Latina, da guerra no Vietnã, da Revolução Cultural chinesa, do Maio de 68 e do movimento hippie. Tais eventos teriam renovado radicalmente os movimentos sociais em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, em que pese o autoritarismo e a violência da ditadura que o assolava. O interesse pelo contexto é permeado por alguns exageros e/ou subvalorização dos movimentos precedentes. Essa característica aparece nas narrativas sobre o movimento feminista.

Para Moema Toscano e Miriam Goldemberg, por exemplo, até a década de 1970 “o feminismo organizado e atuante não se caracterizava por ser revolucionário ou abertamente contestatório. [...] A discussão sobre a sexualidade feminina constituía exceção, e o tema era considerado tabu” (TOSCANO; GOLDEMBERG, 1992, p. 29). E continuam:

Os anos 1970 marcaram uma reviravolta no movimento feminista, que começa então a colocar como eixo de sua luta a questão da relação homem-mulher e a necessidade de reformulação dos padrões sexuais vigentes, apesar das resistências de feministas mais antigas a aceitar tal reviravolta (TOSCANO; GOLDEMBERG, 1992, p. 30).

Partindo dos depoimentos de mulheres exiladas e da documentação que produziram, Maira Abreu (2010) acredita que até os anos 1970 sequer havia feminismo no Brasil enquanto movimento coletivo. Para ela, até os anos 1960 isso ainda era algo muito distante porque muitos militantes de esquerda identificavam o movimento como liberal ou sexista e anti-homem. Embora a questão começasse a ser discutida em meios como alguns jornais da imprensa alternativa, um movimento organizado só tomaria corpo a partir de 1975, muito em função do contato que as exiladas tiveram com as ideias feministas enquanto estiveram no exterior, especialmente na França. A experiência teria contribuído para uma alteração profunda da concepção de feminismo entre as brasileiras.

Certamente, o contato com o então efervescente ideário feminista francês influenciou as mulheres de forma significativa. Mas seria interessante saber em que medida a presença das brasileiras e de outras mulheres latino-americanas na França impactou o feminismo francês. Resposta que não posso dar. Mas me parece uma generalização um tanto exagerada a ideia de que o contato contribuiu para “uma alteração profunda da concepção de feminismo entre as brasileiras”. Nas décadas anteriores à ditadura, como demonstrei, já havia um processo de articulação e debate feminista no país.

A ressalva de Abreu de que não existia feminismo porque as esquerdas socialistas e comunistas faziam uma leitura enviesada do movimento pressupõe que no Brasil o feminismo se desenvolveu a reboque dos grupos políticos de esquerda, versão muito comum nas memórias das próprias militantes. Esta leitura apaga a pluralidade política dos diversos grupos feministas. Nem todos se vincularam aos projetos socialistas ou comunistas. Havia feministas liberais, como ela própria deixa implícito. Embora a autora

tenha ressaltado que definir o feminismo não é neutro, em alguma medida, ela se prendeu às narrativas de quem viveu a experiência na década de 1970.

Mas as memórias são divididas. Como propôs Alessandro Portelli, além da dicotomia entre a memória institucional e a memória coletiva de determinado grupo, há uma pluralidade fragmentada de diferentes memórias (PORTELLI, 2001). O esquecimento é o seu vigor, representando o êxito de não-ditos que são indispensáveis à estabilidade e à coerência das imagens que os grupos fazem de si próprios (BRITO, 2017). Desse modo, entre a experiência vivida e o momento em que é narrada há pontos cegos. No processo de rememoração os sujeitos selecionam os fatos a partir do quanto e como significaram para si. Em que pese a complexidade da elaboração memorialística, as memórias das militantes que viveram a experiência feminista no exílio receberam acriticamente o *status* de verdade não só em Abreu, mas em grande parte da historiografia sobre o feminismo, como evidenciou Joana Maria Pedro (2011).

Os estudos de Pedro, Ana Rita Fonteles, e Natália Pietra Méndez apontaram para um significativo debate feminista no Brasil na década de 1960 mobilizado em vários meios. No período e nos anos iniciais da década seguinte, as feministas das camadas médias criaram grupos de reflexão, atuaram na imprensa, na Igreja, nas universidades e na literatura (FONTELES, 2005; PEDRO, 2006; MÉNDEZ, 2008). Mulheres como Heleihet Saffioti, Carmen da Silva, Rose Marie Muraro, Heloneida Studart, Romi Medeiros, Ecilda Ramos de Souza, Ruth Guimarães, Alina Paim, Jacinta Passos, entre tantas outras que provavelmente ainda desconhecemos, desenvolveram atividades e leituras feministas da realidade.

Antes, outros grupos se engajaram na luta pela emancipação/libertação das mulheres, alguns não se assumiram feministas, fato que, como sugeri, provavelmente tem colaborado para os silêncios sobre eles. Céli Pinto (2003) acredita que os “movimentos femininos” existentes entre 1945 e 1964, momento que recobre nossa pesquisa, não foram feministas porque desde a redemocratização em 1946 e, principalmente, durante a década de 1950 até o golpe militar em 1964, a vaga socialista e a utopia comunista determinaram as lutas sociais no Brasil e no mundo. Consequentemente, não havia espaço para as chamadas “lutas particularistas”, como a que foi levada posteriormente pelas mulheres. Para a autora:

Se não se pode tratar os movimentos de mulheres como algo totalmente dissociado do movimento feminista, deve-se reter de qualquer forma sua especificidade: foram movimentos organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público (PINTO, 2003, p. 11).

Todavia, para Maria Amélia de Almeida Teles, embora o “movimento das mulheres” tenha mergulhado na utopia comunista defendendo pautas levantadas pelo PCB, como carestia, defesa da infância e da maternidade, anistia, paz mundial etc., também reivindicou o fim das discriminações de gênero. Porém, segundo ela, as questões relativas à “libertação da mulher”, como autonomia, controle de fertilidade, aborto, sexualidade, não eram

sequer mencionadas, comprometendo a existência de um feminismo mais consequente (TELES, 1999).

Explicando as diferenças entre as supostas ondas, Teles legitima o evolucionismo que as preocupações e ferramentas analíticas do presente me permitem problematizar. Segundo a autora, primeiro aconteceu a luta por emancipação e, mais amadurecidas, as feministas tornaram-se capazes de reivindicar libertação. Ao dividir as categorias, explicou que o movimento por emancipação teria se caracterizado pela defesa da igualdade de direitos civis sem necessariamente questionar os “valores masculinos”. Com isso, ao que parece, a autora quis dizer que não houve um questionamento da cultura que sustentava o machismo. Já a ideia de libertação estaria relacionada à reafirmação da igualdade sem negar as diferenças entre os sexos, dando uma conotação positiva à feminilidade – “compreendida não como desigualdade ou complementaridade, mas como ascensão histórica da própria identidade feminina” (TELES, 1999, p. 9-11).

Para mim, as noções de emancipação e libertação estão imbricadas. É muito difícil reivindicar a emancipação das mulheres no plano político e jurídico sem colocar em xeque, mesmo que de forma velada, os valores culturais machistas, inclusive quando há um apelo para a naturalização das diferenças culturais. A divisão proposta por Maria Amélia Teles se conecta com a chamada política da diferença, que ganhou força em países da Europa e nos Estados Unidos no final do século XX. Como apontaram Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli, essa perspectiva se pautou na recusa ao universalismo – saturado de masculinidade. Nesse sentido, não seria suficiente exigir o acesso das mulheres às atividades próprias do universo dos homens. Era preciso redefinir os critérios de valoração que atribuem maior importância às atividades culturalmente

desenvolvidas por eles. O movimento pendeu para a construção da “positividade feminina”, no sentido de mostrar que “a igualdade entre os sexos não exige que as mulheres adotem o padrão de comportamento que hoje é visto como masculino – agressividade sexual, *éthos* competitivo, racionalidade fria, desprezo aos afetos” (MIGUEL; BIROLI, 2013).

A partir da descoberta da política da diferença, Maria Amélia de Almeida Teles, implicitamente demarcou que o feminismo mais consequente para a libertação das mulheres nasceu na década de 1970. Não percebeu, como é próprio do processo de rememoração e construção de sentidos a partir da própria experiência e leitura de mundo, que antes da década de 1970 questões relativas ao que chamou de luta por libertação já estavam sendo colocadas. Muitas das supostas ideias renovadas da década de 1970, sobretudo em relação ao debate sobre a liberdade sexual foram discutidas dentro do movimento feminista de orientação comunista desenvolvido entre as décadas de 1940-70 (ALVES, 2022b). Mesmo antes, como demonstrou Margareth Rago, mulheres anarquistas, como Maria Lacerda de Moura e Luce Fabri, propuseram a emancipação das mulheres e uma nova moral sexual de cunho profundamente libertário (RAGO, 1996; RAGO, 2001; RAGO, 2007).

Mas, para Andréa Bandeira (2012), até o advento do Golpe Militar em 1964, a participação das mulheres nos movimentos populares, nos partidos e federações não foi resultado de uma consciência de gênero. Por isso, ela considera anacronismo falar em feminismo naquela conjuntura. O entendimento de que existia uma opressão de gênero teria surgido posteriormente como consequência da leitura de suas experiências políticas. Ao instituir o conceito de gênero como marco fundador do feminismo a autora atualiza

aquela perspectiva linear e evolucionista problematizada no início deste artigo.

Sem perder de vista que a realidade é discutida discursivamente, como sugeriu Robert Darton, não devemos nos enrolar nas teias do nominalismo (DARNTON, 2015). Com o cuidado de não atribuir às épocas distintas a mesma significação, entendo que o conceito de gênero que emergiu na década de 1970 foi consequência (não a causa) de diversas elaborações paulatinamente construídas dentro dos movimentos feministas, marcadas por disputas e controvérsias. No Brasil, parte do movimento se manifestou antes da década de 1970 e se desenvolveu em conexão com o PCB.

Considerações finais

Mais do que oferecer respostas objetivas, no artigo minha intenção foi problematizar as narrativas historiográficas hegemônicas sobre os movimentos feministas no Brasil, que divide a história do feminismo em ondas que pouco ou nada dialogam. No entanto, no período que antecedeu a emblemática década de 1970, mulheres se articularam politicamente e construíram projetos feministas de sociedade. A história que venho investigando está relacionada ao movimento feminista de orientação comunista que começou a se articular institucionalmente a partir de 1945, perdendo força entre 1956-57. Apesar da desestruturação institucional, suas agentes continuaram se movimentando e construindo o pensamento/ação feminista. No processo, articularam e se expressaram de diferentes maneiras, mobilizando vários meios: imprensa, organizações e literatura.

Mas, este não foi o único feminismo possível. Ao longo da República, diferentes grupos feministas se articularam. O

movimento foi marcado por trânsitos. Durante a pesquisa, encontrei mulheres que foram da Federação de Bertha Lutz e depois se deslocaram para os grupos ligados ao PCB, talvez o inverso tenha acontecido. Este é outro (bom) problema de pesquisa esperando por novas investigações. A ação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino durante a Ditadura Civil-Militar é outra história não contada. A federação, articulando por cima, barganhou com os governos da ditadura e quiçá foi fundamental para garantir conquistas feministas importantes. Mas isso é uma outra história...

REFERENCIAS

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. **Feminismo no exílio**: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ALVES, Iracélli da Cruz. Feminismo, comunismo e trabalho das mulheres: interconexões entre gênero, raça/classe. In: SALATINO, Alba Cristina Souto dos Santos; ROSA, Sabrina Hax Duro; MONTEIRO, Jade de Oliveira (Orgs.). **Relações étnico-raciais**: saberes e visibilidades necessárias. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021b, p. 105-134.

ALVES, Iracélli da Cruz. Para o coração, sim. Mas também para o espírito: Momento Feminino e o debate feminista no Brasil

republicano (1947-1956). **Revista de História**, [S. l.], n. 181, p. 1-33, 2022a. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2022.181667.

ALVES, Iracélli da Cruz. Feminismo, comunismo e a política do cotidiano: um debate sobre família, moral sexual e independência das mulheres (1940-1970). In: CARLONI, Karla; MAGALHÃES, Livia (Orgs.). **Mulheres no Brasil Republicano**. Curitiba: CRV, 2021a, p. 163-184.

ALVES, Iracélli da Cruz. A poética comunofeminista de Jacinta Passos: uma intelectual baiana. In: SIZILIO, Ricardo (Org.). **Bahia: política e sociedade (1930-1940)**. Salvador: EDUFBA, 2022b.

ALVES, Iracélli da Cruz. **Feminismo entre ondas**: mulheres, PCB e política no Brasil. Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

ALVES, Iracélli da Cruz. A política em prosa: representações comunofeministas em A sombra do Patriarca. In: BATISTA, Eliana Evangelista; SILVA, Paulo Santos (Orgs.). **Dos fios às tramas**: tecendo histórias, memórias, biografia e ficção. Salvador: Quarteto, 2019.

Ano Internacional da Mulher. Arquivo Nacional, Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Código de Referência: BR RJANRIO Q0.ADM, EVE.CNF, TXT.33, v. 3.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 95, n. 2, p. 458-463, jun./dez., 1995.

BANDEIRA, Andréia. **Resistência Cor-de-rosa-choque: militância feminina no Recife, nos anos 1960.** Tese de doutorado em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Orgs.). **50 anos de feminismo: Brasil, Argentina e Chile.** São Paulo: EdUSP/FAPESP, 2017.

BRITO, Antônio Mauricio Freitas. **O Golpe de 64, o movimento estudantil na UFBA e resistências à Ditadura Militar (1964-1968).** 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

BRITO, Mauricio Freitas. Militância estudantil e memória dos anos 1960. **Tempo & Argumento**, v. 9. n. 21, Florianópolis, 2017.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** São Paulo: Boitempo, 2019.

CURIEL, Ochi. Crítica pós-colonial desde las practicas del feminismo antirracista. **Nómadas**, Bogotá, n. 26, p. 91-100, abr., 2007.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe. In: Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista, 2009, Buenos Aires. **Anais do Grupo Latinoamericano de Estudios, Formación y Acción Feminista (GLEFAS)** – Instituto de Género de la Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires: UBA, 2009.

DARNTON, Robert. **Poesia e política**: redes de comunicação na Paris do século XVIII. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

FALUDI, Susan. **Backlash**: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Carmen da Silva: o feminismo na imprensa brasileira. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005
FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres**: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: FGV, 2018.

FURTADO, João Pinto. Uma república entre dois mundos: Inconfidência Mineira, historiografia e temporalidade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 343-363, 2001.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215-241, jan./abr., 2009.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 4ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: _____. **Futuro Passado**: Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Sobre uma doença infantil da historiografia. In: Costa, Marcos (Org.). **Escritos Coligidos - Livro II**, 1950-1979. São Paulo: Unesp/ Fundação Perseu Abramo, 2011.

LOBO, Elisabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo, Perseu Abramo, 2011.

LUGONES, María. Rumo ao feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, 935-952, set./dez., 2014.

MÉNDEZ, Natália Pietra. **Com a palavra o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960.** 2008. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Introdução: Teoria política feminista, hoje. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Teoria política feminista: textos centrais.** Vinhedo: Horizonte, 2013, p. 7-54. p. 23.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. **De por qué es necesario um feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidade occidental y el fin de la política de identidad.** Solar, Lima, n. 1, v. 12, p. 141-171, ago., 2017.

MONTENEGRO, Ana. **Ser ou não ser feminista?** Recife: Cadernos Guararapes, v. 3, 1981.

MORANT, Isabel. **El sexo de la historia.** In: _____. Las Relaciones de Genero. Madri: Marcial Pons, 1995.

PAIM, Alina. **Estrada da Liberdade.** Rio de Janeiro: Leitura, 1944.

PANDOLFI, Dulci. **Camaradas e companheiros**: História e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PEDRO, Joana. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

PEDRO, Joana. Trajetórias políticas em mudança: tornar-se feminista no Cone Sul. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – Associação Nacional de História. São Paulo: USP, 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de julho de 1944): mito, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.) **Usos & abusos da História oral**. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 103-130.

Programa para a celebração do Ano Internacional da Mulher, 10º Boletim Periódico, jan., 1975. Arquivo Nacional, Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Código de Referência: BR RJANRIO Q0.ADM, EVE.CNF, TXT.33, v. 2.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções de subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RAGO, Margareth. Ética, anarquia e revolução em Maria Lacerda de Moura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (Orgs.). **A formação das tradições (1889-1945)**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 275-293.

RAGO, Margareth. O prazer no casamento. **Cadernos Ceru**, série 2, n. 7, p. 97-111, 1996.

RAGO, Margareth. *Entre a História e a liberdade*: Luce Fabri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: UNESP, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOIHET, Rachel. O feminismo de Bertha Lutz: conquistas e controvérsias. In: SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p. 55-122.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. In: SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismo**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 29-62, 1994.

TOSCANO, Moema; GOLDEMBERG, Mirian. **A revolução das mulheres**: um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**. São Paulo, n. 3, p. 63-84, 1994.

PATRIMÔNIO QUASE INVISÍVEL: EDIFÍCIOS COM APLICAÇÕES AZULEJARES NO CENTRO HISTÓRICO DE PARNAÍBA-PI

Irma Cristina Diniz de Assunção

O presente artigo tem como mote a análise, catalogação e apresentação de edifícios com superfícies azulejares de fachada, tomando como campo de pesquisa o sítio histórico localizado no centro da cidade de Parnaíba, estado do Piauí, com foco na análise estética dos azulejos e da arquitetura urbana do século XIX, assim como suas representações sociopolíticas, visando entender as problemáticas da relação entre sociedade contemporânea e patrimônio histórico local, tendo como fim o objetivo de salvaguardar os poucos padrões ainda existentes no centro histórico.

Nos dois tópicos presentes neste artigo, buscamos analisar a estética da arquitetura tombada como patrimônio e a compreensão da relação histórico-social dos azulejos presentes nos edifícios do sítio histórico de Parnaíba com a cidade, procurando concomitantemente a isso, montar um referencial sobre a importância dos azulejos na representação social do século XIX em Parnaíba e, com isso, estimular uma formação social sensível dentro do contexto contemporâneo local vinculado ao patrimônio histórico material da cidade, procurando compreender de modo mais amplo a relação dos parnaibanos com o presente sítio histórico.

O primeiro tópico procura fazer de forma mais resumida uma historicização do azulejo e seus primórdios com os persas, a popularização pela Europa e sua chegada ao Brasil. O segundo tópico nos traz a atenção para o nosso objeto de estudo, o azulejo

estampilhado de fachada no Centro Histórico de Parnaíba. Mas, antes de compreendermos a importância dessas peças na malha urbana, precisamos analisar como a formação da cidade e seu desenvolvimento comercial e econômico estão intimamente ligados a presença de azulejos em Parnaíba. Além disso, apresentamos algumas outras cidades do Brasil que contêm aplicação azulejar em suas fachadas.

Azulejos: das origens a chegada ao Brasil

Com objetivo de compreender melhor o azulejo e seu impacto nas estruturas arquitetônicas que a utilizaram, buscamos realizar uma breve historicização, perpassando seu uso na Europa, principalmente em Portugal e, no continente americano, com exemplares existentes em território brasileiro.

Para começarmos a compreender mais sobre o azulejo, suas características e origem vamos analisar inicialmente a etimologia da palavra azulejo, que por sua vez, é envolta em muitos debates referentes ao seu surgimento e definição, dotada de mais de um significado, fazendo com que não haja um consenso amplamente aceito sobre onde se originou. A versão mais difundida indica que seu surgimento advém da palavra persa *az-zullaiju*, significando pedra lisa e polida, se aproximando da cerâmica vidrada produzida pelos mesopotâmicos e distanciando-se do senso comum de entendimento no qual a palavra azulejo tem seu significado diretamente ligado à característica da cor azul presente em diversas peças.

A chegada do azulejo na Europa ocorrerá com a expansão da conquista da Península Ibérica, localizada onde atualmente encontram-se Portugal e Espanha, pelos muçulmanos durante o século

VIII. De acordo com Holanda (2018), datam do século XIII as primeiras aplicações de azulejos com fins decorativos que se tem conhecimento. Estas primeiras aplicações ocorreram em Andaluzia, região localizada na Espanha.

Os primeiros vestígios da chegada do azulejo em Portugal datam do ano de 1508, vindos diretamente de Servilha. O destino de tais peças seria para fins da decoração interior do Palácio Nacional de Sintra. Os primeiros usos dos azulejos em Portugal ficavam restritos ao clero e a nobreza, agregando grande valor ornamental e prestígio às construções que recebiam aplicação destes azulejos.

O azulejo português é uma peça confeccionada em barro cozido, tendo um de seus lados pintado e vidrado. Popularmente conhecido e reconhecido por sua beleza e possuidor de diversas vantagens físicas, sendo: impermeabilidade, resistência à umidade e vapores, facilidade na limpeza de manchas, baixa necessidade de manutenção e fácil aplicação.

A partir do século XIX, houve uma crescente demanda por confecção de peças azulejares mais simples e baratas, de tal forma o azulejo deixou de ser, então, um objeto apenas de uso particular da corte e da nobreza e foi-se vulgarizando por algumas camadas sociais abaixo, que ainda dispunham de regalias financeiras, tais como os mercadores, por exemplo:

Com a Revolução Industrial, no século XIX, houve perda de atributos tradicionais e essenciais nos azulejos. A inadequação formal ao novo tipo de produção mecânica e o rebaixamento das qualidades artísticas dos azulejos industrializados foram as maiores perdas identificadas. Surgiu então, grande procura e a proliferação do azulejamento das fachadas, o que

caracterizava não apenas o crescimento da indústria e do mercado consumidor, mas também a tentativa de os proprietários de casas e armazéns que ascendiam econômica e socialmente, exibem seu novo status social, enobrecendo suas propriedades (WANDERLEY, 2006. p. 36).

O azulejo lusitano já não só existia fora dos muros de palácios e igrejas, adentrando as casas da população portuguesa em formato mais simplificado com azulejos fabricados em maior escala (os conhecidos azulejos pré-industriais), mas o azulejo também já se encontrava além mar em terras brasileiras, a priori, apenas para revestir o interior de conventos e igreja. Em pequeno espaço de tempo, a industrialização do processo de fabricação do azulejo proporcionou a difusão dessas peças às camadas sociais mais baixa, sendo no Brasil o tipo mais popularizado o azulejo de fachada.

A predominância das construções que têm azulejos de fachada ocorre em edifícios urbanos com a frente virada para a rua, e majoritariamente grande parte desses prédios foi revestida com azulejos semi-industrializados e estampilhados. Os prédios sofriram aplicação de azulejos em toda fachada, com o mesmo padrão, delimitados apenas por cercaduras, que serviam ao mesmo propósito de molduras em quadros. Um ponto de virada importante neste momento da história azulejar não se limita a mais uma mudança estética ou técnica, pois com a disseminação das peças de fachada para as demais classes, o azulejo passa a não se adequar mais aos conceitos estéticos da corte e da nova burguesia.

A chegada do azulejo no Brasil em meados do período colonial para ocupar as fachadas de residências desperta um grande

debate entre os especialistas em azulejaria com relação a origem da aplicação do azulejo de fachada, que não cabe dentro dessa pesquisa debater de forma aprofundada, mas é válido mencionar que Santos Simões (SIMÕES, 1990), grande estudioso sobre azulejos em Portugal, atribuiu ao Brasil o título de "criador dos azulejos de fachada", com a sua teoria de "torna viagem". Wanderley (2006) nos explica melhor sobre tal questão:

O azulejo, que estava tornando-se indispensável como elemento decorativo, encontrava no Brasil outras razões para sua grande aceitação. A escassez de materiais para acabamento externo das fachadas, juntamente com o clima quente e úmido do litoral brasileiro, que dificultava a conservação e impermeabilização, podem ter levado os construtores desse século a utilizar o azulejo, mais econômico (pela sua durabilidade), para enfeitar e também garantir a boa conservação das fachadas [...]. Surgia assim no Brasil o 'Azulejo de Fachada', desconhecido em Portugal (WANDERLEY, 2006, p. 40).

Ainda sobre o autor, Wanderley (2006) nos diz que, de acordo com Simões (1965), todo o ouro retirado do Brasil foi devolvido por Portugal em forma de azulejos. Devemos apontar que há quem discorde de tal afirmação, tendo em vista o quão violento fora o processo de colonização do Brasil, assim como todos os processos de colonização e neocolonização, e o argumento de que nenhum bem material, por mais belo e portador de requinte que seja, poderia pagar ou compensar toda a exploração do solo brasileiro e de sua gente (WANDERLEY, 2006, p. 20).

Há no Brasil quem discorde que o azulejo de fachada é uma aplicação de uso primário brasileiro tais Dora Alcântara e Mário Barata, estudiosos de renome quanto ao uso do azulejo no Brasil. Holanda (2018) nos conta que, de acordo com esses autores, o indício mais afastado de azulejo de fachada no país está presente no “Ensaio a bico de pena e lápis da circunavegação nos anos 1858-1860”, do russo “A. Vyseslacov” publicado em São Petersburgo no ano de 1862. Nesta obra, o autor faz referência a uma casa localizada no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, com fachada supostamente de azulejos. Não há nenhum outro tipo de registro que diga que o azulejo de fachada no Brasil, data de antes desta publicação, contudo em Portugal os primeiros registros de azulejos com aplicação em fachada datam de 1845, Lisboa.

Muitos padrões utilizados no Brasil se repetem por entre as cidades e são bastante encontrados em Portugal. Esta informação apenas corrobora com o debate de como o azulejo é parte vibrante do processo de aculturação entre Portugal e Brasil, sendo parte importante de nossa história e um forte aliado para estudarmos mais detidamente sobre o processo de constituição dos sítios urbanos de diversas cidades, englobando arquitetura, memória e patrimônio.

Os exemplos mais antigos de peças azulejares no Brasil encontram-se na atual região Nordeste, bastante ligados a edifícios religiosos localizados em João Pessoa, Recife, Olinda e Salvador. Vários autores que se debruçaram sobre a temática em cada uma dessas cidades, como Maria Policarmo em João Pessoa (POLICARMO, 2021), Sylvia Cavalcanti com seus estudos referente a azulejaria em Pernambuco (SYLVIA, 2009) e Zeila Machado (MACHADO, 2009) com seus estudos sobre azulejos presentes na Bahia. Porém, a presença do azulejo no Brasil é bem mais ampla.

No Rio de Janeiro, por exemplo, é possível encontrar exemplares dessa azulejaria. Uma das autoras que podemos citar como referência da pesquisa azulejar no estado do Rio de Janeiro é Marisa Hoirisch (HOIRISCH, 2007). Contudo, os exemplares possíveis de se encontrar lá não estão em sua quantidade originalmente exportada, por consequência de a cidade ter passado por um processo de reurbanização durante o século XX, onde boa parte dos prédios que apresentavam aplicação de azulejos foram destruídos.

No Rio Grande do Sul, Renata Curval é uma das pesquisadoras com estudos referentes a presença e influência da azulejaria em regiões portuárias, particularmente na cidade de Rio Grande (CURVAL, 2008). Em Belém do Pará, também há uma boa quantidade de azulejos portugueses, adquiridos no "Ciclo da borracha" (IPHAN, 2016, p. 19). Já na cidade de São Luís, no Maranhão, está concentrado o maior acervo de azulejos fora de Portugal, frutos de uma economia escravista crescente durante o século XIX, com a produção do algodão e arroz. Dora Alcântara contribui significativamente com pesquisas e publicações sobre o tema (ALCANTARA, 1980).

É possível encontrar ainda a presença de azulejos portugueses, mesmo que em menor escala, em outras cidades pelo país. Muito embora nesses casos a quantidade de aplicações azulejares não sejam tão expressivas quanto nos locais citados acima, é igualmente importante ressaltar tais registros para criar um mapa mais completo da presença dos azulejos no Brasil e com isso contribuir com o processo de salvaguarda destas peças.

Como é possível perceber neste breve panorama, parte significativa das cidades com aplicações azulejares de cunho histórico e artístico encontra-se localizada no atual Nordeste brasileiro. De acordo com Holanda (2018), a azulejaria de fachada se apresenta

em maior escala nesta região por conta de algumas cidades terem adquirido posição de destaque nas relações comerciais com Portugal durante o século XIX e o XX.

Dentro dessa perspectiva, procuramos abordar de forma mais específica o azulejo de fachada presente em construções existentes na cidade de Parnaíba, no Estado do Piauí, local dotado de um centro histórico marcado pelas mudanças econômicas e estilísticas urbanas do final do século XVIII e decorrer do XIX. Os exemplares de azulejos possíveis de encontrar em uma caminhada pelo centro histórico são do tipo estampilhados e semi-industriais, muito comuns no século XIX. Ao olhar com mais atenção podemos vislumbrar como estas peças dialogaram com o desenvolvimento econômico da cidade em sua época de aplicação e como estas ainda dialogam com o atual ritmo urbano.

Azulejos em Parnaíba, sua presença e invisibilidade

No presente tópico buscaremos abordar como o azulejo lusitano pode ser percebido enquanto protagonista da história de Parnaíba; como esta pequena peça foi um símbolo importante de desenvolvimento urbano, ascensão e status social para as famílias proprietárias das construções que apresentam essas aplicações em sua fachada e como se dá a relação do azulejo com a malha urbana de uma Parnaíba contemporânea.

Para podermos compreender o azulejo como protagonista do desenvolvimento urbano, se faz necessário visitar a história da cidade de Parnaíba, em especial os impactos do desenvolvimento econômico e conseqüentemente o surgimento de peças da azulejaria lusitana no centro histórico de Parnaíba.

A formação de Parnaíba, local do objeto da pesquisa, cujas origens remontam ao início do século XVIII, segue sendo transformada à medida que o Piauí adquire relevância em um cenário marítimo comercial, mesmo diante de tensões internas inicialmente desfavoráveis.

Assim ficou conhecida a zona ribeirinha do rio de mesmo nome, pertencente à freguesia de Nossa Senhora do Carmo [...]. Ali prosperou o comércio e a exportação das atividades pastoril e agrícola extrativista. Dali a produção da carne tomava o rumo da Europa por via das sumarcas, que faziam a ligação Parnaíba-Lisboa-Parnaíba (REGO, 2013, p. 25).

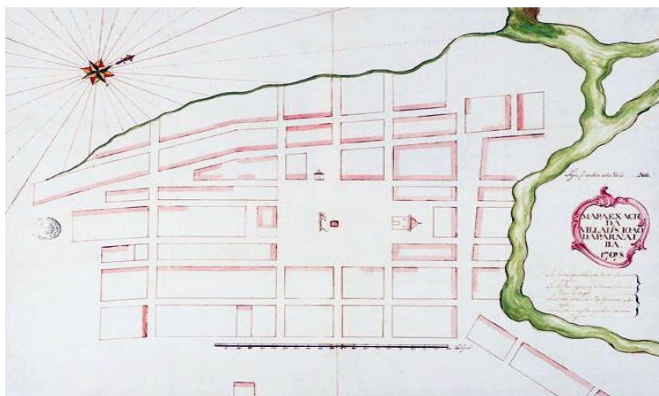
A Vila de São João da Parnaíba, antes de ganhar o status de vila era originalmente um povoado dedicado às funções que ocorriam no Porto das Barcas. Em 1762, já contava com 1747 homens livres e 602 escravizados, número relativamente baixo, em comparação com os engenhos de Pernambuco, que demandavam de um número considerável de pessoas para o funcionamento da produção, ao passo que nas charqueadas não se tinha necessidade. Este era o local de preparação do charque (carne bovina seca e salgada). Apesar da menor quantidade comparativa, o plantel de escravizados simbolizava poder e status social para seus proprietários.

Como um grande ponto de escoamento e atividades dedicadas à curtição da carne de gado proveniente dos abatedouros para a sua exportação, a vila naquele momento se mostrava simultaneamente próspera, ao passo que sofria com uma zona alagadiça, além de contar com péssimas condições sanitárias, chegando a ser proibido por decreto, datado de 1769, a construção de prédios sem

prévia autorização. Tal medida atuava em consonância com o desejo do então presidente da capitania João Pereira Caldas, que buscava um local limpo, alto e próximo às margens do rio para ser a sede da cidade. Porém esse desejo nunca foi completado na sua integralidade, visto que comunidade de Testa Branca, escolhida pelo governador e localizada a seis quilômetros do Porto das Barcas, não apresentava adensamento populacional, tendo pouca urbanização e destaque nesse contexto, segundo Junia Motta (apud MENDES, I., 2001, p. 20)

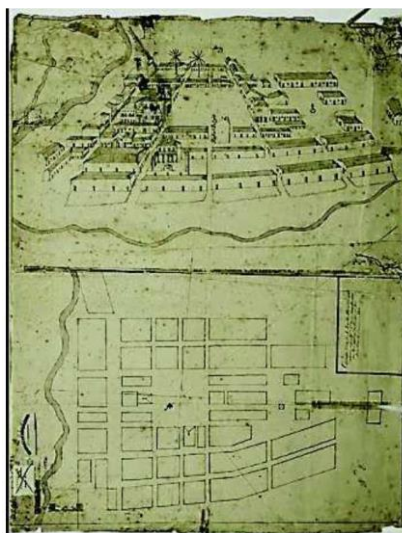
A vila, à medida que crescia e ganhava proporções de cidade, teve códigos de postura implementados prevendo que as antigas ruas, tortas e acidentadas, além de todas as casas que não fossem de alvenaria, deveriam ser destruídas e/ou reformadas. Aos poucos a vila foi ganhando corpo de cidade e era projetada para seguir os moldes arquitetônicos das Ordenações Reais, como todas as outras construídas durante o período, contendo ruas projetadas, arborização, casas rentes aos limites da rua com fachadas continuadas que se interligavam para assim não se diferenciarem de forma tão gritante o status social. Entretanto em Parnaíba todas essas características não foram seguidas à risca, pois nas arquiteturas ainda remanescentes dos séculos XVIII e XIX notamos claras distinções entre as edificações. Em um primeiro momento, a topografia analisada, junto a reproduções iconográficas da época e suas respectivas descrições, apontava para elementos que são mantidos intactos até a contemporaneidade, como no caso da Igreja de Nossa Senhora da Graça (1770), a igreja de Monte Serrat (que se mantém em pé desde os primórdios do povoado), os galpões do Porto das Barcas. Estes são alguns dos exemplos que podemos citar de construções arquitetônicas que resistem a ação solvente do tempo. Isso pode ser visto nas imagens a seguir:

Figura 1: Mapa da Vila São João da Parnaíba (1798)



Fonte: REGO, 2013, p. 28.

Figura 2: Mapa da Vila São João da Parnaíba (1809)



Fonte: REGO, 2013, p. 30.

Ao retornar nossa atenção para o aspecto físico dos prédios da cidade, percebe-se um padrão arquitetônico de ruas largas e fachadas com aspectos comuns que tinham como objetivo “criar uma sensação de monotonia” e anular disputas hierárquicas pelo poder. Entretanto, isso com o passar do tempo e o enriquecimento da região (que além da importação da carne de charque de gado começou a se voltar para exportação extrativista de produtos naturais encontrados na flora da região) foi se perdendo, podendo-se ver claramente ainda nos dias atuais, através dos tipos de construção que se limitavam a sobrados e as casas térreas uma diferença clara. Conforme Junia Motta Rego,

Importa dizer que a quantidade de sobrado nos remete ao número de famílias que desejavam marcar, na paisagem urbana sua posição social e distingue-se por uma residência suntuosa ostentando assim, deliberadamente seu poder econômico. Ao contrário do que acontecia nas representações do casario das casas térreas, com fachada quase padronizada (REGO, 2013, p. 31).

Esses aspectos estéticos urbanísticos “renascentistas, clássico e equilibrado” passam em pouco tempo a se modificar pelo contato “mais íntimo” da colônia com a Europa, que era responsável por trazer artigos de luxo com maiores detalhes do que os rústicos produzidos no mercado interno. Um desses elementos vindos do constante contato direto com a Europa foi o azulejo português, que veio para adornar fachadas de algumas construções que ainda resistem no centro histórico.

Os revestimentos de fachada azulejares presentes na zona de preservação patrimonial na cidade de Parnaíba imprimem no espaço urbano o desenvolvimento vivido outrora pela cidade, estando intimamente ligado a expansão urbana vivenciada durante os séculos XIX e XX. É, portanto, fundamental que essas peças de revestimento se conservem nos seus suportes de origem, mantendo as suas características originais e preservando a autenticidade de toda a arquitetura. A prática da análise e observação do azulejo dentro de seu suporte original tem um significado que só pode ser compreendido através do contexto arquitetônico em que está inserido.

É possível observar ao se caminhar pelo centro histórico e paisagístico de Parnaíba que estes revestimentos têm sofrido, ao longo dos anos, vários tipos de degradações, seja por fatores ambientais ou fatores antrópicos, sendo perceptível uma ausência de reparação destas peças com alto valor artístico, o que muito contribuiu para o empobrecimento do patrimônio histórico local.

Para podermos nos familiarizar melhor com o azulejo de fachada precisamos entender onde essa prática se originou, nos estudos sobre azulejaria. Há em especial, no que se refere ao azulejo de fachada, uma discussão interna sobre a origem dessa forma de utilizar o azulejo. É indiscutível que o azulejo é uma herança deixada em nossa terra pelo colonizador português, contudo, alguns estudiosos discordam sobre onde se originou o uso do azulejo para cobrir as fachadas de edificações. Há quem concorde que a azulejaria de fachada foi primeiramente utilizada no Brasil e há quem discorde.

Como já apresentado na primeira parte deste trabalho, sabemos que o azulejo possui mais do que apenas características meramente decorativas. Ao se utilizar o azulejo no revestimento de

superfícies estamos contribuindo para uma melhor preservação dessa estrutura por conta da proteção que essas peças oferecem contra os agentes naturais e físico-químicos capazes de naturalmente degradarem superfícies que não apresentam esse revestimento, contribuindo igualmente para com a preservação da temperatura interna desses edifícios com aplicação de azulejos, deixando que parte da irradiação do calor exterior às edificações não adentrem ao interior durante o dia e durante a noite não deixam o calor se dissipar com tanta facilidade.

O clima foi o fator físico que mais interferiu na arquitetura brasileira. O país apresenta temperaturas elevadas durante o verão. Os arquitetos tiveram como primeiro problema combater o calor e o excesso de luminosidade vindos de insolação intensa. O clima no Brasil traz problemas de conservação que interferem na escolha dos materiais de construção. As fortes chuvas e os intensos raios solares estragam rapidamente as pinturas das fachadas, necessitando repintá-las regularmente para preservar a aparência dos edifícios. Utilizar materiais dispendiosos, porém, resistentes à deterioração, na maioria dos casos, é mais econômico o que explica o frequente uso do mármore e do azulejo no revestimento das paredes externas de muitos edifícios, embora este último necessite, em menor grau, de conservação ou manutenção (WANDERLEY, 2006, p. 55).

Em Parnaíba, a presença de azulejos aparece atualmente no centro histórico de forma tímida e pontual. Os azulejos existentes

são de duas categorias: os de arte sacra e profana. De forma resumida, a arte sacra é toda e qualquer representação artística ligada à igreja católica, enquanto a arte profana é tudo aquilo que se encontra fora da “luz sagrada” das artes de representação católica. É válido ressaltar que o ponto de análise principal dessa pesquisa são os azulejos de fachada ainda presentes pelas ruas do centro de Parnaíba. Há azulejos com arte sacra neste mesmo território, no interior de edifícios, cabendo aqui uma breve menção referente a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, onde encontramos no sacrário características da arte rococó com azulejos que representam alguns símbolos da mitologia cristã. Mesmo que este trabalho não englobe a arte azulejar sacra, torna-se relevante mencionarmos algumas características desses azulejos, levantando algumas provocações referentes às disparidades dessas peças com as demais presentes nas fachadas de edificações. Assim, começamos tal análise a partir da arte pertencente ao Rococó.

As tendências artísticas deságuam umas nas outras ao longo dos séculos. A divisão clara e bem definida entre elas é feita para fins didáticos e para melhor compreendermos as características de cada movimento. O Rococó nasceu na França durante o século XVIII, desenvolvido pela aristocracia. A palavra “rococó” é derivada da palavra francesa *rocaille*, que em tradução literal significa “concha”, elemento amplamente utilizado nesse estilo artístico, que acreditava ter alcançado com esse movimento o equilíbrio entre a razão e a emoção, contendo fortes influências do Barroco e apontamentos das tendências neoclássicas. O Rococó pode ser entendido como um refinamento suavizado de algumas características do Barroco, onde os espaços com carga dramática, escuros e carregados de elaborados adornos dão espaço para ambientes mais claros e arejados, com presença de grandes janelas para

melhor entrar a luz natural e contendo uma clara preferência pela beleza estética em sua construção.

O Rococó é um estilo palaciano, contendo detalhes em ouro, formas, curvas e elementos decorativos inspirados da flora. Sua paleta de cores é bem definida e específica, utilizando constantemente de tons pastéis, com o intuito de tornar a decoração mais leve e delicada. Na Europa, o Rococó ficou restrito ao uso privado das moradias da aristocracia. A Igreja Católica não fez tanto uso dessa tendência em seu espaço religioso e essa é uma das grandes diferenças entre o Rococó europeu para o Rococó que se desenvolveu no Brasil.

Na Igreja de Nossa Senhora da Graça podemos notar aspectos do Rococó em sua arquitetura e decoração, assim como em outras igrejas encontradas pelo Brasil, principalmente no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Sua construção data do ano 1770, como bem especificada em sua fachada. Essa mesma construção passou ao longo dos anos por intervenções e revitalizações, contudo somos capazes de notar algumas características do Rococó presentes na edificação, principalmente em seu altar com decorações em tons dourados em grande quantidade, rocalhas, pinturas em seu teto de madeira e em seu sacrário ricamente adornado com talhas na madeira que representam videiras e demais arabescos, todos cuidadosamente pintados em tons de dourado. Em meio a todo esse rico esplendor de forma tímida aparecem alguns azulejos, escondidos pela decoração atual da igreja, esses azulejos, revestem parte da metade inferior das paredes onde se encontra o sacrário. Os painéis de silhares ornamentais apresentam motivos vegetais e representações de fauna, todos eles contendo um significado simbólico referente ao catolicismo. Suas composições são construídas por medalhões ovais com moldura e motivos florais ao redor.

Figura 3: Peças azulejares no sacrário da Igreja Nossa Senhora da Graça, em Parnaíba (2021)



Fonte: Fotografia da autora. 08 fev. 2021.

Esses azulejos se diferem por terem uma composição mais elaborada do que os azulejos de fachada, onde todos os azulejos ao se agruparem formam um conjunto de figuras mais palpáveis. Esses painéis são característicos por sua policromia, onde a partir da observação podemos identificar, por exemplo, representações de um cordeiro, uma videira, um fecho de trigo, dentre outros importantes símbolos para a cultura cristã. As cores presentes nesses azulejos nos ajudam a perceber que essas peças possivelmente pertencem a um período histórico e artístico diferente das demais peças que podemos encontrar pelo centro histórico. Além da maior complexidade em suas composições, podemos notar que essas peças se diferem por conta das cores presentes em sua pintura, são elas: violeta para os arabescos ao redor da figura central, amarelo

e verde para representar todos os elementos naturais no painel, nas cercaduras e azul para as figuras centrais de cada medalhão. Todas essas cores estão presentes tanto nas figuras centrais como nas ricas cercaduras que envolvem o painel.

Os azulejos de fachada que encontramos são menos elaborados em suas composições do que os presentes na Igreja da Graça. Em nosso trabalho de campo no centro histórico de Parnaíba, verificamos três edifícios exemplares que se mantém de pé e resistem às ações modificadoras do tempo e desenvolvimento urbano, como veremos a seguir.

É válido nos questionarmos sobre os diferentes tempos em que possivelmente esses azulejos foram implementados em Parnaíba. Podemos nos indagar se os azulejos da Igreja Matriz são ou não contemporâneos aos que estão adornando as fachadas das construções. O primeiro ponto que podemos começar a observar é a data de construção da igreja, que se iniciou na segunda metade do século XVIII. O século em que a igreja começou a ser construída condiz com a chegada do Rococó no Brasil. Uma clara característica que podemos notar desse estilo artístico dentro da azulejaria presente na igreja é a utilização da cor violeta nas peças, que aparecem constantemente em painéis na Europa e em demais igrejas que seguem o mesmo estilo arquitetônico no Brasil.

Não dispomos de documentos que comprovem de onde e quando os azulejos da Igreja da Graça e os presentes nas fachadas das construções chegaram à Parnaíba, inviabilizando a indicação sobre quais são os mais antigos na cidade. Contudo, podemos observar que o fato de o Rococó ser posterior ao Barroco e anteceder ao Neoclássico nos garante uma boa pista para podermos especular sobre as referentes cronologias de chegada das peças azulejares. Já conhecemos as características do Rococó que estão presentes na

Matriz, mas para podermos prosseguir com o nosso debate precisamos conhecer melhor sobre as características do movimento Neoclássico, que se encontra fortemente presente nas edificações estudadas.

O Neoclássico surgiu entre o final do século XVIII e o início do XIX, movimento que expressou os valores de uma nova burguesia, fortalecida após a queda da aristocracia com a Revolução Francesa. Esse estilo que se inspira na arte da antiguidade greco-romana, surgindo como uma oposição ao Barroco e ao Rococó que passaram a serem vistos como muito exagerados, rebuscados e sem a rígida precisão técnica necessária para se criarem obras tão belas quantos as produzidas na antiguidade clássica.

Na chamada “Era da Razão”, as pessoas se tornam mais exigentes com o conceito de belo e sua aplicação na arte e em suas técnicas de produção. Dentro da arquitetura o estilo neoclássico seguiu se inspirando na antiguidade clássica, em principal nos templos greco-romanos ou nas edificações do Renascimento italiano, fazendo uso de materiais nobres em sua composição, tais como mármore, granitos, madeiras e o próprio azulejo.

Na cidade de Parnaíba podemos observar em determinadas construções presentes no centro histórico influências do neoclassicismo na arquitetura, a partir da presença de gradis, pinhas e portais curvos além da eminente presença dos azulejos.

Figura 4: Detalhes de uma edificação com azulejos de fachada em Parnaíba (2021)



Fonte: Fotografia da autora. 08 fev. 2021.

Figura 5: Terraço da Casa Inglesa em Parnaíba e seus bancos cobertos por azulejos



Fonte: Casa Inglesa Hotel. 2013. Disponível em: casalinglesaparnaiba.com.br Acesso em: 28 jul. 2022.

Mesmo onde os olhos públicos não alcançam, há escondido por trás de paredes azulejos aplicados no interior de construções que são referência na cidade de arquitetura Neoclássica, como a Casa Inglesa, por exemplo, que em seu terraço abriga belos bancos cobertos por azulejos estampilhados com padrões que comumente foram utilizados em fachadas no Brasil e em Portugal. Esse uso diferenciado e curioso para essas peças nos faz recordar da utilização dos azulejos dentro dos palacetes da aristocracia, quando essas peças eram exclusivas do convívio dessa camada social, mesmo que com composições mais complexas e elaboradas dos que apresentadas na Casa Inglesa. Através dos cortes limpos que delimitam os contornos dos bancos e a precisa aplicação dos azulejos, podemos levantar hipótese de que essas peças foram levadas em consideração no projeto original de ornamentação desse terraço.

Em Parnaíba há pouca presença da aplicação de azulejos em fachadas pertencentes a edificações tombadas. Em todo o tempo dedicado a essa pesquisa, pouco ou quase nada foi encontrado sobre outras construções que contem aplicação desses azulejos. Em uma das poucas vezes que encontramos alguma peça azulejar, os exemplares estavam em estado de completa depredação, rudemente destruídos e esquecidos em um monte de entulho perdido pelos muitos terrenos vazios da parte mais afastada do centro de Parnaíba. Esse encontro, na realidade, ocorreu pouco antes do início desta pesquisa e deparar-se com essa situação, comparando o estado de preservação dessas peças com os da fachada do Casarão dos Azulejos, também conhecido como Sobrado Luíza Amélia Queiroz Brandão, onde residiu a referida poetisa e atualmente sedia uma escola privada, onde cursei o Ensino Médio, foi o gatilho para essa pesquisa nascer.

Com o intuito principal de tirar o azulejo do espectro de objeto visto, mas não percebido pela população parnaibana, que diariamente transita pelo centro e passa por essas construções, mas que não demonstra conhecimento ou interesse sobre a importância da preservação do patrimônio histórico do centro tombado, questionamos essa falta de participação ativa da sociedade local no debate referente a preservação de bens históricos e artísticos, que se torna mais evidente quando abordamos detalhes ímpares presentes em cada uma dessas construções com peças azulejares, em vez de tratarmos da arquitetura da cidade de forma mais genérica.

O lugar que o azulejo ocupa dentro da proteção que o tombamento confere ao centro histórico de Parnaíba é umas das inquietações pertinentes neste trabalho. No processo referente ao tombamento do centro histórico encontramos apontamentos da presença de aplicações de peças azulejares na fachada de duas construções que se encontram nos conjuntos Praça da Graça e Avenida Getúlio Vargas. As aparições são breves e demasiadamente sucintas, não chegando a se aprofundar no debate referente a preservação dessas peças em si ou seu estado de conservação atual, colocando o azulejo como um simples adjetivo nas construções, um elemento meramente ornamental dos prédios analisados, sem um devido protagonismo ou significado. O sentimento que embasa esse trabalho e suas inquietações pode ser muito bem traduzido na reflexão a seguir:

É consolador verificar que este capítulo da historiografia artística não tem sido descurado e que o azulejo, como tema de investigação, encontrou quem por ele se interesse numa perfeita compreensão do seu valor estético e como testemunho das preocupações suntuárias dos

que transplantaram para esta margem atlântica a arte da velha metrópole (ANDRADE, 1959, p. 9).

A ausência de um debate mais aprofundado sobre o azulejo dentro do documento mais importante referente ao Centro Histórico e Paisagístico de Parnaíba pode ter alguma relevância direta ou indireta em como a população da cidade interpreta a presença desses azulejos em seu convívio diário. Pensar em patrimônio, de uma forma real, para muitos que se encontram fora da realidade que engloba a preservação, pode ser um exercício tão simples de significação quanto associar a palavra azulejo a sua característica cor azul. É provável que muitos se prendam ao sentido do termo e discorram sobre patrimônio como uma herança que é passada para as gerações mais novas, noção essa vinda da palavra latina *patrimonium* que se referia a tudo que era pertencente ao pater (pai). Atualmente nem sempre essa herança se limita ao material de grande valor econômico, mas podendo ser caracterizado em pequenos objetos pessoais de grande valor sentimental, costumes de viés cultural ou religioso.

As noções modernas de patrimônio divergem do sentido latino primário desta palavra e estão intimamente ligadas às transformações do estado nacional na França após a Revolução Francesa em 1789. Com a queda da monarquia, as percepções de igualdade coletiva começaram a ser instauradas pela república e aquela comunidade sentiu a grande necessidade de unificar a sua origem, valores, costumes e sua língua. De acordo com Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini (2006), a criação de uma cultura nacional não poderia se desvincular de suas bases materiais, de seu patrimônio. E assim surge o conceito de patrimônio não mais atrelado ao

âmbito privado ou religioso, como eram nos moldes em vigor durante a Idade Média, mas sim de todo um povo que compartilha dos mesmos costumes, língua, origem e território, separando a noção de preservação que era denominada única e exclusivamente aos antiquários e trazendo para o grande público e para a proteção do Estado.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, as noções de preservação das cidades se intensificaram pela Europa, após a perda irreparável de cidades seculares, levando muitos países a se depararem com o dilema de como reconstruírem regiões arruinadas. Os povos que passaram pelo trauma de verem destruídas suas cidades quiseram tê-las de novo, “e a humanidade aprendeu que nas paredes antigas, nas esquinas e nas ruas estreitas, estavam impressas boa parte do sentido de pertencer, dos sentimentos e da memória coletiva dos lugares” (FILHO, 2008, p. 5).

A partir desse contexto a história do urbanismo mudou e a preservação dos núcleos históricos passaram a ser pauta recorrente nas metas de planejamento das interferências ocorridas nos centros urbanos, sendo embasadas nas definições impostas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), fundada em 1945, tornando-se a responsável por defender os bens culturais considerados patrimônios da humanidade.

Em uma coletividade composta por indivíduos pertencentes a uma cidade histórica, podemos encontrar diferentes visões sobre os prédios que residem no conjunto urbano. Alguns desses indivíduos podem considerar os prédios tombados como meras antiguidades, outros já conseguem observar que há valor intrínseco naquelas arquiteturas. O interesse público tem sido fator primordial para considerarmos a prática da preservação de bens culturais. Um

grande desafio enfrentado em nossa sociedade contemporânea, a criação e internalização da ideia de uma identidade nacional em uma sociedade que tem o poder de se comportar como agente ativo na preservação dos bens patrimoniais, é uma dificuldade real enfrentada por muitos governos.

No Brasil, o poder público é o maior protagonista nas políticas de preservação, mesmo que no artigo 216 da Constituição Federal seja reconhecido que a preservação do patrimônio cultural brasileiro cabe tanto ao Estado quanto à ativa participação da sociedade trabalhando em conjunto. “Ainda é pouco perceptível para a sociedade brasileira tanto a presença do patrimônio histórico no seu cotidiano como a importância do envolvimento dos cidadãos na busca por soluções para sua preservação” (LONDRES, 2007, p. 161).

Ainda de acordo com Cecília Londres, há uma baixa capilaridade das políticas de patrimônio na sociedade brasileira atual e a origem dessa condição veio inicialmente de nossa condição como colônia, onde todas as produções artísticas de representação do Brasil foram feitas pelos colonizadores e isso moldou a forma como o brasileiro se via e como os estrangeiros o viam também, muito se valorizava a produção luso-brasileira mas as expressões artísticas e arquitetônica de característica tradicional brasileira foram pouco conhecidas e valorizadas.

Apenas nas décadas de vinte e trinta do século XX que foi introduzido no Brasil a preocupação com a preservação de bens culturais e este fato advém da intervenção do movimento modernista de 1922 que se articulou em prol da valorização do que eles acreditavam ser uma arte caracterizada como genuinamente brasileira, se sobrepondo a ideia generalizada que considerava a

produção artística e arquitetônica brasileira colonial como uma produção indigna de valorização.

Em Parnaíba, a preocupação com a preservação das peças azulejares presentes no centro histórico parece ser mínima, muitas das peças se encontram em um triste estado de conservação, com seus esmaltes rachados e descascando, ou com apenas um biscoito de barro em seu lugar. É conveniente lembrar que as intempéries naturais como sol, chuva e umidade ao longo das décadas degradam as superfícies azulejares, mas a ação antrópica também se faz presente no processo de deterioração e perda irreparável dessas peças. No Casarão dos Azulejos, por exemplo, podemos notar a ausência de alguns azulejos e pela falta do trabalho de restauro para peças azulejares, o prédio fica com esse buraco em sua estampa.

Figura 6: Peças de fachada no Casarão dos Azulejos (2021)



Fonte: Fotografia da autora. 08 fev. 2021.

A ausência de intervenções para retardar essa eminente perda dos azulejos no centro histórico de Parnaíba resultará futuramente em uma quantidade ainda menor de exemplares para contar a história da cidade pela ótica ímpar que os azulejos nos mostram. Por isso, foi considerado importante esse estudo para poder salvaguardar enquanto ainda temos exemplares em estado de conservação que podem ser analisados, estudados e registrados, inserindo Parnaíba no ciclo de cidades históricas do país com presença de azulejos do tipo estampilhado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Dora; BRITTO, S. R. S de.; SANJAD, T. A. B. C. **Azulejaria em Belém do Pará: inventário: arquitetura civil e religiosa – século XVIII ao XX.** Brasília: IPHAN, 2016.

ALCÂNTARA, Dora. **Azulejos Portugueses em São Luís do Maranhão.** Rio de Janeiro: Fontana, 1980.

ARAÚJO, Sara Isabel da Silva Botelho. **A conservação de azulejo de fachada na cidade do Porto: as práticas de reabilitação de edifícios com fachadas azulejadas.** 2015. Dissertação (Mestrado em Conservação e Restauro) – Escola Superior de Tecnologia de Tomar, Instituição Politécnico de Tomar, Tomar, 2015.

BRAGA, Márcia; MUHLBAUER, P. S. R. E. C. F.; RONDON, A.; LOURENCO, B. C. G.; CALDAS, W.; QUEIROGA, I. R.; MACHADO, Z. M. O.; BRANQUINHO, M. **Azulejo: Arte Milenar que**

Encanta a Nossa Cultura. In: Márcia Braga. (Org.). **Conservação e Restauro**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003. p. 125-139.

CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago. A coleção fotográfica “Inventário da Azulejaria Portuguesa” de João Miguel Santos Simões (1960-1968) objeto artístico, documento e memória. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p. 419-432, jul./dez. 2008.

CAVALCANTI, Sylvia Tigre de Holland. **O azulejo na arquitetura civil de Pernambuco. Século XIX**. Pernambuco: Metalivros, 2009.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

CURVAL, R. B. F. **Azulejaria portuguesa no patrimônio edificado do sul do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

FIGUEIREDO, Margareth Gomes de; VARUM, Humberto; COSTA, Anibal. **Azulejos de fachada, em São Luís do Maranhão**. 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10773/9999> Acesso em: 10 fev. 2021.

FREITAS, Yuri Menezes. **Azulejos portugueses dos séculos XVII e XVIII em Pernambuco: patologias e caracterização tecnológica**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

FLOR, Valez Susana. **A herança de Santos Simões**. Edição Colibre, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

HOIRISCH, Marisa; NAJJAR, Rosana P.M; RIBEIRO, Rosina Trevisan M. Azulejos do Palácio Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **ARC Revista Brasileira de Arqueometria Restauração Conservação**, Edição Especial, n. 1, mar. 2006. AERPA Editora Resumos do III Simpósio de Técnicas Avançadas em Conservação de Bens Culturais - Olinda 2006.

KISHIMOTO, Deborah Padula. **A gestão do patrimônio: Estratégias da Preservação do Patrimônio Cultural na Cidade de Parnaíba – Piauí**. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2012.

LONDRES, Cecília. O patrimônio histórico na sociedade contemporânea. **Escritos**, Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, ano 1, n.1. p. 159-171, Rio de Janeiro, 2007.

POLICARMO, Maria da Consolação. **Estudos de cultura material: o tratamento da informação em arte documentada nos azulejos paraibanos em perspectiva com a memória e o patrimônio - séc. XVIII – XX**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2021.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. **Dos sertões aos mares:** história do comércio e dos comerciantes da cidade de Parnaíba. Teresina: EDUFPI, 2013.

SIMÕES, João Miguel dos Santos. **Azulejaria em Portugal nos séculos XV e XVI.** 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbembkian, 1990.

WANDERLEY, Ingrid Moura. **Azulejo na arquitetura brasileira:** os painéis de Athos Bulcão. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

O “APPELLIDO QUE LHES DÃO DE PIPIRAS”: MULHERES OPERÁRIAS EM FÁBRICAS TÊXTEIS NOS ESTADOS DO PIAUÍ E MARANHÃO

Nara Maria Rodrigues Araújo
Felipe Ribeiro

Introdução

Informa-nos pessoa fidedigna de que os negócios lá pela Fiação não vão bons, tanto que de certo tempo a esta parte se despedem dali as operárias, muitas das quaes tem ido para Caxias, a fim de se empregarem nas fábricas ali existentes, onde não só se nota mais seriedade, como não há o logro que se dá na daqui (O PIAUHY, 14/08/1895, p. 4).

Em sua seção *Gazetilha*, que reunia notícias e rumores mais recentes, o jornal semanal *O Piauhy*, publicado em Teresina, denunciou na edição de 14 de agosto de 1895 que a Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense – grafada no presente artigo como Piauiense – estaria ludibriando suas operárias na apuração da produção diária de tecidos, por meio de papeletas individuais utilizadas como base de cálculo para o pagamento dos respectivos salários ao final da cada semana. Segundo o periódico, o registro nas papeletas “nunca exprime a verdade”, visto que os metros de tecidos realmente produzidos pelas trabalhadoras “jamais combinam com as notas tomadas” pela empresa. Assim, “veem as pobres operárias com as lágrimas nos olhos, sem poderem tugar,

nem mugir, extorquir se lhes parte daquillo a que fizeram jus por um trabalho afanoso e rude, de todos os dias” (O PIAUHY, 14/08/1895, p. 4).

A empresa em questão, a Companhia Piauiense, organizada em 1889 e sediada na capital Teresina, havia inaugurado sua fábrica oficialmente em 1893, sendo a única do ramo têxtil em todo o estado do Piauí. De acordo com o referido jornal, em pouco mais de dois anos de funcionamento, a companhia já apresentava problemas, inclusive acusou funcionários em cargos de chefia na fábrica de “dividir entre si o dinheiro extorquido das pobres moças”. Na publicação, não assinada, o periódico utilizou os pseudônimos Zés, Mané Latão e Xico Vigário para se referir a esses funcionários. E ainda fez um apelo às trabalhadoras para que deixem a Companhia Piauiense e rumem para fábricas têxteis localizadas em uma cidade vizinha, no estado do Maranhão: “Operárias da fiação, concitamos-vos a deixardes esse antro, e a procurardes abrigo na hospitaleira Caxias, em cujas fábricas de certo encontrareis bom acolhimento e pontual remuneração aos vossos serviços” (O PIAUHY, 14/08/1895, p. 4). Vale dizer que a cidade de Caxias possuía à época quatro fábricas de tecidos.

O jornal *O Piauí* era uma publicação do Partido Federal, que reunia, no contexto republicano estadual, grande parte dos integrantes do Partido Conservador do período imperial. Em 1895, o Partido Federal apoiava o governador do Piauí Coriolano de Carvalho e Silva, no cargo desde 1892. Já o Partido Democrata, derivado do Partido Liberal, travava ferrenha oposição ao governo neste período (QUEIROZ, 2011). Ao que tudo indica, neste momento as relações entre acionistas da Companhia Piauiense e o governo estadual estavam estremecidas, a ponto de um dos principais jornais governistas tecer tantas críticas à empresa.

Anos antes dessa denúncia sobre os pagamentos dos salários das operárias na fábrica, diversos periódicos do Piauí e do Maranhão já noticiavam debates sobre a criação de impostos pelo governo piauiense e também pelo governo municipal de Teresina que estariam onerando sua nascente indústria. Alguns jornais chegaram a cogitar a possibilidade da Companhia Piauiense ser transferida de Teresina para a Vila das Flores – atual Timon – cidade vizinha localizada no Maranhão. Os próprios acionistas da companhia se reuniram em assembleia e concederam à direção da empresa plenos poderes para avaliar tal transferência, o que acabou não ocorrendo, mas evidenciou as dificuldades da empresa no período.

A municipalidade imediatamente sobrecarregou-a de impostos e os ilustres membros do congresso criaram outros de tal forma elevados que vão obrigar os acionistas a fechar o estabelecimento e tratar da mudança para a Villa das Flores, que fica em frente à Theresina à margem esquerda do [rio] Parnahyba, do lado do Maranhão (GAZETA CAXIENSE. 26/12/1898, p. 2).

Muito embora as tensões político-econômicas deste contexto despontem como elementos bastante instigantes para pesquisa, o presente artigo busca salientar outros aspectos igualmente relevantes, mas que ainda carecem de maior estudo: as conexões entre fábricas e trabalhadores têxteis do Piauí e Maranhão, particularmente as experiências das mulheres operárias, cuja quantidade era bastante expressiva, quiçá majoritária, em todos os estabelecimentos industriais aqui analisados.

Na última década do século XIX, os dois estados abrigavam onze fábricas de fiação e tecelagem de algodão. No Maranhão, cinco delas estavam instaladas na capital São Luís, outras quatro em Caxias e uma em Codó (MELO, 1990). No Piauí, havia uma fábrica em Teresina (RIBEIRO, 2020a). Vale ressaltar que, além dessas, em São Luís existiam mais quatro fábricas que produziam fios, punhos e linhas para pesca, além de malhas para camisaria, meias e tecidos utilizando outras matérias-primas, como cânhamo, lã e seda (MOREIRA, 2021).

Ainda que o Piauí possuísse somente um estabelecimento industrial têxtil, é possível perceber certas conexões, vinculações e até rivalidades entre a fábrica localizada em Teresina e as fábricas de Codó e Caxias, sobretudo em relação a esta última cidade, tal como evidenciado nas entrelinhas introdutórias deste artigo.

Neste sentido, gostaríamos de apontar para a existência de dois pólos industriais têxteis de algodão que se estabeleceram entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX em uma região hoje conhecida como Meio Norte, definida basicamente como territórios localizados entre o Sertão Nordestino e a Amazônia, abrangendo os estados do Piauí e Maranhão. O primeiro pólo estava localizado em São Luís e o segundo abrangia Codó, Caxias e Teresina, sendo caracterizado pela proximidade geográfica entre as fábricas, tendo a cidade de Caxias como núcleo principal do referido pólo.

TABELA 01: Lista dos estabelecimentos industriais de fiação e tecelagem localizados nos estados do Maranhão e Piauí ao final do século XIX

CIDADE-UF	EMPRESA TÊXTIL	CRIAÇÃO DA EMPRESA	CONSTRUÇÃO DA FÁBRICA
Caxias-MA	Companhia Industrial Caxiense	1883	1886
Caxias-MA	Companhia União Caxiense	1889	1892
Caxias-MA	Companhia Sanharó	1891	-
Caxias-MA	Companhia Manufatora Caxiense	1892	1893
Teresina-PI	Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense	1889	1893
Codó-MA	Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão	1891	1892
São Luís-MA	Companhia de Fiação e Tecidos Maranhenses	1887	1890
São Luís-MA	Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil	1890	1895
São Luís-MA	Companhia Progresso	1890	1891

	Maranhense		
São Luís-MA	Companhia Fabril Maranhense	1891	1894
São Luís-MA	Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís	1893	1896
São Luís-MA	Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo (*)	1891	1892
São Luís-MA	Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton (*)	1892	1893
São Luís-MA	Fábrica de Lanifícios Maranhenses (*)	1892	1893
São Luís-MA	Companhia Industrial Maranhense (*)	1892	1893

(*) Estabelecimentos industriais que utilizavam matérias-primas que não fosse o algodão em sua fiação e/ou tecelagem, tais como o cânhamo, a lã e a seda.

Fonte: MELO, 1990; PESSOA, 2009; RIBEIRO, 2020a; e MOREIRA, 2021. Há estudos que indicam anos diferentes no que tange a construção e inauguração de algumas dessas unidades fabris, porém sem a indicação da respectiva fonte (ITAPARY, 1995).

Sobre o operariado empregado nessas fábricas de fiação e tecelagem, são ainda escassos e parciais os dados quantitativos referentes ao final do século XIX, muito embora diversos registros

deem conta de que cada unidade fabril nesses dois pólos mantinha, ao menos, uma centena de trabalhadores e trabalhadoras. Pesquisas chegaram a apresentar uma média de 260 operários por fábrica têxtil no Maranhão durante a década de 1890 (MELO, 1990).

Dados oficiais reunidos em relatórios da Comissão Executiva Têxtil (CETex) no ano de 1946, por exemplo, indicaram que o Piauí e o Maranhão possuíam mais mulheres do que homens na composição do operariado em suas unidades fabris, recenseadas pouco antes da publicação. No Piauí, a única fábrica existente possuía 310 trabalhadores, sendo 216 mulheres, ou seja, 70% do total. No Maranhão, as nove fábricas recenseadas possuíam juntas 3.871 trabalhadores, sendo 2.096 mulheres, alcançando a ordem de 54%. Tudo isso sem considerar a possibilidade de subnotificação no registro desses trabalhadores e dessas trabalhadoras têxteis (CETEX, 1946, p. 115).

Além de numericamente expressivas e exercendo um papel de destaque na indústria têxtil dos dois estados, essas mulheres operárias também passaram a ser identificadas recorrentemente pela alcunha de pipiras. Era uma referência a uma ave homônima, bastante comum na Amazônia e na região Meio Norte. Atualmente, é possível até encontrar menções acerca deste apelido em dicionários, que qualificam o termo como um regionalismo – atribuído exatamente aos estados do Maranhão e Piauí – significando “moça empregada em fábrica de tecidos” (DICIO, 2022).

Diversas pesquisas realizadas sobre essas trabalhadoras têxteis, algumas reunindo até entrevistas com antigas operárias, reforçam o quanto este apelido era ofensivo e rejeitado por grande parte das tecelãs. “A operária é conceituada, pejorativamente, de

‘pipira de fábrica’ pela sociedade, palavras das próprias operárias” (PEREIRA, 2010, p. 41).

E assim foi sendo construído um enredo em torno do ser operária, que o vulgo eternizou como “pipira”, sem que elas saibam bem o porquê desse apelido que recaía sobre todas, embora ficando claro que, no substrato de tal alcunha, encontrava-se o debochado riso daquela sociedade [...] (CORREIA, 2006, p. 203).

Ainda que tal alcunha seja recorrentemente mencionada nesses estudos, as explicações apresentadas sobre o seu surgimento e significado, além de variadas, ainda carecem de maior aprofundamento.

Desse modo, este artigo tem por objetivo analisar a atuação dessas trabalhadoras têxteis no Piauí e Maranhão, buscando investigar como este apelido surgiu e se consolidou enquanto representação social sobre essas mulheres trabalhadoras. As principais fontes utilizadas neste estudo são periódicos da imprensa piauiense e maranhense que compõem o acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Estes jornais foram consultados a partir das expressões “operária” e “pipira”, pesquisadas na ferramenta de busca disponibilizada pelo próprio acervo, englobando originalmente o período entre as décadas de 1880 e 1950. Parte dessas publicações foram selecionadas e analisadas no presente trabalho, em diálogo com a bibliografia que retrata aspectos sobre a industrialização têxtil nesses dois estados, entre estudos acadêmicos, produções literárias e registros de memória, além de canções populares.

Esta publicação é derivada do projeto intitulado “*Pipiras do Meio Norte: experiências de trabalhadoras têxteis nos estados do Piauí e Maranhão*”, desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), tendo o coautor deste artigo como coordenador e a coautora como bolsista pesquisadora. Além disso, este trabalho está vinculado a outros dois projetos de pesquisa coordenados pelo coautor deste artigo. O primeiro deles, ainda em andamento e mais abrangente, é intitulado “*Experiências do Trabalho Têxtil no Nordeste: organização de acervos documentais e bibliográficos*”, que visa resgatar memórias do trabalho têxtil nordestino e promover a organização de um acervo documental e bibliográfico sobre o tema. O segundo, já concluído, também no âmbito do PIBIC, sob o título “*A Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense: história de uma indústria têxtil no Nordeste*”, foi desenvolvido pela discente pesquisadora Maria Vitória Veras dos Santos, tratando especificamente sobre a trajetória da referida empresa.

Histórias de mulheres operárias a partir da imprensa

O que mais se destaca nas fontes consultadas do período é a quantidade expressiva de mulheres operárias nas fábricas do Piauí e Maranhão desde o início do seu funcionamento. Na Companhia Piauiense, por exemplo, meses antes de sua inauguração, a fábrica já se encontrava em atividade de forma experimental, produzindo tecidos para avaliação. Neste processo, foi formado um “trabalho de aprendizagem das operárias”, reunindo diversas mulheres para treinamento visando o seu “preparo completo e indispensável para o desempenho do ofício” (A LEGALIDADE, 26/06/1892, p. 4).

As fábricas de São Luís também anunciavam nos jornais vagas de trabalho, em variadas seções, quase sempre destinadas às mulheres. A Fábrica do Rio Anil chegou a noticiar que precisava tanto de “operárias para a secção de fiação” (PACOTILHA, 12/12/1894, p.2), quanto “para seus teares”, oferecendo inclusive àquelas residentes na cidade “passagem gratuita nos carros da companhia ‘Ferro Carril’”. No mesmo anúncio, até os horários dessas viagens de bonde foram divulgadas, saindo da principal estação por volta de 5h da manhã em direção à fábrica, com retorno ao final da tarde, logo após às 17h (PACOTILHA, 30/10/1893, p. 1).

Em Codó, a Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão noticiava em relatório publicado na imprensa que “não tem sido necessarias [sic] procurar senhoras para a fiação e tecelagem porque as codoenses, logo que se abriram as portas da fábrica, as invadiram espontanea e abundantemente, desenvolvendo-se com facilidade no serviço”, sendo bem avaliadas pelas operárias de Caxias que foram contratadas pela empresa para treiná-las (DIÁRIO DO MARANHÃO, 16/09/1893, p. 1).

As mulheres que atuavam como operárias nas fábricas de Caxias eram vistas como bastante experientes nos afazeres industriais têxteis. Por sinal, desde a fábrica mais antiga aqui analisada, a Companhia Industrial Caxiense, diversos relatórios já apontavam a predileção pelo trabalho de mulheres e crianças. A justificativa pública era de que os maquinismos deveriam ser “guiados pelas mãos delicadas de mulheres e crianças” (PACOTILHA, 07/01/1888, p. 2). Entretanto, cabe observar outras questões, tais como os salários mais baixos que eram oferecidos pelas empresas às mulheres e crianças em comparação aos homens, bem como os contextos de crise final de escravidão e do

pós-abolição no país, aspectos que inclusive demandam maiores investidas de pesquisa.

Além de serem contratadas por outras empresas, como ocorreu em Codó, as operárias de Caxias também questionavam suas condições de trabalho em jornais locais. Em 1893, chegou a ser publicada no periódico *Gazeta Caxiense* um texto assinado com o pseudônimo “Uma operária”, questionando o desrespeito de mestres às regras estabelecidas pela própria fábrica, o que prejudicava as trabalhadoras. Não se sabe ao certo quem escreveu o referido texto. Porém, ainda que não tenha sido a própria operária, ela certamente levou o caso para que alguém escrevesse e encaminhasse o caso ao referido jornal.

Consta-me que uma de nossas fábricas de tecidos, à ordem da Diretoria, é prohibido a entrada dos operários depois de um segundo apito da machina a vapor; assim como a entrega de teares na mesma quinzena as tecelôas que por qualquer motivo tenham falhado ao serviço. Deu-se porem a poucos dias um verdadeiro contraste ao regimem desse estabelecimento: uma tecelôa tendo adoecido no domingo, não pôde ir a fabrica segunda-feira, pelo que teve de perder os seus teares e ficar impossibilitada de trabalhar em teares até o fim da quinzena. [...] No dia seguinte (terça-feira) pelas duas horas da tarde, quando a D. tecelôa gosava do socego domestico, chega-lhe um menino que a mandado creio que do *mestre* vinha buscá-la especialmente para ir tomar conta de dois teares, que sua dona também por motivo de moléstia os havia deixado a pouco.

[...] Abusa um para privilegio de outro? Serão menos suficientes?... (GAZETA CAXIENSE. 29/09/1893, p. 3).

Esta publicação, intitulada “Privilegio Fabril”, gerou inclusive réplicas e trélicas por meio de novos textos publicados na imprensa. Um deles, aliás, assinado com o pseudônimo “Um amigo”, em defesa do mestre da fábrica em questão. Ele se dirigiu em termos ofensivos, argumentando que o mestre fez a sua obrigação “muito embora desagrade a operárias do seu jaez” (leia-se do “seu tipo”), referindo-se ainda à operária como “abelhuda”, que estaria “mettendo o bico aonde não lhe compete” (GAZETA CAXIENSE, 17/10/1893, p. 3).

O protagonismo de mulheres operárias em fábricas têxteis na cena pública, já no século XIX, provocava tensões sociais, resistências e preconceitos diversos. “Ao serem inseridas no trabalho industrial, essas operárias conquistavam um certo status diante das demais profissões femininas, adquirindo maior liberdade social, daí a analogia com o ‘bater de asas’ das pipiras. Porém, este apelido apresentou conotações pejorativas para muitas operárias, vistas sob a ótica machista como mulheres disponíveis a variadas formas de importunação” (RIBEIRO, 2020b). Inclusive, a partir das experiências dessas mulheres trabalhadoras fabris, torna-se possível promover discussões interseccionais de gênero, raça e classe, visando resgatar histórias no combate às desigualdades sociais, ao machismo, racismo, sexismo e outras formas de preconceitos patriarcais.

Tais elementos perpassam alguns trabalhos já produzidos sobre mulheres operárias têxteis, inclusive no Piauí e Maranhão, embora demandem maior aprofundamento. A preferência pela

contratação de mulheres desde o início das fábricas, por exemplo, denota uma estratégia do empresariado para, entre outras coisas, pagar salários menores às operárias, além disso havia fábricas que “contratavam certo número de meninas em idade de nove, dez e onze anos, a quem pagava salário bem inferior ao das trabalhadoras adultas” (CASTELO BRANCO, p. 113). Ressalta-se ainda a origem social desse operariado, apontado de forma genérica como oriundo da pobreza, mas que foi contratado para iniciar o trabalho nessas fábricas do Meio Norte entre o final da década de 1880 e os primeiros anos da década seguinte, exatamente no contexto final da escravidão no país e o início do pos-abolição.

[...] A história dessas mulheres, que circulavam no fim da tarde pela cidade, após um dia exaustivo de trabalho, e que frequentavam os bailes populares nos subúrbios, que ficaram conhecidos como pipirais, confunde-se com o universo da pobreza em Teresina. [...] O emprego na Fiação parecia menos humilhante e mais digno para uma moça pobre que o de criada. Ser tecelã na Fiação era afastar-se do espaço doméstico, era ter uma profissão que se colocava num nível superior ao de criada. [...] Se, para as camadas superiores, não havia muita distinção entre as pipiras da Fiação e as criadas de casa, para as camadas pobres da cidade a diferença existia, e ser operária dava mais status que ser doméstica (CASTELO BRANCO, p. 112 e 114).

Embora haja menções de que “as relações de trabalho no sistema fabril, pelo menos em seus inícios, tinham fortes contornos herdados da agricultura servil e escravagista” (MELO, 1990, p. 41) e que “as fábricas abarcavam em seus limites desde os visivelmente negros até os que se queriam brancos” em um “ambiente multicolor” (CORREIA, 2006, p. 194), faz-se necessário análises mais densas sobre a composição do operariado das fábricas do Piauí e Maranhão, particularmente no que tange às questões de raça e gênero nos primeiros anos de funcionamento dessas unidades fabris.

Diante de escassos dados quantitativos e qualitativos sobre quem trabalhava em tais fábricas têxteis, as fontes da imprensa tornaram-se bem instigantes, permitindo avanços neste debate. E a chave para tal análise está relacionada às publicações de jornais cujo tema gira em torno de concepções dominantes à época sobre moralidade e promiscuidade, algo também mencionado na bibliografia sobre a temática.

A produção de uma história da participação da mulher no sistema fabril revela momentos de opressão, exploração e humilhação; entretanto, é a forma como essas mulheres eram percebidas e representadas pela sociedade que chamam a atenção: a relação que a sociedade concebia entre o trabalho feminino e as questões de moralidade (PEREIRA, 2010, p. 36).

[...] Por sua vez, [essa moralidade] deu lugar ao desenvolvimento do imaginário que as confundia [as fábricas] com antros de

promiscuidade, de modo que aquelas que nela empregavam suas energias viam-se expostas a uma percepção que, indistintamente, as degradava em face do ideal feminino dominante (CORREIA, 2006, p. 202).

Com foco apenas no século XIX, foram selecionadas na pesquisa 24 publicações de periódicos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional com conteúdo relacionado à trajetória das tecelãs piauienses e maranhenses. Procurando estabelecer paralelos entre as trabalhadoras de ambos os estados, serão apresentados aqui alguns resultados de pesquisa, articulando os temas mais frequentes nessas fontes em diálogo com a bibliografia levantada.

O primeiro deles se refere aos acidentes de trabalho ocorridos com trabalhadoras nas fábricas. Na cidade de Caxias, por exemplo, “uma operária quebrou um braço” quando “ajudava a limpar ou consertar um tear” (GAZETA CAXIENSE, 23/04/1895, p. 3). Em um contexto sem direitos trabalhistas mínimos, foram observadas práticas empresariais no sentido de não se responsabilizar pelo socorro adequado das vítimas, bem como de demissão dessas tecelãs por falta ao trabalho, ainda que enfermas ou recuperando-se de algum acidente.

Tudo isso estimulava formas de organização e lutas dentro do espaço fabril, tal como ocorreu em São Luís quando a diretoria de uma das fábricas deliberou sobre a redução do pagamento quinzenal. Não tardou para que “algumas operárias, instigadas por uma das companheiras de trabalho” abandonassem o serviço “antes da hora marcada no regulamento”, sendo culpabilizadas ao longo da reportagem por estarem “interpretando mal essa deliberação” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 19/07,1890, p. 2).

Ao longo do século XX, essa articulação coletiva das tecelãs foi se consolidando, inclusive em torno de representações classistas, como o Centro Artístico Operário Maranhense e a Federação Regional do Trabalho. Essas entidades chegaram a convocar uma reunião extraordinária para tomarem conhecimento de uma representação “contra o ato de desacato que acaba de sofrer uma pobre operária, por parte do mestre-geral, de uma das fábricas de tecidos desta cidade” (O COMBATE, 03/12/1931, p. 3).

Outra estratégia que se tornou recorrente foi a busca por apoio de jornais às causas das operárias têxteis, como bem ressaltou a líder comunista maranhense Maria Aragão, diretora do jornal *Tribuna do Povo*:

La pra porta da Santa Amélia, saía da porta da Santa Amélia, vendia o jornal. Dizia a reportagem, nossa redação é no lugar tal, assim, assim, então eles iam lá nos contar. Operárias iam lá na nossa redação e nos davam a reportagem das injustiças, de tudo que tava havendo na fábrica. Eu saía de lá e ia pra Fabril. Saía da Fabril ia pra Camboa, vendendo jornal, fazendo discussão e tal. [...] A Camboa demitiu dez operárias, nós conhecíamos as operárias. Eu conhecia as operárias de vender jornal na porta. Nós chegamos e resolvemos o seguinte: Vamos fazer uma campanha, publicar que nós vamos fazer greve geral, se não readmitirem as mulheres. Então fomos pra rua e pichamos a cidade, em redor das fábricas: Readmissão das dez operárias da Camboa ou greve geral? [...] Não havia nenhuma possibilidade de fazer nenhuma greve dentro da Camboa, quanto

mais greve geral, mas abalou, abalou. Então os patrões fizeram o Ministério e a Delegacia do Trabalho se meter na história. Elas foram pra Delegacia do Trabalho e tal e elas foram readmitidas (MOREIRA NETO, 2017, p. 140-141).

Práticas semelhantes foram registradas na década de 1920, quando outra redação de jornal recebeu “uma comissão de operárias da fábrica de tecidos Santa Isabel” e que as tecelãs reivindicavam “um aumento nos seus salários” (FOLHA DO POVO, 10/07/1924, p. 3).

Importante ainda pontuar o registro de diversas mulheres operárias que receberam premiações das direções fabris como estímulo “por haver produzido maior número de tecidos”, inclusive os nomes de algumas dessas “tecedeiras” chegaram a ser publicados na imprensa já no início do século XX, entre as quais Joanna Ferreira, Maximina Aguiar e Maria José de Figueiredo (JORNAL DE CAXIAS, 24/02/1906, p. 2).

Vale também registrar as ocorrências nas fontes de demissões de operárias grávidas, também sem nenhum direito trabalhista assegurado. Por vezes até com estímulo ao aborto para permanecer no emprego. Na década de 1950, por exemplo, embora a legislação garantisse licença para gestantes, donos de fábricas em São Luís resolveram “dispensar as operárias fecundas”, que acabavam pagando pelo “crime de serem parideiras”, ao passo que os administradores fabris eram qualificados “além de inimigos da classe operária, como inimigos e perseguidores da maternidade e da infância” (TRIBUNA DO POVO, 05/09/1953, p. 1).

No século XIX, porém, as situações de assédio às operárias têxteis no espaço de trabalho e casos de gravidez denotavam

outros tipos de abordagem nos jornais, cujo conteúdo pode auxiliar na compreensão de certos usos do termo “pipira” atribuído a essas trabalhadoras.

Logo no início de funcionamento da fábrica em Teresina, foi noticiado que “um alferes do corpo de *segurança*, em visita ao estabelecimento da fiação e tecidos, imprudentemente interrompeu o trabalho de uma operária, fazendo-lhe desabridamente a côrte” (A LEGALIDADE, 25/06/1892, p. 4). Na publicação, o referido alferes foi chamado de “valente” por ter sacado um revólver e também ameaçado o mestre da fábrica, que havia lhe “advertido em termos delicados” para que “não continuasse a perturbar o serviço”. Ressalta-se que a importunação à operária em si, não parece ter sido objeto de questionamento pelo periódico.

Poucos anos depois, outro jornal da cidade denunciava práticas consideradas “imorais e deprimentes” na mesma fábrica de tecidos:

[...] Quando em busca de meios de subsistência entram para ali pobres operárias a quem a natureza favoreceu com dotes physicos, o público theresinense já está certo de que em breves dias ellas de lá sahem com a barriga inchada. [...] Seus diretores e empregados, quando não são autores, enchem-se de gaudio pela desgraça a que ellas são arrastadas - a desonra. [...] Prevenimos ao público que nos lê do que por ali vae de immoral e deprimente [...]. Acautellem-se as pobres operárias dos laços que lhes armam os senhores da Fiação (O PIAUHY, 19/12/1895, p. 4).

Nota-se nesta publicação o destaque atribuído aos aspectos relacionados à pobreza, objetificação do corpo da mulher (favorecida com dotes físicos) e generalização de que praticamente todas saem da fábrica “com a barriga inchada”. Daí começa a se estabelecer uma representação social que visa “condenar” essas mulheres operárias têxteis.

Em termos de números oficiais sobre o estado civil desse operariado, não há nada que se possa precisar. Contudo, a partir das impressões que ficaram na memória de quem viveu a maior parte de suas vidas nas fábricas, onde amores perderam e amores encontram, no que diz respeito às operárias, pensam que sua maioria era constituída por “mulheres solteiras”, isto é, mulheres sós, sem companheiro fixo ou relação mais estável, mas que eram chefes de família, pelas quais eram as únicas responsáveis. Porém, nesse espaço multifacetado em termos de estado civil e de universos familiares havia também a presença de mulheres que “faziam a vida”, sendo, no entanto, apressado caracterizá-las como mulheres de “vida airada” como prostitutas (CORREIA, 2006, p. 256).

Tais “impressões que ficaram na memória” buscaram associar essas trabalhadoras ao nome de uma ave chamada pipira, chegando a possuir derivações desta expressão a partir de práticas de lazer das operárias, como os bailes dançantes. Os chamados pipirais ou “baile das pipiras” eram noticiados na imprensa em tom jocoso, denotando que tais festas só seriam permitidas “graças

ao consentimento do delegado da zona, que a exemplo do que se pratica aqui na capital, também fecha os olhos aos folguedos das raparigas e dos raparigos” (DIÁRIO DE SÃO LUIZ, 20/04/1921, p. 3).

Buscando decifrar significados e origens do apelido “pipira”

A operária é conceituada, pejorativamente, de “pipira de fábrica” pela sociedade, palavras das próprias operárias. [...] Tal preconceito chegou a delimitar os espaços de circulação próprios das mulheres consideradas da elite e os de circulação das pipiras. A Praça Gonçalves Dias [na cidade de Caxias], comumente sediava os encontros das moças mais abastadas da sociedade, enquanto que a Praça da Matriz era considerada a “praça das pipiras”, por ali circularem moças de origem humilde, como as operárias (PEREIRA, 2010, p. 41-42).

Conforme salientado desde o título deste artigo, as representações em torno do apelido “pipira”, vinculado ao trabalho feminino em fábricas de tecidos no Piauí e Maranhão, são questões norteadoras no presente estudo. Em diálogo com pesquisas que se debruçam sobre apelidos atribuídos a outros grupos de trabalhadores, como os cassacos, por exemplo, faz-se necessário pontuar, de forma parafraseada, que tais termos são mencionados e difundidos “na literatura, na imprensa e na memória dos próprios trabalhadores”, entretanto a nomenclatura “precisa ser criticada para que, antes de utilizá-la, as experiências desses trabalhadores, seus sentimentos, suas lutas, seus desejos,

seus modos de vida, não sejam homogêneos e diluídos num apelido” (FERREIRA, 2016, p. 52).

Uma das explicações mais singelas difundidas sobre o apelido “pipira” é a analogia com o voo da ave homônima. Há referências das próprias trabalhadoras, por meio de entrevistas concedidas para pesquisas acadêmicas: “Segundo D. Francisca, ex-operária, eram denominadas assim ‘porque pipira é um pássaro que bate as asas e voa’ esse bater de asas, projetava suas aspirações por conquista de espaço e de uma vida melhor” (PEREIRA, 2010, p. 41). Em seguida, a antiga tecelã emenda: “O pessoal da rua chamava a gente de pipira: olha lá o bando de pipira e a gente brigava [...]. Depois acabei acostumando, ainda hoje quando me encontram chama: e aí pipira?” (PEREIRA, 2010, p. 44). Por fim, a própria pesquisadora conclui:

Ao dirigir-se a elas de forma pejorativa, taxando-as de pipira, estava de fato, manifestando o impacto que a imagem feminina causava fora do lar. Em outras palavras, a operária era concebida como um pássaro fora de sua gaiola - a pipira. [...] Que estavam fora do seu habitat natural, que deveriam estar em suas gaiolas caseiras, em seu privado mundo do lar (PEREIRA, 2010, p. 44-45).

Nesta mesma vertente, outras pesquisas argumentam que a alcunha se referia às operárias “que deixavam seus ninhos e buscavam ‘alçar voos’, numa metáfora da condição delas como mulheres que deixavam os cuidados da família para irem à

procura de provimentos para seu sustento. Por isso, foram muito criticadas e marginalizadas na época” (SANTOS, 2018, p. 126).

Porém, cabe salientar que há outras pesquisas e operárias entrevistadas sinalizando para explicações que começam a destoar do que foi apresentado acima sobre o apelido:

Dona Elvina relatou que as operárias, chamadas de pipiras, utilizavam uma comunicação entre si, através de um som que emitiam, que lembrava o ruído feito pelo pássaro. Esse tipo de comunicação era usado para se protegerem quando saíam de casa para a fábrica, ainda sem enxergarem muito bem o caminho, pouco iluminado àquela hora da manhã. Para se identificarem pelas ruas e seguirem em grupo, iam emitindo esses sons, como se fossem pássaros em bando (TEIXEIRA, 2003, p. 160).

De forma similar, no que tange ao som emitido pelas trabalhadoras, que seria semelhante à ave, há referências literárias sobre as falas intensas e ruidosas dessas mulheres a caminho do trabalho. “Acordados sempre antes do alvorecer pelo vozeiro das tecelãs, os habitantes das proximidades da fábrica compararam as operárias a um bando de pipiras. O apelido pegou. Generalizou-se” (MONTEIRO, 1988, p. 270).

O autor começa apresentando uma definição bem simples para o apelido, indicando que “as conversas formavam um alacre palrar, principalmente entre as operárias”. Mais adiante, porém, começa a estabelecer comparações sexistas, sob o argumento de que “mulheres falam muito” ou “falam mais do que os homens”.

O autor ainda avança, acrescentando outros elementos acerca da alcunha, por meio de trocadilhos obscenos, primeiramente indicando que a pipira é uma ave formadora de bandos alacres e depois relacionando-a com o que chama de “espécie trepadora”, para logo na sequência abordar os subtítulos “namoricos” e “o alcoviteiro”, quando relata que “um dos diretores da Fiação tomou-se de amores por uma operária”, tendo ele estabelecido um relacionamento extraconjugal, pois era casado (MONTEIRO, 1988, p. 272-274).

Outra referência que trata de um relacionamento amoroso entre operária e patrão, desta vez não extraconjugal, foi relatada em pesquisa acadêmica, por meio de entrevista com uma antiga tecelã.

Esse é o caso de Maria Francisca dos Santos que, após ficar órfã aos seis anos de idade no interior do Estado, veio morar com sua madrinha em Teresina e empregou-se aos sete anos na Fiação. [...] Sua história começou a ganhar contornos particulares quando passou a ter um romance com o gerente da fábrica (CASTELO BRANCO, p. 113).

Esses aspectos mais maliciosos sobre a vida privada e íntima das operárias foram reforçados ao longo do tempo na derivação do apelido da ave para se referir aos bailes populares nos subúrbios - os pipirais - bem como em crônicas sobre a cidade de Teresina, como a do escritor José de Arimathéa Tito Filho, publicada em 1973, que se referia ao “alarido das pipiras tentadoras – as mocinhas pobres empregadas da companhia de Fiação e Tecidos piauiense, ruído de máquinas o dia todo. As garotas, vestidinhas

de chita, merendavam banana, daí o apelido que a crônica registra (FERREIRA, 2014, p. 102-103).

Seguindo na vertente do duplo sentido, agora no cancionero popular, mesclando a alimentação e o canto estridente da ave com analogias sexuais, o compositor pernambucano Manuel Pereira de Araújo, o Manezinho Araújo, também conhecido como “o Rei da Embolada”, lançou a música *Pipira*, no disco *O Cabeça Chata*, em 1965. A letra se refere a outra fruta, o mamão, que ao ser saboreado pela ave faz com que ela emita sons altos semelhantes a choros e gemidos, aspectos ressaltados na interpretação da canção:

Quando fala esse danado / Tá ganhando o que
bem quer /
Quando diz que tá roubado / Tá mamando de
colher /
Se reclamando se vira / É que o dele tá seguro /
Ele tá que nem pipira / Comendo mamão
maduro/
[refrão] Oi comendo e chorando / Oi chorando
e comendo, hum [bis]
Agarrado ao maridinho / Dá beijinho bem
gostoso /
Ele exige mais carinho / Se fazendo de dengoso/
Se reclamando suspira / Você pode tá seguro /
Ele tá que nem pipira / Comendo mamão
maduro/
[refrão] Oi comendo e chorando / Oi chorando
e comendo, hum [bis]
(ARAÚJO, 1965).

Outro exemplo do cancionero popular que se refere a esta ave de forma sexualizada em duplo sentido é a canção “Xote da

Pipira”, do compositor maranhense João Batista do Vale em parceria com José Batista, lançada no disco “Outra vez, Marinês”, em 1962, e interpretada pela cantora pernambucana Inês Caetano de Oliveira, a Marinês. Posteriormente, em 1981, a música foi regravada na voz de João do Vale em dueto com a cantora carioca Nara Leão, no disco “João do Vale”, em 1981, com outro arranjo e também alterando o nome da música para “Pipira”, embora com a mesma letra. Nela a conotação sexual é irrefutável, porém não é possível definir exatamente o que é a pipira que belisca: se a própria ave ou o órgão sexual do Mané (dono do viveiro). O fato é que a Rosinha está “engordando” e “inchando”, figuras de linguagem que denotam gravidez.

Mané, tem um viveiro /
 Tem passarinho de toda qualidade /
 Zabelê, canário, corrupção /
 Pipira, sábia tem azulão /
 Rosinha, tava brincando /
 Pipira, lhe biliscou /
 O dedo inchava, ela chorava /
 Ai ai, ai dor /
 O que é menina / Foi a pipira do mané que
 biliscou [bis]
 Já vi menina da carne reimosa /
 Pipira do bico venenoso /
 Deixou todo mundo em alvoroço /
 Que a menina tá inchando /
 Do dedo até o pé do pescoço /
 E a menina tá inchando /
 Do dedo até o pé do pescoço /
 Eu via disso lá no bacabal /
 Ninguém pode ver o trem engordando /

Censura ai meu deu que é um horror /
Fica o povo comentando / Mais um que a pipira
biliscou /
E tu também tá engordando / Mais uma que a
pipira biliscou [bis]
(VALE, 1962)

Inevitavelmente, essa canção nos remete à publicação do jornal *O Piauí*, em 1895, no início deste artigo, ao apresentar denúncias sobre imoralidades na fábrica de tecidos, generalizando que todas as moças que lá trabalham engravidam, ou ficam “com a barriga inchada”. De fato, o apelido “pipira” não chegou a ser utilizado em tal matéria. Mas, sem dúvida, ela já apontava elementos que mais tarde iriam compor a representação social da referida alcunha.

Ao longo da presente pesquisa, a referência mais antiga que foi possível encontrar nas fontes da imprensa que associava a ave pipira como apelido para trabalhadoras têxteis é de 1899, ainda nos primeiros anos de funcionamento dessas fábricas de tecidos na região. O jornal, da cidade de Caxias, apresenta uma publicação a pedido, sob o pseudônimo “Os afendidos”. A autoria do texto tece críticas a um artigo publicado em outro jornal da cidade, que “trazendo um histórico de pipiros e pipiras, não deixou de offender a todos aqueles e aquelas que, pela classe a que pertencem, são julgados com este qualificativo” (JORNAL DE CAXIAS, 28/01/1899, p. 3).

Importante apontar aqui o cenário que propiciou este embate pela imprensa: em uma festa no Club Centro Familiar Caxiense, pessoas de diversas classes sociais dançaram juntas, sendo considerado um escândalo para alguns grupos da elite local. Este fato propiciou o primeiro artigo publicado, em um jornal que

não consta do acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e também não foi localizado em outros acervos até o presente momento. Nesta pesquisa foi encontrada somente a contestação ao primeiro artigo, que teria publicado a seguinte frase: “Respeitem as famílias dos outros e não as atire ridículo a dançarem com pipiras”, sendo este o principal motivo da crítica. Nessa réplica, “Os ofendidos” questionaram de forma contundente:

O que queremos é provar ao articulista, que o cidadão por ser pobre, mas que possua qualidades physicas e moraes iguais as de um rico, não está, portanto, excluído de gosar das regalias da alta Sociedade, logo que esta lhe faculte este direito [...] Qual é o ridículo em que cahe uma moça por dansar com um operário honrado? [...] Impõe-nos o patriotismo defender aqui as nossas dignas deidades do appellido que lhes dão de pipiras. E porque são ellas pipiras? Por que vão aos nossos estabelecimentos industriais, ganhar o pão honradamente? É esse o motivo pelo qual são pipiras? [...] Agora mais do que nunca estamos dispostos a combater as afrontas que d’a muito nos têm sido atiradas por pessoas que se julgando muito acima de nós, nada são e nada valem. É mais louvável qualquer uma das dignas deidades caxienses, valsar ou dar a sua casta mão na quadrilha a um operário puro e honesto, do que com um commerciante devasso. [...] Não é por isso que estamos privados de defender os nossos direitos

quando somos atacados por qualquer forma de pensamentos diversos que nada teem com a política que pertencemos, e nem com os homens de bem que acompanhamos (JORNAL DE CAXIAS, 28/01/1899, p. 3).

Considerações finais

Como foi possível observar através do presente artigo, a expressão “pipira” como alcunha para mulheres que trabalham em fábricas de tecidos no Piauí e Maranhão envolve uma complexidade de elementos, boa parte deles detalhados aqui.

Por certo, a questão machista e patriarcal de repressão de gênero às mulheres operárias, se apresenta como um dos elementos mais evidentes para explicar o apelido, principalmente ao reforçar discursos dicotômicos de moralidade e promiscuidade, atribuindo normalmente às tecelãs a representação deste último.

Entretanto, torna-se fundamental apontar outras evidências nesta análise, apontando questões raciais - visto que essas trabalhadoras contratadas no início de funcionamento dessas fábricas têxteis, até onde as fontes e a bibliografia permitem verificar, são majoritariamente negras, recém libertas e/ou descendentes de pessoas escravizadas; bem como questões de classe social - pois essas operárias tensionam sua origem de famílias pobres com um certo status da profissão na indústria têxtil frente às demais formas de trabalho disponíveis para pessoas não brancas ao final do século XIX.

Tais tensões oscilavam entre uma ocupação maior do espaço público, de relativa liberdade por trabalharem em unidades fabris que eram símbolos de modernização e de um projeto de desenvolvimento econômico e urbano; a reação moral frente a essa

ocupação pública, com a construção de discursos pejorativos sobre essas mulheres, vistas como disponíveis a variadas formas de importunação e preconceitos; além das diversas formas de exploração do trabalho dessas operárias, que buscaram se organizar para resistir e lutar por direitos, tanto trabalhistas, quanto o de poder dançar e se divertir em um baile sem ser achincalhada como cidadã de segunda categoria nos jornais dias depois.

Para chegar a melhor compreensão da vida das operárias têxteis do Meio Norte recorreremos à fontes de periódicos da hemeroteca digital, pois através dos jornais foi possível encontrar um extenso material que diz respeito à luta do operariado feminino, como também informações fundamentais que permitiram aprofundar o tema, inclusive com incursões preliminares para uma abordagem interseccional de gênero, raça e classe.

Pipira era, portanto, a forma pejorativa de chamar mulheres operárias têxteis que se atreveram a enfrentar costumes e regras predominantes em sua época, conforme diversos exemplos aqui abordados sobre a trajetória dessas trabalhadoras. Também foi evidenciado o quanto esta alcunha envolve explicações complexas, sendo possível historicizar o uso deste termo desde o final do século XIX, conforme as fontes da imprensa que foram levantadas e analisadas. Um dos principais resultados obtidos foi justamente o de aprofundar as reflexões sobre as origens do apelido “pipira”, visto que autores e autoras sobre o tema comumente não detalham os variados sentidos desse apelido, meio que se apoiando em uma das possíveis explicações, sem problematizar adequadamente a construção dessa representação social, aspecto que se tornou o

mote deste artigo em coautoria, visando colaborar e incentivar mais estudos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

Fontes

A LEGALIDADE. **Periódico**. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <www.memoria.bn.br>.

ARAÚJO, Manezinho. **Pipira** [canção]. O Cabeça Chata [Lp]. 1965. Disponível em: <<https://open.spotify.com/track/4bfwkiQT1tOltQxQs2Pz7t>>. Acesso 05 maio 2023.

DIÁRIO DE SÃO LUIZ. **Periódico**. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <www.memoria.bn.br>.

DIÁRIO DO MARANHÃO. **Periódico**. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <www.memoria.bn.br>.

FOLHA DO POVO. **Periódico**. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <www.memoria.bn.br>.

GAZETA CAXIENSE. **Periódico**. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <www.memoria.bn.br>.

JORNAL DE CAXIAS. **Periódico**. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <www.memoria.bn.br>.

O COMBATE. **Periódico**. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <www.memoria.bn.br>.

O PIAUHY. **Periódico**. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <www.memoria.bn.br>.

PACOTILHA. **Periódico**. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <www.memoria.bn.br>.

TRIBUNA DO POVO. **Periódico**. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <www.memoria.bn.br>.

VALE, João do. **Xote da Pipira** [canção]. Outra vez, Marinês [Lp]. 1962. Disponível em: <<https://open.spotify.com/track/0nfZFbcKuLxhVkJT2joAeJm>>. Acesso 05 Mai 2023.

Bibliografia

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais: a condição feminina na Primeira República**. Teresina: EdUFPI, 2013.

CETEX – Comissão Executiva Têxtil. **Indústria Têxtil Algodoeira**. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1946.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama: quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís, na virada do século XIX**. São Luís: EdUFMA, 2006.

DICIO – DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Pipira** [verbetes]. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/pipira/>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

FERREIRA, Jordan Bruno Oliveira. **Literatura, história e memória nas crônicas de A. Tito Filho**. Teresina: Dissertação UFPI, 2014.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos: trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas. (Ceará, anos 1950)**. Salvador: Tese UFBA, 2016.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ITAPARY, Joaquim. **A falência do ilusório: memória da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil**. São Luís: Alumar, 1995. Coleção Documentos Maranhenses.

LOPES, José Sérgio Leite. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés**. Brasília: Editora UNB; Marco Zero, 1988.

MELO, Maria Cristina Pereira de. **O bater dos panos: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1940-1960)**. São Luís: SIOGE, 1990.

MOREIRA, Danielle Nogueira Magalhães. **Fábricas de tecidos no sertão maranhense: patrimônio industrial não consagrado**. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2021.

MOREIRA NETO, Euclides. **Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura (Depoimento autobiográfico da médica e militante comunista Maria José Aragão)**. São Luís: EDUFMA, 2017.

ORGMAR MONTEIRO. **Teresina descalça: memórias desta cidade para deleite dos velhos habitantes e conhecimentos novos**. Fortaleza: Edições IOCE, 1988.

PEREIRA, Ana Paula Alves. **As pipiras da fábrica: a operária sob o olhar da sociedade caxiense na década de 1950**. In: PESSOA, Jordânia; MELO, Salânia. *Percorrendo becos e travessas: feitos e olhares das histórias de Caxias*. Teresina: EdUFPI, 2010. p. 27-50.

PESSOA, Jordania Maria. **Entre a tradição e a modernidade: a belle époque caxiense: práticas fabris, reordenamento urbano e padrões culturais no final do século XIX**. Imperatriz: Ética, 2009.

PIRES, Isabelle Cristina da Silva. **Entre teares e lutas: relações de gênero e questões etárias nas principais fábricas de tecidos do Distrito Federal (1891-1932)**. Rio de Janeiro: Dissertação CPDOC-FGV, 2018.

PIRES, Isabelle Cristina da Silva; RIBEIRO, Felipe. **“A alma da mulher brasileira explodiu em vibrante protesto”**: condições de trabalho feminino e formas de resistência em fábricas têxteis do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. In: Trashumante: Revista Americana de História Social. 2018. v.12. p. 54-75. Disponível em: <http://revistatrashumante.com/avada_portfolio/numero-12/>.

QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. Teresina: EdUFPI, 2011. ed.3.

RIBEIRO, Felipe. **Lugares de Memória dos Trabalhadores #51: Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense, Teresina (PI)**. Série Lugares de Memória dos Trabalhadores. Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT). Disponível em: <<https://lehmt.org/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-51-companhia-de-fiacao-e-tecidos-piauiense-teresina-pi-felipe-ribeiro/>>. Acesso em 05 Dez 2022.

RIBEIRO, Felipe. ‘Uma grande organização fabril do Piauí’: a Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense no contexto da Segunda Guerra Mundial. In: SOUZA NETO, Marcelo de; ALVARENGA, Antônia Valtéria Melo; FONTINELES FILHO, Pedro Pio (Orgs.). **A História sob Múltiplos Ângulos: Trajetórias de pesquisa e escrita**. Teresina: EdUESPI, 2020a. v.2. p. 125-148.

SANTOS, Mariangela Santana Guimarães. **Fragments da memória: contribuições à história de Caxias - Maranhão**. São Leopoldo: Tese de Doutorado em História, UNISINOS, 2018.

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

VIAÇÃO FÉRREA PIAUIENSE: ÂNSIAS E INÉRCIAS DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO NO PIAUÍ

Lêda Rodrigues Vieira

A ferrovia chegou ao Brasil, ainda no império, graças à necessidade de escoamento rápido e barato da produção cafeeira, implantando-se trechos ferroviários, sobretudo na região centro-sul do país. A expansão ferroviária brasileira não se justifica somente pelo viés econômico, mas também como forma de integrar os sertões ao sudeste do país. Assim, nesse período foram também inauguradas ferrovias no Nordeste: a Recife-São Francisco (1855) e Bahia-São Francisco (1856). No despontar dos primeiros anos da República, enquanto a região Centro-Sul do país era beneficiada por ferrovias, a norte-nordeste sofria com a falta de verbas para dá continuidade aos diversos projetos ferroviários e outros melhoramentos (portos). Na mesma situação, encontravam-se vários estados e o Piauí era um dos que lutavam por esse melhoramento, não possuindo um quilômetro sequer de estrada de ferro construída. Apesar da inauguração do primeiro trecho, em 1916, ligando Portinho à Cacimbão (norte do Estado), a construção da ferrovia continuou paralisada durante longos anos.

A história da viação férrea piauiense é marcada por inúmeros estudos e projetos que foram paralisados durante anos, como a Estrada de Ferro São Luís-Teresina, E. F. Petrolina-Teresina, E. F. Crateús-Teresina e E. F. Central do Piauí, essa última projetada para ligar Parnaíba à Teresina. Nesse artigo, percorre-se o processo de constituição da viação férrea no Piauí desde os primeiros

estudos e projetos no período imperial, passando pelos primeiros estudos e projetos existentes no período imperial aos primeiros trechos inaugurados na primeira República, quando as modalidades de transportes existentes eram precárias: a navegação marítima e de cabotagem, o porto de Amarração e as estradas carroçáveis.

O trem pede passagem: advento das ferrovias no Brasil

Antes de tratar das construções ferroviárias no Piauí, faz-se necessário recuar a análise para os primeiros planos de viação do país. No Brasil, ao longo da segunda metade do século XIX, foram elaborados e apresentados aos governos vários planos de viação que privilegiavam a construção de linhas ferroviárias e a navegação fluvial e marítima na perspectiva de integrar as diversas regiões do país. Contudo, esses planos visavam interligar o país no sentido norte/sul e a distribuição dos manufaturados aconteciam nas cidades costeiras, beneficiando regiões onde a produção era realizada em grande escala na perspectiva de escoá-la para os países industrializados. Para Marcos Timóteo Rodrigues de Sousa (2005, p. 30), o que havia era “ausência de uma política econômica consciente e de coordenação entre os setores produtivos e de transportes, concedendo privilégios e garantia de juros sobre o capital investido na quilometragem construída”.

Com o declínio da navegação de cabotagem, tem-se o advento de projetos que visavam construir os primeiros trilhos de ferro no país. A justificativa apontada é que “caberia às ferrovias o papel fundamental de interligar o país e de promover o aproveitamento das potencialidades das vastas áreas interioranas da nação”. (GALVÃO, 1996, p. 189) A fase inicial da era ferroviária no Brasil foi marcada por desconfianças pelo novo invento, leis de

incentivos a construção de ferrovias e planos precursores, visando interligar as áreas de produção cafeeira, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, mas sem interessados.

Ao analisarmos as produções historiográficas sobre a ferrovia no Brasil constatamos muitos estudos, sendo que os primeiros enfocavam a importância das ferrovias como viabilizadora da economia agro-exportadora brasileira através do escoamento da produção das principais regiões do país até os portos marítimos. Nessa abordagem, grande parte dos trabalhos privilegia a análise das ferrovias implantadas na região sul do país, sobretudo em São Paulo.¹ Dessa forma, pode-se destacar os estudos de Flávio Azevedo Marques Saes,² que traz uma contribuição importante à história das primeiras estradas de ferro implantadas no país, principalmente em São Paulo. Para Saes, a construção de estradas de ferro foi possível a partir do crescimento da produção do café, devido a onerosidade do transporte de tração animal (mulas) e as

¹ Vários autores mostraram a estreita relação existente entre o desenvolvimento da produção cafeeira, o crescimento populacional e o surgimento das ferrovias no estado de São Paulo, principalmente a partir da década de 1880: CAMARGO, J. F. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*: ensaio sobre as relações entre a demografia e a economia. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1952; MATOS, O. N. de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974; SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo: Hucitec, 1981; HOLLOWAY, T. H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

² SAES, Flávio Azevedo Marques. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo: Hucitec, 1981. SAES, Flávio Azevedo Marques. Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870 – 1900. In: SZMRECSÁNY, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral. (Orgs.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Edusp, 1993. p. 177 – 196.

péssimas condições das estradas de rodagem que ocasionavam perdas na produção. Com isso, além da iniciativa pública, uma boa parte dos recursos provenientes da produção do café foi investido na implantação das ferrovias.

Contudo, a expansão ferroviária brasileira não se justifica somente pelo viés econômico, mas também como forma de integrar os sertões brasileiros ao centro político e econômico, o sudeste do país, e garantir a realização do projeto de nação vislumbrado pelas elites brasileiras. No campo de trabalhos produzidos sobre as ferrovias no Brasil, alguns estudos analisam a participação desse elemento material no processo de formação e modernização das cidades do sertão brasileiro durante o período republicano. Em relação a essa questão, pode-se destacar o estudo de Gilmar Arruda (2000), *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*, onde o autor aponta que a ferrovia acompanhada de outros melhoramentos técnicos (máquinas, portos, telégrafos etc.) representava a entrada do país no novo ideário que prevalecia entre os republicanos: alcançar o progresso a todo custo como forma de apagar qualquer lembrança de “atraso” que julgavam herança do período político anterior. Nesse sentido, as elites dirigentes se preocupavam em realizar medidas que permitissem aproximar “áreas civilizadas” dos “sertões incultos” e as ferrovias “representaram um dos instrumentos mais poderosos de penetração no interior do país”, bem como “foram as primeiras a concretizar as promessas da nova era: ‘velocidade e progresso’”. (ARRUDA, 2000, p. 106)

Foi somente na década de 1850 que teve início a expansão ferroviária no Brasil, atendendo a dois objetivos centrais: propiciar a entrada de investimentos estrangeiros no país, especialmente ingleses, e contribuir para o crescimento da economia exportadora. Entretanto, havia um desequilíbrio das construções ferroviárias

brasileiras, pois a maioria das linhas férreas foi implantada no sul do país, atingindo áreas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A expansão da lavoura cafeeira, nessas três províncias, provocou o aumento de sua importância política e econômica e determinou o desenvolvimento ferroviário da região. Segundo Tenório,

A vitalidade da economia cafeeira respondia pelo desenvolvimento ferroviário das áreas onde ela predominava. As grandes dimensões territoriais, como o Centro-Oeste e a Amazônia, não tinham importância sócio-econômica para justificar o incremento das ferrovias. Quanto à região nordestina, outrora o centro de decisões do país, perdeu a sua posição e decaiu bastante. O açúcar e o algodão, produtos menos valorizados que o café, a utilização dos transportes marítimos e fluviais, sobretudo nas lagoas e rios de açúcar, o transporte que se fazia no dorso de animais, explicam porque o surto ferroviário, aqui, não acompanhou o ritmo das províncias cafeeiras. (TENÓRIO, 1996, p. 52)

Nesse sentido, a economia cafeeira foi considerada decisiva para a construção das ferrovias no sul do país. Os primeiros trilhos implantados em território brasileiro tiveram ação decisiva do governo imperial que abriu concessão de juros e auxílio financeiro às empresas que se candidatassem. Além disso, planejou leis que incentivassem o avanço das ferrovias no país. O pioneiro na introdução das estradas de ferro no Brasil foi o empresário Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, que graças ao seu empreendedurismo tornou possível a realização de um sonho há muito desejado:

ver o solo brasileiro cortado por ferrovias e a locomotiva dar suas primeiras gofadas de fumaça no ar. A primeira locomotiva do país ficou conhecida por “Baroneza” em homenagem à esposa de Mauá, Dona Maria Joaquina. Essa locomotiva teve seu primeiro tráfego na Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Central do Brasil.

Os primeiros caminhos do interior do país eram constituídos por veredas com traçados irregulares, onde os meios de condução eram lentos e pouco variados, realizados por animais (cavalos, carros de boi, etc.) e pelo transporte fluvial que predominou até meados do século XIX.³ Nos estudos e projetos ferroviários, muitos engenheiros tomaram o conhecimento desses caminhos e veredas terrestres do interior brasileiro como forma de orientação do traçado das ferrovias no Nordeste. Nesse sentido, a ferrovia representou um importante instrumento material de penetração no interior do país e, chamou atenção do Império logo no início de seu aparecimento na Europa, pois assumiu o papel de construtor de uma nação moderna. De acordo com Pablo Lima:

Esta inovação técnica seria um meio de integrar o vasto território, fortalecer o poder central e a união imperial, divulgar códigos civilizados da Corte pelos sertões mais remotos, consolidar rotas de comunicação e comércio, estabelecer elos mais dinâmicos entre o interior e o litoral, além de fortalecer o controle estatal sobre um país de dimensões continentais. (LIMA, 2003, p. 12)

³ Acerca desse tema, ver: ABREU, João Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. 4. ed. Brasília: INL, 1975; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

As ferrovias em São Paulo foram construídas predominantemente com capital nacional, mas isso não significa dizer que não houve financiamento direto de capital estrangeiro, pois as mais importantes ferrovias paulistas levantaram empréstimos junto a agentes financeiros ingleses, como a Estrada de Ferro São Paulo - Rio, a Estrada de Ferro Paulista, a Estrada de Ferro Mogiana, dentre outras. Mas, parte considerável das ferrovias no nordeste e sul do país era construída basicamente com capital estrangeiro, sobretudo inglês. Das cinco primeiras ferrovias construídas no país, duas foram instaladas no Nordeste, impulsionadas pela economia açucareira e pelo desejo de desbravar o sertão⁴ e organizar o comércio interno.

A primeira ferrovia do Nordeste e a segunda do país foi construída por iniciativa do capital inglês em 1855, a Recife and São Francisco Railway, ligando Recife ao rio São Francisco, e a segunda do Nordeste e a quarta do território nacional foi construída em 1856, a Bahia and São Francisco Railway. (VASQUEZ, 2008, p. 16-17) Depois dessas ferrovias, o governo imperial na década de 1880 incentivou a construção de trechos ferroviários em outras províncias do nordeste, podendo-se destacar a Estrada de Ferro de Sobral (1881) e Estrada de Ferro de Baturité (1882), no Ceará; Estrada de Ferro Natal a Nova Cruz (1882), no Rio Grande do Norte, e Estrada de Ferro Conde d'Eu (1889), na Paraíba.

⁴ Sobre os estudos acerca dessa categoria ver: AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995; SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

Enquanto isso, nesse período, a região nordeste do país perdia seu poder político em âmbito nacional e os transportes comumente utilizados pela população, ou melhor, existentes, ainda continuavam sendo a navegação fluvial e marítima (apesar de que se tornava cada vez mais difícil a navegabilidade devido ao assoreamento e as estiagens) e os lombos dos animais de carga (bois, cavalos, etc.). Desse modo, algumas províncias dessa região, no período imperial, ainda não possuíam um palmo de estradas de ferro construídas, como Goiás, Mato Grosso, Amazonas, Maranhão, Piauí e Sergipe, provocando irritação nos políticos e comerciantes dessas províncias quanto ao esquecimento do governo central em fornecer auxílio financeiro para a construção de melhoramentos materiais: portos e ferrovias.

De acordo com Evaldo Cabral de Mello (1999), as reivindicações dos governantes das províncias do norte do país ao governo imperial eram voltadas para melhoramentos materiais na área de transportes e comunicação, sendo os portos e as ferrovias os mais solicitados. No caso do Piauí e Maranhão, que ainda não possuíam um palmo de estradas de ferro nos primeiros anos do século XX, os representantes políticos dessas províncias justificavam como sendo um “descaso” por parte do governo imperial em não conceder recursos para construção de suas ferrovias e portos, apontando a não necessidade da construção de ferrovias nessas províncias por apresentarem uma ampla rede fluvial. (MELLO, 1999, p. 195)

Mello afirma, ainda, que a diferença entre a construção de ferrovias nas regiões sul e norte do país não se deve somente às diferenças de desempenho econômico entre a produção do café (sul) e a lavoura açucareira e algodoeira (norte), mas pela influência decisiva das lideranças políticas e econômicas da região sul em conseguir investimentos para a construção de suas ferrovias, quer

por inversões diretas, quer através de garantias de juros aos investimentos privados, principalmente ingleses. Enquanto isso, algumas províncias do norte: Bahia, Pernambuco, Pará, Amazonas e Ceará, conseguiram

[...] graças ao jogo parlamentar, suas bancadas souberam arrancá-los como contrapartida de empreendimentos ferroviários de que o Governo imperial desejava dotar as províncias do sul e para os quais necessitava o apoio das deputações nortistas ou das lideranças partidárias da região. (MELLO, 1999, p. 195.)

A questão, portanto, era a capacidade dos representantes políticos dessas províncias em conseguir do governo imperial apoio financeiro para construção de melhoramentos materiais tão almejados pela população. No Piauí, as iniciativas do governo imperial eram voltadas para a navegação do principal afluente da região, o rio Parnaíba, considerado importante meio de transporte das mercadorias e passageiros. Nos primeiros anos do século XX, o Piauí inseria-se economicamente no mercado externo mediante o aproveitamento econômico dos produtos extrativistas, representados pela borracha de maniçoba, cera de carnaúba e coco babaçu. Com o aumento das exportações piauienses ocorreu uma maior integração com os estados vizinhos (Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia), especialmente com o Maranhão, que apresentava um porto marítimo próprio, situado em Tutóia e que permitia acesso direto dos produtos piauienses a outros Estados e países. (QUEIROZ, 2006) Entretanto, essa dependência comercial e econômica entre o Piauí e o Maranhão trouxe muitas reclamações

por parte dos comerciantes piauienses. Segundo Teresinha Queiroz,

[...] as reclamações são inumeráveis, com relação aos preços das mercadorias, em torno da exorbitância dos fretes, no que concernia as especulações com o cambio, isso sem falar dos impostos e taxas, que os comerciantes piauienses reputavam não só como escorchantes, mas igualmente como ilegais. (QUEIROZ, 1998, p. 22)

Devido a essas reclamações por parte dos comerciantes piauienses, começava a se desenvolver entre eles uma campanha contra os abusos provocados pela dependência econômica com o Maranhão e, ao mesmo tempo, buscavam alertar para “a necessidade do Piauí se tornar independente daquela tutela”. (QUEIROZ, 1998, p. 23) As necessidades comerciais do estado acabaram por provocar uma maior intensificação da navegação do rio Parnaíba e de seus afluentes, permitindo o avanço do comércio com o mercado externo, sobretudo europeu e americano.

Em 1858, tem-se a criação da Companhia de Navegação à vapor do rio Parnaíba que ocasionou uma maior intensificação das atividades de navegação do rio Parnaíba, passando a ser frequentado constantemente por “[...] pequenos vapores, lanchas e escunas pertencentes a empresas particulares”. (QUEIROZ, 1998, p. 23) Essas empresas eram localizadas, sobretudo na cidade de Parnaíba, que no período constituía-se num grande entreposto comercial do Piauí, por estar situada a 365 km da capital Teresina, próxima ao litoral.

Contudo, não foram estabelecidos projetos a longo prazo para melhoramentos nas condições de navegabilidade do rio, que passava por grandes dificuldades técnicas nos períodos de estiagem e pela presença de pedregulhos, areia, etc. Então, criou-se a expectativa por parte dos poderes públicos e das elites comerciais, principalmente de Parnaíba, em melhorar as condições de transporte e comunicação do Estado mediante o estabelecimento dos primeiros trilhos de ferro. As ferrovias eram justificadas como alternativa de “aprofundar as ligações com o universo regional como forma de superar as limitações do meio”. (QUEIROZ, 1998, p. 23) Os discursos em torno das construções ferroviárias piauienses podem ser observados desde o período imperial de forma, ainda, muito acanhados. Nesse período, foi cogitada a construção de uma ferrovia ligando Petrolina-PE ao rio Parnaíba em Amarante-PI. Esse projeto foi aprovado pelo governo imperial, mas acabou sendo deixado de lado por falta de financiamento que garantisse sua implementação e conclusão.

Nos relatórios provinciais do período imperial podem ser constatados alguns discursos sobre a necessidade de melhorar as condições de infra-estrutura urbana, transportes e comunicações no Piauí. Quanto a melhorias nos meios de transporte e comunicação, alguns discursos almejavam introduzir elementos materiais de grande envergadura na crença do “progresso” e “desenvolvimento econômico” do Estado, como, por exemplo, o porto marítimo e as ferrovias.

Desde o Império, as estradas de ferro eram uma preocupação constante dos representantes públicos piauiense quando são publicadas resoluções autorizando o contrato de construções ferroviárias a particulares. A Resolução provincial n.º 757, de 31 de agosto de 1871 que autorizava o contrato aos particulares, José

Maria Barnes, Francisco Gano Gulik e Joaquim Coelho Fragoso ou quem mais vantagens oferecesse, da construção de uma ferrovia ligando Parnaíba e Amarração (atual cidade de Luís Correia⁵), cujo objetivo era transportar passageiros e cargas. (BASTOS, 1994, p. 218)

Outra resolução provincial n.º 1108, de 23 de junho de 1888, o presidente da província do Piauí, Firmino Lucínio da Silva Soares, mandou contratar por um prazo de sessenta anos a construção de uma estrada de ferro, ficando inicialmente a cargo dos engenheiros Newton César Burlamáqui⁶ e Benjamin Franklin de Albuquerque Lima,

⁵ A mudança do nome de Amarração para Luís Correia foi uma homenagem a Luiz de Moraes Correia, pelo governador Leônidas de Castro Melo que sancionou a lei estadual n. 6, de 4 de setembro de 1935. Luiz de Moraes Correia nasceu em Amarração (PI), em 23 de novembro de 1881 e faleceu em Fortaleza (CE), em 23 de outubro de 1934. Foi magistrado, jurista, professor e jornalista. Tornou-se bacharel em Direito em 1910. No Piauí foi Chefe de Polícia e Promotor Público em Parnaíba e Teresina. Atuou como Secretário-geral do Estado e procurador dos Feitos da Fazenda. No Ceará, desenvolveu a maior parte de sua atividade cultural e profissional onde dirigiu a procuradoria dos Feitos da Fazenda e a secretaria de Finanças. Foi Juiz Federal e professor catedrático da Faculdade de Direito do Ceará. Fundou, com os irmãos Constantino e Jonas, o jornal *O Nordeste*, além de ter sido um dos fundadores da Associação Comercial de Parnaíba. Pertenceu às Academias Piauiense e Cearense de Letras, foi Patrono da Cadeira n. 32 da Academia Parnaibana de Letras e membro do Instituto de Ciências e Letras de Recife (PE).

⁶ Newton César Burlamáqui (Oeiras-PI). Engenheiro de renome nacional. Grande liderança política piauiense. Deputado provincial (1864-1865). Irmão do Presidente da Província do Piauí – Desembargador Polidoro César Burlamáqui. Executor de um projeto de pesquisas do Ministério da Marinha na Ilha Grande de Santa Isabel, em Parnaíba, onde fez e instalou o Farol da Amarração, no rochedo da Pedra do Sal, em 1873.

a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro de bitola de um metro, que partindo da cidade de Amarante, margem direita do rio Parnaíba, passe pela cidade de Oeiras, e, daí seguindo o Valle do rio Canindé, vá ter á Serra dos Dois Irmãos, limite desta província com a de Pernambuco, sendo seu objetivo ou rumo o rio São Francisco, seja no ponto fronteira á vila de Casa Nova, seja em outro mais conveniente. (RELATÓRIO, 1888, p. 24)

O governador do Estado, Barão de Urussuy, em 10 de dezembro de 1890, publicou a resolução n.º 30 que considerava o contrato acima mencionado insubisistente por ser “ofensiva ao plano geral de viação férrea da república, destinada a ligar as capitais dos diversos Estados da União entre si e a Capital Federal”. (DECRETOS, 1991, p. 389) Diante disso, percebe-se que muitas das resoluções governamentais, concedendo construções de linhas ferroviárias a particulares acabaram por não ser executadas, ficando, portanto, mantidas somente no papel os projetos de construção de ferrovias no Piauí desde o período imperial. De acordo com Felipe Mendes, nesse período

[...] o governo pouco ajudava as províncias distantes e pobres, como o Piauí. Ainda na segunda metade do século XIX, com a implantação das primeiras ferrovias no Brasil, o governo da Província autorizou a concessão de privilégios para os interessados em construir estradas de ferro no Piauí, garantindo o pagamento de juros de 6% ao ano sobre o capital empregado, mas nenhum

desses empreendimentos pôde, obviamente, ser implantado. (MENDES, 2003, p. 55)

Durante os primeiros anos da República, vários representantes da política, do comércio e imprensa reivindicavam do governo federal maior participação em prol do progresso e desenvolvimento do Piauí, solicitando melhoramentos na área dos transportes, como a construção de ramais ferroviários e do porto marítimo. A construção de linhas ferroviárias, portanto, era significada como uma alternativa de transporte da produção interna do Estado até o porto marítimo em Amarração e capaz de tirar a economia piauiense do quadro de dependência econômica com os estados vizinhos, sobretudo o Maranhão.

Os projetos ferroviários no Piauí na Primeira República

O período compreendido entre 1889 e 1930 marcou a fase de expansão das ferrovias no território nacional. É emblemático que no interregno temporal entre 1897 a 1914 quando foram construídos 12.386 km de ferrovias, atingindo um total de 26.062 km, cortando o território nacional, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Essas ferrovias foram implantadas através de investimentos estrangeiros, principalmente de empresários ingleses que procuravam maiores lucros com o transporte da produção de café (sul) e açúcar (nordeste). Nos primeiros anos do século XX, o governo federal incentivou a construção de estradas de ferro no nordeste do país como forma de integrar as regiões e diminuir as calamidades da seca. Nesse período, essa região era identificada como “área-problema” devido, especialmente, ao fenômeno da seca e suas consequências socioeconômicas. O governo

central, no sentido de diminuir seus efeitos, promoveu políticas públicas, dentre as quais a criação da Inspetoria das Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, sendo transformado em 1945 no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Essas ações governamentais privilegiavam a construção de açudes, poços, estradas, ferrovias etc. (VIDAL, 2007)

A estrada de ferro era sinônimo de progresso em todo o país e o Piauí não poderia ficar fora desse ideal ocorrendo o aparecimento de vários projetos voltados para a construção de trechos ferroviários, interligando as regiões produtoras aos mercados consumidores, como as que ligariam as cidades de Petrolina (PE) a Teresina (PI), São Luis (MA) a Teresina, Crateús (CE) a Teresina e essa cidade a Amaração.

A história da implantação dos primeiros trilhos ferroviários em território piauiense é marcada por muitas dificuldades, como a falta de recursos financeiros para a conclusão de trabalhos que exigiam elevada soma de capitais. Nas mensagens governamentais dos primeiros anos do século XX, tem-se referências a projetos de melhoramentos na infra-estrutura urbana e nos transportes e comunicação. Acerca dos transportes, os governos estadual e federal desejavam dotar o Estado de elementos materiais de maior envergadura, como o Porto de Amaração e as estradas de ferro. As ferrovias eram apontadas como fator de progresso, pois diminuiriam as distâncias e facilitariam o intercâmbio comercial entre as cidades do interior do Piauí “um dos poucos Estados da União que não têm ainda seu solo cortado por uma linha férrea”. (CORREIA, 1906, p. 3)

Nos primeiros anos da República, o Piauí não possuía um palmo de estradas de ferro construídas, apesar da existência de projetos que visavam interligar o território piauiense aos estados

do Ceará, Pernambuco e Maranhão. Dentre esses, o projeto que acarretaria esforços dos governos estadual e federal foi o ramal que ligaria as cidades de Campo Maior a Amarração. Em 1910, o governo federal concedeu a construção da linha ferroviária de Sobral a Teresina, contratada com a Companhia *South American Railway*. (PIAUÍ, 1910) Para isso, o governo do Estado promulgou uma lei na Câmara Legislativa – Lei n.º 569, de 2 de julho de 1910 –, autorizando o Estado a contratar junto ao governo federal a construção do ramal de Campo Maior a Amarração, da estrada de ferro Sobral a Teresina. De acordo com essa lei, o governador do Estado podia fazer empréstimo até no máximo de 300.000 libras esterlinas dentro ou fora do país. (PARTE OFICIAL, 1910, p. 1) Entretanto, o contrato celebrado com a Companhia *South American Railway* para arrendamento da rede de viação cearense e construção de algumas estradas de ferro que a constituíam acabou sendo negado pelo Tribunal de Contas, ocasionando, mais uma vez, a paralisação de projetos de construção ferroviária no Piauí.

Muitos projetos ferroviários piauienses no início do período republicano não passavam de promessas que entusiasmavam a população. Por meio da imprensa, principalmente dos órgãos oficiais, divulgava-se o entusiasmo e esperança de representantes da política e do comércio quanto à instalação dos primeiros ramais ferroviários no Piauí. O jornal *O Piauí*, órgão oficial do Estado, por exemplo, funcionava como divulgador das ações políticas e administrativas do governo. Em linguagem, muitas vezes, apologética, esse jornal construía uma imagem positiva dos governos estadual e federal. Nesse sentido, os cronistas produziam artigos vislumbrando as medidas dos governos para alcançar o

“progresso e rápido desenvolvimento” almejado pelos piauienses. Em 1910, um cronista destacou que

[...] às vezes espera-se que a construção comece em Pernambuco, para terminar em Floriano, ligando assim os rios São Francisco e Parnaíba, outras, festeja-se o fincamento das primeiras estacas, anunciadoras do começo da construção; finalmente outras, escolhe-se até o local para a primeira estação do ramal que nos deve pôr em comunicação com o Ceará. Todo este serviço tem sido acompanhado com vivo interesse e com o maior entusiasmo por todos os piauienses, que vêem na facilidade das nossas vias de transporte o segredo do nosso progresso e rápido desenvolvimento. (MELHORAMENTOS, 1910, p. 1)

Entre os anos de 1910 e 1915, foram anunciados a participação de recursos federais para a conclusão de ligações ferroviárias no Piauí, que visavam ligar o Estado ao Ceará via Crateús, a Pernambuco via Petrolina e ao porto de Amarração. Contudo, essas primeiras iniciativas de implantação dos caminhos de ferro em solo piauiense foram alvos de dificuldades que impossibilitaram o andamento dos serviços, apesar dos discursos, principalmente do governo do Estado, em apontar certa preocupação na melhoraria das condições financeiras do Estado através da diminuição das distâncias entre as principais cidades produtoras e a capital Teresina. As estradas de ferro eram consideradas, nos programas de governo, como necessidade

fundamental para os transportes da produção do Estado, mas não passavam de promessas.

Entre as autoridades políticas do Estado existia certo entusiasmo com o advento dos projetos ferroviários no Piauí. O governador Miguel Rosa, em discurso pronunciado na Assembleia Legislativa, revelou que o Piauí caminhava rumo ao progresso com a possível chegada da locomotiva:

Sou um crente fervoroso dos dias prósperos que aguardam o Piauí. As nossas indústrias, quase todas, estão em sua infância. As nossas riquezas dormem, desconhecidas. O comércio apenas se emancipa e dilata o olhar por um horizonte mais largo. A locomotiva, vencendo distâncias, só agora nos chega à porta, - feliz mensageira de uma outra era de progresso. (PIAUI, 1913)

Esperanças a parte, a locomotiva representava um símbolo de progresso nos discursos dos governadores do Estado, ficando patente nos projetos de construção de ferrovias, interligando o Piauí aos estados do Maranhão, Ceará e Pernambuco. Um dos projetos ferroviários mais almejados pelo governo federal era o que ligaria o Piauí a Pernambuco, pois, de acordo com o traçado dessa ferrovia, o Estado ficaria interligado ao restante do país. Os estudos de construção desses trechos ferroviários vinham sendo realizados deste o período imperial, mas acabaram ficando a cargo da Companhia Estrada de Ferro Nordeste do Brasil, que mais tarde passou a ser chamada Petrolina a Parnaíba e mandou iniciar estudos de 102 quilômetros de linha que foram aprovados pelo decreto n. 2.258, de 13 de abril de 1896. Mas, devido aos problemas

econômicos que o país enfrentava na época, o governo federal acabou suspendendo o pagamento em dinheiro dos juros dos títulos das ferrovias. Diante disso, os trabalhos de construção dessa estrada de ferro foram parados e, conseqüentemente, ela acabou sendo declarada, pelo ministro da viação, concessão incura em caducidade pela demora em sua conclusão.

No Império, os objetivos principais da construção de estradas de ferro no país eram: povoar e aproveitar as riquezas do território, interligar as diversas regiões, visando o auxílio administrativo do governo, e fortificar a unidade política e econômica entre as províncias e o Governo Imperial. Muitos desses projetos almejados pelo governo objetivavam interligar as capitais econômicas do Nordeste (Salvador, Petrolina, São Luís, Belém, Fortaleza e Teresina) com a capital federal. A ferrovia Petrolina-Teresina, por exemplo, significava uma possibilidade de permitir maior comunicação com o mercado consumidor do sul do país, bem como as vantagens econômicas que poderiam ser alcançadas, pois os trilhos, ao serem implantados inicialmente em Pernambuco na cidade de Petrolina e avançando em território piauiense, passando por cidades como Oeiras e Amarante até chegar a capital Teresina e daí a Parnaíba, atingiriam cidades de grande importância econômica. (COSTA, 1910, p. 1)

A ideia da ligação dos rios São Francisco e Parnaíba através da ferrovia entre Petrolina (PE) e Teresina (PI) tiveram muitos defensores, inclusive de representantes piauienses no senado federal. Foi graças a esses que a lei federal n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913, autorizou os estudos e construção dessa ferrovia. Os estudos foram realizados pelo engenheiro Messias Lopes, sendo ordenado o início dos trabalhos pelo presidente Delfim Moreira, através do Ministro da Viação, Melo Franco. Em 1919, os serviços de

implantação desse trecho ferroviário foram iniciados a partir de Petrolina, mas acabou sendo paralisado durante anos.

Na década de 1920, iniciou-se o processo de estatização da maioria das empresas ferroviárias do país ocasionada pela crise financeira (1929) que acabou atingindo profundamente a economia brasileira. Em 20 de novembro de 1926, foi publicado, no *Diário Oficial* da União, o decreto n. 17.048, de 30 de setembro de 1925, correspondente ao termo de revisão e contrato celebrado com a Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão que era responsável, desde 1921, pela construção das ligações ferroviárias de São Luís-Teresina, Petrolina-Teresina e Crateús-Teresina. De acordo com esse decreto, o Governo do Estado assumiria a responsabilidade da construção dessas ferrovias em território piauiense. (PIAUI, 1926, p. 43)

A ferrovia de Petrolina a Teresina foi alvo de discussão, também, no senado federal por meio de representantes políticos do Piauí. Um desses foi Abdias Neves⁷, que em 1916 pronunciou diversos discursos os quais reivindicavam melhorias nos transportes do Estado. Dentre as reivindicações, exigia-se a construção de uma estrada de ferro que interligasse o Estado a capital federal (Rio de Janeiro), sendo considerada a mais urgente para o progresso econômico da região. Nos pronunciamentos

⁷ Abdias da Costa Neves (Teresina-PI, 19-11-1876 – Teresina-PI, 28-08-1928). Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito em Recife. Foi juiz de direito interino de Piracuruca (1900-1912), juiz substituto federal (1902-1914) e secretário de Governo (1914). Em 1915, foi eleito senador da República. Atuou como jornalista em diversos jornais do Piauí como: *A Pátria*, *O Monitor*, *A Notícia*, *O Dia* e *Litericultura*. Acerca da vida e obra de Abdias Neves, ver: PINHEIRO, Áurea da Paz. *O desmoronar das utopias Abdias Neves (1876-1928): anticlericalismo e política no Piauí nas três primeiras décadas do século XX*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

realizados, procurou negar a opinião segundo a qual “as estradas de ferro que arruinaram as finanças da República” e “a via férrea Petrolina-Parnaíba representa uma despesa adiável, senão inútil, motivo talvez de novos gravames para o Governo Federal”. (NEVES, 1916, p. 1) Para Neves, as construções ferroviárias brasileiras, desde 1913, construídas pelo governo federal atingiam somente 19.000 km, extensão considerada muito ínfima para um país com 8.000.000 km². Nesse sentido, considerou relevante que houvesse um aumento dos recursos financeiros federais voltados para ampliação da rede ferroviária do país, sobretudo em regiões que há anos vem sendo esquecidas, como, por exemplo, o Nordeste, devido a falta de verbas provenientes do poder central capazes de dá andamento às diversas obras paralizadas.

Abdias Neves considerou, ainda, que as ferrovias eram importantes para os transportes da produção, pois facilitaria a circulação e o consumo das principais cidades servidas pelo traçado ferroviário. Com isso, em seus discursos advertia que o governo federal favoreceu consideravelmente a melhoria dos transportes e comunicações dos estados situados na região sul do país, enquanto outros situados no nordeste como o Piauí, não apresentava nesse período “um palmo de estradas de ferro” construídas. As discussões que prevaleciam no senado quanto a construção de estradas de ferro no Piauí eram a onerosidade dessas estradas para as finanças da República e se a estrada de ferro de Petrolina a Teresina atendia ao plano geral de viação. Quanto ao último ponto, Neves afirmou que a ferrovia entre Petrolina-Teresina já fazia parte do plano de viação brasileira desde 1852 e passou por inúmeros projetos aos quais foram esquecidos, ao longo do tempo, devido a falta de verbas federais para dá andamento aos trabalhos de construção.

Na tentativa de mostrar ao governo federal a importância de uma ferrovia, ligando Petrolina (PE) a Teresina (PI), Abdias Neves demonstrou as vantagens para a economia brasileira, sobretudo piauiense. Para isso, fez uso de dados estatísticos que evidenciavam uma quantidade muito elevada de produtos exportados na alfândega de Parnaíba. Segundo os dados, as exportações piauienses aumentavam consideravelmente e, muitas vezes, esses produtos eram contrabandeados para os estados vizinhos, sobretudo o Maranhão, beneficiando, assim, suas economias. A exportação dos produtos piauienses, em sua grande maioria, era escoada em portos situados nos estados do Maranhão e Ceará. Acerca disso, Neves afirmava que

Quase toda a exportação do Cajueiro é piauiense, porque é esse porto de Piauí ordinariamente frequentado, porto de escala dos navios estrangeiros e dos do Lloyd Brasileiro. Na Amarração só aportam, e raramente, navios costeiros, de pequeno calado. Acresce que o Itapecurú, o Pindaré e o Mearim, com diversas linhas de navegação a vapor, subvencionadas, são o escoadouro da produção maranhense, e mais que os municípios maranhenses, ribeirinhos do parnaíba, excessão do Brejo do Arapurú, são de mínima importância. (NEVES, 1916, p. 11)

Nesse período, os estados vizinhos, Maranhão, Ceará e Pernambuco, funcionavam como importantes entrepostos comerciais das mercadorias do Piauí. Assim, grande parte dos traçados ferroviários desse Estado era projetada para atingir o

território daqueles estados. Além da Petrolina (PE) a Teresina (PI) a, outra importante ligação ferroviária para o Piauí era a de Teresina a São Luís (MA). Essa ferrovia era justificada pela possibilidade de escoamento rápido e barato da produção piauiense para as principais cidades do centro-sul do país (Goiás e São Paulo).

A história da estrada de ferro no Maranhão teve início em 1888 quando o engenheiro Nicolau Vergueiro obteve do governo imperial a autorização para estudar uma ferrovia entre Caxias e Cajazeiras, atual Timon. Os planos inicialmente não tiveram sucesso e somente em 9 de junho de 1895 foi inaugurada a Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras com 78 km sob a orientação dos engenheiros Aarão Reis, Cristiano Cruz e Raimundo de Castro Maia, dentre outros.

Em 1907, foi iniciada a construção da Estrada de Ferro São Luís a Caxias, passando por sucessivos atrasos, sendo concluída em 1921. Desde 1919, a ferrovia já era administrada pela Inspetoria Federal das Estradas de Ferro, tendo encampado em 1920 a Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, nessa época conhecida como E. F. Senador Furtado. Com a encampação, a denominação foi alterada para Estrada de Ferro São Luís-Teresina. A ligação ferroviária entre essas capitais se efetivou em 14 de março de 1921, embora ainda necessitando de um transbordo sobre o canal dos Mosquitos, próximo a São Luís, até à construção da ponte Benedito Leite, com 270 m de extensão. Entretanto, foi somente em 1939 que esse traçado atingiu Teresina, sendo realizada a inauguração da ponte ferroviária João Luiz Ferreira sobre o rio Parnaíba. A inauguração dessa ponte ferroviária ocorreu no dia 2 de dezembro de 1939 com a participação de representantes dos dois Estados –

Maranhão e Piauí, além de autoridades do governo federal e da população em geral. (A SOLENIDADE..., 1939, p. 1)

Estrada de Ferro Central do Piauí: reivindicação comercial e política

Nos primeiros anos do século XX, o Piauí ainda não possuía um quilômetro sequer de trilhos assentados. Foi somente em 19 de novembro de 1916 que ocorreu a inauguração do primeiro trecho ferroviário na região norte do Estado, entre Portinho e Cacimbão, com 24 km de extensão. Nesse mesmo dia foi também lançada a pedra fundamental da Estação Ferroviária de Parnaíba.

A ferrovia chegou ao Piauí num momento em que o governo federal começava a se preocupar em integrar e desenvolver as diversas regiões brasileiras através da construção de rodovias em todo o país. Nesse sentido, as ferrovias assumiam a posição secundária nos programas de transporte do governo federal, ficando muitos projetos ferroviários esquecidos ou abandonados durante anos. No Piauí não seria diferente, antes da implantação dos primeiros trechos ferroviários, muitos estudos e projetos foram produzidos e mantidos no esquecimento durante os anos finais do século XIX e iniciais do século XX, mas, por iniciativa do governo federal, acabou sendo efetivado alguns desses trechos, especialmente aqueles que interligavam Amarração às principais cidades da região norte do estado: Parnaíba (1920), Cocal (1923) e Piracuruca (1923).

Nesse período, a elite político-comercial do Piauí, sobretudo da cidade de Parnaíba, passou a reivindicar dos governos melhoramentos na área dos transportes como forma de diminuir a perda de produção e contribuir com as finanças do Estado. Essa

elite político-comercial de Parnaíba considerava-se detentora de uma missão: promover o progresso no Piauí a todo custo e, para atingir esse objetivo, organizavam-se em associações, como a Associação Comercial de Parnaíba.⁸

A elite comercial de Parnaíba constituía-se de comerciantes de estabelecimentos importadores e exportadores que faziam da cidade um entreposto comercial de grande importância econômica para a região norte do Estado e, além disso, lutavam pela independência no campo econômico. Essa luta foi deflagrada contra a praça comercial do Maranhão que concorria ferreamente com o comércio piauiense, pois grande parte da produção do Piauí era comercializada diretamente no porto de Tutóia (MA), provocando vários empecilhos à economia piauiense por serem contabilizados nas cifras maranhenses, além dos altos preços dos fretes denunciados pelos comerciantes piauienses.

A ideia da construção do porto de Amarração consumiria os maiores esforços da elite comercial parnaibana. Outra iniciativa correlata era a de construir uma ferrovia em solo piauiense que

⁸ A Associação Comercial de Parnaíba foi uma das mais atuantes em prol de melhoramentos para o Estado e a primeira reunião da classe comercial de Parnaíba que legitimou sua fundação ocorreu em 28 de janeiro de 1917. Nessa reunião se estabeleceu o primeiro estatuto que regulamentava as ações da associação e formou a sua primeira diretoria tendo como presidente, Armando Madeira; vice-presidente, Antônio Gomes Veras; primeiro secretário, Henock Guimarães; segundo secretário, Francisco Ferreira de Castelo Branco; Tesoureiro, Dr. Francisco de Moraes Correia e como vogais, James Frederic Clark e Delbão Francisco Rodrigues. Nesse sentido, os discursos produzidos pelos representantes do comércio de Parnaíba visavam criticar as ações dos administradores públicos quanto a falta de melhoria material do Estado, ou seja, a relação entre os interesses da elite comercial e as dos administradores estaduais muitas vezes não coincidiam diretamente.

servisse de complemento do transporte das mercadorias produzidas internamente até o porto marítimo. Um complementar o outro através de um ciclo onde os navios que chegassem no porto descarregariam as mercadorias no trem, seguindo para as cidades de destino. Já os produtos de exportação piauienses fariam o percurso inverso, iriam ao porto de trem e daí para os navios.

As ferrovias eram justificadas como alternativa de transporte da produção interna do Estado que nesse período enfrentava dificuldades de escoamento por falta de um sistema de comunicação adequado e eficiente, provocando a comercialização desses produtos diretamente nos estados vizinhos, como Ceará, Maranhão e Pernambuco. Para Armando Madeira,

Do interior do Estado, dos centros atingidos pelo raio de ação da Estrada de Ferro, afluirão os produtos variados e inumeráveis que apodrecem, anualmente, em abandono, porque não há quem os conduza. Pelas mesmas vias subirão as mercadorias importadas, para as permutas indispensáveis e satisfação das necessidades, cada dia maiores, dos consumidores sertanejos e ribeirinhos. Até que limite chegará esse jogo de compensações, esse movimento de expansão comercial em uma região fértil, boa e promissora como o Piauí, não nos é permitido aventurar para que não nos acoidem de fantasista. (MADEIRA, 1920, p. 103)

A imprensa era um importante meio de divulgação das iniciativas e lutas dos comerciantes parnaibanos. Os jornais e revistas

eram empregados na divulgação de ideias e projetos de melhoramentos para a cidade e o Estado, tornando-se documentos históricos que retrata o ambiente social específico onde foi produzido, como um mosaico de informações e representações da cidade, do cotidiano da população e dos homens públicos. Dentre os jornais parnaibanos publicados nos primeiros anos do século XX, pode-se destacar *A Semana* e *A Praça*, além da revista *Almanaque da Parnaíba*.⁹ A maioria das reivindicações da elite comercial de Parnaíba era por mudanças estruturais no espaço urbano da cidade (abastecimento d'água, luz elétrica, calçamento de ruas, construção de escolas, etc.), modernização do sistema educacional e introdução de elementos técnicos na área dos transportes e comunicação, como, por exemplo, as ferrovias e o porto marítimo em Amarração.

Em grande parte das mensagens governamentais produzidas durante os anos de 1900 a 1930 são mencionadas a necessidade de melhorar as condições de transporte e comunicação do Piauí por meio da construção de ferrovias, estradas e melhoramentos necessários no porto de Amarração, considerado o ancoradouro natural das mercadorias piauienses a outras regiões do país e do exterior. Na década de 1920, os comerciantes da cidade de Parnaíba sob representação da Associação Comercial de Parnaíba promoveram uma campanha em prol da construção do porto de Amarração. Essa campanha foi divulgada em revista (*Almanaque da Parnaíba*) e jornais (*A Praça* e *A Semana*), além de textos publicados nos anos de 1920 e 1921, da comissão de propaganda do porto de Amarração, organizados pelo presidente da Associação Comercial de Parnaíba, Armando Madeira.

⁹ Esse periódico conheceu três fases: a primeira, de 1924 a 1941, com a publicação de 18 edições; a segunda, 1942 a 1981, com 40 edições, e a terceira, a partir de 1994 aos dias atuais.

Entretanto, esse objetivo tão almejado pelo comércio parnaibano não pode ser concretizado, pois das duas ideias – o porto de Amarração e as ferrovias, somente esta saiu do papel. Muitos dos trechos ferroviários demoraram anos para serem implantados no Piauí. Em 1926, na tentativa de justificar essa demora, o governador Matias Olímpio de Melo, em mensagem enviada a Assembléia Legislativa, advertia que, entre os anos de 1912 à 1918, a ferrovia Amarração-Campo Maior era subordinada à Rede de Viação Cearense. Nesse período, não houve a abertura ao tráfego de um quilômetro sequer. Segundo o governador,

Foram seis anos de absoluta improdutividade. O menosprezo pelos interesses do Piauí chegou a tal extremo que, tendo o Congresso Nacional votado, para 1918, uma pequena verba de setecentos contos para a construção das estradas “Amarração a Campo Maior” e “Crateús-Teresina”, a direção da Rede Cearense encontrou meios e modos de desviá-la quase totalmente para a aquisição de material rodante da “Camocim-Crateús”, sob o pretexto de que esse material servirá para a estrada do Piauí, quando construída! (PIAUI, 1926, p. 63)

Matias Olímpio justificava a demora na implantação de trilhos no Piauí devido a falta de interesse da Rede de Viação Cearense em melhorar as condições de transporte ferroviário do Estado. No entanto, o governo federal preocupou-se em beneficiar o sistema de viação férrea do Ceará, enquanto que o Piauí era menosprezado e esquecido. Entretanto, ao ler as entrelinhas desses discursos, pode-se concluir que nas mensagens dos governos

piauienses, muitas vezes, buscavam tirar suas responsabilidades e transferi-las à Rede de Viação Cearense, quanto ao governo federal. Este último era culpabilizado por não conceder recursos suficientes para a conclusão dos serviços ferroviários e outros melhoramentos.

As mensagens de governo das três primeiras décadas do século XX constataram-se a construção de um discurso de que os governos estaduais eram administradores cumpridores de seus deveres, enquanto homens públicos, ao clamarem “contra as injustiças que se nos fazia, e pedi trabalho para a população faminta, acrescida com a imigração de Estados vizinhos, ainda mais gravemente afetados pela seca”. Enquanto isso, “o Governo da União só mantém entre nós as suas estações arrecadadoras”. (PIAUÍ, 1915, p. 17) Construía-se, assim, a ideia de que o governo federal era o principal gerador dos problemas econômicos e financeiros que assolavam o Estado, nesse período e o governo estadual assumia o papel de reclamar junto ao poder central as necessidades de melhoramentos técnicos importantes para o desenvolvimento e progresso do Piauí.

Na década de 1930, a imagem do governo federal como o único capaz de resolver os problemas que assolavam o Piauí continuava persistindo em diversos discursos. Em 1936, no jornal *Diário Oficial* foi publicado uma matéria do jornal *Diário Carioca* que informava a atuação do “líder da bancada piauiense”, o deputado Agenor Monte¹⁰, quanto as solicitações ao governo

¹⁰ Agenor Monte (São Luís do Quitunde, Alagoas, 1904 – Rio de Janeiro). Militar e político. Aspirante-a-oficial em 1930. Revolucionário de 1930. Chegou ao posto de coronel (1955). Foi prefeito municipal de Teresina (09-03 a 17-03-1932). Secretário da Fazenda do Estado do Piauí. Participou da repressão ao movimento constitucionalista deflagrado em julho de 1932, em São Paulo. Deputado

federal para resolver os problemas econômicos do Estado. De acordo com a matéria, o deputado Agenor Monte, solicitou do governo federal “[...] a devolução ao Estado da taxa de 2% de ouro arrecado sobre a importação piauiense e que se eleva a cerca de 1.800 contos de reis papel, assim como a concessão de um empréstimo de 6.000.000\$000 através do Banco do Brasil, a exemplo do que tem sido feito para os outros Estados” para o aparelhamento do porto de Amarração, bem como a continuação dos serviços de construção de ferrovias no Piauí que, nesse período, encontrava-se na seguinte situação: “A linha de São Luís a Teresina ainda não atingiu a capital do nosso Estado por não estar ainda concluída a ponte sobre o Parnaíba [...]”; a “E. F. Petrolina a Teresina se acha na vila piauiense de Paulista, acerca de 400 quilômetros de Teresina, seu ponto terminal” e a “E. F. Crateús a Teresina se encontra na vila piauiense de Oiticica no sopé da Serra de Ibiapaba”. De acordo com o deputado, a demora na construção de ferrovias no Piauí deve-se ao fato da “exiguidade das verbas orçamentárias” do governo federal. (OS PROBLEMAS..., 1936, p. 1)

federal pelo Piauí à Assembléia Nacional Constituinte (1935). Foi reeleito para a Câmara dos Deputados (1935-1937).

Nesse mesmo ano, a representação federal do Piauí, José Pires Rebelo¹¹, Luís Mendes Ribeiro Gonçalves¹², Agenor Monte,

¹¹ José Pires Rebelo (Piripiri-PI, 1877 – Rio de Janeiro-GB, 1947). Engenheiro civil. Político. Formado pela Escola Politécnica do antigo Distrito Federal. Diretor de Obras Públicas, Terras e Colonização (1908-1909), na administração Anísio Auto de Abreu. Chefe da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro Central do Piauí. Intendente de Teresina, assumindo a Municipalidade em 30-10-1909, para o qual foi eleito em 04 de outubro do mesmo ano. Renunciou ao cargo de Intendente em 18-08-1910. Elegeu-se deputado federal em duas legislaturas: 1918-1920 e 1921-1923. Em 1923, galgou uma Cadeira no Senado Federal, na vaga deixada por Félix Pacheco, permanecendo ininterruptamente na Câmara Alta até a 13ª legislatura (1927-1929). Voltou ao Senado em 1935, tendo o seu mandato cassado com a dissolução do Congresso Nacional pelo Golpe de Estado dado a Getúlio Vargas (1937). Ocupou no Senado o cargo de 2.º secretário. Pertenceu à Academia Piauiense de Letras, Cadeira nº 16, cujo patrono é Taumaturgo Sotero Vaz.

¹² Luís Mendes Ribeiro Gonçalves (Amarante-PI, 07-02-1895 – Rio de Janeiro-GB, 05-10-1984). Engenheiro. Cientista. Político. Escritor. Formado em Engenharia Civil e Geográfica pela Escola Politécnica da Bahia (1916). Dirigiu, no período entre 1916 a 1930, a Secretaria de Agricultura, Terras e Viação e Obras Públicas do Estado. Ocupou outros cargos e funções: Diretor-geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), membro vitalício do Conselho Diretor do Clube de Engenharia, Secretário-geral do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos, e membro do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, etc. Enquanto político foi Senador da República nas legislaturas iniciadas em 1935 e 1947. Colaborou em vários jornais do Piauí: *A Imprensa*, *O Lírio*, *Estado do Piauí*, *Correio de Teresina*, *Correio do Piauí*, *Diário Oficial* e *O Momento*.

Francisco Freire de Andrade¹³, Ademar Rocha¹⁴ e Francisco Pires de Gayoso e Almendra¹⁵, produziu um memorial onde reivindicava ao presidente Getúlio Vargas melhoramentos nos transportes do Estado e no qual indicava as dificuldades na implantação de trechos ferroviários, as péssimas condições das auto-estradas

¹³ Francisco Freire de Andrade (Teresina-PI, 1888 – Rio de Janeiro-GB, 1968). Médico e político. Formado em Medicina pela Faculdade da Bahia (1911). No Piauí, foi diretor do Departamento de Saúde Pública, do Hospital de Alienados, hoje, Hospital Areolino de Abreu, e da Santa Casa de Misericórdia. Clínico Geral e cirurgião. Na política foi eleito em 1933 suplente de deputado federal pelo estado natal à Assembléia Nacional Constituinte. Foi empossado em janeiro de 1934, participando dos trabalhos constituintes. Reeleito para um mandato de 1935 a 1937. Diretor da Instrução Pública. Vereador à Câmara Municipal de Teresina (1925-1929).

¹⁴ Ademar Soares da Rocha (Bertolínia-PI, 1892 – Rio de Janeiro, 1973). Médico, político e grande orador. Formado em Medicina pela Faculdade do antigo Distrito Federal (1916). Na política participou movimento revolucionário de 1924 e sofreu o afastamento do exército, exilando-se na Bolívia, na Argentina e no Uruguai. Anistiado pela Revolução de 1930, retornou ao País. Nessa ocasião teve seu nome sugerido por Juarez Távora, principal chefe revolucionário no Nordeste, para ocupar o cargo de Interventor Federal do Piauí. Deputado federal pelo seu estado natal na legislatura de 1935 a 1937. Volta à Câmara dos Deputados em 1946, participando dos trabalhos constituintes e, com a promulgação da nova Carta Magna (18-09-1946), passou a exercer o mandato ordinário. Nessa legislatura foi membro efetivo das comissões permanentes de Obras Públicas e de Segurança Nacional. Pertenceu à Academia Piauiense de Letras, ocupando a Cadeira nº 16, cujo patrono é Taumaturgo Sotero Vaz.

¹⁵ Francisco Pires de Gayoso e Almendra (Rio de Janeiro-GB, 1901 – Teresina-PI, 1968). Médico. Professor. Político. Formado em Medicina pela Faculdade da Bahia. Curso de especialização na Universidade de Sorbone, na França. Foi diretor do Hospital de Alienados de Teresina. Membro e presidente do Conselho Administrativo do Estado. Professor e diretor da antiga Faculdade de Direito. Deputado federal e constituinte de 1935. Teve o mandato cassado com a dissolução do Congresso Nacional pelo Golpe de Estado dado por Getúlio Vargas.

federais e a necessidade de construção do porto marítimo próprio. Acerca das ferrovias no Piauí, o memorial trouxe um quadro comparativo das extensões ferroviárias dos Estados do país e, nesse quadro, o Piauí estava situado entre aqueles “mais carecente de vias férreas”. Abaixo, quadro que expõe as disparidades da quilometragem das linhas férreas implantadas em cada Estado no ano de 1936:

TABELA 1 – RELAÇÃO DA QUILOMETRAGEM DAS FERROVIAS BRASILEIRAS EM 1936

Nº DE ORDEM	ESTADOS	QUILÔMETROS	PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL DA REDE
1	Minas Gerais	7.945	24,02
2	São Paulo	7.159	21,65
3	Rio Grande do Sul	3.135	9,49
4	Rio de Janeiro	2.705	8,18
5	Bahia	2.148	6,50
6	Paraná	1.459	4,41
7	Ceará	1.240	3,75
8	Sta. Catarina	1.186	3,50
9	Mato Grosso	1.171	3,54
10	Pernambuco	1.051	3,18
11	Espírito Santo	774	2,34
12	Rio Grande do Norte	480	1,45
13	Parahyba	472	1,33
14	Maranhão	450	1,33

15	Pará	374	1,13
16	Alagoas	361	1,09
17	Sergipe	297	0,90
18	Piauí	160	0,48
19	Amazonas	5	0,02

Fonte: MEMORIAL apresentado ao Sr. Presidente da República pela representação federal do Piauí, sobre a construção do Porto de Amarração. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, 1º out. 1936. p. 5.

De acordo com a tabela, o Piauí acompanhado do Amazonas era o mais desprovido de ferrovias, porém a região do Amazonas apresentava “vastíssimo sistema fluvial”. A ferrovia no Piauí ainda não havia alcançado a cidade de Piri-piri que teve sua estação inaugurada em 1937. Então, com o estabelecimento dos trilhos em Piri-piri a extensão da malha ferroviária piauiense elevou-se para 215 quilômetros, interligando essa cidade a Luís Correia.

Entre os anos de 1916 a 1937, as cidades servidas por trechos ferroviários em território piauiense estavam situadas na região norte do Estado – Portinho- Cacimbão (1916), Amarração – Bom Princípio (1922), Bom Princípio – Frexeiras (1923), Frexeiras – Cocal (1923), Cocal – Deserto (1923), Deserto – Piracuruca (1923) e Piracuruca – Piri-piri (1937). Esse traçado ferroviário no Piauí deveu-se, sobretudo, à necessidade de encaminhar a produção interna do Estado ao porto marítimo em Amarração. Nesse período, o porto de Amarração era considerado o ancoradouro natural das mercadorias piauienses, fazendo parte das reivindicações dos comerciantes exportadores e importadores da região e, iniciou-se a implantação dos primeiros trechos ferroviários entre Petrolina (PE) a Teresina (PI).

Assim, nos primeiros anos do século XX, o sistema de transporte do Piauí era constituído pela navegação do rio Parnaíba (que

já apresentava dificuldades de navegabilidade), o porto de Amarração (artesanal constituído de poucos melhoramentos técnicos, pois não apresentava dique de proteção, quebra mar e cais), as ferrovias (os trilhos atingiam algumas cidades da região norte do Estado e pequenos trechos entre Paulista-PI e Petrolina-PE) e as estradas carroçáveis.

REFERÊNCIAS

Fontes de jornais:

A SOLENIDADE memorável da inauguração da ponte “João Luiz Ferreira”. **Diário Oficial**, Teresina, ano 9, n. 274, 4 dez. 1939.

MELHORAMENTOS. **Piauhy**, Teresina, ano 20, n. 1066, 7 jul. 1910. p. 1.

OS PROBLEMAS do Piauí. **Diário Oficial**, Teresina, ano 6, n. 130, 10 jun. 1936. p. 1.

PARTE OFICIAL – Governo do Estado. Lei n. 569. **Piauhy**, Teresina, ano 20, n. 1066, 7 jul. 1910.

Decretos, Mensagens e Relatórios de governo:

DECRETOS e resoluções do governo do Estado do Piauí. Teresina: Tip. O Piauhy, 1891. p. 389.

PIAUÍ, Governo. 1912-1916 (Rosa). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Miguel de Paiva Rosa, em 1 de junho de 1915.** Teresina: Tip. Paz, 1915.

PIAUÍ, Governo. 1925-1928 (Melo). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Matias Olímpio de Melo, em 1º de junho de 1926.** Teresina: Tip. do Piauí, 1926.

PIAUÍ. Governo. 1910-1912 (Silva). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Antonino Freire da Silva, em 1 de junho de 1910.** Teresina: Tip. do Piauí, 1910.

PIAUÍ. Governo. 1912-1916 (Rosa). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Miguel de Paiva Rosa, em 1 de junho de 1913.** Teresina: Tip. Paz, 1913.

RELATÓRIO com que Firmino Lucínio da Silva Soares passou a administração da Província para Raimundo José Vieira da Silva no dia 26 de setembro de 1888. Teresina: Tip. da Imprensa, 1888.

Bibliografia:

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil.** 4. ed. Brasília: INL, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras.** São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**: entre a história e a memória. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. **Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves/PMT, 1994.

CAMARGO, J. F. **Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**: ensaio sobre as relações entre a demografia e a economia. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1952.

CORREIA, Jonas de Moraes. Memorial. **Piauí**, Teresina, ano 16, n. 866, 1 set. 1906. p. 3.

COSTA, Heitor da Silva. Estrada de Ferro do S. Francisco a Parnaíba. **Piauí**, Teresina, ano 20, n.1039, 5 jan. 1910.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. Desenvolvimento dos transportes e integração regional no Brasil: uma perspectiva histórica. **Planejamento e políticas públicas**, [S. l.], n. 13, jun. 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **O Brasil monárquico**: Declínio e queda do Império. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

HOLLOWAY, T. H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. **A máquina, tração do progresso memórias da ferrovia no oeste de Minas: entre o sertão e a civilização (1880-1930).** 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Uberlândia, 2003.

MADEIRA, Armando. **Interesses piauienses.** Parnaíba: Comissão de Propaganda do Porto de Amarração, 1920.

MATOS, O. N. de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império, 1871-1889.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

NEVES, Abdias. **Política das estradas de ferro e finanças da República.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo.** 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2006.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. João Pessoa/Teresina: EDUFPB/EDUFPI, 1998.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo, 1870-1940**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SAES, Flávio Azevedo Marques. Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870 – 1900. In: SZMRECSÁNY, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral. (Orgs.). **História econômica da Independência e do Império**. São Paulo: Edusp, 1993.

SOUSA, Marcos Timóteo Rodrigues de. As etapas de estruturação dos meios de transporte no Brasil e o desenvolvimento desigual. **Geoambiente On-line**, Jataí-GO, n. 4, jan./jun. 2005.

SOUZA, Candice Vidal e. **A pátria geográfica**: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

TENÓRIO, Douglas Apprato. **Capitalismo e ferrovias no Brasil**. Curitiba: HD, 1996.

VASQUEZ, Pedro (Org.). **Caminhos do trem**: as grandes ferrovias. São Paulo: Duetto Editorial, 2008.

VIDAL, Francisco Baqueiro. Considerações em torno da validade atual da discussão sobre as desigualdades regionais no Brasil. **Observe Nordeste**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 19 jun. 2007.

43 p. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/fvidal2.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2009.

“GOIÁS, COMPARTIMENTO FECHADO POR TODOS OS LADOS”: DIFERENCIAÇÃO E RACISMO ATRAVÉS DO TEMPO

Paulo Brito do Prado

Goiás, compartimento fechado por todos os lados. Em volta, o sertão. Dentro da cidade, ruas delimitando classes, orgulho de família, preconceitos sociais, coisinhas, rotina...” Cora CORALINA (1989, p. 73).

Introdução

Como rasgaduras no tempo (Georges DIDI-HUBERMAN, 2013) as imagens de Goiás, produzidas em meados do século XX, deixam ver a cidade não como aparição, mas como fascínio, isto porque, elas têm a capacidade de transformar “o *ressoo* da aparição em *reminação* do fascínio” (Georges DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 30). Logo avistar o Largo do Rosário, as ruas sinuosas e tortuosas, os casarios, pontes e pontos fronteiros que separam os distritos do Rosário e o de Sant’Anna criam no observador, “pouco a pouco, e depois, por intervalos, uma superfície indefinidamente dobrada, desdobrada e redobrada” (p. 32) que apresenta a cidade como um palimpsesto (Sandra Jatahy PESAVENTO, 2005) capaz de revelar conexões entre passado e presente, a exemplo das que veremos no decorrer desse texto e que se relacionam à produção do espaço e da sociedade em Goiás nas suas múltiplas temporalidades.



Figura 01 – Largo do Rosário e principais ruas de Goyaz. Fotografia de José Alencastro Veiga, 1902. Arquivo de Elder Camargo de Passos.

A fundação da província de Goiás aproxima-se muito do frágil Tratado de Madri, assinado em 1750, entre espanhóis e portugueses. Como o anterior Tratado de Tordesilhas havia sido descumprido o novo acordo, firmado no século XVIII, estabeleceu a paz entre os dois impérios mediante o delineamento, para as poses lusitanas e espanholas, na América do Sul, de novas fronteiras (Caio Prado JUNIOR, 2004; Gilka Vasconcelos SALLES, 1992).

A Província e a Vila Boa de Goiás – assim batizada em homenagem a Bartolomeu Bueno da Silva Filho, celebrado como o fundador de toda a região – foram erigidas a partir de 1727 por bandeirantes paulistas interessados nas jazidas de ouro locais e no apresamento de índios para o trabalho escravo (Marivone Matos CHAIM, 1983). Vale ressaltar que antes disso grande parte do território pertencente ao estado de Goiás já era amplamente

conhecido, em função das Bandeiras de interiorização (Laura de Mello e SOUZA, 1997), realizadas no século XVII em região onde hoje localiza-se a cidade de Goiás (Luiz PALACIN, 1976).

Todavia, ainda que houvesse ampla circulação humana pelas regiões entre Minas Gerais e o Mato Grosso, já no século XVI, conforme bem lembrou Laura de Mello e Souza (1997) em seus escritos sobre as formas provisórias de existência nos sertões americanos, foi somente em meados do século XVIII, depois de fundadas as mencionadas províncias de Minas e Mato Grosso, que se obteve sucesso na identificação de jazidas de ouro, na prospecção do metal, na captura de índios e na construção de moradias em espaços limítrofes ao que se tornaria o território da, hoje, cidade de Goiás e do estado de Goiás (Luiz PALACIN, 1976).

Os primeiros cinquenta anos da província de Goiás e da Vila Boa, no século XVIII, assentada às margens do rio Vermelho, se caracterizou pela criação de outros núcleos urbanos, presídios e povoados em diferentes lugares do espaço que tempos depois se tornou o território do então estado de Goiás. Ainda no século XVIII a província foi identificada como um veio aurífero importante em que as bases da exploração do minério assentavam-se na mão de obra escrava (Gilka Vasconcelos Ferreira SALLES, 1992; Marivone Matos CHAIM, 1978).

Durante o período que foi de 1731 a meados do século XIX, muito marcado pelo desenho e pela delimitação territorial e social de Goiás, movimentaram-se por esses sertões grande número de escravizadas e escravizados de origem africana ou aquelas/aqueles já nascidos em território brasileiro. A Vila Boa de Goiás e a Província receberam também intenso fluxo de paulistas e de portugueses. Porém, mesmo sendo a sede da administração provincial, e depois do estado, a população da cidade de Goiás ficou caracterizada

entre os séculos XVIII e XIX por uma predominância de escravos e mestiços, conforme pontuou Marivone Matos Chain (1978) em estudos gráficos sobre a população da capitania de Goiás no século XIX.

O anseio pelo ouro, seguido pelo desgaste das minas ainda no século XVIII, fez com que povoamentos erigidos pela avidez metalista desaparecessem, e que seus viventes se dirigissem para outras localidades. O esgotamento do ouro de aluvião em diferentes vilas da Província de Goiás impactou a economia regional e forçou a sua transição para a produção pecuarista, seguida pela agropecuária (Sônia Maria de MAGALHÃES, 2014). Porém, a cidade de Goiás não perdeu o *status* de centro administrativo. Na contração de opiniões que desejavam transferir a administração para Meia Ponte (Pirenópolis) ou Leopoldina (Aruanã), a então Vila Boa de Goiás permaneceu como o centro das decisões políticas, em âmbito regional, entre os séculos XIX e XX. E isto lhe proporcionou ser um lugar de atenção e de interesses – ainda que fosse de difícil acesso, conforme registraram cronistas como Saint-Hilaire e Pohl.

Vila Boa de Goiás se manteve como capital do estado de Goiás e em meados do século XX contou com alguma atenção voltada ao lazer e ao bem estar social de seus cidadãos. Todavia este bem estar social limitou-se aos grupos pertencentes a segmentos abastados e brancos que viviam naquele espaço que é hoje nomeado, graças ao título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, reconhecido pela Unesco em 2001, por “Centro Histórico”.

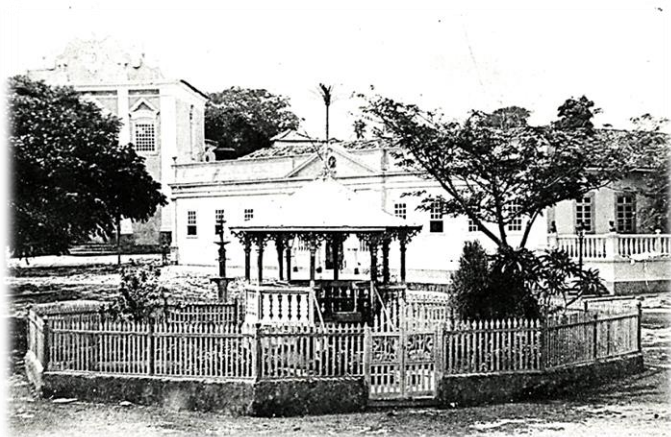
O que me chamou a atenção e que se faz tema para esta reflexão é que no presente, enquanto eu realizava minha pesquisa de

doutorado em antropologia social¹, me foram oferecidas informações acerca de práticas de exclusão, diferenciação social e de racismo na cidade de Goiás, e que tinham forte relação com a produção de espacialidades para a sociabilidade e o lazer de moradores brancos que, nos anos 1920, viviam em localidades limítrofes onde hoje se localiza a Praça do Coreto e o Centro Histórico de Goiás. Nesse espaço de tempo pessoas negras estavam proibidas de circular pela Praça do Coreto, segunda consta na documentação por mim consultada em arquivos da cidade de Goiás.

Interessado por essas narrativas propus um rápido percurso pela história desta praça e cruzei a historicidade desse espaço ao presente etnográfico de minha pesquisa sobre lazer, juventude, gênero e espacialidade. A expectativa era deixar ver, por meio do cruzamento entre passado e presente, residualidades que impactavam diretamente na vida de jovens estudantes que eram as pessoas com as quais eu vinha dialogando durante o registro etnográfico.

¹ Durante os anos de 2017 e 2019 realizei pesquisa de doutorado em antropologia social na Universidade Federal de Goiás (UFG). A tese muito preocupada com gênero e sexualidade entre jovens estudantes e universitários na cidade de Goiás terminou se confrontando com outras marcas sociais que se evidenciaram, dentro do jogo de diferenciação social, no espaço que elegera como meu “lugar antropológico”. A Praça do Coreto e o Centro Histórico se revelaram como espaços de diferença e de diferenciação onde não só gênero e sexualidade eram operados para separar frequentador A de B, mas também classe, raça e expressões de gênero. Por conta de relações feitas por muitos interlocutores acerca do passado de escravidão e de racismo na cidade propus um diálogo de fronteira entre a história e a antropologia. Esta gama de questões resultou na tese defendida em 2022.

Uma praça, mas muitas temporalidade e espacialidades



Fotografia 02 – Largo da Matriz. Fotografia: José Alencastro Veiga, primeira década do século XX. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos. Uso de imagem autorizado para a pesquisa por parte de seu guardião.

Usualmente chamada de Praça do Coreto, o lugar ao qual me reporto, se localiza em espaço em que nos séculos XVIII, XIX e XX se estabeleceu o centro administrativo e político da cidade e do Estado de Goiás. Entre os séculos XVIII e XIX tal região recebeu o nome de distrito de Sant’Anna, uma homenagem a santa de mesma denominação. Este distrito se organizou em volta de um imenso largo de chão batido em que além da “igreja matriz ou catedral da prelazia dedicada a Sant’Anna” (Raymundo José da Cunha MATTOS, 1978, p. 97) também havia a igreja da Senhora da Boa Morte e a igreja de S. Francisco de Paula.

Esta região que ia da ponte da Lapa, atravessando a praça Pinheiro Machado até a Casa de Câmara e Cadeia – atual Museu

das Bandeiras – era habitada por uma elite² essencialmente branca, de origem aristocrática e escravocrata, conforme lembrou Carlos Rodrigues Brandão (1977) em sua pesquisa sobre o trabalho e a identidade étnica em Goiás nos idos da década de 1970: “Três círculos concêntricos desenhados sobre o mapa da cidade deixariam, nos limites do primeiro, uma evidente maioria de pessoas brancas, as ‘famílias da cidade’” (1977, p. 75).



Fotografia 03 – Largo da Matriz e Coreto. Autor desconhecido, primeira década do século XX. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos. Uso de imagem autorizado para a pesquisa por parte de seu guardião.

² Tenho compreendido a categoria de elite na mesma lógica das historiadoras Maria Augusta Sant’Anna Moraes (1974), Lena Castello Branco Ferreira Costa (1978) e também do cientista político Robert Dahl (1988), a de que está se refere a um grupo bastante restrito que exerce dominação política sobre a maioria em um sistema político democrático.

Ainda conforme Carlos Rodrigues Brandão, o desenho de círculos concêntricos sobre o mapa da cidade deixaria ver no segundo círculo pessoas brancas, “mulatos, caboclos, e raros negros” (1977, p. 75). Já no último círculo, logo nos extremos do mapa, estaria a “gente de cor”, “quase todas as famílias de negros da cidade” (1977, p. 75).

Na contemporaneidade, salvo algumas transformações de ordem social e econômica, na espacialização e na territorialização de Goiás ainda permanece a lógica racializada de que tratou Carlos Rodrigues Brandão (1977) e poetizou – muito ironicamente – Cora Coralina, conforme se nota no título e na epígrafe deste texto: “Goiás, compartimento fechado por todos os lados”.



Fotografia 04 – Praça da Liberdade. Autor desconhecido, década de 1930. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos. Uso de imagem autorizado para a pesquisa por parte de seu guardião.

O que tento apontar com esse texto é que mesmo localizadas em outros tempos, mesmo que muitas pessoas tenham costurado outras relações, algumas tenham conseguido ascensão econômica e outras algum capital cultural e social demandado ocasionalmente, algumas dessas pessoas e agrupamentos humanos ainda anseiam por diferenciação, pela manutenção de privilégios, pela

delimitação de classes sociais, de orgulhos de família e pelo fortalecimento de preconceitos sociais. Isto ainda é uma realidade no interior das relações humanas em Goiás.

Durante a pesquisa etnográfica registrei junto a meus interlocutores, em eventuais encontros, que “você poderia até estudar, fazer uma boa graduação, ter um bom emprego”, mas se não pertencesse a alguma família de relevância na história e viva na memória social de Goiás dificilmente conseguiria adentrar certos nichos de sociabilidade e até espaços da cidade.

Tal situação de exclusão ficava ainda pior se a pessoa fosse negra, pobre, gay/lésbica ou afeminada. Isto ficou muito evidente em diferentes momentos da pesquisa, enquanto eu permanecia nas imediações do Coreto, da Praça e do Centro Histórico de Goiás conversando com quem por ali passava em diferentes horários do dia, ou entre as 21 e 6 horas da manhã.

Os rígidos preconceitos sociais vindos do passado de que nos fala Cora Coralina são tomados aqui como residualidades (Raymond WILLIAMS, 1979) de preconceitos de classe, de cor e de gênero que caracterizaram o cotidiano de Goiás e da Praça do Coreto logo após a sua construção, em 1925. Por residualidades entendo como algo “formado no passado, mas ainda ativo no processo cultural, não só como um elemento do passado, mas como um elemento efetivo do presente” (Raymond WILLIAMS, p. 125, 1979). E vejo, por meio da confrontação entre pesquisa de campo em um certo presente etnográfico e pesquisa documental, que os preconceitos sociais mencionados por Cora, registrados em documentos ou capturados entre alguns de meus interlocutores persistem vivos no Praça do Coreto e em Goiás ainda hoje.



Fotografia 05 – Praça da Liberdade. Autor desconhecido, década de 1930. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos. Uso de imagem autorizado para a pesquisa por parte de seu guardião.

Desta forma o passeio que aqui proponho pelo tempo e pela história de Goiás se faz um exercício interessante, pois permite que vejamos processos de diferenciação social e de exclusão, tais como o racismo, cultivados na longa duração e que, no presente, impactam a vida de diferentes pessoas que buscam a Praça do Coreto para se divertir ou para se socializar. Entender, mediante esse percurso, o processo de ocupação e de produção do espaço em Goiás me parece ser de grande importância para que compreendamos comportamentos de diferentes pessoas, principalmente de jovens estudantes, que frequentam o Coreto hoje.

Na transição do século XIX para o XX, o imenso largo representado pelas fotografias de número 02 e 03 recebeu um pequeno Coreto em forma de chalé construído em madeira, com acesso restrito mediante construção de uma cerca feita também com estacas de madeira e onde a banda militar de música tocava durante os

eventos cívicos e militares para moradores daquela região. A construção desse pequeno Coreto fez de todo o largo uma espécie de praça por onde circulavam moradores, servidores públicos e militares da capital goiana.

O espaço recebeu o nome de Praça Pinheiro Machado, Praça da Liberdade e, após construído o novo Coreto (1923) (fotografias 04 e 05) em que hoje se encontra uma sorveteria, novo nome lhe foi atribuído. Batizada de Praça Leopoldo de Bulhões, em homenagem a esta figura política, fortemente relacionada à primeira república goiana³, o lugar é, no presente, popularmente identificado como Praça do Coreto. Todos os outros nomes caíram no esquecimento, embora sejam evocados por moradores mais velhos de posse de uma certa memória topográfica ou por acabarem reabitados provisoriamente em consultas feitas aos documentos históricos.

³ Em projeto de lei nº 423, nº do processo 33, apresentado pelo vereador José Nunes da Silva em 24 de abril de 1959 foi aprovado pela Câmara Municipal de Goiás em 12 de maio de 1960 trocando o nome da via pública até então conhecida como praça da Liberdade ou Getúlio Vargas para praça “Leopoldo de Bulhões” sob a justificativa de ser uma “justa homenagem devida pelo Poder Público à memória do grande Ministro da Fazenda, goiano que prestou os mais assinalados serviços à Pátria”. Documento de 24 de abril de 1959 até 16 de maio de 1960. Arquivo da Fundação Educacional da cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, consultado em dezembro de 2017.



Fotografia 06 – Rua Moretti Foggia e cerca da praça da Liberdade. Autor desconhecido, década de 1930. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos. Uso de imagem autorizado para a pesquisa por parte de seu guardião.

O cercamento (fotografias 04 até 10), os cadeados, as imagens e a descrição de Cordolino de Azevedo em torno dos frequentadores da praça Pinheiro Machado e de seu Coreto já deixam bastante claro como este lugar jamais fora pensado “para todos”, ao contrário do nome fantasia do bar e da sorveteria que ali existia. A fotografia de número 10 deixa em destaque um casal de pessoas negras de fora da praça e que permanecia cercada. Isto, por se só, indicia o racismo e a racialização como mecanismos de delineamento de quem poderia ou não frequentar aquela localidade. O que mais choca é como esses procedimentos, muito comuns nos anos 1920, se arrastaram, como residualidades, para o tempo presente.

Cordolino de Azevedo, ao comparar Rio de Janeiro e Goiás, apontou de que forma nesta última capital a “negra rufiona”, “o populacho” e muito provavelmente as pessoas pobres não tinham

vez. Suspeito muito que a polícia fosse “delicada” ao impedir o acesso dessas pessoas aos espaços da praça. Se nos dias de hoje, enquanto realizava minha etnografia, os policiais agarravam meus interlocutores e os esbofeteavam, principalmente os estudantes negros com os quais conversava e acompanhava na praça, é evidente que o trato com esses viventes jamais foi “delicado”. Muito pelo contrário. A violência sempre caracterizou as relações raciais em Goiás.

Carlos Rodrigues Brandão (1977) deixou isso patente em sua pesquisa. É necessário relativizar todo o verniz narrativo de Cordolino de Azevedo, usado tão somente para tentar esconder o seu preconceito – ação na qual fracassou – e os preconceitos de uma época – que se fazem presentes – em torno da população pobre e negra em Goiás.



Fotografia 07 – Praça da Liberdade e Coreto. Autor desconhecido, década de 1930. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos. Uso de imagem autorizado para a pesquisa por parte de seu guardião.

Conforme explicou Antonio Sérgio A. Guimarães (2009) acerca da problemática racial no Brasil, em Goiás, a racialização e a naturalização desta diferença se apresenta “em todas as hierarquias sociais, sendo um traço constitutivo das relações de dominação” (p. 33), a exemplo do racismo por mim acompanhado em diferentes situações na cidade nos últimos anos⁴.

A Praça do Coreto era espaço privilegiado – e ainda é –, lugar para poucos e restrito a homens e mulheres brancas que viviam nas imediações dessa localidade. Era ambiente feito por/para a aristocracia branca de Goiás. E mesmo as mulheres brancas deveriam manter vivos os códigos de pudicícia e de recato, pois diferente do Rio de Janeiro, em Goiás elas não contariam com o beneplácito da anonimidade, dado o holismo nas relações humanas nessa cidade – e temporalidade –, o sexismo presente nas relações sociais a esta época e a perspectiva cristalizada de gênero, muito caracterizada por uma lógica essencialmente masculina e viril.

⁴ No decorrer desta tese tenho observado as relações raciais e o racismo no tempo, conforme sugeriu Nilma Lino Gomes (2019) ao lembrar que “não se pode falar em raça, numa perspectiva política, sem destacar o contexto e as contingências históricas nas quais os negros constroem as suas experiências sociais e identitárias” (p. 40). Do mesmo modo a noção de raça que aqui opero se dá “com base na ressignificação e reinterpretação realizada pelos próprios negros ao longo do nosso processo histórico” e que se afasta “da crença no determinismo biológico [., questionando] a ideia de purismo e de supremacia racial” (p. 40). Do mesmo modo tenho lidado com formas de racismo e tentado separar outros preconceitos sociais deste, como o sexismo (Antonio Sergio Alfredo Guimarães, 2009).



Fotografia 08 – Praça da Liberdade na década de 1930. Autor desconhecido. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos, concedido mediante autorização de uso.

No presente etnográfico, enquanto falava com pessoas mais velhas, isto entre 2017 e 2019, foi muito comum ouvir que na praça não entrava “qualquer um” e que mesmo depois de retirada a cerca de arame farpado prevaleceu naquele espaço um cercamento simbólico. Este cercamento criava fronteiras e era utilizado para separar pessoas de acordo com suas marcas sociais de raça, classe e gênero (Nilma Lino GOMES, 2019) no presente⁵.

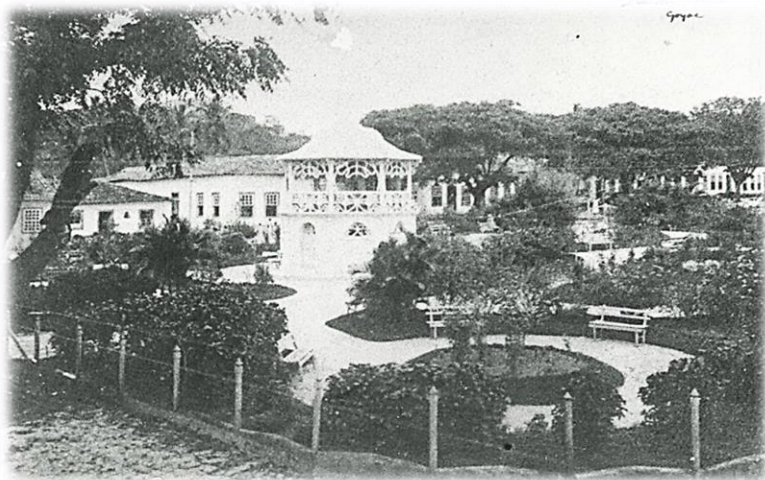
Quando se olha para o Coreto numa perspectiva histórica e se aproxima esse debate dos estudos sobre a antropologia social compreende-se por quais razões ainda existem nessa praça, nos

⁵ Do mesmo modo que argumentara Nilma Lino Gomes (2019) sobre o negro, o corpo e o seu cabelo para falar do racismo, em Goiás, este fenômeno social também fazia parte de uma “racionalização ideológica que construía e advogava a existência não só de uma distância social e cultural entre negros e brancos, mas também biológica” (p. 139) à medida em que as pessoas negras, muito costumiramente, eram apartadas em determinados espaços da praça e da cidade.

dias de hoje, fronteiras simbólicas que hierarquizam e separam os seus frequentadores de acordo com suas marcas sociais, principalmente as de raça e gênero.

A construção do jardim, da praça e de seu Coreto se relacionam aos frementes anos 1920, momento em que o “recondicionamento dos corpos e a invasão do imaginário social pelas novas tecnologias adquiriram um papel central na experiência de reordenamento dos quadros e repertórios culturais herdados” (Nicolau SEVCENKO, 1992, p. 18).

Nesse contexto se tentava a todo custo executar “a glorificação da miscigenação, do mestiço e da mulataria” (Nilma Lino GOMES, 2019, p. 152). Ação que obras como a de Gilberto Freyre tentaram cancelar. Seguindo o ritmo desse racismo disfarçado, em Goiás houve reformulações tanto em sua arquitetura, quanto na cultura (Paulo Brito do PRADO, 2019). O gosto pela modernidade e o modernismo branco atiçava a curiosidade da sociedade branca goiana e que não poupou esforços para corroborar com a tecnologia e a estética do racismo dos anos 1920 e 1940, muito em voga no Brasil (Maria Bernardete R. FLORES, 2007).



Fotografia 09 – Praça da Liberdade e Coreto. Autor desconhecido, década de 1930. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos. Uso de imagem autorizado para a pesquisa por parte de seu guardião.

Seguindo uma lógica parecida a das capitais do Rio e de São Paulo, em que já existiam espaços para sociabilidade e divertimento, Goiás também tratou de organizar ambientes de veraneio, cinemas, parques de diversão e a praça. O lazer apareceu nesse momento como um fenômeno que resultava de transformações nos costumes e nos hábitos. Era em certa medida o resultado de movimentos sociais e tecnológicos que operaram a ampliação das fronteiras de gênero e sexualidade, reformularam os significados de público e privado, de homem e mulher.

Tantas reformulações não alteraram, porém, a consciência racializada e racista denunciada por Cora e caracterizada por Cordolino de Azevedo, quando este descreveu quem deveria e poderia frequentar o jardim e o Coreto. Algumas outras evidências

comprovam as tentativas de espacialização da cidade em zonas racializadas. Percebi isto historicamente e durante conversas com meus interlocutores. Vê-los em suas sociabilidades me deu a dimensão de que “o corpo é o elemento central da elaboração ideológica, formando a unidade básica do plano hierarquizador” (Roberto DA MATTA, 1983, p. 154) ali no Coreto.

De fato, era no âmbito das relações pessoais que as diferenciações se evidenciavam, saltavam os olhos. “Essa esfera, não atingida pelas leis, é o local privilegiado do preconceito e na sociedade brasileira [e goiana], possui forte conteúdo estético (ou moral) e nunca legal” (Nilma Lino GOMES, 2019, p. 152), que vinham de outros tempos, como resíduos, e que por isso eram tão difíceis de ser percebidos, identificados, definidos, punidos ou combatidos.



Fotografia 10 – A praça do Coreto entre as décadas de 1940 e 1950. Autor desconhecido. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos, concedido mediante autorização de uso.

Lazer e racialização em Goiás: o racismo como mecanismo de exclusão através do tempo

Em uma das muitas ocasiões em que realizei registros etnográficos na Praça do Coreto e no Centro Histórico de Goiás pude, mediante diálogo com vários jovens e estudantes, ter uma dimensão de como estes sentiam, experienciavam e produziam todo aquele espaço.

Certa noite encontrei estudantes com quem mantive conversa por longas horas. Enquanto dialogávamos, eles me apontaram que os instantes de lazer na praça eram fortemente marcados por diferenciações de classe, raça e de gênero, e que dificilmente eles seriam aceitos entre os frequentadores que se localizavam em frente à Secretaria Estadual da Fazenda, na rua Moreti Foggia. Isto porque ali estavam uma maioria de “branquelos, filhos de papai-zinho”.

Nesta mesma ocasião me juntei a outro grupo de jovens que sempre ocupavam as áreas da praça próximas às ruas Dr. Tasso de Camargo e Maximiano Mendes. Logo nas extremidades da praça, do Centro Histórico e distante do espaço por eles caracterizado como essencialmente branco. Esses jovens negros sempre se sentavam nos bancos que iam dar de frente para um bar muito frequentado por pessoas negras e pobres. Segundo eles neste espaço da praça e do bar a maioria das pessoas eram negras⁶, pobres e muitas

⁶ Não descarto existir articulada na praça do Coreto uma “pigmentocracia”, algo bem parecido ao que explicou Mara Viveros Vigoya em seus trabalhos sobre raça e racialização na Colômbia. Porém tal afirmação carece de estudos que mapeiem a cidade de Goiás sob uma perspectiva interseccional, enumerando posições de classe, de raça, de gênero, de orientação sexual e outros marcadores da diferença no/pelo espaço.

se identificavam como sendo homossexuais, dispostas a viver uma vida sexual fluída e que “topavam outras paradas”.

Ainda segundo eles em certa medida as pessoas que especializavam esse cantinho da praça, traziam em seus corpos marcas sociais que reiteravam a opressão e a exclusão da sociedade em Goiás. As pessoas com as quais conversei me relatavam como eram impedidas de circular livremente pela praça, por outros espaços da cidade e de que forma sempre eram tomados como “alvos fáceis” da polícia militar. Principalmente quando esta invadia a praça de supetão para revistas, apreensões, expulsão de jovens e o desmonte de seus momentos de lazer.

A forma como a praça do Coreto, o Centro Histórico e a cidade de Goiás foram construídos e todo espaço urbano ocupado tem em seu alicerce as residualidades da escravidão, do patriarcalismo e da branquitude, que foram bases da ocupação de seu espaço. O racismo e os preconceitos sociais, somados a um proselitismo das instituições em Goiás, ainda nos dias de hoje, contribui – informalmente – para determinar onde as pessoas podem estar, como devem estar pelo espaço e quem pode estar por determinados espaços de Goiás.

O mais grave é que a corporeidade e a posicionalidade dos corpos nos espaços de Goiás são atravessadas por privilégios (ou diferenciações muito prejudiciais) de classe, cor/raça e gênero a depender de quais as marcas sociais cada pessoa traz para o espaço. Como Luciana de Oliveira Dias (2019) destacou, meus interlocutores negros “sentem que estão dentro [do espaço da praça], mas não são iguais aos outros que estão dentro [e dominam a praça]” (2019, p. 10).

Eles estão como expectadores. Estão dentro, mas permanecem distanciados, como eu que estava ali dentro. Dentro estava,

porém, ali estava como um expectador, um pesquisador. É próximo, mas também é diferente. Eu não sofri racismo. Meu corpo já dizia informações “positivas” suficientes por mim ao contrário do de meus interlocutores negros (Nilma Lino GOMES, 2019; Lélia GONZALEZ, 2020; Giovana XAVIER, 2021). E eu fui beneficiado pela presunção branca de superioridade racial em várias situações ali dentro, no interior da praça.

Notei que se a pessoa fosse branca, economicamente favorecida (aparentemente), heterossexual e magra passava tranquilamente por todos os grupos de jovens que ali na praça se reuniam para se divertir cotidianamente. Mas se fosse negra, pobre, mulher, gay, afeminada, a sua situação variava entre uma aceitação vigiada, a tolerância, a rejeição, o desprezo e podia estimular agressões de toda ordem. Isto dependia de quantas marcas sociais inventadas pela branquitude e por ela estereotipadas – ou negatizadas mediante a eleição de padrões estéticos alheios ao corpo negro – essas pessoas traziam em seus corpos, roupas, cabelos e gesticulação. Curiosamente as minhas impressões e o que me era dito muito se aproximava da descrição feita por Cordolino Azevedo sobre quem podiam frequentar a praça nos idos de 1925.

A forma como o corpo negro, pobre e rotundo de alguns jovens e estudantes que acompanhei eram violentados e desprezados ali na Praça do Coreto cotidianamente me chocava. Algumas narrativas, comentários ou ações práticas de racismo aproximavam os corpos negros ao estereótipo da “negra rufiona” produzido por Cordolino Azevedo e materializado nos cercamentos, nos cadeados, nos guardas e na memória social das restrições acerca de quem podia frequentar a praça, o Centro Histórico e diferentes lugares branqueados de Goiás.

Outro bom exemplo de diferenciações por critérios sociais era o fato de, na Praça do Coreto, eu – não só eu, mas também meus interlocutores – observar, recorrentemente, como o lado da praça paralelo à rua Moretti Foggia e todo o espaço em frente à Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ) permanecia espacializado por frequentadores quase que em sua maioria brancos, aparentemente abastados e – aparentemente – heterossexuais⁷.

Para observar melhor o processo de diferenciação por algumas marcas sociais, o impacto dessas diferenciações na espacialização da praça, os conflitos entre frequentadores desse espaço e os conflitos com instituições da sociedade e a polícia eu sempre me sentava nos bancos centrais da praça, bem de frente ao Coreto. Ai também era ponto estratégico para uma fuga das brigas e pancadarias que começavam paralelas à rua Moretti Foggia, que era por onde a polícia partia, quase sempre com direção previamente determinada: a rua Maximiano Mendes.

No centro da praça, além de ter uma visão ampla de todo o espaço eu me posicionava em um lugar que servia de passagem, uma ponte para as mais diferentes pessoas que transitavam de um lado para o outro. Era por esta razão que sempre me encontrava com vários de meus interlocutores negros que tentavam adentrar os espaços branqueados da praça.

Talvez numa tentativa de resistir ao distanciamento e à exclusão impostos por jovens de outros segmentos sociais e brancos, meus interlocutores sempre davam um “jeitinho” de entrar em

⁷ Demarco aqui uma aparente heterossexualidade que, todavia, não coincidiu com a realidade. Isto porque no começo da pesquisa fui convidado a me relacionar com vários homens heterossexuais que frequentavam esse espaço e porque meus interlocutores sempre relatavam aventuras sexuais com homens heterossexuais que ocupavam espaços próximos à rua Moretti Foggia.

agrupamentos festivos realizados pelos grupos de jovens brancos, localizados em frente à Sefaz. Isto me foi melhor ilustrado quando de um encontro com um grupo de jovens negros que ocupavam os bancos da praça próximos à rua Maximiano Mendes.

Estes jovens sabiam que a espacialização de todo o Centro Histórico de Goiás resultava do protagonismo de seus frequentadores. Também tinham consciência de que os cenários montados ao redor do Coreto e por toda a dimensão da praça derivavam daquilo que as pessoas ali faziam. Eles compreendiam que a praça era um espaço de lazer em função das pessoas nela se reunirem para se divertir. Mas não ignoravam que essas reuniões de pessoas evidenciavam diferenciações sociais. Foi então que me disseram haver ali na praça uma “divisão social”.

Enquanto os olhava, eles me contaram que o lugar onde estávamos sentados era “o pedacinho em que ficava a galera LGBT”. Esta afirmação foi corroborada por todos os presentes e que apontaram ficar ali as/os “LGBTs e a galera alternativa”. Do outro lado da praça, na rua Moretti Foggia, ficavam “os play boys”, “brinquelos” e “filhinhos de papai”.

Pelos diferentes espaços da praça os lugares permaneciam frequentados pela “galera mais LGBT, por gays, lésbicas e simpaticizantes”, todavia os grupos homossexuais e os frequentadores negros da praça tendiam a permanecer nos espaços próximos da Catedral ou dos bares Lua do Cerrado ou do Cajá, na rua Maximiano Mendes. O espaço em frente à Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) figurava como lugar de contraposição entre diferentes grupos de gênero, classe e raça que frequentavam a praça cotidianamente.

Pelo que me disseram, do lado de lá da praça permanecia uma porção de gente branca, aparentemente abastada e heterossexual. Já do lado em que estávamos, o lado de cá, ficavam os

“pretos, pobres e gays”. O Coreto era a fronteira entre os dois lados. Era uma demarcação física que separava pessoas por suas marcas sociais e por suas roupas da cultura (Nilma Lino Gomes, 2019; Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, 2009).

Segundo o grupo, aquele espaço em frente à Sefaz era frequentado por pessoas que se afirmavam heterossexuais e brancas – “embora nem todos fossem”, ironizaram – e que pertenciam a segmentos sociais historicamente privilegiados. Meus interlocutores enfatizaram que durante as eleições para presidente e governador, isto em 2018, se tornou muito comum dizer que o lado de lá era frequentado por uma maioria de “bolsominions” e “homofóbicos”.

Ainda sobre os jogos de diferenciação social eles ainda acrescentaram que os frequentadores daquele espaço onde estávamos eram “bem diversos”. Ali os jovens integravam uma parcela da “população mais pobre” e uma “galera mais quebrada [‘sem grana mesmo’, disse outro jovem]”. Todos riram bastante. Nesse momento indaguei se as pessoas habituadas a frequentar esse lado da praça também circulavam por outros espaços. Eles disseram que esta possibilidade existia, porém não era algo muito seguro e nem muito agradável, dadas as vicissitudes do racismo. Eles se referiram aos olhares de repreensão e à materialização, por parte dos jovens brancos, do distanciamento social.

Ainda na caracterização de ações de exclusão eles completaram que as festas também refletiam efeitos da diferenciação social executada ali na praça. Todos lembraram das aglomerações no Postão – bar localizado fora do Centro Histórico, na saída da cidade de Goiás – e das festas que eram realizadas nas imediações desse bar por grupos de estudantes universitários, especificamente no *Lions Clube* e/ou em repúblicas universitárias.

Como o Postão se localizava na saída de Goiás, em uma avenida bastante movimentada, e do outro lado da avenida, localizava-se o *Lions Clube*, aproveitei para lhes perguntar se as pessoas que frequentavam o mencionado clube também iam para este bar. Eles apontaram que o “Postão é ressaca”. Me disseram que “era final de rolê (deram várias risadas)” e concluíram que o “Postão é o último rolê”. Todos confirmaram que o “Postão [se tratava de] a ressaca do frevo”. Era o momento em que os jovens “compravam um salgado, um suco, um negócio assim” pra matar a fome ou pra tomar uma dose, porque as bebidas dentro das festas eram muito caras.

Pelo que me confidenciaram as festas temáticas e universitárias em Goiás tinham o intuito de selecionar o público. Sempre que se determinava o lugar ou faziam-se festas a fantasia os interesses, nos bastidores da organização, eram restringir os frequentadores. Enquanto anotava estas informações eles comentaram que “diz que é festa do branco, mas eu perguntei ontem... tá aí um dos rolês de Goiás: fazer festa temática que ninguém usa o tema. Festa a fantasia que ninguém vai fantasiado. Festa do branco, ninguém vai de branco”.

Logo essas ações que confundiam as características da festa serviam para confundir interessados e para selecionar os frequentadores da festa, como já era feito na Praça do Coreto. O jogo era sempre separar o “preto” do “branco”, segundo me disseram. Era isto que garantia a perpetuação da diferenciação social e da exclusão, no caso em análise, por via do racismo.

Apegado às informações oferecidas por meus interlocutores no instante sócio-histórico em que nos posicionávamos e na caracterização oferecida por Cora Coralina acerca de “ruas delimitando classes, orgulho de família, preconceitos sociais, coisinhas, rotina”,

não seria um exagero considerar que os “compartimentos fechados por todos os lados” ainda sobreviviam, como resíduos em Goiás, e influíam na vida de seus moradores.

Isto ainda determinava comportamentos e estimulava práticas racistas e excludentes que vitimavam pessoas a repertórios de constrangimento em razão de suas posicionalidades de classe e de raça – principalmente e não exclusivamente. Como se não fosse o suficiente ouvir e ver tantas demonstrações de racismo, as residualidades de uma sociedade escravocrata, racializada e racista ainda ficaram mais evidente enquanto concluía minha tese e durante a escrita desse texto. Alguns fatos que utilizo para concluir esse texto corroboram aquilo que me foi dito por jovens negros sobre o racismo em Goiás e ajudam a dar forma à crueldade de determinados passados e experiências, como a escravidão e o racismo.

Em meados de fevereiro, de 2022, enquanto organizava o presente texto, uma notícia tomou as redes sociais da cidade de Goiás, do estado de Goiás e teve projeção nacional, contando inclusive com reportagens no site do Geledés e do G1.

Um médico branco, filho de família proeminente na história política de Goiás foi acusado de racismo, após divulgar vídeo em suas redes sociais⁸. O vídeo era nada mais nada menos que a gravação de um de seus empregados, um homem negro, acorrentado pelos pés, mãos e pescoço, em que o médico dizia: “aí olha, falei para você estudar, mas você não quer, então tu vais ficar na minha senzala”. Além de agarrar o homem acorrentado pelo pescoço e

⁸ LONGO, Ivan. Médico que filmou homem negro acorrentado tenta se justificar: ‘Foi uma zoeira’. Revista Fórum, 16/02/2022. <https://revistaforum.com.br/direitos/2022/2/16/medico-que-filmou-homem-negro-acorrentado-tenta-se-justificar-foi-uma-zoeira-110252.html>

empurra-lo, o médico ainda riu e zombou da situação de vulnerabilidade do trabalhador.

Logo que as demonstrações de repúdio ao vídeo postado tomaram grande repercussão, a gravação foi apagada e o médico veio a público, em uma nova postagem, afirmar que tudo não passava de uma “uma zoeira”. Este fato me fez retornar ao que Nilma Lino (2019) dissera sobre o racismo brasileiro: que o seu caráter, muitas vezes alicerçado em relações pessoais – e paternalistas –, em que a lei não alcança é local privilegiado do preconceito racial.

Nilma Lino mais uma vez acerta quando pontua tal dimensão privada do racismo brasileiro. Além disso ela dá propulsão ao que Cora Coralina apontara sobre Goiás como um compartimento fechado e preconceituoso. Juntas as duas se aproximam daquilo que me disseram os jovens estudantes que acompanhei na Praça do Coreto e daquilo que trouxera da pesquisa histórica sobre a construção dessa praça: o racismo persiste bem acordado.

O racismo expresso por Cordolino Azevedo nos idos de 1925 e aquele racismo sentido pelos frequentadores negros e pobres ali no Coreto eram residualidades que caracterizavam o presente das relações sociais em Goiás. O racismo de outros tempos influía nas relações sociais em Goiás e exigia ser entendido, para só assim, ser combatido. Tudo isto indicava que se faz preciso estar vigilante, pois, tal como o fascismo, o racismo também nunca dorme. Logo é preciso estarmos constantemente vigilantes e despertos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Cordolino de. **Terra Distante:** impressões de Goyaz. Rio de Janeiro: Papelaria Confiança, 1925.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Peões, pretos e congos:** trabalho e identidade étnica em Goiás. Goiás: Editora Universidade de Brasília, 1977.

CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos indígenas:** Goiás, 1749-1811. São Paulo: Nobel; INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

CORALINA, Cora. **O tesouro da casa velha.** São Paulo: Global, 1989.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIDI-HUBERMAN, George. Quando as imagens tocam o real. **Pós.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), v. 02, n.º 04, 2012.

DIDI-HUBERMAN, George. **Diante da imagem:** questão colocada aos fins de uma história da arte. São Paulo: Editora 34, 2013.

DIAS, Luciana de Oliveira. Quase da família: corpos e campos marcados pelo racismo e pelo machismo. **Revista Humanidades e**

Inovação. Palmas: Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), v. 6, n. 16, 2019.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Tecnologia e estética do racismo:** ciência e arte na política da beleza. Chapecó: Argos, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz:** corpo e cabelo com símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntico Editora, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventudes:** sociologia, cultura e movimentos. Joinville/SC: Clube de Escritores, 2016.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 2009.

JUNIOR, Caio Prado. **Histórica econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. **Males do sertão:** alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX. Goiânia: Cânone Editorial, 2014.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço:** cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2012.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **Chorographia histórica da província de Goyaz**. Goiânia: Gráfica Editora Líder, 1978.

MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. **História de uma oligarquia**: os Bulhões. Goiânia: Editora Oriente, 1974.

PALACIN, Luiz. **Goiás 1722-1822**: estrutura e conjuntura numa capitania de minas. Goiânia: Oriente, 1976.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. *In*: PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; ZANIRATO, Silvia Helena. **Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica**. Maringá: Eduem, 2005.

PRADO, Paulo Brito do. **Aventuras feministas nos sertões de Goiás**: as mulheres e as suas lutas nos guardados de Consuelo Ramos Caiado (1899-1931). Tese (Doutorado em História Social). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ), 2019.

PRADO, Paulo Brito do. **“Estar dentro do rolê”**: gênero e sexualidade entre jovens estudantes e universitários na cidade de Goiás. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás (UFG), 2022.

SALLES, Gilka Vasconcelos. **Economia e escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia: Cegraf, 1992.

SCHWARCZ, Lilia Moritz K. História e antropologia: embates em região de fronteira. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz K. e GOMES, Nilma Lino. **Antropologia e história**: debates em região de fronteira. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Ana Lúcia da. **A revolução de 30 em Goiás**. Goiânia: Cânone Editorial, 2005.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. *In*: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016.

VIGOYA, Mara Viveros. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis selvagens, 2018.

XAVIER, Giovana. **História social da beleza negra**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2021.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SOBRE OS ORGANIZADORES, O PREFACIADOR E OS(AS) AUTORE(A)S

ORGANIZADORES

Erasmoo Carlos Amorim Moraes

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2020). Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2012). Graduado em Direito pela Universidade Estadual do Piauí (2007). Graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí (2006). Especialista em Direito pela Faculdade São Vicente de Pão de Açúcar (2017). Especialista em História do Brasil pela Faculdade Piauiense. Estuda História das mulheres e relações de gênero no Brasil. Professor Dedicção Exclusiva do curso de Bacharelado em Direito da Universidade Estadual do Piauí (UESPI-Campus Professor Antônio Geovanne de Sousa). Atua como membro pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Cidade, Memória e Patrimônio registrado junto ao CNPq.

E-mail: erasmocarlos@prp.uespi.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4480076107626191>

Lêda Rodrigues Vieira

Graduada em Licenciatura Plena em História (2007) e Mestra em História do Brasil (2010) ambos pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutoranda em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos-São Leopoldo-RS) com projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI). Professora Assistente II da Universidade Estadual do Piauí (UESPI/Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira). Desenvolve pesquisa sobre o processo de constituição da

viação férrea no Piauí, as relações de trabalho e lazer praticados por ex-ferroviários da extinta Rede Ferroviária Federal S. A., antiga Estrada de Ferro Central do Piauí, bem como, sobre o patrimônio industrial ferroviário piauiense. Líder do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Cidade, Memória e Patrimônio (NUPECIMP) cadastrado no diretório dos núcleos de pesquisa do CNPq. Atua como Coordenadora Adjunta do GT História, Cidades e Memória da ANPUH-PI.

E-mail: ledarodrigues@phb.uespi.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0766516852082037>

PREFACIADOR

Josenias dos Santos Silva

Licenciado em Pedagogia pela Faculdade Piauiense - FAP (2009). Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2012). Tem experiência na área de História, Pedagogia e Serviço Social, com ênfase em História Social e Educação. Atua principalmente nos seguintes temas/áreas: História do Brasil, História Social do Trabalho, Movimentos Sociais, História da Educação no Brasil e Ensino de História. Atualmente é coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior de Parnaíba (FAESPA), na modalidade EaD. Atua como membro pesquisador do GT Mundos do Trabalho da ANPUH-PI. E-mail: joseph.tn@hotmail.com
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3819074414888524>

AUTORE(A)S

Ana Beatriz Araújo de Freitas

Mestra em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), campus Parnaíba/PI. Possui especialização em História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira pela Faculdade de Minas (FACUMINAS). Interesses em História das Mulheres; História e Gênero; História e Imprensa; Feminismo(s).

E-mail: imanotherapy@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5722824799480863>.

Andressa Barbosa de Farias Leandro

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2020), Mestra em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2014), Especialista em História do Brasil e da Paraíba pela Faculdade Integrada de Patos (2013) e graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2011). Atua nas áreas de História e Educação, desenvolvendo pesquisas relacionadas ao Escotismo, história das instituições Educativas e História das Práticas Educativas.

E-mail andressa-leandro@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0960687914937092>

Débora Laianny Cardoso Soares

Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (2010), onde desenvolveu durante 2 anos pesquisas cadastradas no CNPq e no PIBIC - UFPI. Mestra em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2013). Atua na área de História, com ênfase em temas como: africanidades,

afrodescendência, educação e diversidade, história do Piauí e escravidão. Participou do grupo de pesquisa sobre africanidades e afrodescendência -Ifarádá- UFPI. (2008-2015).

E-mail: debora.cardosoh@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9310229220443948>

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro

Doutor em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV); Professor Adjunto de História da UESPI, no Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira – Parnaíba; Coordenador do Curso de Licenciatura Plena em História e docente do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) na UESPI-Parnaíba; integra o Núcleo de Pesquisa e Estudos em Cidade, Memória e Patrimônio (NUPECIMP) e o Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT).

E-mail: feliperibeiro@phb.uespi.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6163520222612305>

Iracéli da Cruz Alves

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com sanduíche na Universidade do Porto, Portugal. Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II, Alagoinhas. É membro do GEPEA, Alagoinhas, da Rede de Historiadorxs Negrxs e da HuMANAS: pesquisadoras em rede. Atualmente realiza estágio pós doutoral na Universidade Federal do Maranhão com financiamento da FAPEMA.

E-mail: iracelli_alves@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8632385348375836>

Iranilson Buriti de Oliveira

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1997), graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba; pós-doutor em História das Ciências e da Saúde na Casa de Oswaldo Cruz - Rio de Janeiro e pós-doutor em História na PUC-SP. Atualmente é bolsista produtividade do CNPq e membro da Comissão de Assessoramento técnico-pedagógica de Ciências Humanas e suas Tecnologias do INEP. Autor de livros didáticos na área de História. Autor de livros de Metodologia da Pesquisa e do Ensino. Desenvolve projeto na área de história e saberes médicos; educação e saberes médicos.

E-mail: iburiti@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6085569185105786>

Irma Cristina Diniz de Assunção

Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI- Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira). Atuou como membro pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Cidade, Memória e Patrimônio (NUPECIMP). Atualmente realiza pesquisa sobre temáticas do patrimônio histórico e artístico da cidade de Parnaíba entre os séculos XIX e XX.

E-mail: irmacristinaphb@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9409454437475113>

Jean Carlo de Carvalho Costa

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco com estágio Pós-Doutoral Sênior no Instituto de Educação, na área de História da Educação, na Universidade de Lisboa. Professor

Associado IV, na área de Sociologia da Educação, no Departamento de Fundamentação da Educação (Centro de Educação). Desenvolve pesquisas sobre História Intelectual e dos Intelectuais, História Conceitual, Teoria e História da Educação. Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE)

E-mail: jeanccosta@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7279526897191463>

Michelle Araújo Dias

Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (2010) e Mestra em História pela Universidade Federal do Piauí (2013). Atualmente é professora/tutora da Universidade Aberta do Brasil. Tem experiência na área de História atuando tanto na educação básica como na educação superior. Tem interesse em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Intelectuais, Primeira República, Educação, Piauí e Instrução Pública, Ensino de História.

E-mail: michellinhaadias@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8500908991239168>

Nara Maria Rodrigues Araújo

Discente do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) no Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira – Parnaíba e atuou como Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no projeto intitulado *“Pipiras do Meio Norte: experiências de trabalhadoras têxteis nos estados do Piauí e Maranhão”*, cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROP) da UESPI, com vigência entre agosto de 2021 e julho de 2022.

E-mail: naraaraujo@aluno.uespi.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5356599835916446>

Paulo Brito do Prado

Professor da rede estadual de educação do estado de Goiás. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. Especialista em Educação e direitos humanos pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Pesquisador das relações de gênero e sexualidade em intersecção, principalmente, com raça, classe, corpo, geração e etnia; também atuou em pesquisas que versam sobre história do racismo no Brasil e Américas, o ensino de história, história da intelectualidade feminista, história da antropologia no Brasil, teoria da história e história do Brasil Republicano.

E-mail: paulobritogo@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9639161981901072>

Para saber mais sobre nossos títulos e autores, visite nosso site:
editora.uespi.br

<i>Formato</i>	14,8 x 21,0 cm
<i>Margens</i>	
<i>superior/inferior</i>	2,5 x 2,5 cm
<i>interna/externa</i>	2,0 x 1,5 cm
<i>Fonte</i>	Palatino Linotype



EdUESPI